

Políticas e Práticas Culturais resulta de projeto de pesquisa sobre práticas culturais na cidade de João Pessoa. Amplia-se o leque de possibilidades para que outras discussões sobre cultura ocorram, entendendo que embora se constituam em parte representativa da literatura acadêmica em várias nuances, apresentam perspectivas e abordagens teóricas com as quais a Ciência da Informação se ocupa e as interveniências que envolvem políticas públicas e práticas desenvolvidas para e pela cultura.

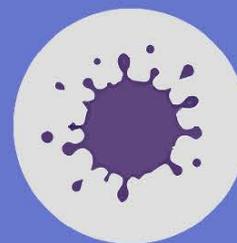
Na coletânea contamos com membros que representam o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, portanto a Universidade Federal da Paraíba, o nosso Estado, pelos gestores de instituições públicas e privadas, e outros brasileiros, pesquisadores famosos e conhecidos que pesquisam ação cultural, política cultural, interveniências das tecnologias de informação e comunicação na produção de cultura e refletem sobre cultura em sua formação de identidade, de diversidade ou de multiplicidade.

Ainda como ampliação de conhecimento em sua união informação e cultura, valorando objetos condutores de potencial intelectual e artístico, porquanto traduzem a cultura do homem e são, por sua vez, frutos de conhecimento, impregnados de informação, reveladores da existência e da passagem do homem sobre a terra. Relembrando que a revolução digital e a estrada da informação ao produzirem a cultura digital oferecem impacto significativo em todas as dimensões da vida humana, no modo como nos relacionamos com os outros, com o espaço e com o tempo, no mundo do trabalho e da economia. E essa diversidade de formas sociais produzidas e modificadas, utilizando ou não a tecnologia de informação e comunicação, apropriadas por setores, com perspectivas diversas é somente cultura.

Os organizadores

JOANA COELI RIBEIRO GARCIA
MARIA DAS GRAÇAS TARGINO
EDISON FERREIRA DE MACEDO

Organizadores



Políticas e Práticas Culturais

Autores-Colaboradores

Bernardina M. J. Freire de Oliveira
Carlos Alberto Ávila Araújo
Cristiana da Silva Dantas
Dyógenes Chaves Gomes
Edilene Maria da Silva
Edison Ferreira de Macedo
Eronaldo de Almeida Marques
Fernando Abath L. C. Cananéa
Gisele Rocha Côrtes
Helena Azevedo
Joana Coeli Ribeiro Garcia
José Mauro Matheus Loureiro
Laércio Alexandrino L. de Lima
Marco Antônio de Almeida
Maria das Graças Targino
Maria Suzana Diniz
Regina Maria Marteleto
Valdir Lima

POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

**Reitora
Vice-Reitor**

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora

IZABEL FRANÇA DE LIMA

**Supervisão de Editoração
Supervisão de Produção**

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Xavier de Azevedo Netto
Maria Elizabeth Carneiro de Albuquerque
Marckson Roberto de Souza

JOANA COELI RIBEIRO GARCIA
MARIA DAS GRAÇAS TARGINO
EDISON FERREIRA DE MACEDO
(Organizadores)

POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS

Editora UFPB
João Pessoa
2014

Copyright © 2014 EDITORA UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte
deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou
armazenada num sistema de recuperação de informações
ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio
eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor
dos direitos autorais.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos
autores.

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Revisão de Originais	MARIA DAS GRAÇAS TARGINO E JOANA COELI RIBEIRO GARCIA
Editoração Eletrônica	FABRÍCIA GUEDES
Revisão Final	MARINA MARACAJÁ
Design de Capa	MARINA MARACAJÁ
Logo da Capa	THIAGO DE ARAÚJO AMORIM FERNANDES

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P769 Políticas e Práticas Culturais [recurso eletrônico] / Joana Coeli
Ribeiro Garcia, Maria das Graças Targino, Edison Ferreira de
Macedo, organizadores.-- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

1 CD-R; 4³⁴ pol. (9.806 kb)
ISBN: 978-85-237-0867-2

1. Cultura. 2. Políticas Culturais. 3. Práticas Culturais.
I. Garcia, Joana Coeli Ribeiro. II. Targino, Maria das Graças. III.
Macedo, Edison Ferreira de.

CDU: 32:304
CDD: 306.4

EDITORA DA UFPB

Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS

AUTORES-COLABORADORES

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Carlos Alberto Ávila Araújo
Cristiana da Silva Dantas
Dyógenes Chaves Gomes
Edilene Maria da Silva
Edison Ferreira de Macedo
Eronaldo de Almeida Marques
Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa
Gisele Rocha Côrtes
Helena Azevedo
Joana Coeli Ribeiro Garcia
José Mauro Matheus Loureiro
Laércio Alexandrino L. de Lima
Marco Antônio de Almeida
Maria das Graças Targino
Maria Suzana Diniz
Regina Maria Marteleto
Valdir Lima

*Eu quero desaprender para aprender de novo.
Raspar as tintas com que me pintaram.
Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.*

Rubem Alves

As opiniões expressas pelos conferencistas do “Seminário Políticas e Práticas Culturais” promovido pelo Grupo de Pesquisa “Da informação ao conhecimento” vinculado à Linha de Pesquisa “Ética, gestão e políticas de Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba e ora reproduzidas no livro eletrônico “POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS” estão mantidas, na íntegra e são de responsabilidade dos autores.

Os Organizadores

APRESENTAÇÃO

GRUPO DE PESQUISA "DA INFORMAÇÃO AO CONHECIMENTO" SEMINÁRIO POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS

O Grupo de Pesquisa "Da informação ao conhecimento" vinculado à Linha de Pesquisa "Ética, gestão e políticas de Informação" do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba tem como princípio o pressuposto de que a informação participa cotidianamente da vida humana, enriquece as experiências de vida e propicia a participação consciente e crítica dos sujeitos em seus respectivos universos culturais. Entende que a informação depende de pessoas, peças fundamentais para geri-la, de seus relacionamentos, da comunicação que desenvolvem ao compartilhá-las para atingir resultados. Pessoas mobilizam recursos, tecnologias, fontes, serviços, sistemas, ou seja, informação, atendendo à necessidade de usufruir, apreender, ampliar, aprender e transformar meras informações em conhecimento tácito, existente na mente e manifestado em informação.

A temática situa-se, primordialmente, na Ciência da Informação (CI), campo de saber interdisciplinar e socialmente responsável por sua atuação e produção científica que atende às demandas informacionais e tecnológicas

da sociedade. Em sua existência, a partir do ano 2004, o Grupo realizou pesquisas voltadas necessariamente para os eixos temáticos com que seus membros (iniciantes da ciência, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos, técnicos e doutores e demais interessados) se vinculam ao mencionado PPGCI / UFPB. Em se tratando dos eixos, podem ser assim sintetizados:

Avaliação do periódico científico impresso e eletrônico.

Privilegia a investigação da informação no âmbito das organizações e sua produção voltada para a ciência e tecnologia (C&T), objetivando realizar diagnóstico editorial via análise dos periódicos científicos da UFPB em seus aspectos formais para atender ao que as entidades de avaliação que os categoriza preceituam.

Da informação tecnológica ao conhecimento tecnológico: o processo de produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba

Analisa os relatórios dos cursos da área de Ciências Exatas e da Natureza, visando identificar as investigações que geram produtos e / ou processos tecnológicos capazes de beneficiar a UFPB e a sociedade em geral, com posterior ampliação para as áreas de Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades.

Produção de conhecimento e gestão de informação científica e tecnológica

Avalia modelos de gestão desenvolvidos em cursos de pós-graduação da UFPB, partindo do pressuposto de que C&T mantêm culturas e dinâmicas diversas. Para entendê-las, necessita-se saber como as formas de tratamento são geridas e, também, identificar os caminhos metodológicos adotados. Caminho e forma contribuem para a utilização da produção disponível no sentido de melhorar a qualidade de vida das coletividades, visto que conhecimento em C&T origina indicadores úteis para revelar prioridades, alocar recursos, gerar índices de produtividade e avaliar programas de pós-graduação, ambientes de pesquisa e de geração de conhecimentos, indicativos de gestão fundamentada em princípios de administração estratégica. Assim, objetiva-se conhecer, na esfera da UFPB, forma ou formas de gestão dos fluxos de informação que se iniciam nos grupos de pesquisa, se configuram nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da área das Ciências Exatas e da Natureza, e atingem a produção de novos conhecimentos, permitindo gerar índices científicos e tecnológicos. Os resultados da pesquisa têm funções de promover e divulgar o conhecimento, podendo tanto ser utilizados como fonte inicial para novas pesquisas, quanto como instrumentos de avaliação do desenvolvimento científico e tecnológico de cursos isoladamente, de determinada área e / ou instituição.

Responsabilidade social dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação

A CI assume práticas sociais com características de responsabilidade social, RS. A pesquisa em dissertações do PPGCI objetiva: (1) detectar descritores utilizados, autores, orientadores e coorientadores, buscando identificar hierarquização evolutiva compatível com as hipóteses enunciadas; (2) verificar a continuidade do envolvimento dos pesquisadores (orientadores, coorientadores e orientandos) com o tema responsabilidade social, mediante análise continuada de sua produção científica. Importa, então, também (3) conhecer os conteúdos dos termos sistematizados e empregados nos trabalhos desenvolvidos. Tais ações permitem analisar se a CI desenvolve responsabilidade social própria ou se, face às relações interdisciplinares que a caracterizam, termina por absorver o conceito da gestão e adequá-lo às singularidades do campo. Dizendo de outra forma, a relevância e a contribuição da pesquisa acompanham o avanço do conceito de RS, o uso / a variação dos descritores e o avanço da área. Metodologicamente, adota-se a abordagem descritiva, mesclando técnicas qualitativas e quantitativas. Para a interpretação dos conteúdos terminológicos, recorre-se à análise de conteúdo (AC), técnica que categoriza e analisa as enunciações temáticas encontradas nas dissertações. Sua interpretação se dá graças ao confronto com as teorias da gestão, da CI ou

de ambas. Ao acompanhar conceitos e significados adotados pelos autores, é possível inferir similitude entre os conceitos das duas áreas e, portanto, em que consistem.

Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa – Paraíba, PB

Projeto executado em João Pessoa – Paraíba, Brasil, ano 2012, identifica 34 instituições na referida capital, envolvidas com práticas culturais, ou seja, organizações que desenvolvem ações culturais públicas, privadas ou religiosas. As formas de gestão dessas informações e sua ação educativa, essenciais ao processo de (re)construção da sociedade, são devidamente delineadas, entendendo-se que o potencial reservado ao acervo cultural permite concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção de áreas diversificadas. No entanto, a ação educativa, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, não se resume a exposições, bibliotecas, arquivos, mas, sobretudo, aos recursos e às estratégias que aproximem instituições e público, ênfase para o alunado. A partir da função socioeducativa do acervo cultural, as organizações são percebidas como espaços de práticas que se alternam. Assim, o projeto segue dois objetivos centrais: (1) apreender mecanismos e procedimentos de gestão de atividades culturais a fim de atender às metas

de disponibilidade das informações e aos mecanismos de viabilização e execução de políticas; (2) analisar as práticas educativas culturais e suas ações pedagógicas voltadas ao atendimento do educando do ensino público fundamental em João Pessoa.

Os resultados do último projeto é o que vem a público, agora, quando da realização do “Seminário Políticas e Práticas Culturais.” Além do mais, como não poderia deixar de ser, amplia-se o leque de possibilidades para que outras discussões sobre cultura ocorram. Isto porque debates acerca do tema cultura, embora constituam parte representativa da literatura acadêmica em várias nuances, neste Seminário, pretende incorporar, senão todas, ao menos, as perspectivas e as abordagens teóricas com as quais a Ciência da Informação se ocupa e as interveniências que envolvam políticas públicas e práticas desenvolvidas para e pela cultura.

Para tanto, conta-se com membros de nossa “casa”, representando o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e a Universidade Federal da Paraíba, e o Estado da Paraíba, dentre gestores de instituições públicas e privadas. Como imprescindível para conhecimento de ações não endógenas, o “Seminário Políticas e Práticas Culturais” conta com profissionais de outros rincões brasileiros, pessoas queridas, competentes e conhecidas que pesquisam ação cultural, política cultural, interveniências das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) na produção de cultura e refle-

tem sobre cultura em sua formação de identidade, de diversidade e de multiplicidade.

Ainda como ampliação de conhecimento em sua conjunção – informação e cultura –, há a valoração de objetos condutores de potencial intelectual e artístico, porquanto traduzem a cultura do homem e são, por sua vez, frutos de conhecimento, impregnados de informação, reveladores da existência e da passagem do homem sobre a terra. É preciso lembrar que a revolução digital e a estrada da informação ao produzirem a cultura digital oferecem impacto significativo em todas as dimensões da vida humana, no modo como o ser humano se relaciona com os outros, com o espaço e com o tempo, no mundo do trabalho e da economia. Essa diversidade de formas sociais produzidas e modificadas, utilizando ou não as TIC adequadas aos diferentes setores e sob perspectivas diversas, sem dúvida, são formas de cultura.

A Coordenação do Grupo de Pesquisa “Da informação ao conhecimento” e todos os envolvidos na organização do “Seminário Políticas e Práticas Culturais” agradecem aos que acorreram ao chamamento. Há expectativas de que ampliem seus conhecimentos, encontrem disposição e se sintam estimulados a compartilhá-los. Ao mesmo tempo, desejamos que desfrutem o máximo das informações e as utilizem da maneira como lhes convenha, sempre com responsabilidade social de modo a transmutá-las em conhecimentos, os quais podem e devem ser, num dia qualquer, novamente socializados como informações

ou experiências práticas. **SEJAM BEM-VINDOS E CULTURALMENTE ACOLHIDOS!**

Professora Doutora Joana Coeli Ribeiro Garcia
Universidade Federal da Paraíba

Professora Pós-Doutora Maria das Graças Targino
Universidade Federal da Paraíba

Professor Doutor Edison Ferreira de Macedo
Programa Nacional de Pós-Doutoramento / Universidade
Federal da Paraíba

João Pessoa, julho de 2014

SUMÁRIO**APRESENTAÇÃO**

GRUPO DE PESQUISA "DA INFORMAÇÃO AO CONHECIMENTO"
SEMINÁRIO POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS 12

Joana Coeli Ribeiro Garcia / Maria das Graças Targino /
Edison Ferreira de Macedo

**SABERES DA VIDA E A
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO** 24

Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa

PARTE I

HETEROGENEIDADE E MULTIPLICIDADE
EXPRESSAS NAS RELAÇÕES INFO-CULTURAIS 70

CAPÍTULO 1
HETEROGENEIDADE DE SENTIDOS
EM CULTURA E POLÍTICA 71

Edilene Maria da Silva / Joana Coeli Ribeiro Garcia /
José Mauro Matheus Loureiro

CAPÍTULO 2
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO E CULTURA:
ALGUMAS REFLEXÕES 95

Helena Azevedo

CAPÍTULO 3
NOTAS PARA DIÁLOGOS FUTUROS SOBRE ABORDAGENS
CONTEMPORÂNEAS NA POLÍTICA CULTURAL
E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 110

José Mauro Matheus Loureiro

PARTE II

PRÁTICAS INFO-CULTURAIS125

CAPÍTULO 4
UIRAPURU: PRÁTICAS INFO-CULTURAIS EM INSTITUIÇÕES
DE REPRESENTAÇÃO INTELECTUAL E ARTÍSTICA
NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA 126

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

CAPÍTULO 5
PRÁTICAS CULTURAIS COMO ELEMENTOS
INTERVENIENTES NAS POLÍTICAS CULTURAIS 140

Maria das Graças Targino

CAPÍTULO 6
PRÁTICAS CULTURAIS:
POR UMA ABORDAGEM SOCIOANTROPOLÓGICA
NO CAMPO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO 170

Regina Maria Marteleto

PARTE III

POLÍTICAS CULTURAIS197

CAPÍTULO 7
POLÍTICAS CULTURAIS
A PARTIR DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS 198

Dyógenes Chaves Gomes

CAPÍTULO 8
POLÍTICAS CULTURAIS & APROPRIAÇÕES SOCIAIS
DA TECNOLOGIA E DO CONHECIMENTO 216

Marco Antônio de Almeida

CAPÍTULO 9
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM SANTA RITA – PARAÍBA:
RESISTIR E CRIAR UMA MESMA PERSPECTIVA 241
Valdir Lima

PARTE IV
PRÁTICAS CULTURAIS NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA 259

CAPÍTULO 10
RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E SEUS DESAFIOS NO SESQUICENTENÁRIO
A PARTIR DAS VISITAS A INSTITUIÇÕES CULTURAIS
DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA 260
Eronaldo de Almeida Marques

CAPÍTULO 11
ACERVO CULTURAL E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
MEDIANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA268
Edison Ferreira de Macedo

CAPÍTULO 12
DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS
EM INSTITUIÇÕES DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA 299
Maria Suzana Diniz / Joana Coeli Ribeiro Garcia

CAPÍTULO 13
PLANEJANDO PRÁTICAS CULTURAIS EM
ORGANIZAÇÕES DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA323
Cristiana da Silva Dantas / Joana Coeli Ribeiro Garcia

PARTE V
INTERVENIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA
TECNOLOGIA PARA A PRODUÇÃO E O CONSUMO
DE BENS CULTURAIS 347

CAPÍTULO 14
PRÁTICAS PROFISSIONAIS INFORMACIONAIS
COMO INTERFERÊNCIAS NO CAMPO DA CULTURA 348
Carlos Alberto Ávila Araújo

CAPÍTULO 15
SISTEMA ATENDE MULHER:
SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO CENTRO
DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA378
Gisele Rocha Côrtes

CAPÍTULO 16
SOBRE A BAIXA INTERAÇÃO ENTRE CULTURA
E INFORMÁTICA EVIDENCIADA PELA LEGISLAÇÃO403
Laércio Alexandrino L. de Lima

SABERES DA VIDA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa¹

INICIANDO DIÁLOGOS

Precisamos adivinhar a que impulsos obscuros, a que necessidades de nosso ser, a que idiosincrasia de nosso espírito obedece ou responde aquilo que consideramos como verdade. Em uma palavra, saber pensar significa, indissociavelmente, saber pensar seu próprio pensamento. Precisamos pensar-nos ao pensar, conhecer-nos ao conhecer. É essa a exigência reflexiva fundamental, que não é só a do filósofo profissional e não deve estender-se apenas ao homem de ciência, mas deve ser a de cada um e de todos. (EDGAR MORIN, 1999, p.111).

Pensamento e pensar são, respectivamente, uma forma de processo mental ou faculdade do sistema mental. Penso porque existo ou existo por que penso? Pensar permite aos seres humanos refletirem o mundo e com isso lidar com esse mundo e com seus seres de forma efetiva e de acordo com suas metas, seus planos e desejos. O pensamento vem eivado de palavras que se referem a conceitos que incluem a cognição, a percepção, a consciência, as ideias e a imaginação. Num momento mais evolutivo, o pensamento trabalha as ideias e as reelabora construindo

¹ Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba

outros pensares. O pensamento é considerado a expressão mais “palpável” do espírito humano, pois, por meio de imagens e ideias, revela justamente a vontade deste. O pensamento é fundamental no processo de aprendizagem. O pensamento é construto do conhecimento.

Nesta perspectiva, crescer é reorganizar a inteligência e, portanto, reelaborar o pensar e o principal veículo do processo de conscientização é o pensamento. A atividade de pensar confere ao homem “asas” para mover-se no mundo e “raízes” para se aprofundar na realidade. Etimologicamente, pensar significa avaliar o peso de alguma coisa. Em sentido amplo, podemos dizer que o pensamento tem como missão tornar-se avaliador da realidade, uma realidade vivida e observada. Segundo Descartes (1596-1650), filósofo de grande importância na história do pensamento, “a essência do homem é pensar.” Por isso dizia: “Sou uma coisa que pensa, isto é, que duvida, que afirma, que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer e não quer, que também imagina e que sente.” Logo quem pensa é consciente de sua existência, “penso, logo existo” (1988).

Para adentrar nesse processo de evolução dos diferentes saberes para o conhecimento, incursionamos na seguinte dúvida: Qual a diferença entre informação, saber e conhecimento? A informação é um dado exterior ao sujeito. Pode ser armazenada, estocada, inclusive num banco de dados. Está sob a primazia da objetividade. O saber é produzido pelo sujeito confrontado a outros su-

jeitos, é construído a partir do que sentimos, falamos, escrevemos, vemos e praticamos. Saberes da vida, saberes naturalmente humanos, culturais. Podem, portanto, entrar na ordem do objeto e tornar-se, então, um produto comunicável, uma informação disponível para outras pessoas, para o mundo.

Já o conhecimento é o resultado de uma experiência pessoal ligada à atividade de um sujeito provido de qualidades afetivo-cognitivas. Como tal, é intransmissível, está “sob a primazia da subjetividade.” O tema conhecimento inclui, mas não está limitado a descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos que são úteis ou verdadeiros. Conhecimento está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no “mundo real” do qual temos experiência direta. A definição clássica de conhecimento, originada em Platão, diz que ele consiste de crença verdadeira e justificada. Aristóteles divide o conhecimento em três áreas: científica, prática e técnica. Além dos conceitos aristotélico e platônico, o conhecimento pode ser classificado numa série de designações / categorias:

Conhecimento sensorial – É o conhecimento comum entre seres humanos e animais. Obtido a partir de nossas experiências sensitivas e fisiológicas (tato, visão, olfato, audição e paladar).

Conhecimento intuitivo – Inato ao ser humano, o conhecimento intuitivo diz respeito à subjetividade. Às nossas percepções do

mundo exterior e à racionalidade humana.

Conhecimento intelectual – Esta categoria é exclusiva ao ser humano. Trata-se de raciocínio mais elaborado do que a mera comunicação entre corpo e ambiente. Aqui já se pressupõe um pensamento, uma lógica.

Conhecimento vulgar / popular – Também chamado de saber popular. É a forma de conhecimento do tradicional (hereditário), da cultura, do senso comum, sem compromisso com apuração ou análise metodológica. Não pressupõe reflexão. É uma forma de apreensão passiva, acrítica e que, além de subjetiva, é superficial.

Conhecimento científico – Preza pela apuração e constatação. Busca por leis e sistemas, no intuito de explicar de modo racional aquilo que se está observando. Não se contenta com explicações sem provas concretas; seus alicerces estão na metodologia e na racionalidade. Análises são fundamentais no processo de construção e de síntese que o permeia. Isso, aliado às suas demais características, faz do conhecimento científico quase uma antítese do popular.

Conhecimento filosófico – Mais ligado à construção de ideias e conceitos. Busca as verdades do mundo por meio da indagação e do debate; do filosofar. Portanto, de certo modo, assemelha-se ao conhecimento científico – por valer-se de uma metodologia experimental –, mas dele distancia-se por tratar de questões imensuráveis e / ou metafísicas. A partir da razão do homem, o

conhecimento filosófico prioriza seu olhar sobre a condição humana.

Conhecimento teológico – Conhecimento adquirido a partir da fé teológica é fruto da revelação da divindade. A finalidade do teólogo é provar a existência de Deus e que os textos bíblicos foram escritos mediante inspiração divina, devendo, por isso, ser aceitos como verdades absolutas e incontestáveis. A fé pode basear-se em experiências espirituais, históricas, arqueológicas e coletivas que lhe dão sustentação.

Estamos vivendo, ao longo da modernidade, verdadeira busca para a afirmação do que o conhecimento apresenta para a humanidade. Independentemente do tempo em que foram propostas, observou-se intenso processo de elaboração – reflexão – afirmação – negação – (re)afirmação do conhecimento como construto eminentemente humano. O conhecimento é cheio de sentido, convicção, valor, verdade e constrói sua *episteme*, ou seja, a filosofia, a ciência, a teologia e a educação. Num momento seguinte, reafirmamos o conhecimento científico. Na ciência moderna, passamos a pensar no ser humano, o conhecimento como produção humana. Essa busca aciona os saberes acumulados ao longo da história e constrói o conhecimento.

Logo, para entendermos o conhecimento temos que apreender sua centralidade a partir da autenticidade e da relevância. Nesse caminhar, identificamos que não existe conhecimento neutro, uma vez que todo conhe-

cimento tem implicações as mais diversas. O conhecimento é uma forma de saber, pois consegue explicar e compreender. Existe outros saberes, os populares, por exemplo, que não são científicos. Esses saberes apresentam uma transitividade para o conhecimento. Os saberes trabalharam com o conceito de experiências no sentido de vivê-las para construção de novos saberes e utilidades. O saber nem sempre é consciente, pois não sabe explicar as “coisas.” Por isso, podemos ter um saber sem procedimentos prévios. Tendo passado por experimentos, vamos à busca do aprimoramento da experiência e, então, produziremos um conhecimento a partir daquele saber ou daqueles saberes.

A grande função do conhecimento é explicar e compreender um dado aspecto da realidade. O conhecimento científico é relativo e provisório, de modo que a dúvida é um elemento fundamental, pois “ela” constrói. O conhecimento é uma invenção humana e, portanto, é cultura. Nesse sentido, é sempre relativo, limitado, não absoluto. Por isso, cada sujeito, em seu tempo e em seu lugar, mantém diferentes formas de percepção desse conhecimento. O conhecimento tem elementos de poder e profundas implicações em nossa vida. Nesses termos, nos permite criar e também fazer a crítica, pois é objetivo, obtendo uma propriedade que lhe é peculiar.

O conhecimento, também por ser cultura, por apresentar essas propriedades é uma produção social e transgeracional, promovendo rupturas quando esse co-

nhcimento não dá mais conta de alguma explicação ou porque não mais interessa. Nessa trajetória, queremos demonstrar esse caminho percorrido pela filosofia positiva dos séculos XVI a XIX – saber-conhecimento-científico-natural-sociedade-educação. Os caminhos iniciais a serem percorridos nesse esforço teórico produzido neste texto abarcam, inicialmente, autores clássicos desde a consolidação da filosofia como: René Descartes, Immanuel Kant, Francis Bacon, Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Popper e Gaston Bachelard. A partir daí a discussão será ampliada pelo estudo de autores que asseguraram organicidade às teorias e aos métodos que afirmam o conhecimento. Entre eles, destacam-se Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Hans-Georg Gadamer, Maurice Merleau-Ponty e György Lukács. Por último, mas não em caráter de conclusão, faremos uma incursão dentre autores contemporâneos que interpretam o pensamento clássico e propõem novas formulações em sintonia com os desafios da contemporaneidade. Buscaremos, então, refletir sobre as formulações de Karl Marx, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos.

O bom senso é a coisa mais bem compartilhada do mundo, pois cada um de nós nos julgamos bem dotados dessa qualidade. O poder de bem aquilatar e diferenciar o verdadeiro do falso, o chamado bom senso ou a razão é naturalmente igual em todos os homens. Assim, a multiplicidade de nossas opiniões não deriva do fato de uns serem mais razoáveis do que outros, mas, sim, do

fato de encaminharmos nosso pensamento por diversos caminhos e não levarmos em conta as mesmas coisas. Para Descartes, não é suficiente um espírito bom: o essencial é aplicá-lo bem. Por tudo isso, a razão ou o senso é a única coisa que nos confere a qualidade de homens e nos diferencia dos animais. Os homens devem desenvolver um método para orientar sua razão a seu modo e por meio dela alcançar um conhecimento claro e certo de tudo quanto é útil à vida.

AUTORES / FILÓSOFOS CLÁSSICOS

Renée Descartes, Immanuel Kant, Francis Bacon, Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Popper e Gaston Bachelard

Renée Descartes (1988) é considerado o primeiro filósofo moderno. Sua contribuição à epistemologia é essencial, assim como às Ciências Naturais por ter estabelecido um método que ajudou em seu desenvolvimento. Em suas obras “Discurso sobre o método” e “Meditações”, a primeira escrita em francês; a segunda, em latim, língua tradicionalmente utilizada nos textos eruditos da época – estão as bases da ciência contemporânea. Para ele, o método cartesiano consiste no ceticismo metodológico, que nada tem a ver com a atitude cética: duvida-se de cada ideia que não seja clara e distinta.

Ao contrário dos gregos antigos e dos escolásticos, que acreditavam que as coisas existem simplesmente por-

que precisam existir, ou porque assim deve ser, Descartes instituiu a dúvida. Só se pode dizer que existe aquilo que puder ser provado, sendo o ato de duvidar indubitável. Descartes busca, inclusive, provar a existência do próprio eu (que duvida, portanto, é sujeito de algo – *ego cogito ergo sum* – eu que penso, logo existo) e de Deus. O método também consiste em quatro regras básicas:

1. Verificar se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada.
2. Analisar, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades mais simples e estudar essas coisas mais simples.
3. Sintetizar, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas num todo verdadeiro.
4. Enumerar todas as conclusões e os princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento.

Em relação à ciência, Descartes desenvolveu uma filosofia que influenciou muitos, até ser superada pela metodologia de Newton. Sustentava, por exemplo, que o universo era pleno e não poderia haver vácuo. Acreditava que a matéria não possuía qualidades secundárias inerentes, mas apenas qualidades primárias de extensão e movimento. Dividia a realidade em *res cogitans* (consciência, mente) e *res extensa* (matéria). Acreditava também que Deus criou o universo como perfeito mecanismo de moção vertical e que funcionava deterministicamente sem intervenção desde então. Matemáticos considera-

vam Descartes muito importante por sua descoberta da geometria analítica considerando que até então, geometria e álgebra apareciam como ramos completamente separados da matemática.

Descartes mostrou, ainda, como traduzir problemas de geometria para a álgebra, abordando esses problemas por meio de um sistema de coordenadas. A teoria de Descartes forneceu a base para o cálculo de Newton e Leibniz, e então, para muito da matemática moderna. Isso parece ainda mais incrível tendo em mente que esse trabalho foi intencionado apenas como um exemplo em seu “Discurso sobre o método.” Nessa caminhada para compreensão da construção do conhecimento no seio da humanidade, precisamos visualizar como se deu o Iluminismo. Para Immanuel Kant, é a saída do homem de sua menoridade de que ele próprio é o grande responsável, considerando a menoridade como a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outros. Essa menoridade também está ligada à falta de decisão e de coragem em necessitar de guia. No Iluminismo, a palavra de ordem era ter a coragem de se servir de seu próprio entendimento. O ato de pensar deve ser próprio e não precisamos “pagar” ou “esperar” que outros pensem por nós. É difícil cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos de uso racional ou mau uso de seus dons naturais são os ferros de uma menoridade perpétua. É difícil, nessas condições, empreender um movimento de pensar livremente.

Mesmo assim, sempre haverá quem pense por si mesmo, apesar dos que semeiam preconceitos. Só muito lentamente, um público consegue chegar à ilustração. Por meio de uma revolução, talvez se possa chegar a mudanças, mas nunca a uma verdadeira transformação na forma de pensar. É preciso chamar as ações de liberdade para fazer o uso público da razão por todos. É preciso raciocinar quanto se queira e sobre o que quiser. Existem várias restrições à liberdade, mas o uso público da própria razão deve ser sempre livre. Infelizmente, em algumas situações, não é permitido raciocinar e, sim, obedecer. O cidadão não pode se recusar a fazer algo que lhe é imposto, mas pode apresentar suas ideias e impressões sobre algo que está sendo dito ou exigido, podendo inclusive contestar a ordem. Vivemos hoje, na educação, com muita intensidade essa crise, pois as políticas públicas do setor estão voltadas, com raras exceções, para a meritocracia e não para o conhecimento livre e desimpedido.

O uso público da razão goza de liberdade ilimitada de se servir de sua própria razão e de falar em seu próprio nome. Do mesmo modo que não se deve subjugar uma pessoa a outra não se pode colocar uma época subjugando a outra. Para Kant, não se vivia numa época esclarecida, mas sim, no Iluminismo, pois dizia, "falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto possam vir se servirem com segurança de seu próprio entendimento, sem o controle ou orientação de outros." Naquele momento, acreditava-se que existiam alguns indícios de abertura

para se atuar livremente com a redução dos obstáculos à Ilustração geral. Esse período ou época da humanidade era, portanto, considerada a época do Iluminismo.

Para o alcance dessa liberdade, era preciso deixar de prescrever aos homens matérias ligadas à religião, mas lhes deixar a plena liberdade para suas escolhas, emancipando o gênero humano da menoridade e concedendo a cada qual a liberdade de se servir da própria razão em tudo o que é assunto da consciência. A partir daí, livres, os homens vão se libertando pouco a pouco da brutalidade.

O ponto central do Iluminismo é a saída do homem de sua menoridade culpada, sobretudo das coisas ligadas à religião, porque em relação às artes e às ciências, nessa época, os governantes não têm interesse em exercer o controle. Por outro lado, a tutela religiosa, além de ser mais prejudicial, é também a mais desonrosa de todas. A tendência e a vocação tendem para o pensamento livre.

O homem, ministro e intérprete da natureza é sujeito, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente sobre a ordem da natureza. Para Francis Bacon (1561-1626), "nem a mão nua nem o intelecto, por si mesmos, podem alcançar muita coisa." Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que a causa sendo ignorada vai frustrar seu efeito. Para que se tenha conhecimento, as criações da mente e das mãos parecem numerosas quando vistas nos livros. Podemos dizer que os fatos se contrapõem aos axiomas. Para Bacon (1988), a natureza supera, em muito, em complexidade, sentidos e intelecto. Tal como as ciências de que ora dispo-

mos são inúteis para a invenção de novas obras, do mesmo modo, nossa lógica atual é inútil para o avanço das ciências. Existe significativa mudança de paradigmas.

Nessa perspectiva em que a lógica é usada, vale muito mais para perpetuar erros (pois se funda em noções vulgares) do que para explicar e indagar sobre as verdades. O silogismo consta de proposições; as proposições de palavras; as palavras são os signos das noções. Se as noções são confusas e abstraídas das coisas, nada do que depender delas vai ter solidez. Por isso, a solução está aliçada na indução. Por isso, todas as compreensões têm sido obtidas por meio de procedimentos indevidos.

Constatamos que Bacon já coloca a necessidade de se ter um método para trabalhar o conhecimento sobre as coisas. Tanto os axiomas quanto a indução não têm dado suficiente convicção aos fatos. Os descobrimentos vinham sendo feitos apoiados em noções vulgares. Para que penetrem nos estratos mais profundos e distantes da natureza, é necessário que tanto as noções quanto os axiomas sejam abstraídos das coisas por um método mais adequado e seguro, em que se trabalhe o intelecto de forma mais segura. O intelecto precisa de um método de trabalho para trazer mais segurança ao que está sendo pensado e pesquisado sobre algo ou sobre um fato.

Nas ciências que se fundam nas opiniões e nas convenções, é bom o uso das antecipações e da dialética, uma vez que se trata de submeter o assentimento e não as coisas. Segundo Bacon, não é tarefa fácil explicar

algo porque as coisas novas são sempre compreendidas por analogia com as antigas. Por isso, alguns afirmam que nada pode ser conhecido, mas, em sua opinião, não se pode conhecer muito acerca da natureza com os procedimentos ora em uso. É preciso mudar os procedimentos. Nesse sentido, são quatro os ídolos que bloqueiam a mente humana. Os ídolos da tribo que estão fundados na própria natureza humana.

O intelecto humano é semelhante a um espelho que reflete desigualmente os raios das coisas e dessa forma, as distorce e as corrompe. Os ídolos da caverna são os homens enquanto indivíduos com sua natureza própria e singular de cada um, buscando em seus pequenos mundos e não no universal. Já os ídolos de foro representam a associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si gerando o comércio entre eles. Já as diversas doutrinas filosóficas, as teorias, formam os ídolos do teatro. O intelecto humano, mercê de suas peculiares propriedades, facilmente em maior ordem e regularidade nas coisas que de fato nelas se encontram. Como na natureza existem muitas coisas singulares e cheias de disparidades, aquele imagina paralelismos, correspondências e relações que não existem. Ainda de acordo com Bacon (1988), é preciso explicar a ordem de funcionamento das coisas. As coisas precisam ser entendidas de forma clara.

Por isso, o intelecto humano, quando assente numa convicção, tudo arrasta para seu apoio e acordo. Os homens se apegam às ciências e a determinados assuntos,

ou por se acreditarem seus autores ou descobridores ou por terem se empenhado. Alguns são mais capazes e aptos para notar as diferenças das coisas, outros para suas semelhanças. É desse modo que se estabelecem as preferências pela Antiguidade ou pelas coisas novas. A verdade, contudo, não deve ser buscada na boa fortuna de uma época, que é inconstante, mas à luz da natureza e da experiência, que é eterna.

Também se deve acautelar o intelecto contra a intemperança dos sistemas filosóficos no livrar ou coibir o assentimento, porque tal intemperança concorre para firmar os ídolos, e, de certo modo, os faz perpétuos, sem possibilidades de remoção. Temos, então, um duplo excesso: sendo o primeiro o dos que se pronunciam apressadamente, convertendo a ciência em doutrina positiva e doutoral; o outro é o dos que tornaram a investigação vaga e sem termo.

Quando o espírito humano se desespera da busca da verdade, seu interesse por todas as coisas se torna débil, daí resultando que passam a preferir as disputas e os discursos amenos, distantes da realidade, em vez de se comprometerem com o rigor da investigação. Bacon propõe o verdadeiro método de interpretação da natureza distante da expiação e da purgação da mente. A melhor demonstração é, sem dúvida, a experiência, desde que se atenha rigorosamente ao experimento. É necessário ampliar a investigação até as coisas mais gerais. Em qualquer espécie de experiência, deve-se primeiro descobrir as causas e os axiomas verdadeiros.

No tempo como no espaço, há regiões ermas e solidões. Podemos levar em conta três períodos na evolução do saber: um dos gregos; outro, o dos romanos; e por último, o dos povos ocidentais da Europa. A Idade Média, em relação à riqueza e à fecundidade das ciências, foi uma infeliz época, pois atravancou o conhecimento. Três foram seus lapsos mais significativos. O primeiro diz respeito ao curto período de tempo; o segundo foi que a filosofia natural ocupou parte insignificante da atividade humana e o terceiro lapso foi o cultivo da teologia. A filosofia natural servia a alguns de passagem e de ponte para outras disciplinas.

A verdadeira e legítima meta das ciências é a de dotar a vida humana de novos inventos e recursos. A partir dos sentidos e da experiência bem fundada é possível notar um método de descoberta muito simples e sem artifícios e que seja o mais familiar a todos. Tudo isso se resume de forma simples a quem se preste a reunir e consultar o que os outros disseram antes. A seguir, acrescentar as próprias reflexões e avançar no esforço de expandir as ideias. Um método bem estabelecido é o guia para a experiência certa conduzindo para a abertura dos axiomas.

Esse é o modo de operar com a razão. É preciso explicar a ordem de funcionamento das coisas. Isso era vital para Francis Bacon. A ciência avança a partir de rupturas no próprio conhecimento científico. O modo de operarmos com a razão é a possibilidade de trabalharmos com o método e aí surge o conhecimento e não

mais um saber. Ainda de acordo com Bacon, devemos pensar o método como caminho para a construção do conhecimento científico. Nesse sentido, afirmamos que precisamos saber racionalmente pelo crivo da razão e do método. Assim sendo, o conhecimento é uma forma de saber objetivo – característica do conhecimento – ele é relativo, é transitório. Por meio do método é possível operar o conhecimento como modo de saber, de existência. Esse tem sido um desafio ao longo da existência humana que é analisar o que é conhecimento.

Caminhando nessa trajetória de evolução, Auguste Comte (1798-1857) opera uma ruptura de compreender a natureza para entender a sociedade. O conhecimento é uma produção singular do indivíduo e, às vezes, não se consegue capturar algumas facetas da realidade. O conhecimento é gerado a partir de um método enquanto um caminho para se chegar ao conhecimento científico, sendo o mesmo construído pela via da razão. Nessa perspectiva, a natureza é o grande livro da vida. Ao idealismo da primeira metade do século XIX se segue o positivismo que se espalha em todo o mundo. Isso ocorre durante a segunda metade desse mesmo século. O positivismo representa uma reação contra o formalismo, contra as coisas, *a priori*, exigindo maior respeito para a experiência e os dados positivos.

A diferença fundamental entre idealismo e positivismo é que o primeiro procura uma interpretação, uma unificação da experiência mediante a razão e o segundo

quer limitar-se à experiência imediata, pura e sensível, como já fizera o empirismo. Daí sua pobreza filosófica, mas também seu maior valor como descrição e análise objetiva da experiência – através da história e da ciência – com respeito ao idealismo, que alterava a experiência, a ciência e a história. Dada essa objetividade da ciência e da história do pensamento positivista, compreende-se porque elas são fecundas no campo prático e técnico. O positivismo, além de ser uma reação contra o idealismo admite, como fonte única de conhecimento e critério de verdade, a experiência, os fatos positivos. Tenta-se aplicar os princípios e os métodos daquelas ciências à filosofia como solucionadoras do problema do mundo e da vida, com a esperança de conseguir os mesmos fecundos resultados. Sendo grandemente valorizado o mercado econômico, é natural que se procurasse uma base filosófica positiva, materialista, naturalista, que desse suporte as ideologias econômico-sociais.

O positivismo admite a experiência e os fatos positivos como fonte de conhecimento e critério de verdade. Nesse aspecto, a filosofia é reduzida à metodologia e à sistematização das ciências. Na democracia moderna como concepção política, em que a soberania é atribuída ao povo, à massa – a vontade popular se manifesta através do número, da quantidade, da enumeração material dos votos, o tão falado sufrágio universal. O liberalismo, que sustenta a liberdade completa do indivíduo, apoia também a livre concorrência econômica por meio da lida

mecânica e do conflito material das forças econômicas. Para o socialismo, enfim, o centro da vida humana está na atividade econômica, produtora de bens materiais, e a história da humanidade é acionada por interesses materiais, utilitários, econômicos (materialismo histórico) e não por interesses espirituais, morais e religiosos.

O positivismo do século XIX pode se assemelhar ao empirismo, ao senso dos séculos XVII e XVIII, também pelo país clássico de sua iniciação (Inglaterra) e porquanto reduz, substancialmente, o conhecimento humano ao conhecimento sensível, a metafísica à ciência, o espírito à natureza, com as relativas consequências práticas, diferenciando-se desses sistemas por um elemento característico que é o conceito de vir a ser, de evolução, considerada como lei fundamental dos fenômenos empíricos, isto é, de todos os fatos humanos e naturais. O Idealismo concebia o vir a ser pela razão e pelo teológico enquanto que o positivismo o concebe como evolução e como causas. Daí acreditar o positivismo no progresso quer nos meios quer no fim, para o bem-estar material. Para Comte, “as ideias conduzem e transformam o mundo” e é a evolução da inteligência humana que comanda o desenrolar da história. As ciências, no decurso da história, não se tornaram “positivas” ao mesmo tempo, mas numa certa ordem de sucessão que corresponde à célebre classificação: matemáticas, astronomia, física, química, biologia, sociologia.

O princípio para todas as ciências é o mesmo – do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais

concreto e de uma proximidade crescente em relação ao homem. Esta ordem corresponde à ordem histórica da aparição das ciências positivas. O próprio Comte (2013) acredita coroar o edifício científico criando a sociologia. As ciências mais complexas dependem das mais abstratas. Os seres vivos estão submetidos não só as leis particulares da vida, como também às leis mais gerais, físicas e químicas de todos os corpos.

Para Comte, cada etapa da classificação introduz um campo novo, irreduzível aos precedentes. A última das ciências que Comte chamara primeiramente física social, e para a qual depois lhe deu o nome de sociologia reveste-se de importância capital. Ao criar a sociologia, a sexta ciência fundamental, a mais concreta e complexa, cujo objeto é a humanidade, encerra as conquistas do espírito positivo.

O objeto próprio da sociologia é a humanidade e é necessário compreender que a humanidade não se reduz a uma espécie biológica: há na humanidade uma dimensão histórica – o homem é um animal que tem uma história. Ele cria línguas, instrumentos que transmitem este patrimônio pela palavra, e, nos últimos milênios, pela escrita às gerações seguintes que, por sua vez, exercem suas faculdades de invenção. A sociedade positiva terá exatamente como a sociedade cristã da Idade Média, seu poder temporal (industriais e banqueiros) e seu poder espiritual (sábios, sociólogos e o papa positivista, o próprio Comte). A sociologia, cuja aparição dependeu de todas as outras

ciências tornadas positivas, transformar-se-á na política que guiará as outras ciências, regenerando, assim, todos os elementos que concorreram para sua própria formação. Na visão de Comte, a sociologia regerá todas as ciências, proibindo as pesquisas inúteis. De toda essa análise, deduzimos que a religião positiva substituiu o Deus das religiões reveladas pela própria humanidade e esse Deus para Comte, era ele mesmo.

Estamos diante de uma força avassaladora para explicar outro caminho – o da razão social já que se analisava a humanidade. Émile Durkheim (1999) critica Kant e o próprio Comte, por não explicarem a sociologia pela razão social. A sociologia, por ser ciência, precisava de um objeto de estudo e de procedimentos. Esse objeto de estudo é o grupo social, um grupo de fatos que possibilitará realizar análises sociais desse complexo chamado humanidade. Durkheim afirmou que o ponto de partida é a afirmação de que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas.”

Nesse sentido apresentou a definição do que é normal e patológico aplicado a cada sociedade. O normal seria aquilo que é ao mesmo tempo obrigatório para o indivíduo e superior a ele, o que significa que a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais antes mesmo de terem existência tangível. Essa preponderância da sociedade sobre o indivíduo deve permitir a realização desses, desde que consiga integrar-se a essa estrutura. Para que reine certo consenso nessa sociedade, deve-se favorecer o aparecimento de uma solidariedade entre seus mem-

bros. Por isso que a norma moral tende a tornar-se norma jurídica, pois numa sociedade moderna é preciso definir regras de cooperação e troca de serviços. Esse processo de análise da sociedade, a sociologia, se fortaleceu graças ao sociólogo francês, Comte (1929).

Importante contribuição de Durkheim foram as regras do método sociológico (1895) quando nos oferece as generalidades:

- a) Devemos afastar sistematicamente todas as ideias preconcebidas ao se estudar um fato social;
- b) Nunca devemos limitar nosso universo de pesquisa a grupos de fenômenos previamente definidos e com características exteriores comuns;
- c) Os fatos sociais devem ser explorados de acordo com seus aspectos gerais e comuns, evitando suas manifestações individuais;
- d) Para explicar um fenômeno social devemos separar dos estudos: o de sua causa e o de sua função;
- e) a pesquisa da causa que determina o fato social deve ser feita entre os fatos sociais anteriores e nunca entre os estados de consciência individual;
- f) devemos buscar a origem primeira de todo processo social de alguma importância na constituição do meio social interno;
- g) Um fato social complexo deve ser explicado seguindo seu desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais.

Diante de todas essas assertivas, podemos dizer que os fenômenos sociais refletem a estrutura do grupo social que os produz. O fato social existe independente dos indivíduos e tem objetividade e generalidade. Durkheim afirma que o social não pertence a nenhum indivíduo, mas ao grupo que sofre pressões e sanções sendo obrigado a aceitá-lo. O social é modelado pela consciência coletiva, que é uma realidade social resultante do contato social. O indivíduo é socializado porque, embora tenha sua individualidade profissional, depende dos demais e, por conseguinte, da sociedade resultante dessa união.

Sem querer confundir a sociologia com a psicologia, ele investiga as analogias entre as leis sociológicas e as leis psicológicas. A vida coletiva e social, tal qual a vida mental, é feita de representações individuais. Essas representações individuais podem ser comparadas com as representações sociais. As representações independem do indivíduo e fazem parte da consciência coletiva. Essa consciência transcende a consciência individual por sua superioridade e pressão que exerce sobre ela. A consciência coletiva decorre do concurso de vários indivíduos que contribuem, cada um, com pequena parcela para o todo. Na sociedade, o todo não é idêntico à soma das partes, mas, sim, distinto dessas.

O grupo pensa, sente e age de modo muito distinto do que fariam seus membros isolados. Émile Durkheim, além de ser um dos fundadores da sociologia moderna, é também considerado o pai da sociologia da educação. A

educação, para ele, é uma socialização da jovem geração pela geração adulta, e, a construção do ser social feita em boa parte pela educação, é a absorção do indivíduo de uma série de normas e princípios que determinam o comportamento do indivíduo na sociedade. Para ele, não há uma educação ideal – numa sociedade poderiam existir vários tipos, de acordo com a classe social, religião, região e mercado de trabalho. Cada sistema social define seu tipo de educação para formar o “homem ideal.”

A educação para Durkheim era considerada um fato social pelo qual o indivíduo era coagido a fim de integrar-se ao sistema social da sociedade em que vive e seus conteúdos são independentes da vontade do indivíduo. O indivíduo só pode agir na medida em que aprende a conhecer o contexto em que está inserido, a saber, quais são suas origens e as condições de que depende e não poderá sabê-la sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta lá representada. A ação educativa formaria seres que tomariam parte no espaço público de suas sociedades e não restringindo apenas seu desenvolvimento individual. O professor tem naturalmente reconhecida a autoridade necessária para influenciar o aluno devido à superioridade de conhecimento acadêmico e empírico, os quais proporcionam eficiência em seu trabalho.

O professor precisa acreditar no valor que tem seu ministério, pois não está somente capacitando para o futuro profissional, mas, principalmente, para a formação deste ser social que agirá segundo a moral que rege a sociedade

que vive. Cada sociedade tem um ideal para sua educação e seu sucesso está intrínseco ao trabalho exercido pelos educadores, sejam eles pais ou mestres. O conhecimento é algo que se busca no sentido de compreender e explicar as coisas da natureza, enquanto transposição dos saberes da vida, onde predomina a presença da consciência. Todo ser vivo pode saber, mas pode não ter a razão. Nós humanos temos, para além da consciência da existência de si e do mundo, temos a razão. Para Descartes, a ciência irá ajudar a encontrar o conhecimento no grande livro da vida. Essa busca do conhecimento necessita de regras, de método de busca e de conquista desse conhecimento. Da razão, originou-se o racionalismo e o Iluminismo, sendo a razão o componente da consciência que ordena e que classifica. Para ordenar e classificar, precisamos da razão, pois sem ela nós não perguntamos. Para Hegel, o conhecimento é uma forma de consciência profunda. O conhecimento é aproximado, objetivo, precário.

A razão, por sua vez, pode ser filosófica trabalhando a lógica, a argumentação e a afirmação *versus* negação. Também pode ser teológica no sentido de apresentar convicções argumentativas. No caso da razão científica, estará baseada em experimentação e explicação. As primeiras ciências foram as Ciências Exatas, gerando o positivismo e o empirismo. Para o conhecimento positivista / empirista, o conhecimento é objetivo, explica a coisa em si, enquanto que para a fenomenologia / hermenêutica, aparece o conceito de subjetividade para chegar à objetividade,

gerando a coisa para si. Quando a subjetividade atinge a objetividade o eu objetivo passa pela razão metódica.

Karl Popper (1994) esboçou a teoria, cujo fundamento era a ideia do racionalismo crítico, que, em sua essência, era uma crítica ao método indutivo e à ciência. Popper achava que as teorias científicas eram passíveis de erros e críticas, não havendo, assim, uma teoria da ciência eterna e imutável. Segundo ele, o que deveria ser feito era a comprovação da falseabilidade das teorias científicas para a elaboração de outras que poderiam resolver as questões propostas pela ciência. Para Em sua visão, existia a necessidade da ciência empírica manter um objetivo e esse objetivo é encontrar explicações satisfatórias para quaisquer coisas que careçam de explicação. Uma explicação científica é uma explicação do conhecido através do desconhecido. Segundo Popper, todo conhecimento é falível e corrigível, virtualmente provisório. O conhecimento científico é criado, construído e não descoberto em conjuntos de dados empíricos. A refutabilidade demarca a ciência da não ciência e a atitude de colocar sob crítica toda e qualquer teoria permite o aprimoramento do conhecimento científico. A teoria do conhecimento, dos três mundos e o problema cérebramente são então discutidos.

Popper negava o caráter cumulativo do conhecimento científico e argumentava que não era possível saber se uma teoria estava mais próxima da verdade do que outra. Com essa análise, propôs uma mudança de visão, alegando

que seria muito mais acertado tentar falsear a teoria do que verificar sua legitimidade. Por isso ele acreditava que toda hipótese deveria passar por severos testes de verificação de seus enunciados, se a hipótese resistisse a uma tentativa de demonstrar que ela era falsa ganhava o *status* de teoria. A teoria então era considerada como a mais aceita para explicar determinado evento ou fenômeno e continuava válida até que uma nova teoria fosse proposta. Definiu-se, assim, o conceito de força de uma teoria. Quanto mais ela resistisse ao processo de falseamento, mais forte ela se tornava.

Em resumo, o racionalismo crítico de Popper nega que o conhecimento científico tenha caráter cumulativo. Alega não ser possível saber se uma teoria está mais próxima da verdade do que outra e estabelece que toda teoria tem caráter provisório e que deve ser substituída quando uma de suas previsões for falseada.

Em seu livro "A formação do espírito científico", Gaston Bachelard (1884-1962) escreve sobre o desenvolvimento histórico e psicológico do pensamento científico. Partindo de uma grande quantidade de textos dos séculos XVII e XVIII, Bachelard (1996) faz verdadeira autópsia naquilo que ele determina "espírito pré-científico", incluindo os vícios epistemológicos de alquimistas, físicos, filósofos e naturalistas. Desde a valorização subjetiva do objeto de estudo até a generalização gratuita e absurda, o autor lista os principais obstáculos ao conhecimento científico, analisando cada um em profundidade. No final, concluímos com o autor que o conhecimento científico só

emerge das mentes e nas sociedades quando finalmente conseguimos abrir mão das imagens primeiras, das impressões iniciais que temos de um fenômeno, e passamos a um caminho de abstração crescente, distante do dado claro e aparentemente explícito.

A proposta de Bachelard na obra citada é mostrar o grandioso destino do pensamento científico abstrato. Para isso, tem-se que provar que pensamentos abstratos não constituem sinônimo de má consciência científica, como parece sugerir a acusação habitual. Será preciso provar que a abstração desobstrui o espírito, que ela o torna mais leve, mais dinâmico. As diferentes etapas históricas do pensamento científico estão divididas em três períodos: o estado pré-científico, o estado científico e o novo espírito científico. A tarefa da filosofia científica é muito nítida. Psicanalisar o interesse, derrubar qualquer utilitarismo por mais disfarçado que seja, por mais elevado que se julgue, volta o espírito do real para o espiritual, do natural para o humano, da representação para a abstração. "A formação do espírito científico" nos traz a noção do obstáculo epistemológico. A noção de obstáculo epistemológico pode ser estudada no desenvolvimento histórico do pensamento científico e na prática da educação. Nesse sentido, o primeiro obstáculo é a experiência primeira, pois a mesma não oferece uma base segura. O caminho é buscar a objetividade científica.

AUTORES QUE ASSEGURAM ORGANICIDADE ÀS TEORIAS E AOS MÉTODOS QUE AFIRMAM O CONHECIMENTO

**Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Hans-Georg
Gadamer, Maurice Merleau-Ponty e György Lukács**

Para Hegel (1770-1831), consciência é precisamente consciência de si, seu saber do outro sendo um saber de si. A palavra consciência denota conhecimento, percepção e muito fortemente saber. Nesse sentido, consciência seria então o saber de si para si própria. Isso significa que a consciência é, ao mesmo tempo, seu saber e seu objeto, ou seja, ela é o âmbito total de sua própria verdade. Compreendida em si mesma, a consciência é o próprio processo de seu autoconhecimento, seu ser é sua principal função que é o conhecer. Temos então a característica da consciência para Hegel que é a descrição do processo de autoconhecimento da consciência no aspecto de sua necessidade. Diante dessas considerações, identificamos que para Hegel, o conhecimento só pode ser conhecimento da verdade. Esse movimento, essa ação em busca da verdade é o movimento de construção da ciência. Para Hegel, a verdade existe para nós em forma de ciência e por isso somente o absoluto é verdadeiro.

Por absoluto pode-se entender “algo não dependente de incondicionado a, não relativo à ou limitado a qualquer coisa, autônomo, perfeito, completo.” O verdadeiro é a própria consciência. A consciência possui dois momen-

tos, sendo o primeiro o momento do saber, que é o modo como ela existe para si, e o segundo, é o momento da verdade, que é o modo como a consciência é em si. Para Hegel, o saber é um conceito e a verdade é o objeto.

Daí deduzirmos que a ciência é o saber da verdade e para chegarmos à verdade, precisamos percorrer o caminho da dúvida. Por isso que Kant e Hegel são os representantes do idealismo – a sociedade a partir das ideias. A verdade existe na forma de ciência. Hegel apresentava a defesa da razão como o primado da construção do conhecimento. O sujeito, o objeto, a necessidade de conhecer (a natureza, o ser, o imaginário) e o próprio conhecimento como resultado do conhecer. Reconhecimento de que existe além do “objeto”, do “sujeito”, “sujeito sobre o objeto” e do “conhecimento”, existe a linguagem. A linguagem, como o quinto componente.

A linguagem registra o conhecimento e as dimensões de construção do processo de conhecimento que é a percepção e a representação. O exame do saber, sendo feito pelo próprio saber, é o caminho de construção da ciência como a forma do saber de si da consciência, o que já é a própria ciência se realizando. O término dessa ciência que Hegel chama fenomenologia, já que é uma ciência do fenômeno, daquilo que à consciência aparece, somente ela própria, se dará no momento da correspondência entre seu saber e seu saber do saber, entre si mesma e o saber de si. Seu conhecimento abarca o âmbito total de sua verdade.

Nessa trajetória que estamos traçando a partir dos saberes da vida e a construção do conhecimento, vamos, agora, reconhecer que Hans-Georg Gadamer (1900-2002), filósofo alemão, é considerado um dos maiores expoentes da hermenêutica filosófica, ou seja, interpretação de textos escritos, formas verbais e não verbais. Em suas análises, ele introduz a categoria sentido como a categoria hermenêutica / fenomenológica. Para ele, o método é o principal elemento da construção do conhecimento. Nesse sentido, a linguagem não se reduz à língua, tendo o texto também como importante elemento de análise científica. Assim considerando, vamos identificar que o fenômeno é o objeto de estudo – consciência da coisa em si e para si. A verdade para Gadamer (2012) é um conceito abstrato, ideias pensadas, pois quanto mais a gente conhece, mais rico potencial possível se abre de possibilidades de explicar o real. Existe uma relação do “O eu”, “O em si”, “O eu do outro”, “O conhecimento de si.” O outro é o em si e o em si da linguagem. Nesse sentido, o conceito representa o em si de alguma coisa.

A subjetivação da objetivação é a objetivação da subjetivação que vai formar os conceitos, as assertivas objetivadas. Vem daí a noção de verdade e do conhecimento na formação do conceito. O conhecimento e a linguagem não constituem produção individual, mas, sim, produção coletiva. Podemos afirmar diante dessas considerações e segundo Gadamer, que não há conhecimento sem subjetividade. Nessa perspectiva, a hermenêutica é a

experiência, sujeito e relação com o mundo e a linguagem. Um conhecimento hermenêutico leva à compreensão do sujeito no mundo mediado pela linguagem no acontecer da experiência. Uma análise pelo método hermenêutico se realiza a partir de três tipos de sujeitos da pesquisa:

- a) Se coloca na reserva – não joga o jogo, não participa;
- b) Conhece as regras, mas é indiferente, não está nem aí para o jogo não ficando nem na reserva;
- c) Tem a compreensão do jogo, mas desvirtua a regra do jogo, jogando diferente.

Para realizar essa análise, buscamos apoio na linguagem entendendo que a mesma pode ter diferentes estruturas. A questão do significado e do sentido é produzida a partir da linguagem que o sujeito aciona. É a compreensão que se faz das coisas e o entendimento que se tem. O conhecimento hermenêutico, para Gadamer, é um conhecimento compreensivo. A coisa em si é incognoscível, pois o que se diz sobre a coisa é o que se diz sobre a coisa.

Esse desconhecimento é o limite do método, mas não da ciência. Gadamer propõe a transformação do próprio sujeito que faz leituras de mundo. Essa é uma das grandes contribuições da hermenêutica para a produção do conhecimento em especial, pois ajuda a compreender e explicar as “coisas.” O mundo não é dito, o mundo já

está na linguagem e sentido e significado estão dentro da linguagem, se fazem presentes dentro das coisas que estão sendo ditas.

Para eu conhecer o mundo, preciso de conhecimento e para isso acionamos a linguagem e a verdade que estão na forma de expressar esse mundo, quando se corresponde ao que é e ao modo como se diz as coisas. Para Gadamer (2012), a verdade é uma construção que está na própria linguagem (sentidos e significados). Para ele, a verdade está no que se diz (linguagem). Nesse sentido, o dizer é uma forma de pensar, quer dizer, é uma unidade entre pensamento e linguagem. É nesse sentido, também, que a hermenêutica apresenta sua contribuição no campo da linguagem, daí não podemos conhecer sem a linguagem.

Quando escreveu a “Verdade e método”, teve seu trabalho recebido como contraposição às ciências do espírito, pois interpretaram mal a palavra compreender como método. Ele tinha entendido que a tradição não podia mais se apoiar num sentido filosófico relevante e nas interpretações metafísicas da razão. A partir dessa constatação, Gadamer introduziu a perspectiva hermenêutica. Assim, volta-se para o trabalho de encontrar o caminho para a consciência histórica, numa apropriação da tradição que preserva para esta a força do compromisso.

Afirma, nessa caminhada teórica, que a razão deve ser recuperada na historicidade do sentido, e essa tarefa se constitui na autocompreensão que o ser humano

alcança como participante e intérprete da tradição histórica. Se nós formos limitar a indicação dos motivos determinantes presentes num tal estilo de pensamento, poderíamos encontrar as seguintes etapas: o diálogo e a dialética em Platão, a hermenêutica e o diálogo, a arte como paradigma da experiência hermenêutica, o estabelecimento das tarefas de uma hermenêutica filosófica e a universalidade da experiência hermenêutica e, por fim, a aplicação como momento do compreender, a hermenêutica como filosofia prática.

Portanto, verdade e método falam de um acontecer da verdade no qual já embarcamos através da tradição. Gadamer vê a possibilidade de explicitar fenomenologicamente esse acontecer em três esferas da tradição: o acontecer na obra de arte, o acontecer na história e o acontecer na linguagem. A hermenêutica que cuida dessa verdade não se submete a regras metódicas das Ciências Humanas, por isso ela é chamada de hermenêutica filosófica.

Gadamer reconhece algumas características bastante significativas na hermenêutica quando afirma que ela é capaz de descrever as estruturas da reconstituição da comunicação perturbada; que ela está necessariamente referida à práxis; que ela destrói a autossuficiência das ciências do espírito assim como em geral elas se apresentam; reafirma sua importância para as Ciências Sociais na medida em que demonstra que o domínio objetivo delas está pré-estruturado pela tradição e que elas mesmas, bem como o sujeito que compreendem, têm seu lugar

histórico determinado; que a consciência hermenêutica atinge, fere e revela os limites da autossuficiência das Ciências Naturais, ainda que não possa questionar a metodologia que elas fazem uso; finalmente, hoje uma esfera de interpretação alcançou atualidade social e exige, como nenhuma outra, a consciência hermenêutica, a saber, a tradução de informações científicas relevantes para a linguagem do mundo da vida social.

Gadamer nos legou, com sua hermenêutica filosófica, uma lição nova e definitiva quando afirmou que uma coisa é estabelecer uma práxis de interpretação opaca como princípio, e outra coisa bem diferente é inserir a interpretação num contexto – ou de caráter existencial, ou com as características do acontecer da tradição na história do ser – em que interpretar permite ser compreendido progressivamente como autocompreensão de quem interpreta. A hermenêutica nos ensina que o ser não pode ser compreendido em sua totalidade. O ser que pode ser compreendido é linguagem.

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), em sua fenomenologia da percepção, transporta-nos para uma paisagem do pensamento na qual a experiência humana adquire estatuto ontológico. Para início de entendimento, fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas resumem-se em defini-las. Essas definições buscam responder às essências da percepção e da consciência. A fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências da existência e não pensa que se pode com-

preender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade. É uma ambição de uma filosofia que seja uma ciência exata, mas é também um relato de espaço, do tempo e do mundo vividos. É uma tentativa de descrição direta de nossa experiência tal como ela é e sem nenhuma deferência sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer.

Segundo Merleau-Ponty (2006), tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência de mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que é uma determinação ou uma explicação dele.

A fenomenologia da percepção tem por objetivo resgatar nossa experiência do mundo que, desconsiderado por algumas filosofias, especialmente pelo cartesianismo, adquire a dignidade de problema filosófico. Ela se deixa praticar e reconhecer como a maneira ou como o estilo. Ela existe como movimento. Não se apreende nada como existente se primeiramente eu não me experimentar existente no ato de apreendê-la. O mun-

do está ali, antes de qualquer análise que possamos fazer. Por isso o real deve ser descrito.

O homem está no mundo e o mundo é o meio natural e o campo de todos nossos pensamentos e de todas nossas percepções. A percepção é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O cogito é o pensamento de fato e ser no mundo. O verdadeiro cogito reconhece nosso próprio pensamento como um fato e nos revela como ser no mundo. As essências trazem consigo todas as relações vivas da experiência. O mundo é o que nós vivemos; não o que nós pensamos e esse mundo é inesgotável, mas nos comunicamos com ele. O pensador sempre pensa a partir daquilo que ele é.

O corpo próprio está no mundo e forma com ele um sistema. Se para nós existe e se podemos alcançar um objeto é porque pela experiência perceptiva nós nos afundamos na espessura do mundo. A coisa e o mundo nos são dados com as partes de nosso corpo numa conexão viva, idêntica à que existe entre as partes de nosso corpo. Trata-se de despertar a experiência do mundo tal como ele nos aparece enquanto estamos no mundo por nosso corpo. Estamos no mundo e condenados ao sentido. O mundo fenomenológico não é o ser puro, mas o sentido, a experiência, a subjetividade e a intersubjetividade. Ser burguês ou ser operário é se valorizar como tais por um projeto implícito ou existencial que se confunde com o modo de pôr em forma o mundo e de coexistir com os outros. O logos que preexiste é o próprio mundo. Na fe-

nomenologia, o conceito-chave é a experiência.

Nascido em 1885 e falecido em 1971, György Lukács (2010) tornou-se um dos mais influentes marxistas do século XX. Em suas investigações, notou a necessidade de elaboração prévia acerca da determinação histórico-concreta do modo de ser e de se reproduzir do ser social. Nessa direção analítica, estuda os prolegômenos que significam as coisas singulares, as coisas que são ditas antes, realizando o estudo introdutório de uma ciência. Seu objetivo com essa ontologia do ser era reexaminar, passo a passo, as categorias fundamentais do pensamento de Marx, iniciando pela retomada das considerações marxianas acerca do trabalho como complexo central decisivo do ser social, passando pelo problema da reprodução, da ideologia e culminando no tratamento da alienação. Para Lukács, a ideologia é um fator de coesão social e a subjetividade é um elemento de análise.

O autor visa determinar, principalmente, a essência e a especificidade do ser social. Mas, para formular de modo sensato essa questão, ainda que apenas de maneira aproximativa, não se devem ignorar os problemas gerais do ser, ou, melhor dizendo, a conexão e a diferenciação dos três grandes tipos de ser – as naturezas inorgânica e orgânica e a sociedade. Sem compreender essa conexão e sua dinâmica, não podemos formular corretamente nenhuma das questões autenticamente ontológicas do ser social, muito menos conduzi-las a uma solução que corresponda à constituição desse ser.

Não precisamos de conhecimentos eruditos para ter a certeza de que o ser humano pertence diretamente e irrevogavelmente também à esfera do ser biológico, que sua existência – sua gênese, transcurso e fim dessa existência – se funda amplamente e decididamente nesse tipo de ser, e de que também tem de ser considerado como imediatamente evidente que não apenas os modos de ser determinados pela biologia, em todas suas manifestações de vida, tanto internamente como externamente, pressupõem, em última análise, de forma incessante, uma coexistência com a natureza inorgânica, mas também que, sem interação ininterrupta com essa esfera, seria ontologicamente impossível, não poderia de modo algum desenvolver-se interna e externamente como ser social.

AUTORES / FILÓSOFOS CONTEMPORÂNEOS

Karl Marx, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos

Nessa evolução e construção do conhecimento, identificamos, agora, os estudos sobre a crítica da economia política de Karl Marx (1818-1883), cuja categoria trabalho é seu principal objeto de estudo. Marx (1977) estudou o sistema da economia burguesa notadamente os registros sobre o capital, propriedade do solo, o trabalho assalariado, o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial. Seus estudos apontam para o processo de produção do

conhecimento com ênfase nas categorias Objetividade em relação ao indivíduo e à subjetividade que é o sujeito e o indivíduo, a personalidade de cada sujeito.

Também é significativa a singularidade com suas particularidades, questões de gênero e as lutas sociais. Já no plano da individualidade, a especialidade e a relação social são fundantes. Nesse sentido, o conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é, para Marx, a consciência dos homens que determina seu ser; é seu ser social que, inversamente, determina sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a superestrutura. Quando consideramos determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar sua população, a divisão desta em classes, sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, seus diversos ramos de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anual, os preços das mercadorias.

Nesse sentido, para Karl Marx, o melhor método de análise será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva. Em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. Mas sem associações, por exemplo, o capital sem o trabalho assalariado, sem o valor, não é nada. Do concreto figurado, passaríamos às abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos o concreto pensado, pois o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.

Em "O método", Edgar Morin (1999) aponta para as condições em que se obtém conhecimento. Para ele, o conhecimento é, ao mesmo tempo, atividade e produto dessa atividade. O conhecimento espiritual é o conhecimento propriamente humano. O conhecimento cerebral é um desenvolvimento particularmente original de um conhecimento inerente a qualquer organização viva.

Nesse sentido só se pode viver com conhecimento, pois a vida só pode se organizar com e através da computação e o ser vivo só pode sobreviver num meio com e através do conhecimento desse meio. A vida não é viável nem passível de ser vivida sem conhecimento. Podemos afirmar que o conhecimento humano é, ao mesmo tempo, cultural, espiritual, cerebral e computa as diferentes atividades. Como todo conhecimento vivo, o conhecimento humano é um conhecimento de um indivíduo e, também, produto e produtor de um processo auto-eco-reorganiza-

dor. Já como conhecimento individual é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. Como qualquer conhecimento cerebral, ele é, na origem e nos desenvolvimentos, inseparável da ação.

Para que haja conhecimento, deve existir não somente separação entre o dispositivo cognitivo e os fenômenos a conhecer ao mesmo tempo em que inerência a um mundo comum, mas também separações e diferenças nos fenômenos e entre fenômenos derivados de um mesmo mundo. Para que exista um mundo, é preciso que este seja ao mesmo tempo uno e diverso, que os fenômenos lhe sejam inerentes embora diferentes e separados. Assim, as condições de existência do conhecimento são as mesmas de seu mundo e ambas nascem da separação. Por isso que se diz que existe verdade tanto quanto risco de erro em todo conhecimento. Em qualquer situação e de qualquer maneira, o conhecimento estabelece um compromisso, feito de concessões mútuas e de renúncias recíprocas, com a realidade.

Para Boaventura de Sousa Santos (1989) é preciso desdogmatizar a dogmatização da ciência moderna e para isso é necessário distinguir entre os dois tipos de crise: as crises de crescimento e as crises de degenerescência. A crise de crescimento é em nível da matriz disciplinar de um ramo da ciência - é a insatisfação perante métodos ou conceitos básicos sendo a indicação de que existiriam alternativas viáveis. Já as crises de degenerescência são crises do paradigma, crises que atravessam todas as dis-

ciplinas, ainda que de modo desigual, e que as atravessam a um nível mais profundo.

Significa o pôr em causa a própria forma de inteligibilidade do real que um dado paradigma proporciona e não apenas os instrumentos metodológicos e conceituais que lhe dão acesso. Não é fácil determinar se um dado período histórico é dominado por uma crise de crescimento ou de degenerescência. Para Boaventura de Sousa, neste momento, estamos numa fase de crise de degenerescência. A reflexão sobre os fundamentos, a validade e os limites do conhecimento científico transformou-se num dos ramos essenciais da filosofia a partir do século XVII. A época moderna pode ser definida pela emergência de uma nova concepção de ciência e de método. Para entendermos melhor essa questão devo dizer que o positivismo lógico representa, assim, o apogeu da dogmatização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo, sem outros fundamentos que não as proposições básicas sobre a coincidência entre a linguagem unívoca da ciência e a experiência ou observação imediatas, sem outros limites que não os que resultam do estágio do desenvolvimento dos instrumentos experimentais ou lógico-dedutivos.

Quando houve o apogeu da dogmatização da ciência também veio com ela seu declínio e, portanto, o início de um movimento de desdogmatização da ciência que não cessou de se ampliar e aprofundar até os nossos dias. Para Boaventura a ciência é um conjunto de práticas que

pressupõem certo número de virtudes, tais como a imaginação e a criatividade, a disponibilidade para se submeter à crítica e ao teste público, o caráter cooperativo e comunitário da investigação científica, virtudes que, apesar de características de método científico, devem ser cultivadas no plano moral e político para que se concretize o projeto de democracia criativa. A concepção de uma ciência pós-moderna aqui proposta insere-se no movimento de desdogmatização da ciência que Boaventura descreveu.

Desde os meados do século XIX até hoje, a ciência adquiriu total hegemonia no pensamento ocidental e passou a ser socialmente reconhecida pelas virtualidades instrumentais de sua racionalidade, ou seja, pelo desenvolvimento tecnológico que tornou possível. A partir desse momento, o conhecimento científico pôde dispensar a investigação de suas causas como meio de justificação. O senso comum é um conhecimento evidente que pensa o que existe. A ciência se opõe à opinião e constrói-se contra o senso comum e seus atos epistemológicos provocam a ruptura, a constatação dos fatos e a construção do conhecimento.

A busca do conhecimento na sociedade pós-moderna tem se tornado uma relação necessária, mas, às vezes, é mera atitude de poder e de paranoia intelectual, apesar de que, particularmente, questionamos se é sensato falar em pós-modernidade quando ainda não esgotamos e ampliamos o acesso às tecnologias e descobertas da modernidade para todos os povos. Ainda se tem fome do

básico. Construir as possibilidades de conhecer para compreender o mundo será a eterna caminhada.

REFERÊNCIAS

BACON, F. **Novum organum, ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COMTE, A. **Système de politique positive**. 5. ed. Paris: Société Positiviste, 1929. v. 1.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCARTES, R. **Discurso sobre o método**. São Paulo: Hemus Ed., 1988.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HYPOLITE, J. **Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito de Hegel**. São Paulo: Discurso Ed., 1999.

HAMBURG, F. M. V. **Phänomenologie des Geistes nach dem Text Von Hegel**. Petrópolis: Vozes, 1988. (Tradução de: "Gênese e estrutura da fenomenologia do espírito de Hegel").

KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Ed. e Publ. Brasil, 2004.

KANT in the classroom. Disponível em: <<http://www.manchester.edu/kant/helps/KantsLife.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser so-**

cial: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORIN, E. **O método 3**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MUNDO dos filósofos. Disponível em: <<http://www.mundo-dosfilosofos.com.br>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

POPPER, K. R. **O racionalismo crítico na política**. 2. ed. Brasília: EDUNB, 1994.

SANTOS, B. de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CAPÍTULO 1

HETEROGENEIDADE DE SENTIDOS EM CULTURA E POLÍTICA

Edilene Maria da Silva¹
Joana Coeli Ribeiro Garcia²
José Mauro Matheus Loureiro³

INTRODUÇÃO

Políticas culturais enfrentam obstáculos para sua implantação e / ou concretização devido à imprecisão conceitual dos termos. Especificamente sobre cultura e seus intervenientes, Botelho (2001) e Teixeira Coelho (2005) destacam a ausência de precisão conceitual do termo cultura, das manifestações (materiais e imateriais) que a integram e atenção necessária à heterogeneidade e à multiplicidade inerentes a todo e qualquer fenômeno social. Igualmente, política é outro conceito controverso provocando acirradas discussões. Na língua inglesa, empregam-se duas grafias para evidenciar o emprego do termo em diferentes contextos: *politics* compreende a atividade humana em prol dos recursos e da manutenção necessária do exercício do poder; *police* relaciona-se com as diretrizes para a ação.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba

² Doutora em Ciência da Informação

³ Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

PARTE I

HETEROGENEIDADE E MULTIPLICIDADE EXPRESSAS NAS RELAÇÕES INFO-CULTURAIS

A expressão política cultural carrega consigo extensa polissemia conceitual que dificulta sua operacionalidade no mundo empírico. Tal imprecisão provoca permanentes significações e ressignificações que conduzem as práticas culturais a direções divergentes, e, por vezes, conflitantes. Ampliadas pelos escopos ideológicos, podem ser observadas nos conteúdos, formulações e decisões encontradas nas políticas culturais públicas nas diferentes esferas federativas. Por outro lado, as informações concernentes a tais políticas não são transferidas para aqueles a quem são destinadas. Os receptores para os quais são destinadas encontram-se, quase sempre, ausentes de todo o processo e privados da semântica empregada para descrever a produção, a disseminação, o uso e o consumo de cultura.

A abrangência conceitual do termo cultura nas diversas áreas do conhecimento permite-nos, para os fins aqui propostos, privilegiar seus aspectos simbólicos, substituir as noções usuais de identidade por multiplicidade, expressando a heterogeneidade das práticas culturais e a noção de hibridismo que permite descartar as dicotomias sujeito / objeto, natureza / cultura, humano / tecnologia.

No caso específico do Brasil, as políticas públicas de cultura constam de propostas e programas não raramente formulados verticalmente (a partir das instâncias de poder estatal), desconsiderando os múltiplos contextos, os desejos e as aspirações do público produtor e receptor. Geralmente, estas políticas, ainda que não

explicitem, beneficiam fortemente segmentos vinculados à indústria cultural (teatro, cinema e música, por exemplo). As práticas denominadas populares e folclóricas recebem escassos investimentos de toda ordem em virtude de seu baixo apelo midiático. A iniciativa privada, por sua vez, segue a mesma tendência quando elabora e desenvolve projetos de estímulo à cultura ou quando disponibiliza espaços para tanto.

Esse contexto delinea um processo de viés capitalista, no qual bens e serviços culturais com maior visibilidade junto aos meios de comunicação e probabilidade de consumo mercadológico recebem maior atenção e benefícios. Múltiplas e heterogêneas manifestações culturais sem apelo comercial dispersas por todo o Brasil, entretanto, ainda encontram dificuldades de toda ordem para usufruir das políticas públicas da cultura. Não raro, são elas produzidas por pequenos grupos da sociedade ou por algum membro de família que receiam a extinção da cultura e a transmite para as gerações subsequentes, impedindo seu desaparecimento.

Assim considerando, este texto reflete a contemplação da multiplicidade e da heterogeneidade cultural na formulação e na implantação de políticas públicas de cultura. Metodologicamente, empregou-se uma revisão de literatura sobre os conceitos envolvidos e pesquisa empírica junto à Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A – responsável pela criação e manutenção da Usina Cultural – braço social da referida empresa, situada em

João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, objetivando realizar cotejamento entre a realidade da Usina e as teorias sobre política cultural.

A Energisa PB é parte do Grupo Energisa, cuja missão resume-se em “[...] transformar energia em conforto, em desenvolvimento e em novas possibilidades com sustentabilidade, oferecendo soluções energéticas inovadoras aos clientes, agregando valor aos acionistas e oportunidade aos seus colaboradores” (ENERGISA, 2014). Depreende-se, portanto, que essa sociedade anônima não tem como missão oferecer programas culturais. No entanto, em João Pessoa, a Usina Cultural Energisa, como o próprio nome indica, constitui espaço montado especialmente para eventos educativos e culturais. Compreende-se que as atividades desenvolvidas pela Usina são, indiretamente, um complemento às políticas públicas culturais. Por este motivo, a entrevista realizada com a representante da Usina, Marina Rievers é adotada como situação empírica.

CULTURA E SUAS DIVERSAS COMPREENSÕES

A política cultural, conforme Teixeira Coelho (2005), é entendida como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, organizações privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer às necessidades da população e de promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Para tanto, adota-se

um conjunto de ações voltadas à promoção da produção, da distribuição e do uso da cultura, à preservação e à divulgação do patrimônio histórico e ao ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável.

Assim, a política pública de cultura pode ser compreendida como *police*, ou seja: um complexo de soluções propostas por atores governamentais e não governamentais para enfrentar problemas públicos (SILVA; GARCIA; LOUREIRO, 2013). As políticas são viabilizadas por meio de normas jurídicas, editais, programas e planos, e definidas mediante a compreensão do objeto ao qual estão atreladas. No caso do objeto cultura, a situação é, no mínimo, controversa. A ideia de cultura ainda presente no imaginário de expressiva parcela da sociedade tem sua origem em perspectivas eurocêntricas. A noção de *civilization* desenvolvida na segunda metade do século XIX na França propunha que o homem partia de um estágio primevo em direção a estágios civilizatórios superiores. Desse modo, ser civilizado compreende a adoção de costumes, significados e sentidos, cujos modelos encontravam-se no mundo europeu.

Esta visão ainda presente em parte do imaginário coletivo é entendida como cultura erudita em oposição àquela designada como cultura popular. A primeira é inspirada em modelos europeus, produzida e apreciada pelas elites e pessoas cultas; a segunda faz referências às manifestações originadas pelos segmentos populares, compreendida como folclore e artesanato. A distinção pode

ser observada, por exemplo, nos editais de financiamento à cultura lançados pelo Governo e / ou pelas empresas, os quais privilegiam projetos de grande visibilidade comercial a fim de garantir retorno midiático referente à imagem da empresa que investe em cultura.

Nesses editais, assim como nas políticas públicas, é assumido um conceito restritivo que desconsidera a inexistência das hierarquias entre as culturas dos diversos grupos humanos (MINTZ, 2010). Segundo Kuper (2002) a cultura pode ser entendida como sistema ordenado de significados e sentidos, isto é: um sistema simbólico. Em seu interior, os sujeitos definem seu mundo, expressam seus sentimentos e ideias e emitem seus juízos de valores surgidos de imensa multiplicidade, na qual costumes e valores são diversificados e entendidos coletivamente. Esta ênfase no coletivo é corroborada por Mintz (2010), ao vislumbrar que o comportamento humano não pode ser compreendido isoladamente, pois o indivíduo tem caráter eminentemente social e seu comportamento é mediado por meio de símbolos. As culturas humanas são essencialmente compostas pela diferença, pelo conflito e pela heterogeneidade. Essas características encontram-se presentes em todas as construções materiais e imateriais desenvolvidas pelos coletivos humanos. As políticas culturais deveriam, por conseguinte, considerar tais dimensões a fim de garantir a inserção da multiplicidade e da transformação exteriorizada nos comportamentos, nos valores e nas ideias, ao longo do tempo.

A noção de multiplicidade encontra-se no interior da identidade. A multiplicidade de valores estéticos, morais e éticos está imersa naquilo que é denominado de identidade. Contudo, os valores não estão evidentes ou aceitos por aqueles que constituem determinado grupo como algo que tenha significado unívoco, ou seja, onde não ocorre alteridade. Exemplificando, a Paraíba não tem um ícone identitário como o frevo em Pernambuco, muito embora o valor simbólico do frevo não seja igual no Estado pernambucano como um todo, isto é, não é visto da mesma forma por aqueles que vivem nos municípios do sertão. Para estes, há outras práticas culturais com mais significados. Isso implica que a busca por identidade pode ser uma luta existencial de determinado grupo social pelo reconhecimento e pela manutenção de um estilo de vida que pode durar apenas durante um espaço de tempo.

A vida humana, segundo Ingold (2000), realiza-se simultaneamente em dois domínios: relações interpessoais e relações interorgânicas. Assim, o humano encontra-se sempre em profunda ligação com os objetos e ambientes que cria. As realidades da vida moderna, de acordo com Haraway (2000), implicam redes de relações integradas entre pessoas e tecnologias sem que possamos precisar onde acaba um e se inicia o outro. A esse complexo de redes integrado por humanos e não humanos, a autora denomina de rede tecnocultural –humanos e máquinas interligados. A autora propõe, ainda, o conceito de *ciborgue* para definir os humanos enquanto uma coleção de redes

constantemente fornecendo e recebendo informação ao longo da linha que constitui milhões de redes que formam o mundo. Desse modo, *ciborgue* é um organismo cibernético, uma criatura da realidade social e da ficção. Realidade social significa relações sociais vividas; significa a construção política mais importante, uma ficção capaz de mudar o mundo. Exemplificando: Haraway (2000) utiliza a ideia de libertação que depende da construção da consciência da opressão, de sua imaginativa apreensão, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade de existência da opressão e de seus efeitos.

O binômio natureza e cultura é reestruturado: uma não pode ser mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. As máquinas do século XX tornaram ambíguas as diferenças entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes. Em lugar das distinções entre natureza e cultura, sujeito e objeto, destaca-se a coabitação. Isto é, diferentes ciências e culturas coabitam entre organismos e máquinas. Alerta que a “tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos num mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito” (HARAWAY, 2000, p. 32).

A noção de seres híbridos, de rede e de multiplicidade constituiu a tônica das abordagens contemporâneas referentes ao estudo da cultura. Para Latour (1994, 2012), há dois conjuntos de práticas que assinalam o conceito de moderno: as práticas de “tradução” e de “mediação”, que permitem compreender o primeiro como a hibridização entre natureza e cultura caracterizando as redes; e o segundo, como práticas de “purificação” que separam os humanos e não humanos. O autor desenvolve a Teoria Ator-Rede, afirmando que a rede é assistemática, plural, caótica e complexa.

A sociedade, contudo, desde os primórdios, cria mecanismos com o objetivo de moldar e pôr em ordem as relações ora com fins de controle ora com fins de entender a realidade minimamente organizada. Mas, colocar em ordem o mundo caótico, complexo e plural é tentativa vã e falha. Afinal, as relações sociais são fluidas, provocadas mediante as preferências humanas ou por motivos exógenos (LAW, 1999), e cada ponto da rede pode se mover como quiser e interagir com diversos pontos sem obedecer à hierarquia e ao controle. O foco das relações na rede é a tônica do texto de Law (1992), para quem as relações são simultaneamente materiais (entre as coisas) e semióticas (entre conceitos).

Devido à multiplicidade, Law e Mol (2002) destacam que não há uma ontologia, mas ontologias, porquanto a realidade é múltipla e performática. Mol (2002) traz quatro questões que problematizam a multiplicidade ontológica, utilizando um exemplo, trazido da saúde, relativo à

temática da anemia: (1) Onde estão as opções de tratamento? (2) O que está em jogo? (3) Há mesmo opções para os pacientes? (4) Como escolher e quem pode fazer e determinar uma política ontológica?

As questões propostas por Law e Mol (2002) para refletir sobre a política ontológica podem ser transpostas para a área das políticas públicas culturais: (1) Onde estão as opções de formulação e adoção de tais políticas? (2) O que motiva as escolhas políticas? (3) Quais ideologias, fontes e recursos são mobilizados para tal política? (4) Quem escolhe o sujeito, o objeto e o contexto simbólico que serão privilegiados? (5) Quem determina os objetivos e resultados de uma política pública cultural? (6) Há políticas públicas de cultura que deem conta da multiplicidade?

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: A USINA CULTURAL ENERGISA

Secchi (2010) defende a abordagem multicêntrica para a formulação e a implantação de políticas públicas na qual os atores de organizações governamentais e não governamentais protagonizam o ciclo de políticas públicas. Este compreende a identificação de um problema público, a formulação de alternativas para solucioná-lo, o monitoramento e a avaliação.

A abordagem multicêntrica é adotada neste estudo tendo em vista que as organizações governamentais, as empresas privadas que dispõem ou não de institutos com

finalidades sociais e culturais, e as instituições do terceiro setor são atores do ciclo de políticas públicas culturais. Pela diversidade de manifestações culturais presentes no Brasil, a oferta diversificada de fontes e de recursos financeiros pode atingir número significativo de atividades e práticas culturais. Entretanto, objetivos e aspirações entre produtores e receptores dessa política podem ser divergentes em algum momento, e esses conflitos entre os objetivos do Governo e dos outros atores podem gerar uma arena de conflito, no qual o poder de cada ator determina o objeto, a tipologia, a formulação, a implantação e a avaliação da política (SILVA, 2009).

As políticas culturais brasileiras são devedoras da noção de difusão cultural. Segundo Teixeira Coelho (2005, p. 293), fundam-se “[...] no pressuposto de que existe um núcleo cultural positivo, de importância superior para uma comunidade e de âmbito restrito, que deve ser compartilhado pelo maior número de pessoas na qualidade de receptores ou apreciadores.” Esse núcleo deve ser amparado e pertencer ao interesse público ou ao maior número possível de pessoas que seja capaz de apreciá-lo. O lema “levar a cultura ao povo” revela que cultura e povo são entidades distintas e afastadas uma da outra, quando não opostas (TEIXEIRA COELHO, 2005). Evidencia, ainda, a presença da noção de *civilization*, ou seja, levar determinada cultura para quem não a tem com o oculto intuito de primeiro emoldurar as pessoas e, posteriormente, de tornar mais fácil o domínio de um grupo social sobre o outro.

A diversidade cultural brasileira faz com que a cultura dita periférica ou popular sobreviva em constante movimento de resistência ao consumo de bens culturais massificados ditados por grupos que consideram – o outro – aqueles que não consomem o que eles determinam. Isto explicita luta existencial de determinado grupo social pelo reconhecimento e pela manutenção de um estilo de vida e de suas manifestações. Crenças, costumes, valores, artefatos e informações que circulam num grupo o caracteriza e o modifica simultaneamente, em constante translação.

Teixeira Coelho (2005, p. 293) entende a política cultural e a política social, “como um dos principais recursos de que se serve o Estado contemporâneo para garantir sua legitimação como entidade que cuida de todos e em nome de todos fala.” O autor não raro vê a política cultural definida como o conjunto de intervenções dos diversos agentes no campo cultural com o objetivo de consenso de apoio para a manutenção de certo tipo de ordem política e social.

As políticas de estímulo à cultura do Governo e / ou da iniciativa privada resultam do entendimento de cultura como algo que pode ser produzido, distribuído e consumido de acordo com o sistema de produção capitalista. Observando as redes de justificação e legitimação de tais políticas, percebe-se a existência da lógica da oferta concretizada pelo apoio aos artistas, pela criação e manutenção de infraestrutura adequada ou pela lógica da

demanda voltada para formação e estímulo aos públicos (TEIXEIRA COELHO, 2005).

Ainda de acordo com o referido autor, as políticas culturais, segundo seus circuitos de intervenção, podem se voltar para as políticas de estímulo aos setores de produção, distribuição e consumo da cultura; ao incentivo às práticas culturais não permeadas pelo interesse econômico do mercado cultural tanto na sua produção material quanto na recompensa de seus criadores; às instâncias institucionais de organização dos circuitos culturais (que podem ou não privilegiar setores ou modos específicos de produção de cultura); à atuação da iniciativa privada no campo da cultura, no qual o Governo se ocupa em definir incentivos fiscais para a cultura, regras de mecenato, limites em que a intervenção privada pode ocorrer, etc., sem determinar diretamente quais práticas culturais serão beneficiadas e em que circunstâncias. (TEIXEIRA COELHO, 2005).

Há ainda problemas não solucionados quanto à participação da iniciativa privada na formulação e na adoção de suas políticas culturais caracterizada pela escolha livre e arbitrária de quais segmentos da cultura serão privilegiados pelos editais das empresas. Assim, a lógica capitalista se estende para a cultura ao escolher projetos que se alinhem ao setor de *marketing*, e que promovam, largamente, a imagem da empresa, não raro desconsiderando as manifestações geradas no local onde a empresa está inserida.

Os editais, forma de estímulo à cultura adotado tanto pelo Governo quanto pela iniciativa privada, apresen-

tam problemas quanto ao acesso a recursos financeiros e à eliminação do apadrinhamento de certos grupos que favoreciam o acesso ao montante disponível. Um desses problemas diz respeito à insuficiente competência técnica de alguns grupos sociais para elaborar os projetos de acordo com os requisitos propostos pelo Governo ou pelo setor privado. Estes grupos, geralmente localizados em áreas periféricas das capitais ou em municípios distantes das capitais, não dispõem de recursos humanos preparados para elaboração de projetos. Embora dominem a forma de produzir suas manifestações, não dominam os termos técnicos exigidos para descrever suas atividades em projetos, atendendo às solicitações dos editais.

Outras organizações particulares incentivam a cultura por meio da criação de institutos culturais com o objetivo de promover atividades artístico-culturais de âmbito universal e divulgação de grupos locais. Em João Pessoa, como em duas outras cidades brasileiras Cataguases (Minas Gerais) e Rio de Janeiro (Estado do Rio de Janeiro), a Empresa de Energia tem braços culturais denominados Usina Cultural Energisa. Na capital paraibana, é um espaço que conta com um museu sobre a história da utilização da energia pelo homem, e, também, dispõe de auditório, sala de projeção, cineclube, livraria e galeria de arte. Realiza atividades de grande porte como o Projeto Lumièrre em parceria com a Aliança Francesa João Pessoa para exibição de filmes franceses e o Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa (Cineport) em sua VI edição.

Aliás, a partir de 2009, ocorre uma vez por ano. Na sede da Energisa em João Pessoa, em seu hall de entrada, há exposição permanente de telas de artistas paraibanos.

De acordo com a entrevista realizada com a responsável pela Usina Cultural, as práticas culturais propostas pela comunidade são recebidas e, posteriormente, avaliadas em função de seu alinhamento com os objetivos da Usina. Se aprovadas, disponibiliza-se o espaço para exposições e / ou outros eventos: "Hoje mesmo está havendo lançamento de um livro na Usina, de um professor da Universidade Federal da Paraíba. O relacionamento com a comunidade [resume-se a] receber as propostas, avaliar e fazer a cessão do espaço." De fato, cada instituição escolhe as ações que irá promover ou desenvolver em seu espaço. No caso da Usina Cultura Energisa, há clara opção pela promoção de expressões artísticas relacionadas com a arte contemporânea como se constata pela entrevista:

A galeria é direcionada preferencialmente a arte contemporânea, mas obviamente abrimos espaço para outras manifestações, e o recebimento de eventos de âmbito geral e local. O espaço está aberto para receber propostas de ocupação pela comunidade desde que sejam eventos relacionados à cultura, não necessariamente local como, por exemplo, a amostra de direitos humanos (RIEVERS, 2013).

Essa opção pode ser vista como contribuição às políticas públicas de cultura no âmbito da difusão. A escolha

das atividades é proposital e tem como objetivos: disseminar a cultura e, simultaneamente, promover a imagem da empresa vinculada a iniciativas sociais que proporcionem bem-estar aos seus clientes de diversas formas, não só na oferta de energia, mas com a disponibilidade de alternativas culturais, como música, cinema, exposição, lançamentos de livros e peças de teatro.

As opções são planejadas pela própria equipe da Usina Cultural, a qual já tem um plano anual com flexibilidade para acrescentar atividades oriundas de demandas de artistas ou de outras instituições como a UFPB. A entrevista demonstra que a participação da comunidade paraibana nas decisões sobre quais atividades serão realizadas é insignificante. Isso corrobora a noção da difusão cultural mencionada anteriormente e consiste em fato também evidenciado pela responsável pela Usina Cultural:

Em alguns momentos houve algumas pesquisas, principalmente com os novos projetos como no caso da feira multicultural que acontece uma vez por mês. Em alguns momentos específicos nós fizemos pesquisas de opinião com o público para identificar algumas tendências (RIEVERS, 2013)..

A preocupação com a imagem da empresa reforça a ideia de alinhar as atividades culturais ao setor de *marketing* e a responsabilidade social da empresa é associada à sua política de promoção de imagem. De acordo com a entrevista:

Nós temos a política de acompanhamento da imagem da empresa. Ela é feita através de uma pesquisa anual da Associação Brasileira de Distribuição Elétrica, que realiza essa pesquisa no Brasil com as 63 concessionárias. Nós entendemos que todo esse trabalho de política cultural está relacionado com a imagem da empresa. E o acompanhamento é realizado por meio desse índice. Eles chamam de dar imagem e a nossa tem tido uma melhora significativa nesse item de responsabilidade social. Estamos sendo bem-sucedidos. Essa pesquisa avalia diversos aspectos das empresas, não só a questão de imagem, mas também a qualidade do serviço. E a Energisa está entre as três melhores empresas do Nordeste nos últimos três anos e no ano passado conquistou o Prêmio Nacional da Qualidade, que é o maior reconhecimento, relativo à gestão do negócio como um todo. Chegamos a esse resultado porque estamos fazendo um bom trabalho.

As motivações da iniciativa privada para a realização de ações de estímulo à cultura são muitas, contudo, estão invariavelmente permeadas pela lógica do capitalismo. A empresa associa sua imagem à promoção da cultura como estratégia para manter a competitividade em relação às outras. Se por um lado, complementa ações governamentais referentes à cultura; por outro lado, a escolha dos segmentos atendidos pode reforçar o distanciamento do circuito cultural às heterogêneas e múltiplas manifestações culturais, não massificadas pela

indústria de entretenimento, dispersas no Brasil. Afinal, a rede é assistemática, plural e complexa, e cada ator, movido por interesses econômicos ou não, escolhe como se conectar ou se desconectar aos diversos pontos. Assim, qualquer esforço para controlar a política pública de cultura e seus resultados se mostram inúteis devido à dinâmica das relações dos atores: Governo, iniciativa privada, terceiro setor, criadores, receptores, gestores, grupos folclóricos, dentre outros.

Ao compartilhar seu espaço com a Aliança Francesa para exibição de filmes franceses, a Usina Cultural está, ao mesmo tempo, assumindo uma atividade educativa vinculada à língua francesa, contribuindo para distribuir imagens de uma cultura assumidamente elitista, assim considerada pelos brasileiros, desde a colonização do país. O que nos faz refletir se assim agindo estaria contribuindo para o retorno à ideia de *civilization*.

Semelhante ao que ocorre com o Projeto Lumière que une atividades educacionais a práticas culturais, identifica-se a mesma união em órgãos brasileiros vinculados aos diversos níveis governamentais. Em tempos idos, os dois segmentos constituíram Ministério, secretarias de Estado e municipais. Ou seja, até 1995, quando se dá a instalação do Ministério da Cultura (MinC), as políticas culturais eram de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura. Posteriormente, em 1990, o Minc transforma-se em Secretaria da Cultura, que retorna à condição de Ministério em 1992 e se mantém como tal,

desvinculado do Ministério da Educação. Nos Estados, municípios e no próprio Governo Federal isso depende da compreensão dos gestores que volta e meia os unem ou os separam. Dessa maneira as políticas e as práticas relativas à cultura e à educação permanecem imbricadas. Exemplificando, o “Programa Mais Educação” libera recursos financeiros por meio do “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE). A adesão ocorre via internet. As escolas escolhem até cinco atividades nos macrocampos do Programa, entre eles: acompanhamento pedagógico (obrigatório); educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; etc.

Entendemos que o Cineport possibilita a diversidade e a heterogeneidade de culturas, pois se trata de exposições oriundas de diversos de países, inclusive africanos. Da programação participam neófitos da área de cinema apresentando suas produções, permitindo trocas de técnicas de elaboração do filme e, ao mesmo tempo, de manifestações das diversas culturas americanas, africanas e europeias, tendo em vista que todos os países de língua portuguesa têm parcela de contribuição ao evento.

Essa diferença é condição fundamental para a compreensão da prática da cultura, considerando a capacidade de aprender, tomar emprestado e assinalar todas as culturas (multiculturalidade) que avançam em ritmos diferentes, em distintas partes do mundo. Neste contexto, o conceito de multiculturalidade como fenô-

meno natural resulta das relações diretas ou indiretas entre as sociedades.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A operacionalidade das políticas públicas culturais é desvirtuada por interesses socioeconômicos, individuais e ideológicos. Esta situação é agravada pela polissemia conceitual do objeto desta política – cultura – que traz implicações para sua operacionalização no mundo empírico entremeado de múltiplas intenções e de ações dispersas na rede.

As políticas voltadas para a cultura têm sofrido impactos com a nova conjuntura impulsionada pelo rearranjo ideológico e econômico do mundo imerso nos processos de globalização e transnacionalização via meios de comunicação. O Estado contemporâneo alega duas razões para sua retirada ou parcial atuação na área da cultura: (1) sua fragilização frente a questões urgentes, abrindo espaço para as empresas de entretenimento; e (2) saber apreciar (e gerar) cultura “não é mais uma atividade essencial para o Estado porque não se sabe exatamente o que privilegiar, por não mais existir aquele núcleo delimitado funcionando como estoque central dos valores culturais de uma nação ou de um país” (TEIXEIRA COELHO, 2005, p. 294). Em flagrante oposição a essa ideia, estão visões que conduzem à heterogeneidade cultural, impedindo ou não permitindo políticas que

busquem um sentido único, unificador e homogêneo.

De outra parte, atender à heterogeneidade cultural pretendida e presente nos diversos Estados brasileiros consiste em tarefa hercúlea. Tanto o Governo quanto o setor privado e o terceiro setor têm contribuído ao longo do tempo, mas as ações precisam ser revistas e dialogadas, haja vista o exemplo da discussão do Plano Nacional do Livro e da Leitura durante a gestão do Ministro Gilberto Gil. O Plano acolheu informações de todos os setores e interessados por meio de seus representantes, resultando num documento que, em tese, foi formulado por todos e, assim, com probabilidade de melhores resultados. Contudo, a cultura política do país não permitiu que as intenções se convertessem em ações perenes ou ao menos mais duradouras. A mudança de Presidente e dos Ministros no Governo Federal fez com que os planos, inclusive o de leitura, fossem colocados de lado voltando-se novamente para uma política que privilegia o estímulo ao consumo de bens e serviços culturais, como por exemplo, o vale-cultura. A descontinuidade das políticas públicas é uma das marcas da nossa cultura política (AVELAR, 2010; SILVA, 2009). É sempre um recomeço como se em termos de políticas não houvesse a função de implantar ou desenvolver, estar sempre no início sem a função de avançar.

A iniciativa privada pouco alterou sua política de atrelar a cultura à imagem de empresa socialmente responsável, escolhendo patrocinar ações de grandes proporções publicitárias e criando institutos culturais que

pouco (ou nada) permitem a participação da população na escolha das atividades. Nestes institutos, o objetivo é ofertar aquilo que um grupo específico considera importante sem qualquer forma de diálogo com a população em geral e, principalmente, com os setores culturais alijados dos circuitos de cultura de massa que tanto podem ser manifestações de caráter local quanto universal.

A Usina Cultural Energisa caracteriza-se como importante iniciativa para João Pessoa e outros municípios circunvizinhos. Devido, entretanto, à sua política ou à insuficiência de recursos humanos e materiais para a construção de um diálogo com a população, pretende atender a todas as classes sociais de múltiplos contextos e aspirações do público receptor sem, contudo, conhecê-lo e conhecer seus desejos e aspirações. A missão da Energisa não é proporcionar o favorecimento de manifestações culturais, mas integrar essa rede como mais um ator posicionando seus interesses.

Na realidade, as práticas culturais da Energisa assumem várias facetas em virtude de não ser ela um produtor de cultura, pelo menos é nisso que cremos. O intuito é oferecer seu espaço para que atividades ali ocorram e, dessa maneira, ela se beneficia junto à sociedade pelo *marketing* que termina por acontecer, colocando-a em destaque junto às empresas do mesmo ramo. Desse modo, repete a tendência das políticas públicas de cultura de ignorar a heterogeneidade de sentidos da cultura e de suas manifestações.

Por último, a Teoria Ator-Rede pode ser um caminho para entender como atores (pessoas, grupos, organiza-

ções) se mobilizam, justapõem e unem os elementos que traçam esta rede chamada cultura e, concomitantemente, os equívocos governamentais quanto às políticas culturais ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, R. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 2. ed. Belo Horizonte: DUO Ed., 2010.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. / jun. 2001.
- ENERGISA. Sustentabilidade. 2014. Disponível em: <<http://www.energisa.com.br/Paginas/sustentabilidade/fundacao-obj.aspx>> Acesso em: 3 jul. 2014
- HARAWAY, D. Manifesto *ciborgue*: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- INGOLD, T. Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world. In: _____. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London; New York: Routledge, 2000.
- KUPER, A. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.
- _____. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. São Paulo: EDUSC, 2012.
- LAW, J. Actor network theory and after. **The Sociological Review**, Oxford, 1999.

_____. **Notes on the theory of the theory of the actor network:** ordering, strategy, and heterogeneity. United Kingdom: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992.

LAW, J.; MOL, A. **Complexities:** social studies of knowledge practices. New York: Duke University, 2002.

MINTZ, S. W. **Cultura:** uma visão antropológica. **Tempo** [On-line], ene. / jun. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403010>> Acesso em: 12 abr. 2014.

MOL, A. Cutting surgeons, walking patients: some complexities involved in comparing. In: LAW, J.; MOL, A. **Complexities:** social studies of knowledge practices. New York: Duke University, 2002. p. 218-257.

RIEVERS, M. **Marina Rievers:** entrevista 2 jul. 2013. Entrevistadores: Cristiana da Silva Dantas, Joana Coeli Ribeiro Garcia, Maria Suzana Diniz da Silva. João Pessoa, 2013. Arquivo áudio MP3. Entrevista concedida para o Projeto Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, E. M. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias.** 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

SILVA, E. M.; GARCIA, J. C. R.; LOUREIRO. Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s. n.], 2013.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 1997.

CAPÍTULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO E CULTURA: ALGUMAS REFLEXÕES

Helena Azevedo¹

Com este trabalho, apresentamos reflexões oriundas de nossa dissertação de Mestrado para contribuir com as interpretações sobre a Ciência da Informação e suas relações com a política pública em vigência da informação e da cultura em seus espaços multidisciplinares. Uma política pública do Estado está condicionada às instituições que as elaboram e para compreendê-las, buscamos em Williams (2008, p. 55) uma explicação deste contexto:

Em algumas sociedades capitalistas, e na maioria das sociedades pós-capitalistas, as instituições culturais tornaram-se departamentos de Estado, particularmente nos modernos meios de comunicação de massa [...] Por outro lado, as condições variam desde aquelas em que instituições culturais e seus produtores são totalmente subordinados à política estatal geral – condição esta que muitas vezes se torna ainda mais dura pelo monopólio total ou pela tentativa de monopólio de todos os meios de produção cultural – até situações mais nuançadas, em que, embora se exerça a orientação política geral, na prática, as relações não são significativamente diferentes das que ocorrem no

¹ Mestre em Ciência da Informação, Instituto Federal de Pernambuco

patronato moderno e nos organismos intermediários, que também, é claro, possuem, de modos variados, orientações políticas gerais de conformidade com a ordem social nas quais atuam.

Assim sendo, entendemos que a instituição de uma política cultural vinculada às ações governamentais deveria voltar-se à visão do social, na comunidade em que está inserida e na elaboração de suas diretrizes. A participação da comunidade e sua relação com o poder estatal trouxeram contribuição significativa à geração das políticas públicas culturais, pois nela são refletidas as necessidades e os anseios da sociedade no que se refere a um direito fundado nas experiências democráticas. Sob esta ótica, Fenelon (1992, p. 31), torna compreensível a cidadania cultural:

Assim, o princípio da cidadania cultural – diretriz básica da política cultural desta gestão – se desdobra em diversas práticas que possibilitam garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade [...] Envolve também a democratização da produção cultural, seja do ponto de vista de garantir os trabalhadores e a população da cidade de instrumentos capazes de possibilitar sua produção cultural autônoma, tanto quanto a sua formação e informação culturais [...] Pensada como uma diretriz geral, a cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e registro da memória.

Desta forma da necessidade de construção de política pública que atingisse todas essas configurações, fez surgir um modelo novo de política cultural, com direito à cultura, que privilegiasse as diferenças, ou seja, uma política que integre a sociedade objetivando a preservação e o resgate de uma cultura construída em valores e símbolos. Para embasar o que será desenvolvido, iniciaremos contextualizando o que vem a ser informação e cultura. A informação assume valores ao longo do tempo, porém, uma conceituação dada por Le Coadic (2004, p. 4) possui um significado importante:

A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação.

A partir desta conceituação, inferimos a importância que a informação assume diante do crescimento que vimos surgir nos últimos tempos. Então, o que fazer com toda a informação já existente e com toda informação que vem sendo produzida? Diante destas interrogações, é necessária a tomada de decisões que ajude a administrar

o progresso técnico e social, advindo do crescimento do poder informacional.

A caracterização da cultura se dá por suas apreciações especiais e singulares, o que constitui sua esfera de valores. O ser humano é um fragmento de sua história, porém, ele representa o sistema de vida de sua comunidade e constitui o vínculo que o une aos membros da mesma comunidade. “Com efeito, a cultura é dimensão de um grupo social, de uma sociedade, por que é antes de tudo dimensão, propriedade do homem enquanto homem” (MONDIN, 1980, p.178).

A cultura é elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade, e esta, se não tiver educação, não saberá valorizar sua cultura. A experiência coletiva só consegue chegar ao seu ápice através da interação: informação, educação e cultura. Infelizmente, podemos dividir o Brasil em dois polos distintos, dois brasis, que se caracterizam, um pelo seu lado tecnologicamente desenvolvido, que exporta e que tem acesso à educação e à cultura sem maiores entraves; e o outro que, em triste realidade, conta com o desemprego, a falta de escolas e a falta de acesso à educação, à informação e à cultura.

Assim, as implicações na sociedade diante de tais realidades é algo que poderíamos levar adiante como forma de estudo voltado à comunidade e à sociedade na qual está inserida, e na possibilidade de entendimento da necessidade de políticas, não só de informação como políticas públicas, como dispositivo capaz de proporcionar ao

indivíduo instrumentos que possibilitem o acréscimo do conhecimento e do saber como passaporte para melhoria de sua condição de vida.

No Brasil, a preocupação com a cultura em suas variadas formas é constante. Para tanto, foi criado o Plano Nacional de Cultura (PNC), implantado em 2007 pelo Ministério da Cultura. O maior ganho desse comprometimento foi ampliar a visibilidade da área cultural. Em seu texto, ele explica e explicita a forma como foi gerado, formando o Caderno de Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2007, p. 27):

O Plano Nacional de Cultura engloba as linguagens artísticas consolidadas e as múltiplas identidades e expressões culturais até então desconsideradas pela ação pública. A ampliação desse campo pressupõe a extensão do papel e da responsabilidade do Estado.

Mas, para que a gestão pública ultrapasse o alcance tradicional e restritivo das belas-artes e dos produtos da indústria cultural, são exigidas diretrizes que garantam o pluralismo, uma maior igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade. Essa é a perspectiva conceitual que permeia todo o PNC, em sintonia com valores e referências conceituais de âmbito internacional e desafios identificados em diagnósticos sobre as atuais condições da produção e fruição cultural nos municípios brasileiros.

Influenciando e sendo influenciado pelas Conferências de Cultura, o PNC deverá ser

sempre atualizado em um processo vivo e, certamente, desafiador. Os movimentos culturais contarão com o Plano para qualificar suas ações e, sobretudo, como referência para fazer avançar novas conquistas no campo da política cultural. Considerando as rápidas transformações do mundo atual, o PNC deve ser visto como uma importante etapa de um processo inacabado. Mesmo porque, tratando-se da dinâmica cultural, não se pode pensar em soluções pretensamente definitivas.

Os princípios orientadores contemplam as diversas áreas e garantem que a cidadania seja exercida de forma plena. Como forma de garantir o alcance nacional, o PNC visa atingir os três âmbitos da administração: federal, estadual e municipal. Segundo Durand (2001, p. 2-3):

Uma visão orgânica para a área cultural de Governo implica conhecer a divisão do trabalho que a lei e os costumes estabelecem entre Governo e iniciativa privada em matéria de políticas sociais [...] em cada nível administrativo, em matéria de regulação, financiamento direto, tutela e incentivos indiretos para a defesa e a promoção das artes e do patrimônio cultural.

Assim, o Governo vem se preparando para atuar de forma dinâmica instituindo ações de curto, médio e longo prazo na construção de políticas públicas que beneficiem e promovam mecanismos, possibilitando o crescimento e o fortalecimento de ações que privilegiem a cultura

como forma democrática e prioritária, com o intuito de preservá-la e promover a construção da cidadania e do conhecimento. Sobre a política de cultura, Williams (2008, p.10) indica que “tanto o problema quanto o interesse da sociologia da cultura podem ser percebidos de imediato na dificuldade do termo que obviamente define ‘cultura’.”

Cultura pode ser entendida em duas dimensões: a antropológica e a sociológica. Na antropológica, é produzida através da interação social dos indivíduos, ou seja, ela é tudo o que o ser humano elabora, produz, simbolicamente e materialmente falando. Na sociológica, ela refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, desta forma, visibilidade em si própria (BOTELHO, 2001). Nesse caso, é necessário o entendimento do papel que a cultura e a informação assumem como função social relevante, pois surge quando o sujeito a busca com a intenção de mudar, de ir ao encontro de novos conhecimentos, novas realidades que promovam a alteração de uma realidade local por meio da percepção da importância na construção de um instrumento de um novo tempo, que será transformada mediante ações colocadas em prática, com o objetivo de preservação de uma cultura. Cuche (2002, p. 21) indica que a cultura “[...] para eles, é a soma dos saberes acumulados, e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história.” São estes saberes acumulados ao longo das gerações que caracterizam e fundamentam a importância da informação e da cultura.

Marteletto (1986, p. 52) expõe, com propriedade, a importância que a informação, a educação e a busca pelo conhecimento assumem nesse contexto: “O fluxo da informação, a maneira como ela é organizada e distribuída depende, pois, direta ou indiretamente do papel da educação na sociedade.” Assim, ao abordarmos a busca por melhorias no conhecimento e no quadro social de uma comunidade, estaremos entrelaçando a educação e a agregação de valor que a informação permite a uma comunidade, na qual o respeito à sua identidade cultural detém-se também no conhecimento.

Diante da ideia do incentivo à educação como forma segura de transmissão de valores, é imprescindível o entendimento de que o social é construído por uma sociedade composta por uma diversidade de grupos sociais, e estes, por sua vez, irão precisar do respaldo ideológico, que garante a percepção de que o mundo social é formado por uma realidade múltipla. Aliado às políticas culturais plurais paralelas às desenvolvidas pelo Governo, é importante o desenvolvimento de ações que tenham por finalidade atingir este objetivo. Desta forma, entendemos que a instituição de uma política cultural unida ao aparato governamental deveria voltar-se à visão do social em que ela está inserida, em sua comunidade e em seu desenvolvimento.

A participação da comunidade e sua relação com o poder estatal trouxeram contribuição significativa à geração das políticas públicas culturais, pois nela são refletidas as necessidades e os anseios da sociedade, referentes

a um direito fundado nas experiências democráticas. Sob esta ótica, Fenelon (1992, p. 31) torna compreensível a cidadania cultural:

Assim, o princípio da cidadania cultural – diretriz básica da política cultural desta gestão – se desdobra em diversas práticas que possibilitam garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade [...] Envolve também a democratização da produção cultural, seja do ponto de vista de garantir os trabalhadores e a população da cidade de instrumentos capazes de possibilitar sua produção cultural autônoma, tanto quanto a sua formação e informação culturais [...] Pensada como uma diretriz geral, a cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e registro da memória.

Assim, diante da necessidade de construção de uma política pública que atenda a estas configurações, surgiu um modelo novo de política cultural, com direito à cultura que privilegie as diferenças. Trata-se de uma política que integre a sociedade objetivando a preservação de uma cultura construída em seu meio, sua comunidade. Essa tomada de posição numa sociedade democrática é necessária, e dela devem participar todos os setores da vida social, da qual o Estado necessita para a elaboração dessas políticas e decisões, tendo em vista o estabelecimento de prioridades junto às comunidades de forma geral.

É nessa união que são direcionados os esforços das políticas do Estado, buscando levar credibilidade a essas ações, e que não podem ser entendidas como processo simples, e, sim, como processo ágil que envolve: os que planejam e os que fazem funcionar estas ações. Para não incorrer em erros, é preciso entender uma falha comum que existe – a dissociação entre os que elaboram e os que fazem o planejamento, e, ainda, entre os que a executam. Muitos veem políticas públicas associadas às atividades de reuniões e às discussões. Enfim, para gerar um plano, é preciso haver o entendimento e a associação dos que planejam e dos que dela usufruem.

Portanto, é preciso buscar qualidade e eficiência entre os sujeitos. Como Oliveira (2006, p. 2) aponta, necessitamos, na elaboração das políticas públicas de “[...] de bons ‘planejadores’ com mentes privilegiadas e ‘visão de futuro’ para se anteceder ao que vem no futuro e fazer planos corretos que levem aos resultados calculados.” A gestão de sucesso irá proporcionar a execução e a garantia de que as diretrizes propostas irão ser instrumentos exequíveis, o que fica bem claro na exposição de Botelho (2001, p. 7):

Sabe-se que uma política pública consequente não se confunde com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais; não se confunde também com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm

consequência exatamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia criação, formação, difusão e consumo. Ou seja, uma política pública exige de seus gestores a capacidade de saber antecipar problemas para poder prever mecanismos para solucioná-los. Ter um planejamento de intervenção num determinado setor significa dar importância a ele, e não, como parecem acreditar alguns, cometer uma ingerência nos conteúdos da produção. Significa, isto sim, o reconhecimento, por parte dos governantes, do papel estratégico que a área tem no conjunto das necessidades da nação.

Esses pontos de vista devem estar em harmonia para que seja possível a implantação de políticas públicas unidas ao planejamento, tendo por finalidade perfeita aplicação de um plano. É preciso ações que deem um “norte” à execução desses instrumentos, como meio de atingir os problemas reais, procurando solucioná-los como forma de garantia do sucesso. Desta forma é possível captar a importância fundamental que a informação assume diante do crescimento informacional dos últimos tempos. Então, o que fazer com toda a informação já existente e com toda informação que vem sendo produzida?

Diante das duas interrogações, é necessária a tomada de decisões que possibilite administrar o progresso técnico e social, que surgiu com o crescimento do poder informacional. Para tanto, é necessário pensar em formas de solução para organizar e disponibilizar todo este ar-

senal. Daí, surge a necessidade de investir na formalização de uma política de informação. Jardim (2008, p. 6) já aborda esta questão:

Uma política de informação é mais do que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas. Políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar "difusas" no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas.

Portanto, as tarefas a serem empreendidas na construção de políticas de informação deverão ter como objetivo o delineamento da abrangência e uso, e permeadas de valores políticos que possam dar o "tom", quando colocada em prática. Privilegiando aspectos de sua organização, disseminação e produção; resguardando-se a autonomia da informação, para que não ocorra o entendimento habitual de que política de informação

é algo inerente ao Governo e sua produção documental. A informação e suas mediações devem ter seu domínio permeado nas relações sociais, na garantia de que, seu acesso e uso sejam democráticos.

Das considerações feitas, inferimos que há a necessidade de políticas e ações governamentais que preserve o desenvolvimento da cultura, como também, a manutenção de bases que legitimem o acesso e uso da informação. Defendemos o papel social intrínseco e primordial que a informação exerce na construção do cidadão. O fazer consciente de seu papel, de seus direitos e deveres. Este cidadão é o sujeito da execução da política, e que exerce seu papel de construtor ativo na esfera da política. Assim, pensar em políticas públicas de cultura e informação, é pensar, também, em ações capazes de transformar uma realidade.

Caberiam, ainda, nestas considerações, assegurar os direitos dos cidadãos na busca e na compreensão da informação como instrumento de modificação de uma realidade. Criar mecanismos, disponibilizar equipamentos e recursos que viabilizem sua implantação, sendo necessário, portanto, investimentos para que se possa alcançar o desenvolvimento do direito social à cultura e à informação.

Por fim, refletindo sobre o papel da Ciência da Informação, fica a constatação de que, havendo informação, e se essa for repassada de forma eficiente, poderá haver incremento do conhecimento e desenvolvimento do saber. É a inter-relação cultura, informação, identidade e poder. Quem detém o conhecimento (cultura e informação), detém o po-

der de se identificar consigo mesmo e com o meio social a que pertence. Ao passar pela manutenção das tradições culturais é que um povo pode, na realidade, engrandecer-se.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. / jun. 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura:** diretrizes gerais. Brasília, 2007. 87 p. Disponível em: <www.Cultura.gov.br/pnc>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002. 256 p.

DURAND, J. C. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr. / jun. 2001.

FENELON, D. R. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 29-33.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação.** 2.ed. rev. e atual. Brasília: Brique de Lemos, 2004. 124 p.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2008.

MARTELETO, R. M. Educação e informação: a distribuição da informação na sociedade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n. 86, p.46-60, jul. / set. 1986.

MONDIN, B. **Introdução à filosofia:** problemas, sistemas, autores, obras. São Paulo: Paulus, 1980. 272 p.

OLIVEIRA, J. E. P. de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/sicelo.php>>. Acesso em: 23 set. 2007.

WILLIAMS, R. **Cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2008. 239 p.

CAPÍTULO 3**NOTAS PARA DIÁLOGOS FUTUROS SOBRE
ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS NA POLÍTICA
CULTURAL E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**José Mauro Matheus Loureiro¹

Se nós queremos entender a mecânica do poder e da organização, é importante não começar assumindo o que queremos explicar.

John Law

O termo políticas culturais carece de precisão conceitual. De maneira geral, nomeia um conjunto de estratégias contidas em planos, programas e projetos elaborados pelas instâncias governamentais e pela iniciativa privada destinados a intervir no âmbito cultural da sociedade civil. Essa perspectiva advém, fundamentalmente, das dificuldades de definição das categorias envolvidas – política e cultura. Apesar dos inúmeros estudos efetuados em diferentes áreas disciplinares, destaca Barbalho (2013), poucos são aqueles que deixam claro aquilo que realmente constitui em essência a política cultural. Termos, como intervenção, gestão, integração, infraestrutura e difusão encontram-se presentes, quase sempre, sem considerar as complexidades inerentes àquilo que denominam cultura. Exemplo esclarecedor desse quadro controverso e, por

¹ Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

vezes, ambíguo pode ser observado na definição de Teixeira Coelho (2005, p. 293) para quem a política cultural se constituiria numa:

[...] ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

No caso brasileiro, as políticas públicas de cultura são descontínuas e as verbas governamentais insuficientes. Por outro lado, o tratamento privilegiado a algumas atividades culturais e a distribuição desigual de recursos entre as regiões brasileiras evidencia-se nas consultas aos órgãos responsáveis.

Ao analisar os conceitos de cultura expressos nas leis federais que tratam da cultura por parte do Estado, comparando os conceitos expressos nas leis com as suas práticas, isto é, com a aplicação e execução efetivas, percebemos claramente que há concentração no fomento das ativida-

des culturais. Seja por privilegiar algumas expressões culturais e artísticas seja por uma distribuição desigual dos recursos nas regiões do país (OLIVEIRA, 2012, p. 7).

Nesse panorama, o Estado brasileiro propicia a hegemonia das atividades culturais de determinados segmentos sociais e, concomitantemente, contribui para a expansão da indústria cultural em detrimento das assim denominadas cultura popular, folclórica e étnica. As constantes menções dos diferentes governos pós-Golpe Militar de 1964 ao direito à cultura e à cidadania cultural, dentre outros, encontra-se tão somente no plano discursivo. A participação plena da sociedade civil nos rumos da política cultural é inexpressiva.

Dois momentos de nossa história republicana mostram as mudanças de rumo abruptas e centralizadoras a que é submetida a política pública de cultura no Brasil. Durante o Governo Fernando Collor (1990-1992), instituições culturais, como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme) e Pró-Memória, dentre outras, tiveram suas atividades encerradas. Por outro lado, é nesse momento, que é promulgada a Lei n. 8.313, que recebeu o nome do então Ministro da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, tornando-se conhecida como a Lei Rouanet. Esta busca incentivar a participação de empresas privadas no financiamento das atividades culturais canceladas pelo Ministério da Cultura (MinC) por intermédio da renúncia fiscal (BEZERRA; WAY-

NE, 2013). No período Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), estruturado numa perspectiva neoliberal, a permanência da Lei n. 8.313 estimula o desenvolvimento da área cultural por meio de subsídios privados e, simultaneamente, segundo os mesmo autores, “há um declínio do interesse do Estado pela formulação de políticas para a identidade e a diversidade de manifestações culturais nacionais, o que prevaleceu nos períodos antecedentes (p.5).”

Aos aspectos políticos e econômicos que inibem a consolidação de uma política cultural pública que contemple a todos os segmentos sociais unem-se os nebulosos sentidos atribuídos ao termo cultura e a ausência de estratégias informacionais coerentes com a participação da esfera pública. Nesse sentido, entretanto, há que se considerar a pertinência do uso feito por alguns estudiosos da expressão info-cultural.

Os termos informação e cultura apresentam uma gama vasta e imprecisa de significados nos diferentes domínios das Ciências Humanas. A interpenetração de ambas as palavras – info-cultural – mostra-se, à primeira vista, como uma tautologia, se entendermos que os fenômenos informacionais de cunho humano ocorrem no interior da cultura e esta, por sua vez, concretiza-se por intermédio de ampla e complexa teia informacional. Seria impossível, portanto, referências de qualquer ordem às culturas sem que estejamos, concomitantemente, considerando a informação como elemento que faculta o trânsito dos bens materiais e imateriais essenciais à per-

manente construção e à reconstrução dessa cultura. Do mesmo modo, toda e qualquer abordagem à informação a partir da Ciência da Informação, área aqui privilegiada, se dá no âmbito sociocultural.

Estudos e pesquisas acerca da informação e da cultura, de maneira geral, são fortemente demarcados por conceitos e instrumentos metodológicos consagrados no interior das Ciências Sociais e, muitas vezes, da filosofia. Se, por um lado, essa opção pelas vertentes canônicas facilita a aceitação de ideias; por outro, inibe a emergência de novos olhares e da riqueza dos confrontos com as tradições disciplinares.

A palavra cultura (derivada do verbo latino *colere* = cultivar) conheceu diferentes significados ao longo dos séculos. Nos dias de hoje, a noção de cultura é difusa e dispersa no interior das várias ciências e nas falas de senso comum. O caráter heterogêneo e os aspectos plurais que a constituem permite a Rodrigues (2003, p. 114) afirmar:

Não existe rigorosamente “A cultura”, que é apenas um conceito totalizador, um artifício de raciocínio; mas miríades de culturas, correspondentes à multiplicidade dos grupos humanos e a seus momentos históricos. “A cultura” é uma abstração, um artefato de pensamento por meio do qual se faz economia da extraordinária diversidade que os homens apresentam entre si e com o auxílio do qual se organiza o que os homens têm de semelhante.

Esse artefato utilizado para designar uma diversidade deve, portanto, ser empregado no plural – culturas. Desse modo, escapamos de uma visão unificadora e, concomitantemente, reconhecemos a heterogeneidade das formas simbólicas, significados e sentidos construídos pelos humanos no interior de diferentes cosmologias. Esse cenário plural somado às incertezas de conceituação um pouco mais precisa leva o antropólogo Roy Wagner (1981, p. 17) a afirmar que “[...] o termo ‘cultura’ não tem um referente para nós: seus muitos e sucessivos significados são criados por uma série de metaforizações e ambiguidades.”

As abordagens de cunho ontológico e sociocultural ao fenômeno informação, sobretudo na Ciência da Informação, defrontam-se também com múltiplas interpretações e questionamentos. Divergências e contradições encontradas nos esforços efetuados para a construção de uma perspectiva conceitual frente à ausência de perspectiva metodológica própria são desenvolvidas a partir de pressupostos de distintas disciplinas científicas e, outras vezes, ancoradas nas pragmáticas técnicas referentes à transferência da informação.

Analisando a constituição de um campo científico da Ciência da Informação, González de Gómez (2001, p. 1) aponta como uma das dificuldades a conceituação do caráter do fenômeno informação sublinhando que

[...] na medida em que informação designa um componente principal da construção

epistêmica das sociedades contemporâneas, sua definição autorizada é disputada em múltiplas arenas metadiscursivas. Nas sociedades contemporâneas observamos a redução dos espaços discursivos e institucionais da epistemologia e, ao mesmo tempo, o incremento em escala geométrica dos recursos e atividades dedicados à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de informação, o que parece ser um sintoma de mudanças do estatuto do conhecimento. Assim, o regime de informação, que inicialmente foi considerado como subsidiário dos regimes de verdade, agora se apresentaria como sua substituição.

Não obstante a essencialidade da informação para o desenvolvimento da Ciência da Informação, e para as demais ciências, seus marcos conceituais são caracterizados pela inexistência de qualquer consenso quanto à sua natureza, concepção teórica e metodológica. Nesse sentido, o conceito de informação correto e adequado é aquele que melhor se enquadra nos objetivos pretendidos. Quer dizer, cultura, informação e política cultural são conceitos atravessados por visadas conjecturais, controversas e, muitas vezes, contrastantes.

A inter-relação desses conceitos sob a rubrica das políticas públicas de cultura recobrem as heterogeneidades e multiplicidades inerentes aos coletivos humanos. Contribuem, ainda, para esse recobrimento, as abordagens tradicionais ancoradas no solo positivista e na visão dicotômica estruturante do Ocidente moderno (natureza

/ cultura, sujeito / objeto, indivíduo / sociedade, dentre outros). O desenvolvimento das políticas culturais requer a adoção de novos meios de pensar os coletivos humanos a partir das perspectivas contemporâneas das Ciências Humanas e da filosofia

Essas novas premissas de entendimento do social, reunidas sob a denominação de corrente pós-estruturalista, abrem espaço para as reflexões sobre os impactos das políticas públicas de cultura nas problemáticas da identidade, memória social e patrimônio – imbricados em contextos, sentidos e conexões heterogêneos que desemboçam na construção da ideia de nação. As políticas culturais fornecem as bases para a demarcação dos componentes materiais e simbólicos que integram essa construção, bem como desenvolvem as diretrizes de gestão das instituições encarregadas de sua divulgação.

A expansão e consolidação no Ocidente moderno do Estado nação durante o século XIX conferem atribuições específicas quanto às funções da memória e das instituições destinadas à sua preservação e difusão (arquivos, bibliotecas e museus nacionais). Cabe a elas delinear um passado e legitimar a invenção das tradições que conferem um passado comum à ideia de nação. É nesse contexto que o processo de criação de patrimônios culturais é coordenado pelo Estado como instrumento de instauração de um patrimônio e identidade comuns. Nesses espaços são produzidas e organizadas convenções materiais e simbólicas de caráter abrangente, destinadas

a se tornarem marcos de pertencimento à nação (LOUREIRO, 2007, p. 169).

A ideia de nação, entendida sob o prisma antropológico como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), possui como uma das faces mais importantes de sua dinâmica de invenção e / ou construção a patrimonialização e produção da memória coletiva. Ambas desenvolvem-se a partir de condicionantes unificadoras estipuladas por políticas governamentais dos diferentes grupos sociais inseridos no espaço geopolítico do Estado-nação. Muito embora o termo nação apresente conceituação variável e ambígua, as políticas culturais públicas, contaminadas por interesses políticos e ideológicos, ativam mecanismos de homogeneização das pluralidades, significações e permanentes transformações dos grupos sociais. A esses mecanismos são incorporadas ainda classificações contaminadas por visões eurocêntricas que estabelecem qualificações às manifestações culturais: popular, erudita, folclórica, étnica e assim por diante. Desse modo, criam-se contextos, espaços e aparatos favoráveis às representações e às práticas discursivas relativas à unificação de tradições, memórias coletivas e identidades que sustentem a comunhão das diferenças na especificidade de uma comunidade nacional.

Contemporaneamente, o desenvolvimento acelerado e contínuo das tecnologias infocomunicacionais acrescido do processo de globalização, tem causado "impactos na vida cotidiana – particularmente na renovação e reinvenção das formas de socialidade e de construção de

identidades" (CASTRO, 2010, p.1), com a ressalva de que tal análise contempla, ainda, a relação tecnologia / cultura na sociedade da informação, trazendo importantes contribuições para a temática a partir de autores contemporâneos. Todo esse horizonte renova e aprofunda diferenciações simbólicas, associações complexas e efeitos contrastantes entre os grupos sociais no interior do Estado-nação exigindo reformulações nas políticas culturais públicas. Assim sendo, é necessário repensar as políticas culturais, observando o contraste, o plural e as diferenciações materiais e simbólicas,

Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede (TAR), conhecida internacionalmente por sua designação em língua inglesa *Actor-Theory Network* (ATN) e desenvolvida por Callon (1986) e Callon e Latour (1981), a princípio voltada para o campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia, oferece caminho fértil para as reflexões em torno das perspectivas da informação no escopo das políticas públicas de cultura. Essa teoria, denominada também como sociologia da translação, afirma que o social deve ser pensado a partir de associações e relações entre humanos e não humanos: *actantes*, entendidos como algo que produz ação. Desse modo, as análises devem considerar os objetos e não somente os aspectos relacionados ao humano e ao social. A conjunção da materialidade aos dois últimos elementos permitiria maior amplitude na compreensão das complexidades presentes no interior dos grupos humanos. Segundo Law (1992, p. 2):

[...] o que é verdadeiro para a ciência é também verdadeiro para outras instituições. A família, as organizações, sistemas de computador, a economia, tecnologias – toda a vida social – podem ser similarmente descritas. Todos esses são redes ordenadas de materiais heterogêneos cujas resistências foram superadas. Este então é o movimento analítico crucial feito pelos autores da Teoria Ator-Rede: a sugestão que o social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos.

Dentre os autores que se dedicam à ampliação das premissas da TAR destaca-se o nome de Bruno Latour. Em seu livro “Jamais fomos modernos”, 1994, o autor empreende uma crítica ao que designou como “constituição moderna” que se encontraria permeada por falsas dicotomias operadas pelo que denomina “trabalho de purificação”, que teria como um dos principais efeitos a separação entre cultura (humanos) e natureza (não humanos), que ocultaria múltiplas associações híbridas entre humanos e não humanos presentes nas redes. Sob essa perspectiva, o mundo não pode mais ser analisado de modo fragmentário, mas a partir de um “trabalho de tradução” que permita ultrapassar os grandes divisores ocidentais. Essa nova abordagem não dualista e multidimensional aos fluxos ou processos do social vêm sendo desenvolvidos em diferentes obras de Latour até a atualidade.

Em “Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede”, Latour expande os contornos da TAR e, concomitantemente, traz novos subsídios para as refle-

xões em torno do social. A obra objetiva “[...] mostrar por que o social não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e assumir a tarefa de fornecer uma ‘explicação social’ de algum outro estado de coisa” (LATOUR, 2012, p. 17-18). Questionando a categoria sociedade – adotada por uma sociologia tradicional que enfatiza os conceitos de contexto social e estrutura social – o autor propõe uma “sociologia das associações” que contesta a ideia de ordem e / ou contexto, propondo o entendimento do social por meio de associações entre elementos díspares. Desse modo, o social é apreendido como fluxos constantes de reagregações e reassociações fazendo-se necessário considerar as relações entre humanos e não humanos para o seu mapeamento. Nesse caso, a Teoria Ator-Rede mostra-se como caminho privilegiado, tendo em vista permitir perceber o processo permanente das associações e conexões. Em suma, Latour (2012, p.51) sublinha:

[...] nossa experiência mais comum, se lhe formos fiéis, ensina-nos que existem inúmeras formações de grupo e alistamentos em grupo contraditórios – atividade para a qual os cientistas sociais, inquestionavelmente, contribuem de maneira decisiva.

A proposta latouriana sugere repensar os caminhos de uma política cultural apta a refletir as complexidades, os agenciamentos e as instabilidades que delineiam a esfera daquilo que insistimos tratar como sociedade e cul-

tura. Há, sobretudo em países de passado colonial como o nosso, a necessidade da criação de novas bases que subsidiem uma política cultural pública afastada dos interesses governamentais de ocasião e que reflitam as ações e as agências dos coletivos humanos / não humanos.

A política cultural brasileira, desde sua consolidação na era Vargas, assenta-se sobre pressupostos das análises tradicionais do social e, assim como a Ciência da Informação, insiste em abordagens e conceitos, acerca do fenômeno informacional, estabelecidos a partir de bases sistêmicas. A incorporação de novos olhares nos ambientes teóricos e empíricos dessas instâncias permite descortinar novos horizontes, hoje ocultos por padrões, normas e métodos de uma cientificidade tradicional e paralisante. Afinal, como Law (1992) argumenta, a estrutura social parece mais bem tratada como um verbo do que como um nome.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBALHO, A. **Por um conceito de política cultural**. 2013. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=3confcult-politica-cultural-i-1.doc>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BEZERRA, J. H.; WEYNE, R. G. **Política cultural no Brasil contemporâneo**: percursos e desafios. 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbo-sa/2013/11/01/comunicacoes-do-iv-seminario-internacional>

-de-politicas-culturais/comment-page-1>. Acesso em: 2 fev. 2014.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St-Brieuc Bay. **Sociological Review Monograph**, [S. l.], p. 196-233, 1986.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. (Ed.). **Advances in social theory and methodology**: toward an integration of micro and macro sociologies. London: Routledge, 1981.

CASTRO, A. L. de (Org.). **Cultura contemporânea, identidades, socialidades**: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: UNESP, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5 -18, jan. / jun. 2001

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Ed. 34, 1994.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. São Paulo: EDUSC, 2012.

LAW, J. **Notes on the theory of the theory of the actor network**: ordering, strategy, and heterogeneity. United Kingdom: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992.

LOUREIRO, J. M. M. Entre "natureza morta" e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, jul. / dez 2007.

OLIVEIRA, P. A. A. de. **Novo paradigma da política cultural brasileira**: as políticas públicas, de Governo e de Estado. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.usp.br/celacc/>

[ojs/index.php/blacc/article/viewFile/ 396/339](https://ojs/index.php/blacc/article/viewFile/396/339)>. Acesso em:
12 abr. 2014.

RODRIGUES, J. C. **Antropologia e comunicação**: princípios radicais. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2005.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

PARTE II

PRÁTICAS INFO-CULTURAIS

CAPÍTULO 4
UIRAPURU: PRÁTICAS INFO-CULTURAIS
EM INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO
INTELLECTUAL E ARTÍSTICA NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.
 Cada uma tem mil faces secretas sob a
 face neutra e te pergunta, sem interesse
 pela resposta, pobre ou terrível, que lhe
 deres:

Trouxeste a chave?

(DRUMMOND, Procura da
 poesia).

O poeta Carlos Drummond de Andrade no verso de seu poema em epígrafe nos convida a ver de perto, a nos aproximarmos da realidade ainda que onírica do mundo. Utilizamos-nos da epígrafe para olhar literariamente, artisticamente e culturalmente os desafios praticados pelas instituições de representações literárias e artísticas que neste contexto estão representadas pela Academia Paraibana de Letras (APL) e pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Tais instituições, apesar de tradicionais em suas culturas organizacionais, revestem-se de

¹ Doutora em Letras

verdadeiros heróis com vistas a manter vivos os aspectos da cultura, da literatura e da história, sob a égide da sociedade contemporânea.

Aproximamo-nos da psicologia analítica de Jung (1977), que associados aos estudos antropológicos permitem perceber, na sociedade contemporânea, a mitificação heroica ou lendária. Em nosso caso, ao buscarmos compreender desafios e interveniências adotadas pelas instituições de representação intelectual e artística na cidade de João Pessoa – Paraíba, ou seja, as provações e os desafios no sentido de tentar alcançar um objetivo heroico, como o uirapuru, pássaro que serviu de inspiração para intitular este texto e definir seu objetivo.

Abordar as atividades lítero-culturais e artísticas sob a concepção teórica de ações info-culturais desenvolvidas pelas instituições referidas de representação intelectual e artística na cidade de João Pessoa, passando pelos desafios de estender suas práticas culturais a maior número possível de participantes, estimulando os associados e demais públicos por meio do encantamento e de suas interveniências.

O texto concentra-se na análise dos esforços realizados pela APL e pelo IHGP em desenvolver atividades que atraiam a participação pública bem como exercer o papel social e cultural a elas inerentes a fim de compreender como se dá o processo de constituição das academias num contexto de afirmação das práticas info-culturais no Estado.

DA LENDA À REALIDADE: PRÁTICAS INFO-CULTURAIS NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO E NA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS

O uirapuru integra a mística lendária da Amazônia que resulta de triste história de amor, cujo castigo o transforma em pássaro e como prêmio ganha um melodioso canto. Ao cantar, todos os demais pássaros silenciam ao redor, atribuem ao seu canto certo poder hipnótico, e, segundo os caboclos amazônicos, atrai sorte nos negócios, passando por poderes e propriedades talismânicas.

Ao referir-se à lenda amazônica do uirapuru, Alves (2009, p. 59) afirma que o guerreiro passa a querer cantar, “forma a *performance*, constituindo o percurso narrativo do sujeito ‘guerreiro’. Os papéis actanciais que o guerreiro assume no seu percurso vários sujeitos: o do não poder desiludido por causa desse amor; proibido o guerreiro passou a implorar a Tupã que o libertasse desta dor ou pelo menos a amenizasse”. O sujeito do poder-fazer, assim o pássaro passou a cantar todas as noites para fazer dormir a doce amada, realizado pelo fazer e pela obtenção dos valores almejados.

Metaforicamente, podemos associar a luta do guerreiro a determinadas instituições algumas das quais possuem como determinante regulatório seus estatutos, ou seja, apenas um número representativo de pessoas pode participar de seus quadros como membros efetivos; ou-

tros, como sócios correspondentes e / ou sócios beneméritos: outros, como frequentadores assíduos; e outros, ainda apenas, como contempladores.

Por outro lado, abrir seus espaços indistintamente ainda parece ser um desafio, ora por falta de pessoal, ora por falta de recursos e congêneres. Apesar de tudo, tais instituições sobrevivem no tempo. As ações praticadas tanto pela APL como pelo IHGP podem ser caracterizadas como a prática de viver a cultura institucionalizada que, no dizer de Freire (1999), é maneira de viver sua cotidianidade, ancoradas na subjetividade do amparo legal e de reminiscências históricas, o que inclui, portanto, mais do que fazem, acreditam, pensam e querem, como se pode testemunhar pela historicidade de cada uma das instituições.

No caso específico do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, com quase 110 anos de existência, é uma entidade cultural sem fins lucrativos, fundado por um grupo de intelectuais e políticos com intensa participação na vida pública e sob o incentivo do engenheiro militar Álvaro Lopes Machado, presidente do Estado da Paraíba (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

Sua finalidade consiste em promover e divulgar estudos, pareceres e pesquisas nas áreas de história e geografia e ciências afins, contribuindo para produzir e ampliar o conhecimento sobre a realidade paraibana no que diz respeito aos aspectos histórico, geográfico, político, social e econômico. Tal produção tem aumen-

tado e fortalecido a constituição do acervo que forma a biblioteca e o arquivo histórico.

O Instituto promove diversas atividades científicas e lítero-culturais em sua sede. Nas sessões ordinárias, são apresentadas comunicações por sócios e convidados, debatendo temas de interesse do Instituto. As sessões especiais são sempre em homenagem a figuras de destaque do cenário cultural, político, econômico e social da Paraíba. As sessões solenes são comemorativas de datas significativas locais e nacionais. Há, ainda, cursos realizados, periodicamente, sobre assuntos históricos, geográficos, literários e culturais e, também, sessões-debate sobre assuntos de interesse coletivo ou apreciação de trabalhos publicados por sócios ou convidados. Há registro de conferências para exposição de temas relevantes, por especialistas, convidados ou sócios e comemoração de eventos de interesse institucional e de outras naturezas.

Desde 1909, o IHGP publica a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano", responsável pela divulgação de trabalhos de sócios e convidados com o fim de promover o estudo da formação cultural, local e nacional. Além da Revista, o Instituto tem editado publicações sobre as atividades do Instituto e outros trabalhos avulsos como as plaquetas de autoria dos sócios sobre vida e obra dos primeiros historiadores conterrâneos, além do "Boletim Informativo" e do "IHGP: Nossa ONG Cultural", ambos disponíveis em formato eletrônico.

O IHGP apesar de centenário e trazer consigo as formalidades que balizaram a criação de instituições desta natureza no Brasil, reitera Schawarz (1995, p. 99) ao se referir à criação do IHGB sobre "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos." Para Dias (1996), na Paraíba, o IHGP transformou-se no foco de produção da história local e de um saber que, paulatinamente, adquiriu o poder de escrever a história paraibana com o propósito de indicar os caminhos e os sentidos da sua identidade, isto é, da "paraibanidade", tornando-se uma espécie de porta-voz da história dita "oficial".

A contemporaneidade exigiu do Instituto e de outras instituições reformulações de posturas culturais para não correr o risco de isolar-se frente à sociedade e às outras instituições. Como forma de encarar este desafio, vem permanentemente envidando esforços no sentido de acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, firmando parcerias acadêmicas, bem como envolvendo outras formas de atuar e exercer seu papel de disseminador da cultura local.

No que diz respeito à Academia Paraibana de Letras, instalada na tarde do dia 14 de setembro de 1941, por seu idealizador o professor Coriolano de Medeiros concretizando seu desejo porquanto a Paraíba era o único Estado da Federação sem possuir uma entidade dessa natureza, destinada a "perpetuar as tradições literárias da Paraíba",

tomando como lema a expressão latina *decus et opus*, que se traduz “estética e trabalho”. Nos idos de sua fundação, os desafios financeiros era uma constante, levando os acadêmicos a se reunirem na Biblioteca Pública e em residências de acadêmicos até a compra do casarão de número 25, situado à Rua Duque de Caxias, na capital paraibana, onde se encontra até hoje. A APL é filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil, e reconhecida de utilidade pública, entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Esse reconhecimento se deu pela Lei Municipal n. 39, de 23 de agosto de 1948 (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

A APL mantém os ritos da tradição de suas congêneres no que concerne às suas práticas. Todavia, para acompanhar a modernidade das instituições culturais, tem se prestado a outros fazeres a exemplo de visitas dirigidas, destinadas a alunos de todos os graus, além de consulta *on-line*, disponibilizando o índice da citada “Revista APL” e ainda, os livros da seção paraibana que podem ser consultados por autor, título e assunto através do *link* acervo. Também a APL permite consulta local ao acervo do arquivo e da biblioteca e uma série de atividades de ação cultural. No que diz respeito a estas últimas, a APL tem diversificado sua forma de atrair o público e tornar a Academia mais próxima da sociedade.

Neste sentido, transforma as áreas externas do prédio em espaços de cultura, especificamente, o Jardim de Academo, onde estão homenageados os titulares das cadeiras da Academia em espaço para lançamento de li-

vros, encontro com autores e editores, realização de mesas redondas, conferências e palestras, e posse de novos acadêmicos. Esse espaço também é cedido, por meio de parceria a outras instituições, como a Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba para a realização de suas atividades, considerando que esta passa pelos mesmos desafios enfrentados no passado por sua coirmã.

As duas instituições em pauta como tema central têm também se apropriado de cadastro institucional do qual constam contatos de sócios, beneméritos, simpatizantes e frequentadores para divulgar e convidar para as atividades mencionadas, feitos por meio do recurso da mala direta ou de entrega pessoal através de motoboy. O esforço efetivado surte efeito pelo aumento de participantes em todas as atividades, bem como pequenas notas que são publicadas na mídia.

Outro fator preponderante diz respeito à abertura das sedes para visitação pública e utilização de seus acervos informacionais traduzidos em arquivos, bibliotecas e museus. Como visto, pesquisadores, intelectuais, acadêmicos e alunos de todos os níveis graus utilizam desses serviços como prática rotineira. As ações descritas podem parecer simplórias, usuais, comuns. Entretanto, para essas instituições que primam por manter suas tradições e ritos operantes, apesar de disporem de recursos escassos, realidade de entidades de mesmo gênero, (MOURA, 2013) e de não serem beneficiadas pelas políticas públicas, ainda que oficialmente registradas e reconhecidas

como de “utilidade pública”, ainda assim exercem o papel estatal de preservação e divulgação da memória histórica e social, sobrepujando desafios e interveniências que se apresentam no cotidiano por meio de práticas culturais.

DAS PRÁTICAS CULTURAIS ÀS PRÁTICAS INFO-CULTURAIS

Santos (2003), em sua obra “Por uma outra globalização”, afirma que a sociedade contemporânea é marcada pelo despótico papel que a informação possui, ou seja estamos vivendo numa sociedade que tem como característica fundante a centralidade do conhecimento e da informação. A informação se impõe como força motriz na construção da cultura, pensamento reiterado por Marteleto (1994), ao afirmar que a cultura é construída na interação permanente entre agentes e instituições sociais pautada na produção, difusão, recepção e apropriação dos bens simbólicos, processo que se efetiva por meio do compartilhamento de informações. Estas, por consequência, ordenam a cultura e dão sentido à relação com o mundo.

Decerto, esse processo se dá por meio do compartilhamento de informações. Porém, acrescenta que o aprendizado do mundo é realizado não por relação direta, mas antes, mediado pelas informações que ordenam nossa cultura e dão sentido à nossa relação com o mundo. Ao mesmo tempo em que as informações são produzidas,

tratadas, preservadas e transmitidas através da cultura, a produção e a reprodução dos artefatos culturais, em nossa sociedade, se dá a partir do modo informacional.

Dado o lugar de centralidade que a informação ocupa nas práticas sociais contemporâneas, ela perpassa as atividades do sistema cultural, tornando-se, portanto, a base de toda atividade cultural. De acordo com Milanesi (1997, p. 127), “[...] a cultura é uma ação contínua que trabalha com a informação, separando a essência da aparência, desordenando a ordem convencional, criando um novo conhecimento. A informação é o fio e a cultura, o tecido”.

As instituições de representação intelectual, histórica, cultural e artística, em nosso caso, exemplificadas pela APL e o IHGP, têm também como objetivos produzir, elaborar e disseminar práticas culturais e bens simbólicos. Isto é, ganham o *status* de local privilegiado para práticas culturais que, por sua própria natureza, são práticas info-culturais, considerando que parte delas geram produtos e serviços informacionais que dão subsídios ao desenvolvimento das práticas culturais bem como à construção de memórias e identidades, ainda que estejam emaranhadas nas teias da tradição.

São práticas que privilegiam o processo e envolvem comportamento operante, ou melhor, as práticas info-culturais envolvem o comportamento tanto dos sujeitos que as planejam e as executam como das instituições a que estão vinculadas, o que possibilita afirmar que tais

características definidoras dessas práticas info-culturais concretizam-se por meio da inclusão de diversos níveis de complexidade. De fato, “comportamento não social”, comportamento social e produções agregadas podem ser propagados através de sucessivos indivíduos e se constituírem, assim, em práticas culturais. A complexidade de uma prática info-cultural seria determinada, pelo menos em parte, pelos fenômenos comportamentais (sujeitos e instituições) que as compõem e as determinam.

Neste caso, as práticas info-culturais desenvolvidas pelas instituições de representação intelectual, histórica, cultural e artística, por mais simplórias que pareçam, tornam-se complexas, em especial, porque geram produtos e serviços por meio dos quais propagam e compartilham informações não necessariamente semelhantes, mas representativas da cultura organizacional a que servem e com que estão envolvidos, dado que, parcialmente, quase todo repertório das práticas culturais que envolvem a APL e o IHGP são pensadas e construídas em ambientes organizacionais diferenciados. Portanto, ainda que semelhantes, cada uma das práticas culturais constitui desafio teórico e prático, quando compreendida sob a égide de práticas info-culturais e suas complexidades. Não se trata mais apenas em dinamizar os espaços, mas compartilhar informações por meio de práticas culturais, salvaguardando a peculiaridade e a identidade de cada instituição envolvida, associada, ainda, aos desafios e aos fenômenos da sociedade contemporânea.

O CANTO DO UIRAPURU

Metaforicamente, os esforços das instituições assemelham-se ao canto do uirapuru, atraindo com a insistência de seu canto outros pássaros para juntos “poder-fazer”, realizando os valores almejados em estatutos e regulamentos.

A despeito das barreiras a enfrentar, o pássaro, agora, na condição de guerreiro, percebe novos horizontes para impedir a desilusão de não poder, ancorando-se nos Tupãs que as administram com sua força e capital intelectual para auxiliar a alcançar a libertação ou, ao menos, dela se aproximar. Em paralelo com a lenda, a narrativa sobre as práticas info-culturais das instituições APL e IHGP se distanciam da lenda pelo aspecto triste, mas, sobretudo se aproximam pelo aspecto desafiador que o amor devotado às instituições faz emergir e descobrir novos horizontes, voando em busca de paragens mais alvissareiras. Nesse sentido, apropriamo-nos da lenda do uirapuru como símbolo de fortalecimento da consciência sobre a luta a ser travada pelas instituições em atrair para si a sociedade que desde os idos de suas fundações foram deixadas à margem.

O personagem continua com seu canto melodioso a amenizar as noites de estrelas aqui simbolizadas pela escuridão em que vive parte da sociedade em razão da falta de acesso à informação, à cultura e ao lazer, direitos que lhes são constitucionalmente assegurados, embora, para-

doxalmente, pouco usuais. O cantar é uma forma simbólica de se traduzir pelo chamar, dar-se a conhecer, não se deixar esquecer e desaparecer. É também o símbolo de resistência das instituições que ainda sobrevivem sob a égide da “construção de uma cultura nacional, o conjunto de instituições que nascia mirava a estabilização de um sistema local para a circulação de ideias e a ação política. Almejava fazer uma unidade mínima que fosse capaz de dar ossatura às crenças que são exigidas para a construção das nacionalidades” (SANTOS, [201?], p. 5).

REFERÊNCIAS

ALVES, E. M. **O percurso gerativo de sentidos**: uma análise semiótica de lendas amazônicas. Guajará-Mirim-RO, 2009. f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Federal da Rondônia, Porto Velho. 2009.

DIAS, M. M. S. **Intrépida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FREIRE, B. M. J. F. **Paixão de (in)formar**: práticas alfabetizadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo – Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras. 1999. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1999.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977

MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2. p. 115-137, jul. / dez. 1994.

MILANESI, L. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Ed., 1997.

MOURA, I. C. G. M. O impacto cultural da Academia Piauiense de Letras para os intelectuais do Piauí no século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais...Natal**: [s. n.], 2013.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, M. V. **Guia de unidades custodiadoras de acervos da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: [s.n.], 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, E. **Instituições literárias e processos políticos**: estudo comparativo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia Chilena de la Lengua. [201-?]. Disponível em: <actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT32/GT32_DossantosR.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPÍTULO 5

PRÁTICAS CULTURAIS COMO ELEMENTOS INTERVENIENTES NAS POLÍTICAS CULTURAIS

Maria das Graças Targino¹

Quem somos nós? Quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras e imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado de todas as maneiras.

Ítalo Calvino

PALAVRAS INICIAIS

Quando do convite para participar do “Seminário Políticas e Práticas Culturais” promovido pelo Grupo de Pesquisa “Da informação ao conhecimento” vinculado à Linha de Pesquisa “Ética, gestão e políticas de Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba, nossa reação natural foi mais ou menos assim: “não sei que rumo tomar; não sei que foco priorizar.” É que, desde sempre, as palavras nos assustam. Por toda a vida, desenvolvemos verdadeira “mania” de trabalhar com conceitos e, por conseguinte, com a significação das palavras. Nenhuma vinculação direta com a semiótica. Proximidade estreita com a apren-

¹ Pós-Doutora em Jornalismo e Doutora em Ciência da Informação

dizagem de conceitos, ou seja, com o estudo do conceito dos conceitos, temática contemplada com profundidade pela psicologia da aprendizagem. A prova mais evidente é que anos, muitos anos atrás, quando da opção pelo Mestrado em Biblioteconomia, aqui, na UFPB, década de 80, nossa dissertação de Mestrado, posteriormente publicada como livro, sob o título “Conceito de biblioteca”, já contempla a concepção de crianças e adolescentes em torno da palavra – biblioteca. Quanto à formação dos conceitos, é importante responder às questões:

Será que um conceito representa seu referente(s), ou é uma livre criação da mente?

Pode um conceito ser analisado em partes ou em elementos?

Deve um conceito ser genérico, ou seja, refere-se sempre a uma categoria ou a uma tipologia, ou se refere a um único objeto, físico ou mental?

Os conceitos são tão nitidamente delimitados tal como se dá com os termos?

Os conceitos são termos sem voz?

Os termos contribuem para a riqueza conceitual do indivíduo e da comunidade? (MARRADI, 2012, p. 30, tradução nossa).

Diante de tantos questionamentos centrados na perspectiva de que os conceitos podem representar de-

terminado referente ou simplesmente advir da imaginação criativa do ser humano, há muitos casos que causam estranhamento. Um adolescente ou um menor preso em flagrante, embora de algemas, às vezes, ao lado de adultos aprisionados, é identificado como “apreendido” e jamais como preso. Em se tratando de instituições públicas, como deve constar no contracheque para definir quem não mais trabalha nesse órgão – aposentado ou inativo? Qual a diferenciação entre as expressões – mão na bola e bola na mão? É a fronteira tênue que existe entre os termos do cotidiano e da vida acadêmica e científica. É o jogo de palavras que perpassa nosso dia a dia, agravado com a noção do politicamente correto que chega, algumas vezes, à raia do exagero e da radicalização.

Tudo isto para provocar e perguntar: quem consegue conceituar, com precisão, o que significa cultura / políticas públicas / políticas culturais / práticas culturais? Em primeiro lugar, retomamos a ideia de que, independentemente das conceituações de teóricos renomados, a exemplo dos clássicos antropólogos norte-americanos Alfred Louis Kroeber e Clyde Kay Maben Kluckhohn; do britânico *Edward Burnett Tylor*, além da filósofa brasileira *Marilena de Souza Chauí*, inexistente consenso a respeito de tais expressões. Em prova inconteste de quão sistemático é o dissenso, há muito tempo, frase atribuída a então Primeira-Ministra do Reino Unido, Margaret Hilda Thatcher, que “reinou” entre 1979 e 1990, dizia algo mais ou menos assim: “o consenso é sempre es-

cashez de lideranças associada ao excesso de conveniências.” Quer dizer, não vamos chegar nem aqui nem depois a uma resposta unívoca.

Após lembrar a dificuldade de formação de conceitos, o momento seguinte destina-se a explorar as expressões – cultura, políticas públicas, políticas culturais e práticas culturais – para discutir quão complexo é pôr em exercício práticas culturais no sentido restrito do termo. Afinal, há disseminação em profusão de práticas que se expandem em território nacional e que apesar de perpetradas pelas coletividades, e, portanto, ganharem *status* de “culturais”, não contribuem para a disseminação da informação. Não se posicionam como informacionais e culturais ou info-culturais. Nosso intuito é, então, mostrar que as interveniências alusivas às políticas de cultura e à aplicação efetiva de ações culturais advêm, com frequência, de práticas culturais não afirmativas. Para combatê-las, cidadãos e profissionais de informação contemporâneos devem adotar ou retomar ações culturais verdadeiramente transformadoras.

O QUE É AFINAL CULTURA?

Estudo de Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn, ainda em 1952, dão conta da existência de, no mínimo, 167 definições para o termo cultura. Retomam concepções apresentadas pelos antropólogos norte-americanos Ralph Linton, Leslie Alvin White, *Clifford James Geertz*, Franz Boas,

Bronisław Kasper Malinowski (britânico de origem polaca) e outros cientistas sociais, e, ainda, destacam a atuação do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor. Em 1871, na obra originalmente denominada *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*, disponível *on-line*, ao tempo em que reconhece diferentes acepções atribuídas ao termo – cultura (do latim *colere* = cultivar) – o define como o complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

A partir de então, outros autores, a exemplo de Cananéa (2011); Chauí (1997) e Santos (1986), seguem a mesma linha de raciocínio. Concebem cultura como a ação produtiva e eficaz do homem em harmonia com a natureza, e, ainda, com sociedades, povos e nações, ou seja, cultura como produto da atividade humana e, sobretudo, como processo e modo como tal produto é elaborado, o que permite, conseqüentemente, contemplar conhecimentos apreendidos, modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças professadas, valores espirituais, legislação adotada, moral, costumes e hábitos assimilados pelos membros de diferentes grupos sociais. Inevitavelmente, cada povo ou nação mantém traços característicos e distintos. Há, ainda, a possibilidade de, na esfera das **Ciências Sociais**, a cultura ser apreendida como a conjunção de comportamentos, ideias e práticas sociais, códigos e padrões que regulem a ação humana in-

dividual e coletiva, assimilados de geração em geração, e que se manifestem em praticamente todos os aspectos da vida, conformando a denominada herança cultural. Esta se configura como mecanismo nitidamente cumulativo, haja vista que os valores repassados de uma geração para outra favorecem mudanças, adaptações, incorporação de novos elementos, supressão de outros, de modo a favorecer melhor qualidade de vida às novas gerações.

Além desse conceito mais amplo, a cultura, na acepção de **agricultura**, continua em voga, desde os tempos romanos, para nomear o cultivo da terra. É cultura como atividade econômica dedicada à criação, ao cultivo de plantas ou à procriação de animais, ou, ainda, à produção de derivados. É o caso da cafeicultura, fruticultura, vinicultura, etc. Enquanto isto, no campo da **biologia**, cultura designa criação especial de organismos para fins preestabelecidos, isto é, o meio nutriente em que microrganismos, células e tecidos orgânicos são criados e mantidos.

Acrescentamos, ainda, o emprego do termo cultura em meio às organizações, quando conquista a designação de **cultura organizacional** e nomeia o conjunto de valores, padrões, tradições e normas que marcam a atuação da empresa. Aliás, na esfera das organizações que privilegiam como produto as inovações tecnológicas, no rastro das indústrias criativas, registra-se a tendência do uso crescente da expressão **cultura criativa**. Trata-se da designação de determinado grupo dentro do universo empresarial dedicado à inovação de produtos ou

processos. A este respeito, Hanson (2012), embora não adote de forma direta o termo cultura criativa reforça a indústria criativa como a mais genuína do século XXI. Em sua visão, a propalada revolução informacional e do conhecimento favorece “uma explosão criativa sem precedentes, com desenvolvimentos nas cadeias produtivas associadas ao que passou a ser chamado de indústrias criativas ou economia criativa” (p. 222). Esta consiste em conceito em evolução, “baseado em ativos criativos com o potencial de criar crescimento econômico e desenvolvimento, sendo capaz de estimular a geração de renda e empregos” (p. 224), ao tempo em que promove inclusão social, diversidade cultural e avanço social. Em outras palavras, a economia criativa incorpora aspectos econômicos, sociais e culturais em interação permanente com ciência e tecnologia, de tal forma que exige políticas e ações sempre multidisciplinares.

Em se tratando da cultura na **filosofia**, esta diz respeito ao conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza. Impõe-se como atitude de interpretação subjetiva e intransponível da realidade, destinada às posições de foro íntimo ou atitude interior mediante argumentos sólidos e bem construídos. É cultura como categoria dialética de análise do processo pelo qual o homem, por meio de sua atividade concreta, tanto espiritual quanto material, ao tempo em que modifica a natureza, assegura para si mesmo o papel de sujeito social da história. A cultura na **antropologia**,

por sua vez, enuncia os parâmetros aprendidos, aprendidos e aprimorados pelo ser humano. Como decorrência, representa o saber de determinada coletividade, advindo de sua organização espacial, sua ocupação temporal com vistas ao aperfeiçoamento das formas de relação humana, quer dizer, a conjuntura de experiências humanas adquiridas graças ao contato social e acumuladas pelos povos no decorrer do tempo.

A **cultura popular** revela algo criado genuinamente por determinada comunidade ou determinado povo, no campo da ciência e tecnologia, artes em geral, com ênfase para a música, literatura e assim sucessivamente. Aqui, elucidamos a distinção bastante apregoada entre cultura popular e **cultura erudita**. A explicação remonta aos séculos XVIII e XIX, mormente na França e na Inglaterra, quando a palavra cultura se mantém atrelada à concepção de civilização. Como decorrência, é concebida como erudição, educação, bons costumes, avanço, formalidade e comportamentos de elite, distinção esta que, apesar de inapropriada, se perpetua até os dias de hoje, sobretudo nas sociedades ocidentais.

É a confirmação da amplitude de conceitos os quais obedecem aos ditames individuais e sociais, dentro do prescrito por Marradi (2012), confirmando a impossibilidade de resposta satisfatória ao questionamento central – o que é afinal cultura? Até porque, concordamos integralmente com Hanson (2012, p. 223), quando diz *ipsis litteris* que a dicotomia entre “[...] cultura erudita e po-

pular, ou alta e baixa cultura ou ainda a verdadeira cultura e o entretenimento é antiquada e contraproducente. A cultura é uma só, em sua condição de fruto do “espírito da época”, ou seja, das atitudes comportamentais e perspectivas de um dado momento histórico ou grupo social.”

Quer dizer, a discussão nem se esgota nem se define via acepções ora trabalhadas. Há a **cultura de massa**, imposta pela indústria cultural; a **cultura empreendedora**, quando membros de determinada corporação consideram criatividade, inovação e efetivo aproveitamento de oportunidades de mercado como fatores essenciais à sobrevivência da empresa num ambiente em constante mutação, como a que permeia a sociedade contemporânea. A **cultura física** refere-se ao desenvolvimento sistemático do corpo humano graças à prática de ginástica e desportos. A **cultura material** é a designação geral dos aspectos culturais determinantes da produção e do uso de artefatos.

O QUE É AFINAL O SIGNIFICADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS CULTURAIS E PRÁTICAS CULTURAIS?

A priori, tomamos como referência os dois planos de trabalho, anos 2012 e 2013, que integram o projeto de pesquisa macro sob a coordenação de Joana Coeli Ribeiro Garcia, intitulado “Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da

cidade de João Pessoa” no âmbito do PPGCI / UFPB. Os planos exploram a função de políticas públicas como instrumentos que favoreçam a viabilização de projetos de longo alcance espacial e temporal em prol das coletividades, mediante, respectivamente, o estudo de práticas informacionais e culturais de gestão em instituições e as práticas de disseminação de atividades culturais, sempre em organizações de João Pessoa.

Aqui, é vital entender as políticas públicas como respostas do Estado, em qualquer país, frente às demandas da população, o que requer participação popular, regionalização e hierarquização, uma vez que resultam de decisões ou pactos entre atores políticos que participam das arenas públicas. Apesar de diferentes (mas não controversas) definições sobre a expressão – políticas públicas – coletadas entre teóricos da área por Llarena e Targino (2014), esta significa, sempre, a adoção de políticas como instrumento mor de aperfeiçoamento da gestão governamental. Leva-se em conta o planejamento e a execução de ações coerentes com os anseios dos povos, incluindo projetos educativos e culturais com o intuito de preservar o patrimônio cultural das coletividades,.

No segmento específico das políticas públicas culturais, instituições tradicionais, como arquivos, bibliotecas e museus, por sua própria gênese, já remetem à ideia de cultura, em sua acepção social, antropológica e erudita. Ao priorizarem a preservação e a transmissão de experiências e conhecimentos acumulados pelos

grupos sociais, passam a ser percebidas num contexto eminentemente social e educativo, ou seja, como “[...] espaços de práticas culturais diversas e em constantes alternâncias, objetivando o conhecimento histórico em sua temporalidade” (GARCIA, 2012, f. 3). No entanto, as políticas públicas de cunho cultural sobrevivem de modo integrado ao lado das demais políticas estruturais visando ao processo desenvolvimentista da nação e, importante lembrar, na perspectiva ampla da esfera cultural como ponto de referência para ambas – ciência e técnica. Logo, políticas culturais tomam como referência a cultura na condição de fundamento para o horizonte de produção e recepção de sentido do e pelo ser humano no mundo, mediante linguagem que descreve uma ou outra parte do mundo social ou material.

No Brasil, municípios, Estados e Governo Federal mantêm iniciativas que objetivam a consolidação de políticas culturais voltadas às práticas genuinamente culturais. O problema maior é que, com frequência, as medidas são provisórias, efêmeras e assistemáticas. Aliás, em termos conceituais, as práticas culturais são manifestações simbólicas concebidas por indivíduos ou grupos sociais com o intuito de permitir olhares interpretativos sobre o mundo que os cerca, e, portanto, miradas díspares, às vezes, próximas; às vezes, contraditórias. Como inevitável, a informação marca presença no panorama de tais manifestações, pois o fluxo informacional consiste elemento determinante que faz fluir a comunicação em diferentes

níveis e instâncias, impondo-se como instrumento precípuo à formação cidadã, o que inclui envolvimento de indivíduos e coletividades em seu universo cultural:

Resultante dessa interseção [...], a prática info-cultural vincula-se à estrutura social e se mantém na medida em que a cultura é aceita, reproduzida, reelaborada para atender a características de permanência, e se modifica ao se modificarem as condições histórico-sociais no âmbito das quais é produzida. (GARCIA, 2012, f. 4).

Ora, se a concepção de cultura, políticas públicas, políticas culturais e práticas culturais são indispensáveis para assegurar a atuação das instituições culturais como depositárias de informações ao longo de décadas e séculos, é essencial que o profissional de informação conheça tais instituições. É vital entender como elas se organizam (cultura organizacional, como visto) para incrementarem suas práticas culturais internas via gestão da informação com vistas a suprirem os objetivos institucionais preestabelecidos.

Além do mais, para as práticas informacionais e culturais se fundirem com a tessitura social necessitam de reforço legal e legislativo, distante da efemeridade de ações descontínuas e dispersas, prática vigente em território nacional, como antes enunciado, haja vista que as políticas públicas são, sempre, linhas governamentais de orientação que refletem, inevitavelmente, suas prioridades. No caso brasileiro, reiterando Avelar (2010), a cultu-

ra está quase sempre na linha final, com raras e honrosas exceções, prevalecendo a carência de recursos destinados à cultura aliada à sua má gestão.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura, originalmente Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico, Governo José Sarney de Araújo Costa, mandato entre 1985 e 1990. Ao longo do tempo, sobretudo quando do Governo de Fernando Collor de Melo, de 1990 a 1992 (Leis n. 8.034 e 8.134, ambas de 1990), sofre significativas mudanças, de tal forma que até os dias de hoje é conhecida popularmente como Lei Rouanet, homenagem ao então Ministro da Cultura Sérgio Paulo Rouanet. O texto atual, constante da Lei posterior n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, institui políticas públicas para a cultura nacional mediante a adoção de medidas, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). A Lei em pauta visa valorizar as expressões culturais brasileiras, como prescrito, em detalhes, em seu texto integral. Para tanto, incorpora uma política de incentivos fiscais mediante a qual pessoas físicas e / ou jurídicas podem aplicar parcela do imposto de renda em ações culturais. Para as primeiras, a dedução pode chegar a 6% do imposto devido; para as empresas, até 4%.

Mais adiante, o Governo Fernando Henrique Cardoso institui uma série de Medidas Provisórias (n. 1.589, de 24 de setembro de 1997; n. 1.589-1, de 23 de outubro

de 1997; n. 1.589-2, de 20 de novembro de 1997). Nos dias de hoje, gerenciada pelo Ministério da Cultura, como inevitável, a Lei Rouanet recebe críticas, com ênfase para a tendência das organizações em aproveitarem a chance de investimento cultural como *marketing* empresarial. Além do mais, detêm o poder de definir as formas culturais a serem patrocinadas, sem contar eventuais desvios de verbas, vez por outra denunciados e constatados.

Sem intenção de esgotar as possibilidades das políticas públicas culturais, recomendamos visita ao portal do MinC (<http://www2.cultura.gov.br>), uma vez que desde sua página central, o Governo Federal anuncia que apoia projetos culturais tanto por meio da Lei n. 8.313 / 91 como da Lei do Audiovisual (Lei n. 8.685 / 93) e, ainda, por editais para projetos específicos, divulgados periodicamente. Visita ao portal também favorece conhecimento sobre iniciativas estruturais ou não do Ministério, como Sistema Nacional de Cultura; Conselho Nacional de Política Cultural; Plano Nacional de Cultura e ProCultura. Sob o encargo da Caixa Econômica Federal, que emite e disponibiliza o documento às empresas interessadas em oferecer o benefício aos trabalhadores, o recente vale-cultura tem alcançado bastante repercussão, face à veiculação maciça na mídia. É um

[...] benefício que pode chegar às mãos de 42 [...] milhões de trabalhadores brasileiros [com renda de até cinco salários mínimos]. O cartão magnético pré-pago, válido em todo território nacional, no valor

de R\$ 50,00 [...] mensais, vai possibilitar maior acesso do público ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou mesmo na compra de CD, DVD, livros, revistas e jornais. O vale também poderá ser usado para pagar a mensalidade de cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura ou teatro. E para aqueles que quiserem adquirir produtos ou serviços culturais mais caros que o valor mensal do benefício, uma boa notícia: o crédito é cumulativo e não tem validade (BRASIL, 2014a, p. 1).

Diante da transcrição literal, sem qualquer resquício de pessimismo, resta a pergunta crucial: o que R\$ 50,00 pagam? Basta confrontar os valores atuais de peças teatrais, CD, DVD, cursos de formação musical, etc. para obter resposta. E mais, nota recente publicada na grande imprensa brasileira, 16 de julho de 2014, diz textualmente que apenas 5,5% das empresas cadastradas no MinC aderiram ao Programa. Ou seja, o vale-cultura parece se assemelhar a verdadeiro simulacro, ao publicar algo que parece real com o fim explícito de ludibriar as pessoas. No entanto, como adendo, esclarecemos que, ao traçar o perfil dos beneficiados-usuários do vale, segundo o referido Ministério, entre janeiro e maio de 2014, o total gasto chega a 5,3 milhões de reais, dos quais 89% (4,7 milhões de reais), com livros, jornais e revistas. O segundo grande item na preferência dos consumidores é o cinema (370 mil reais) e a seguir, os instrumentos musicais, CD e DVD.

Há, ainda, o Programa Cultura Viva, também do MinC, instituído graças às Portarias n. 156, 6 de julho de 2004 e n. 82, 18 de maio de 2005 e executado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Em 1 de julho de 2014, o projeto que institui a Política Nacional de Cultura Viva, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), foi confirmado pela Câmara dos Deputados. Como já aprovado no Senado, aguarda apenas sanção da presidenta Dilma Rousseff, para se tornar lei. É a consolidação dos denominados pontos e / ou pontões de cultura, entidades não governamentais sem fins lucrativos que desenvolvem práticas culturais nas comunidades, como política de Estado, de caráter permanente, indo além das oscilações de diferentes gestões governamentais. Grupos de teatro, cineclubes, aldeias indígenas são exemplos representativos de pontos de cultura.

Na realidade, a intenção central do Cultura Viva é “fortalecer o protagonismo cultural na sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades” (BRASIL, 2014b, p. 1), mediante acesso facilitado aos meios de produção e de circulação de bens e serviços culturais. Em 2012, o MinC contabiliza 3.663 pontos em território nacional, dos quais 92% estão devidamente conveniados com o Ministério, com o fim de garantir financiamento e assistência do Governo Federal, que lança mão de parceiros públicos e privados, cuja previsão é de alcançar o total de 15 mil até o ano 2020.

Em âmbito estadual, os governantes, mediante fun-

dações culturais vinculadas às Secretarias de Estado, às vezes, da Educação, às vezes, da Cultura, mantêm leis de incentivo à cultura e editais que contemplem financiamentos a projetos culturais. O mesmo se dá em esfera municipal. Como na instância federal, os problemas se repetem: diversidade / mutabilidade de procedimentos, descontinuidade e rupturas das ações.

PRÁTICAS CULTURAIS SÃO SEMPRE AFIRMATIVAS?

Diante da importância das políticas públicas culturais e das práticas culturais, a questão que ora se impõe é a identificação das práticas culturais afirmativas ou construtivas *versus* não positivas, ou seja, as que se mostram contraproducentes ao avanço das nações e à melhor qualidade de vida. Partimos de matéria-síntese sobre o malabarismo vivido pelo brasileiro em seu dia a dia. “Na pele” do personagem fictício (o norte-americano John Doe), o “Brasil-menino maluquinho” mostra a que veio ou como está. J. Doe enfrenta dilemas os mais inimagináveis numa terra qualquer, a começar do quase anonimato do aeroporto mais importante de São Paulo, batizado com várias denominações, o que parece “café pequeno” diante de tantos desvarios que se perdem nos esquadrões da burocracia ou da desordem estabelecida no Brasil e que se fortalecem como exercícios do dia a dia. Zalis e Petry (2014) discorrem sobre a quase inarrável dificuldade enfrentada pelos brasileiros para levar a cabo ações banais do co-

tidiano, como seguir placas de trânsito, consertar uma fechadura, localizar um portão de embarque nos grandes aeroportos, conversar ao celular sempre que preciso e, sobretudo, se fazer respeitar. O personagem Doe conta quanta energia e paciência despendeu em seu regresso ao Brasil após temporada no exterior:

Tive dificuldade para fazer uma transferência bancária no *site* da Caixa Econômica Federal [CEF], o segundo maior banco estatal do país, pois ali não há informação sobre o limite máximo permitido [...] Desisti de comprar passagem no *site* da TAM, a maior empresa aérea do país, depois de tropeçar em falhas do *site* a cada mísera etapa da compra. Penei cinco semanas para trocar um móvel com defeito adquirido na Tok&Stok, a maior rede de móveis e decorações do país [...] Não consegui, nem depois de três tentativas, transferir a titularidade de uma assinatura da NET, a maior empresa a cabo da América Latina.

.....
Cancelar um serviço no Brasil é um calvário. Você liga, disca um monte de números, ouve musiquinha, espera, espera e espera até que a ligação cai [...] (ZALIS; PETRY, 2014, p. 84).

Indo além, é espantosa a prática da burocracia por onde quer que se vá ou se esteja ou o que quer que se deseje executar. Sua força é tamanha que, apesar dos números elevados que atestam a interação do brasileiro com as tecnologias de informação e de comunicação (TIC), ênfase para a internet e demais artefatos modernos, como

smartphones, *tablets* e computadores pessoais de última geração, a burocracia retarda a transição do país para as facilidades digitais. É só retomar um caso relatado na matéria jornalística em pauta. O funcionário da farmácia, após consulta ao estoque informatizado, declara que existem 195 unidades de determinado medicamento. Solicita, então, tempo para telefonar a fim de confirmar a informação, porque os dados não estão devidamente atualizados. Quer dizer, a informatização é um fato, mas sua função se dilui por falta de *update*, e eis uma prática que vem se disseminando em diferentes segmentos brasileiros, incorporando-se ao cotidiano, como prática cultural legítima e genuína.

Em determinado momento, recorrendo ao dito popular, segundo o qual “se só existe no Brasil e não é jabuticaba, é besteira”, ou seja, o nome da fruta nativa da Mata Atlântica é empregado para designar qualquer coisa ou prática cultural brasileira (benéfica ou não), os autores ora referendados falam do jabuticabal que pauta a vida da população brasileira. Eis alguns exemplos devidamente sintetizados:

1. A onipresença dos carimbos – comprados em qualquer quiosque e a qualquer preço, os carimbos são representativos da burocracia nacional. Exemplificando: o receituário de um profissional de medicina, personalizado, papel timbrado e com todos os dados de nada vale, caso não esteja carimbado.

2. A ineficiência do título de eleitor – exigido como forma de sobrevivência profissional em diferentes instâncias, o título de eleitor só ganha validade em dias de votação caso se faça acompanhar de outro documento em que apareça foto do eleitor.
3. O desconhecimento das vias públicas por quem as administra – na capital São Paulo, o morador, ao solicitar à Prefeitura Municipal a eventual poda de árvores, precisa, inevitavelmente fornecer o endereço completo, mas se na rua não houver um ponto de referência comercial, o pedido é inviabilizado. Argumento: dificuldade de localizar as ruas, embora seja a PM a administradora oficial das vias públicas da cidade.
4. Identidade múltipla – no campo das fontes de informação, há elementos identitários, à semelhança do ISBN [*International Standard Book Number*] e / ou do ISSN [*International Standard Serial Number*]: um só número para identificar, respectivamente, títulos de livros e de periódicos em determinado suporte. No Brasil, o mesmo indivíduo pode ter até 27 números de identidade (um para cada Estado) mais um 28º para o Distrito Federal. O porquê de tal prática se apoia em total insensatez – apesar do avanço das TIC, o sistema nacional não é interconectado, o que facilita a vida de falsários.

5. Diversidade de tomadas – há tomadas de três pinos finos; há tomadas de três pinos grossos em território nacional. Argumento implícito: prática aceita para dificultar a vida dos cidadãos.
6. Comprovante de residência – como natural e esperado de empreendimentos bancários, a CEF exige comprovante de residência para certos procedimentos. O inesperado é sua rejeição se o cliente lança mão de documentos endereçados pela própria Caixa.
7. Reformas não exequíveis – a instalação de um aparelho de ar condicionado, mudança do piso do banheiro ou de outro compartimento do apartamento e outras medidas rotineiras para a conservação do imóvel estão distantes de prática facilitada pelos órgãos públicos. A partir da NBR 16.280, de 18 de abril de 2014, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), todas as reformas dentro das edificações, inclusive as realizadas nos apartamentos, precisam de projeto assinado por profissional habilitado – arquiteto ou engenheiro. O documento deve ser detalhado para submissão ao síndico, a quem compete aprovar ou não o planejamento. Em outras palavras, a reforma mais simples só é possível mediante projeto assinado (e, portanto, carimbado) por engenheiro ou arquiteto. Quem

ganhará: engenheiros ou arquitetos; ou síndicos desonestos?

8. Corrupção em alta – em posição de destaque, está a corrupção desenfreada que reina soberana nos poderes públicos e afeta inexoravelmente o setor privado, com o dado concreto que o Brasil ocupa, na atualidade, a 72ª posição entre 177 países, “ganhando” no quesito corrupção para regimes totalitários (rigor zero na fiscalização do dinheiro público), como Cuba, e, ainda, nações tragicamente abandonadas à própria sorte, como a africana Gana.

Os tópicos abordados são todos eles pertinentes, verídicos, precisos, ricos e atuais. Mas o estado de desordem é tamanho que Zalis e Petry (2014) não conseguem esgotar a temática. Além de outros itens, dentre os quais estão a prática corriqueira do atraso em voos por companhias aéreas brasileiras e a lentidão na produtividade / atendimento de bares e lanchonetes, é sempre possível acrescentar novas práticas culturais, como: a prática do troco sempre surrupiado às claras ou às escuras; o uso de instalações telefônicas e recursos materiais por funcionários públicos para uso pessoal; valores exorbitantes praticados há anos em lanchonetes e / ou restaurantes dos aeroportos brasileiros; o estacionamento “de guerra” diante de educandários de qualquer capital; taxistas pouco confiáveis; educa-

ção caótica no trânsito. Se há exceções, ótimo! Mas de qualquer forma, qualquer um pode acrescentar mais e mais itens à listagem dos autores ou à nossa.

Se alguém desconfiar – e eis a questão da conceitualização de volta – que os elementos ora apresentados não configuram práticas culturais, questionamos: o que são? É só lembrar que em qualquer conceito, elementos ou subelementos podem ser devidamente conceituados. O conjunto desses elementos varia de indivíduo para indivíduo e, ao longo do tempo, no âmbito do próprio indivíduo. Este conjunto (variável e indefinido) é exatamente a intenção precípua dos conceitos, como Marradi (2012) chama atenção.

São, sim, práticas inseridas no cotidiano das coletividades, na percepção ampla da cultura, como abrangente, geradora e responsável por valores, significados, normas, mitos, crenças e imagens que permeiam nossas práticas diárias, nossas organizações, nossos movimentos, nossa literatura e artes. Por outro lado, as ações em questão não se revestem das propriedades impostas às práticas info-culturais, no sentido de que não conseguem acelerar a divulgação de informações em prol do avanço do povo e da nação, e, portanto, não são positivas no sentido estrito do termo como afirmativo e construtivo.

FINALIZANDO

Assim sendo, apesar das dificuldades de implantação de políticas públicas num país de dimensões continen-

tais, como o nosso, é imperativo reafirmar sua relevância como gestão compartilhada, a qual significa, essencialmente, a possibilidade de o povo participar das decisões sobre os rumos do país, mediante interação permanente com o Estado, por meio da formulação de políticas e definição de prioridades; da participação na elaboração dos planos de ação dos governos, da fiscalização e da avaliação dos programas governamentais. Isto porque, é essencial atenção redobrada no que concerne à expansão de tantos costumes, hábitos individuais e institucionais nocivos à expansão das práticas info-culturais, e, por conseguinte, que representem sérias interveniências em práticas consideradas informacionais e culturais.

É salutar retomar o conceito de instituições, em especial, bibliotecas designadas bibliotecas ação-cultural, em modelo similar ao apregoado na década de 80 do século passado. É quando os cientistas da informação, cômicos da abrangência da ciência da informação, como processo que estuda a origem, disseminação, coleção, organização, estocagem, recuperação, interpretação e o uso da informação, se voltam para o estudo, a implantação e o acompanhamento de ações culturais transformadoras nesse contexto de políticas e práticas culturais em suas perspectivas, abordagens teóricas e interveniências.

A adoção de ações ditas culturais representa oposição à mencionada cultura de massa (escravizada aos interesses mercadológicos da mídia de referência), à cultura erudita (escravizada ao idealismo elitista) e à cultura popular, re-

vestida de uma aura de “ingenuidade” que a distancia da crítica e da criticidade. As ações culturais adotadas por instituições, como arquivos, bibliotecas e museus podem estar engajadas com movimentos sociais organizados, em busca de ações culturais realmente emancipatórias. É o exercício da cidadania mediante a democratização da informação. É o momento de retomar a pretendida popularização da biblioteca, independentemente da terminologia utilizada (biblioteca popular, biblioteca ação-cultural, biblioteca verdadeiramente pública e outras denominações), enfocada em capítulo de livro da autoria de Araújo (2014), com o intuito de reviver a instituição biblioteca como foro favorável a que os cidadãos apreendam conhecimentos que lhes permitam intervir sobre a realidade. É, quiçá, a premência de se priorizar e sistematizar o circuito da então chamada informação utilitária:

Os centros de informação utilitária [...] são espaços abertos a todos para a busca da informação de que necessitam, selecionada, organizada, em linguagem acessível e, necessariamente, atualizada. São dados objetivos, precisos, exatos, relativos a direitos e deveres do cidadão, habitação, emprego, educação, cursos, concursos, transportes públicos, problemas do consumidor, opções de lazer, saúde, impostos, finanças, alimentação e quaisquer outros itens demandados pela população.

.....
[...] A recuperação da qualidade de vida do cidadão brasileiro passa pela difusão da informação, passa por uma postura fundamentalmente social da Biblioteconomia

e do bibliotecário, passa pela democracia, que tem, assim, na informação, o pressuposto maior e que significa força conjunta, engajamento social e político, ou seja, cidadania. Restauremos o valor da expressão cidadão para designar todos nós, enquanto sujeitos, caras, elementos, indivíduos (TARGINO, 2006, p. 74).

Isto significa recorrer às TIC como recursos capazes de incrementar e aperfeiçoar a intermediação do fluxo de informação, presente nas organizações empresariais, potencializando a construção do conhecimento, a gestão das informações, sua consequente disseminação e a preservação do patrimônio cultural. A gestão social das políticas públicas implica a participação ativa da população em todas as etapas – formulação, implantação, gestão e avaliação dessas políticas – por meio da ampliação de espaços públicos e coletivos para a prática do diálogo ou prática cidadã com respeito às diferenças. Tudo isto requer a qualificação da participação de atores como conselheiros, membros do Ministério Público, assessores parlamentares e órgãos de diferentes naturezas visando à negociação entre os interesses que permeiam determinado setor da ação pública, na organização dos sistemas operacionais, na deliberação e no acompanhamento das políticas públicas formuladas.

Ao tempo em que reforçamos a relevância dos direitos da cidadania sobre a estrutura de libertação, não podemos relegar a verdade subjacente a uma cultura na-

cional (vimos que as nações mantêm traços singulares) autoritária e centralizadora, emaranhada por manipulações, conivências, controles, silêncios e elevada taxa de corrupção. Tais características reduzem as chances de práticas culturais participativas e democráticas nos processos decisórios da sociedade brasileira e, também, retardam o fortalecimento da cidadania, incluindo, obviamente, o universo das políticas públicas em geral, das políticas públicas culturais em especial e das práticas culturais afirmativas. Se a informação é poder econômico, social e político, as instituições culturais antes arroladas devem ser vitais ao progresso do Brasil. Porém,

[...] ao contrário do que ocorre em relação à escola e aos meios de comunicação, a biblioteca [física ou virtual] continua visualizada como força tão diminuta e tão fortemente comprometida com o sistema, que, a nós, bibliotecários [e cientistas da informação] resta um caminho longo e árduo, no sentido de contribuir para que a todos os brasileiros seja legado o exercício da cidadania, a participação real na vida do país, por intermédio do acesso à informação [e, de práticas culturais positivas e afirmativas] (TARGINO, 2006, p. 74-75).

Ou seja, diante da adoção crescente de práticas culturais não afirmativas, em se tratando das instituições arquivos, bibliotecas e museus, não podemos perder de vista a adoção de ações culturais verdadeiramente transformadoras, cômicos de que a cultura persiste como tema

atual que norteia as relações entre pessoas e grupos sociais no presente e no futuro próximo de longínquo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. de. Políticas de informação em bibliotecas, arquivos e museus. In: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: EDUFPB, 2014. (Em fase de tramitação editorial).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16.280**, de 18 de abril de 2014. Estabelece diretrizes sobre reforma em edificações e sistema de gestão de reformas. Rio de Janeiro, 2014.

AVELAR, R. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 2. ed. Belo Horizonte: DUO Ed., 2010.

BRASIL. Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 dez. 1991 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313compilada.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. Lei n. 8.685, de 20 de julho de 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 jul. 1993 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8685.htm>. Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. Ministério da Cultura (MinC). **Vale cultura**. 2014a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/valecultura>>. Acesso em: 14 maio 2014.

_____. **Programa Cultura Viva**. 2014b. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/>>

cultura-viva>. Acesso em: 4 jul. 2014.

CANANÉA, F. A. A. **O mar e a jangada**: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.

GARCIA, J. C. R. (Coord.). **Práticas de disseminação de atividades culturais em instituições de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB / PPGCI, 2013. 12 f. (Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa).

_____. **Práticas info-culturais de gestão em instituições de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB / PPGCI, 2012. 11 f. (Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa).

HANSON, D. **Indústrias criativas**. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, v. 7, n. 2, p. 222-238, 2012.

KROEBER, A. L.; KLUCKHOHN, C. **Culture**: a critical review of concepts and definitions. Cambridge: The Museum; New York: Vintage Books, 1952.

LLARENA, R. A. da S.; TARGINO, M. das G. Políticas públicas informacionais no contexto educacional do Projovem Urbano no Estado da Paraíba. In: MOTA, A. R. S. *et al.* **Versados em ciência da informação**. João Pessoa: Imprell, 2014. p. 249-275.

MARRADI, A. The concept of concept: concepts and terms. *Knowledge Organization*, Toronto, v. 39, n. 1, p. 29-53, 2012.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TARGINO, M. das G. Biblioteconomia, informação e cidadania. In: _____. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblio-

teconomia e Ciência da Informação. Teresina: Edufpi, 2006. p. 67-78.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: *researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. London: J. Murray, 1871. Disponível em: <<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015005185213;view=1up;seq=7>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

VALE-CULTURA. **Veja**, São Paulo, ano 47, n. 29, p. 43, 16 jul. 2014.

ZALIS, P.; PETRY, A. Estado da desordem. **Veja**, São Paulo, ano 47, n. 22, p. 83-92, 28 maio 2014.

CAPÍTULO 6
PRÁTICAS CULTURAIS:
POR UMA ABORDAGEM SOCIOANTROPOLÓGICA NO
CAMPO DE ESTUDOS DA INFORMAÇÃO

Regina Maria Marteleto¹

INTRODUÇÃO

Um mundo acaba não apenas quando
temos que arquivar as respostas, mas
quando as perguntas que as originaram
perdem sentido.

Nestor García-Canclini, *La sociedad sin relato*.

No campo da Ciência da Informação (CI), existem múltiplas definições e usos dos conceitos de cultura, informação e saber. Essa diversidade reflete as diferentes perspectivas desenvolvidas por essa disciplina, sejam elas emanadas da tradição da Documentação ou da Biblioteconomia, do campo técnico-teórico da Teoria Matemática da Informação ou da Cibernética, das atividades de organização e operacionalização de sistemas de informação, da Informática e do tratamento automático de dados, ou ainda considerando-a uma (inter)disciplina que faz parte das Ciências Sociais Aplicadas.

¹ Doutora em Comunicação e Cultura

Em cada uma dessas facetas do campo da informação mantém-se, com suas nuances específicas, um conjunto conceitual associado às ideias de repertório, registro, lugares de conservação das memórias (museus), dos saberes (biblioteca) ou dos documentos (arquivos). Pode-se afirmar que essas formas complementares de compreender a cultura, os saberes e a informação constituem uma distinção, ao mesmo tempo em que revelam a vulnerabilidade epistemológica, política e social das ferramentas conceituais e metodológicas dos estudos do campo informacional. Empregando dois conceitos de Habermas (1987), pode-se afirmar que a CI situou o seu quadro conceitual e de questões que analisa no mundo do sistema institucional e produtivo, e menos no mundo vivido dos agentes em sociedade, seguindo assim o próprio movimento estrutural dos sistemas de conhecimentos nas sociedades ocidentais. As noções de uso e usuários da informação, que marcam presença histórica nos campos epistemológico e gerencial desses estudos, são bastante representativas da orientação administrativa e comportamental desses processos e conceitos (JEANNERET, 2009).

Nessa intervenção, pretende-se desenvolver a ideia segundo a qual uma abordagem mais estendida, para levar em conta o meio ambiente da informação, deve ser desenvolvida nos contextos técnico e econômico da globalização do mundo e dos processos de interculturalidade, não em sua totalidade, mas para levar em conta as dimensões culturais, históricas e políticas da inserção social

da informação e dos saberes. Nomeia-se essa orientação de “abordagem socioantropológica da informação”.

A partir desse enquadramento, é importante considerar que os processos culturais mundializados com a intervenção das novas mídias informatizadas levam à revalorização ou à reinvenção do local, a partir do potencial de integração e de convergência das novas tecnologias digitais, quando o local se redefine e adquire densidade técnica e comunicacional e as territorialidades locais podem interagir com os níveis nacional e global de maneira rápida, ainda que de forma descontextualizada.

No entanto, a distribuição e a apropriação dos conhecimentos se fazem de maneira desigual ou desproporcional entre as diferentes partes do mundo, o que significa que somente aqueles que possuem capitais culturais, sociais e educacionais teriam a chance de aproveitar as oportunidades de produção e de acesso aos saberes. A esse respeito, caberia indagar se as reflexões de Bourdieu (1975) e Bourdieu e Darbel e Schnapper (1966) sobre o consumo cultural associado à posse desses capitais, desenvolvidas durante as últimas décadas do século XX, conservariam utilidade na análise dos processos de mediação, circulação e apropriação de informações na cultura digital. Dito de outra forma, a oferta e a abundância informacionais, além das facilidades de acesso tecnológico poderiam facilitar essas apropriações, ou mesmo promover ganhos de capital cultural para os sujeitos usuários das novas mídias informatizadas? Se positivo, quais seriam as mediações necessárias a serem criadas?

Nessa direção, busca-se desenvolver as relações entre o local e o global por três vias complementares. Primeiro, explorando, ainda que tangencialmente, as noções de interculturalidade e de experiências interculturais. Segundo, considerando as questões próprias ao panorama sociocultural na América Latina. Terceiro, estabelecendo breve paralelo entre o campo de estudos da informação e as experiências culturais e informacionais no Brasil e na Colômbia.

Essas vias reflexivas estão apoiadas sobre um pressuposto histórico-prático-epistemológico segundo o qual o campo teórico-prático da informação, constituído por “mediações híbridas” (COUZINET, 2000) entre a comunidade científica e a comunidade profissional, desenvolveu suas bases conceituais e teóricas buscando estudar as questões da informação com apoio nas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, o que provocou, no plano das pesquisas, uma ruptura em relação aos lugares institucionais da prática como arquivos, bibliotecas ou museus. Percebe-se esse movimento principalmente durante a década de 90.

Em fase posterior, no contexto das chamadas sociedades da informação, do conhecimento ou da comunicação, parece que o campo científico dos estudos da informação – representado pela disciplina Ciência da Informação – se reaproxima desses lugares da informação a fim de ressignificar o valor do conhecimento enquanto construto social e atuante no universo vivido dos sujeitos sociais.

Se a ruptura inicial promoveu leituras da informação a partir do social, uma nova ruptura entre o mundo teórico e a comunidade de práticas parece estar fundamentada numa leitura do social a partir da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), o que corresponderia à passagem de uma necessidade de construção teórico-epistemológica a uma postura sociocultural e política de parte do campo informacional, no contexto das mudanças tecnológicas e dos novos dispositivos infocomunicacionais.

CULTURA, SABERES, INFORMAÇÃO

Entre os múltiplos sentidos da palavra cultura, essa abordagem se interessa pelo significado indicado por Certeau (1983, p. 121), o qual inscreve a cultura na vida social:

Para que exista verdadeiramente cultura, não é suficiente ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham um significado para aquele que as efetua, [porque a cultura] não consiste em receber, mas em questionar o ato por meio do qual cada um percebe o que os outros lhe oferecem para viver e pensar.

Para dar sentido ao agir social, outrora os sujeitos tinham como referência a religião, e depois o socialismo, o patriotismo e outras convicções integrativas. Uma constatação do autor, que parece relevante para os tempos atuais, é que, no presente, o risco do sentido encontra-se descoberto, sem a proteção de uma ideologia englobante.

Uma cultura assim concebida impede as atividades criativas de se tornarem significantes: “Condutas reais, certamente majoritárias, são culturalmente silenciosas; elas não são reconhecidas” (CERTEAU, 1983, p. 121-123). Desse modo, várias experiências do mundo social estariam desprovidas de referenciais capazes de fornecer significado às suas condutas, às suas invenções e à sua criatividade. Nesse cenário, cultura designaria a criatividade simbólica e a agregação (ética) de valores às disposições puramente instrumentais e identificatórias que atuam nas instituições sociais (SODRÉ, 2003).

Para (re)situar as condições culturais das sociedades atuais, é importante considerar o novo ambiente digital, inaugurado pelas tecnologias, uma vez que a produção de sentidos, o acesso às informações e a criatividade dos saberes são constantemente associados à disponibilidade e ao domínio das tecnologias de informação e de comunicação, o que vem acarretando forte tensão entre duas perspectivas, como lembra Orozco (2002). A primeira se refere a uma visão tecnocentrada que privilegia os emissores ou os produtores de informação enquanto referentes midiáticos que assinalam o progresso e decidem a história. A segunda é uma visão sociocêntrica, que tem uma compreensão da informação, da comunicação e da produção de conhecimentos a partir de (re)produções realizadas pelos atores sociais com os referentes informativos.

Em face dessas posições dicotômicas, seria útil enunciar de forma problemática e gradual a questão

que, segundo Jeanneret (2007, p. 17), permanece impensada nesse contexto, que são as relações que podem se estabelecer entre dispositivos técnicos e práticas sociais de informação e de compartilhamento dos saberes, o que demandaria a adoção de uma postura cultural diante das inovações técnicas: “[...] porque é no âmbito da questão mais extensa dos saberes que o estatuto da informação, no sentido cultural e social do termo, poderá se definir.”

DIVERSIDADE CULTURAL E INTERCULTURALIDADE

As questões sobre a interculturalidade tiveram sua origem na ideia de diversidade cultural, tornando-se objeto de estudo das Ciências Sociais a partir do grande fluxo de imigrantes de ex-colônias da África, da América Latina e da Ásia no continente europeu. Esse movimento migratório, que atingiu seu apogeu durante os anos 70 e 80 do século XX, provocou situações plenas de conflito, seja da parte das ex-colônias, seja da parte dos antigos colonizadores.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2002), por ocasião da XXXI sessão de sua Conferência Geral, em 2001, adotou uma Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Os três primeiros artigos dessa declaração estão baseados nas noções de identidade, diversidade e pluralismo. No Artigo 1º, o documento considera as

mutações da cultura no tempo e no espaço. O artigo 6º trata da livre circulação das ideias pela palavra e pela imagem, de modo que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecer. Essas disposições foram complementadas, em 2005, pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, cujo Artigo 2º sublinha, nos seguintes termos, a interdependência da diversidade e do respeito às liberdades fundamentais:

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se os direitos do homem e as liberdades fundamentais tais como a liberdade de expressão, de informação e de comunicação, assim como a possibilidade para os indivíduos de escolher as expressões culturais, estejam garantidos (UNESCO, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, o documento realça o papel das mídias de informação e de comunicação no diálogo intercultural, enquanto as referências culturais determinam a identidade e a maneira de construir a realidade. García Canclini (1990); Stuart Hall (1992), entre outros, assinalam a ambiguidade do panorama cultural mundial contemporâneo. De um lado, o processo de mundialização e as práticas mercantis e ideológicas de integração mundial. De outro, a conscientização da fragmentação do mundo e a presença de uma diversidade de culturas. Isto quer dizer que, mais do que ser um fenômeno de

submissão da civilização mundial às práticas do mercado a partir de um modelo centro-periferia, a mundialização pode também ser considerada como uma rede complexa de projetos de sociedade e de diversidade de interesses que se traduz em debates sobre as representações ideológicas, políticas e culturais que seguem seu curso paralelamente aos fluxos econômicos.

Nesse quadro, García Canclini assinala diferença entre hibridação das culturas e interculturalidade. A hibridação designa, em geral, um conjunto de processos de troca e de mistura entre culturas, ou entre formas culturais. Por exemplo, a mestiçagem – racial e étnica –, o sincretismo religioso e outras formas de fusão das culturas. Historicamente sempre houve hibridações, na medida em que existem contatos entre culturas, em que uma toma emprestado elementos das outras. Entretanto, no mundo contemporâneo, o aumento dos deslocamentos e viagens, as relações entre as culturas e as indústrias audiovisuais, as migrações e outros processos promovem acesso mais amplo a certas culturas do que a outras. Em muitas situações, essas relações não representam um enriquecimento ou uma apropriação pacífica, mas se desenvolvem em meio a disputas e conflitos. Nesse contexto, as hibridações são uma das modalidades da interculturalidade, mas essa última noção é mais ampla. Inclui outras relações entre culturas e intercâmbios muitas vezes conflitivos (GARCÍA CANCLINI, 1990; 2010).

CULTURA A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

Existem linhas de pensamento na América Latina, inspiradas nos estudos culturais e nos estudos de recepção, que buscam questionar os saberes e a comunicação-informação a partir da cultura, para compreender a América Latina não como “lugar” no qual se conservam práticas culturais diferentes (ou exóticas), mas como espaço cultural e político, a partir do qual se pensa diferentemente sobre as transformações que medeiam práticas e técnicas de comunicação-informação (GARCÍA CANCLINI, 1990; MARTÍN-BARBERO, 2004; ORTIZ, 1994).

Martín-Barbero, um dos representantes mais destacados dessa forma de pensar, lembra que, na América, o processo de modernização obedece a três dinâmicas, diferentes e complementares. Primeiro, o desejo e a pressão das populações a fim de alcançarem condições de vida mais favoráveis, isto é, novas aspirações e demandas que surgem desde os anos 70 com os novos movimentos sociais e a ação das organizações não governamentais (ONG) que configuram novas formas de participação e ações de cidadania. Segundo, uma cultura de consumo originária dos países centrais, que provoca mudança nos modelos de comportamento e estilos de vida. Terceiro, a presença das tecnologias de informação-comunicação que:

[...] conduzem a uma nova sociedade mais aberta e interconectada, com a aceleração dos fluxos de informação e das transações internacionais que alteram rapidamente as

condições de produção e de acesso ao saber, mas que, ao mesmo tempo, apagam as memórias, mudam o sentido do tempo, a percepção do espaço, ameaçando as identidades [...] (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 280-281).

Segundo o autor, essas mudanças indicam a emergência de sensibilidades que têm não somente forte empatia com a cultura tecnológica audiovisual e informática, mas ainda uma relação de cumplicidade expressiva. É justamente nas narrativas e imagens, sonoridades, fragmentações e velocidade das novas mídias que, sobretudo as novas gerações, encontram sua linguagem e seu ritmo, os quais correspondem a novas formas de percepção e de narração de suas identidades. Outro aspecto importante desse cenário refere-se ao fato da nova trama tecnológica de informação e comunicação introduzir, nas diversas sociedades, uma nova maneira de estabelecer relações entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de distribuição de bens e serviços:

O novo modo de produção, inextricavelmente associado ao novo modo de comunicação, converte o conhecimento em força produtiva direta [...] A “sociedade da informação” não é somente aquela onde o conhecimento constitui a matéria mais valorizada, ela é também aquela onde o desenvolvimento econômico, social e político está relacionado à inovação, que corresponde a uma nova designação da criatividade humana (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 33).

Vale a pena continuar com Martín-Barbero, a fim de perceber que a partir dessas mutações no contexto latino-americano diferentes dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas configuram, de forma compósita, o campo dos fenômenos da informação-comunicação: o *espaço* do mundo ou a passagem do internacional (o político) ou do transnacional (as empresas) ao mundial (a tecno-economia); o território da cidade, onde se configuram os novos cenários da comunicação que desenham um novo *sensorium* cujos dispositivos-chave são a fragmentação das narrativas e das experiências e o fluxo ininterrupto das imagens; e o tempo dos jovens onde esse novo *sensorium* se faz social e culturalmente mais visível para entrever as mutações culturais.

García Canclini (2010) acrescenta outros elementos relevantes para discutir o panorama cultural latino-americano, ao questionar o conceito e as práticas de guarda e patrimônio dos bens culturais adotados a partir das orientações da UNESCO, voltados a uma mundialização do local. Segundo o autor, a discussão sobre a originalidade e a singularidade de certos bens culturais não preocuparia apenas aos discursos científicos e percepções estéticas autorizados a justificar a existência de obras ou monumentos, aptos a receberem a nomeação de patrimônios culturais materiais (bens, no sentido lato, que possuem valor universal excepcional, por seu caráter histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico) ou imateriais (criações orais, saberes, rituais festivos

e técnicas artesanais). O debate se estende à sobrevalorização que cada etnia, classe ou época faz sobre si própria. No bojo dessa reflexão sobre os processos de patrimônio cultural, o autor elenca alguns pontos importantes para o pensamento e as práticas das disciplinas de informação-comunicação, ao enfatizar as tensões entre a inovação e a consolidação cultural de povos, etnias e países, diretamente interligadas com o acesso, a circulação, a conservação e a apropriação de bens culturais e informacionais.

Como se sabe, os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, embora formalmente pareçam ser de todos e estar disponíveis para qualquer usuário. No entanto, assinala García Canclini (2010), muitos estudiosos, desde Bourdieu (1975), ao analisarem como se transmite o saber de cada sociedade através das escolas ou dos museus, perceberam que os grupos se apropriam da herança cultural de formas diferentes e desiguais, e que à medida que se desce na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriar-se do capital cultural transmitido por essas instituições: “Se em determinadas ocasiões, o patrimônio cultural serve para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que o compõem” (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 71). Nas classes populares, encontram-se certos saberes e usos refinados de objetos, símbolos, narrativas exemplares, crenças, enfim, um

saber prático ligado à funcionalidade e à simbologia da cultura do mundo vivido, cujo repertório é complexo de ser estabelecido, uma vez que seus autores e usuários não possuem a competência capaz de competir com o saber de especialistas que é acumulado e sistematizado historicamente, além de contar com o poder econômico e com a possibilidade de confrontar seus saberes e produtos culturais com os avanços internacionais.

Esse debate se faz ainda mais necessário e oportuno no contexto de uma cultura digital, que tem na *web* seu espaço de expressão, dado que essa última, muitas vezes, é compreendida de forma reificada, como uma plataforma informacional plana e estendida sobre a qual se estampam os saberes que são produzidos e podem ser acessados por todos, independentemente de atores, mediações, usos e apropriações que fazem parte e construíram esse dispositivo complexo. Nos estudos e nas práticas da informação contemporâneos existiria o risco epistemológico, conceitual e metodológico de considerar a *web* como lugar de acesso e uso de informações, obliterando as múltiplas e as diversas mediações culturais, históricas e sociais inerentes ao funcionamento do dispositivo.

A partir dessas reflexões, contemplam-se duas realidades do campo informacional na América Latina – Brasil e Colômbia – a fim de realizar breve análise do funcionamento dos estudos e das práticas culturais e informacionais nesses países.

HIDRIDAÇÃO DE MEDIAÇÕES CULTURAIS E INFORMACIONAIS

Da mesma forma que em outros países da Europa ou nos Estados Unidos da América, na América Latina, as Ciências da Informação se constituíram como campo do conhecimento a partir de mediações intensas das comunidades acadêmicas e científicas com as comunidades de práticas profissionais, sobretudo, as práticas bibliotecônicas. Ao mesmo tempo, e, sobretudo, no Brasil, assinala-se o emprego da nomeação Ciência da Informação para registrar um elo especial com a informação científica e tecnológica (IST) bem como com o suporte das tecnologias de tratamento automático de dados. Por outro lado, e de forma diferente em cada país, o desenvolvimento da disciplina científica e sua configuração epistemológica e institucional como uma Ciência Social Aplicada traduziu, como visto, uma ruptura com o campo profissional, além de alargamento e aprofundamento conceitual e epistemológico, capaz de estender as abordagens para alcançar os mais diferenciados universos informacionais, além da ciência. Da mesma forma, passou-se, pouco a pouco, a incorporar nos estudos e nas práticas um entendimento dos objetos informacionais em suas dimensões sociais, culturais e históricas, além de tecnológicas.

Para reunir algumas experiências e reflexões, porém sem a pretensão de estabelecer análises comparativas, consideram-se, a seguir, os caminhos das questões

de informação associadas ao cultural, ao saber e ao local ou global, no Brasil e na Colômbia.

No Brasil, os estudos socioantropológicos da informação foram produzidos, inicialmente, a partir da década de 90, acompanhando a expansão e a consolidação dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e suas linhas de pesquisa com temáticas que relacionam cultura, informação e sociedade. Eles se reúnem e são sistematizados principalmente, mas não exclusivamente, no Grupo de Trabalho Mediação, Circulação e Uso da Informação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), o qual existe desde os primórdios dessa sociedade científica, no início dos anos 90. As pesquisas apresentadas nos últimos cinco encontros (entre 2009 e 2013) indicam forte interface conceitual e metodológica das questões da informação com as Ciências Sociais.

O conceito de cultura está presente nesses estudos de variadas formas, seja como base teórica das questões, na abordagem empírica dos espaços informacionais populares e comunitários, no estudo das narrativas visuais e textuais da informação em diferentes mídias ou dispositivos, como leitura, literatura, tecnologias da internet e cinema. Outra temática, cuja presença é histórica, trata dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil e das novas formas de articulação comunicacional e informacional para a organização das ações coletivas em rede nos planos locais ou globais. O compartilhamento entre

os conhecimentos científicos e outras formas de saberes para a promoção do acesso e da visibilidade de diferentes grupos sociais nas novas mídias constituem problemáticas cada vez mais presentes nesse Grupo de Trabalho, além dos aspectos epistemológicos e históricos dos processos de escrita, leitura e apropriação das informações, e assim são representativas dos caminhos do estudo da informação em sua ambiência sociocultural.

Por outro lado, grande parte dessas temáticas parece estar cada vez mais embasada em engajamentos metodológicos, epistemológicos, sociais e políticos entre teoria e prática, empregando procedimentos de pesquisa interativos e compartilhados com os grupos estudados, o que contribui para a renovação das práticas de pesquisa com foco na cultura. Outra presença temática expressiva que se apresenta nos últimos anos é a que se refere aos espaços de leitura e apropriação de informações, como as bibliotecas comunitárias e públicas, o que atesta uma forma de hibridação entre pesquisas e experiências sociais com a mediação de profissionais da informação, principalmente, os bibliotecários. Entretanto, em geral, alguns estudos ainda carecem de maior sustentação teórica e abordagem crítica. De toda forma, o que vale finalmente ressaltar é o componente científico-acadêmico acentuado nas relações entre informação, cultura e sociedade, além da forte presença das tecnologias e seus dispositivos no estudo da cultura digital e seus aparatos.

De maneira diferente do Brasil, na Colômbia, os

estudos da cultura e informação numa perspectiva social não são desenvolvidos no âmbito dos programas ou cursos de pós-graduação, ainda de presença iniciante no país. Exemplificando, a *Escuela Interamericana de Bibliotecología de la Universidad de Antioquia*, em Medellín, começou a oferecer somente a partir de 2011, um mestrado em Ciência da Informação, com cinco linhas de pesquisa: Biblioteca, educação e cidadania; Informação e gestão do conhecimento; Tecnologias e representação de conhecimentos; Informação, ciência e tecnologia; Arquivos, memória e sociedade.

Entretanto, existe forte tradição no país de cooperação entre os docentes de Biblioteconomia, em nível da graduação, e profissionais da informação e da comunicação dos setores público e privado em torno de programas de leitura e de bibliotecas públicas e escolares. O país desenvolveu um dos projetos piloto mundiais de bibliotecas públicas promovido pela UNESCO durante os anos 50, único na América Latina. Esse saber-fazer sobre a leitura e a biblioteca pública levou com o tempo à criação de uma rede de bibliotecas públicas e escolares, além de programas de leitura com a participação e o apoio de diferentes setores sociais. A partir dos anos 80, que marcam o período mais complexo do ponto de vista sociopolítico na Colômbia, foram demarcados três eixos de ação para as bibliotecas públicas e escolares: o trabalho em rede; a criação de serviços de informação para a comunidade; o desenvolvimento de salas de leitura. Em 1990, se consti-

tuiu a Rede de Bibliotecas Populares de Antioquia, outra tradição de ação informacional no país.

Todas essas redes fazem parte de projetos inter-setoriais e interdisciplinares de intervenção urbana conduzidos por diferentes atores como instituições públicas e privadas, as mídias, as bibliotecas, as universidades. O objetivo geral dessas ações em rede é fazer reaparecer as condições para as comunidades de uma participação ativa no processo de criação, enriquecimento, conservação, transmissão e evolução das culturas local, regional, nacional e mundial na qual cada uma se situa, com base no entendimento de que “[...] a identidade não pode existir sem um sólido enraizamento dos sujeitos em sua própria cultura e o conhecimento de sua própria história.” (ARANGO VELÁSQUEZ, 2005, p. 30). Esse objetivo está por sua vez orientado pela ideia de uma construção social do território que compreende, entre outros, a humanização das relações espaço-tempo; a identificação e o reconhecimento das condições históricas das comunidades; o reconhecimento e os elos entre atores públicos, privados, comunitários, entre outros; a planificação das atividades e das ações a partir de pequenas unidades constitutivas locais e regionais; a consideração das formas distintas de governança do público; a adoção de formas de democracia participativa para a planificação do desenvolvimento (BETANCOUR BETANCOUR, 2007). Essas proposições estão fortemente orientadas por uma perspectiva de construção

e apropriação de informações nos quadros culturais e dos saberes locais.

A fim de fazer breve paralelo entre as ações e os estudos de informação com ancoragem cultural, cabe observar que existe uma diferença básica entre os dois países, uma vez que, no Brasil, se formou um pensamento informacional na cultura a partir da pesquisa e do campo acadêmico, embora não se possam descartar as iniciativas dos programas de extensão nas universidades compartilhadas com o campo profissional, dentre outras experiências não programáticas e pontuais. Na Colômbia, de forma diferente, as ações de informação no âmbito da cultura fazem parte de programas inter-setoriais com a participação de atores acadêmicos e uma pluralidade de atores não acadêmicos, em parceria interdisciplinar, o que caracteriza maior intervenção social das universidades, dentro de um plano de ações do público e do privado.

Abordando a questão no contexto mais amplo da América Latina, afirma-se que as experiências sociais de intervenção por meio da cultura e da informação vêm tomando maior vulto com o emprego das novas mídias como a *web* e seus diferentes espaços de informação e comunicação. Dessa forma, os jovens são os usuários e mediadores mais destacados das ações de intervenção social e urbana por meio da cultura, dos saberes e da informação enquanto valores e direitos a serem conquistados para participar da cultura técnica das sociedades mundializa-

das a partir de pontos de vista inter cruzados entre o local, o regional e o mundial. Por exemplo, em pesquisa realizada no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, o diretor do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), ONG local, criada pela própria comunidade, lembra o processo de criação de redes sócio-pedagógicas com a participação de jovens das comunidades:

O grupo que começou a discussão tinha uma formação pedagógica e religiosa, fundamentada na teologia da libertação e na valorização do saber popular. A ideia era de construir redes de pessoas para trabalhar as novas formas de pensar a realidade local [...] Nós deveríamos reconhecer as estratégias de sobrevivência cotidiana e compreender como as pessoas dão sentido às suas vidas (JAIR S. SILVA, diretor-fundador do Ceasm, 2006, depoimento para pesquisa).

Em registro próximo, Petit (2010), a partir de experiências de pesquisa e práticas sobre as ações de leitura nos países da América Latina e outras partes do mundo, observa que a leitura torna possível uma narração e a criação de elos entre os fragmentos de uma história, entre aqueles que participam de grupos locais, e, outras vezes, entre universos culturais diferentes. As leituras não provocam uma “cola de experiência”, mas uma metáfora que pode abrir perspectivas para novas ações de apropriação de saberes e informações.

CONSIDERAÇÕES E QUESTÕES FINAIS

Muitos estudiosos concordam que parece existir uma linha de continuidade entre o consumo das mídias sociais de informação e comunicação e a conquista do direito de acesso à cultura pedagógica e científica da escola e da universidade. Apesar das precárias condições de vida, a população jovem dos grandes centros urbanos na América Latina se desenvolveu com a generalização das mídias tanto tradicionais (televisão, rádio, música) ou a mediatização das tecnologias da *web* e das novas redes sociais em linha, que mantêm relação estreita com a lógica das culturas juvenis centradas no presente e organizadas em redes de comunicação e conversação. Em pesquisa conduzida junto a comunidades periféricas de duas grandes capitais do país, focando nas ações culturais e informacionais sobre a violência entre a população jovem, percebemos que o uso das novas mídias sociais acabam por favorecer e reforçar as conexões locais com as organizações civis, a escola, a vizinhança e a família.

Nessa perspectiva, a interculturalidade global pode ser entendida como diálogo com as chaves de leitura dos símbolos, de identidades e de culturas próprias ao universo dos jovens, sem fronteiras geográficas ou linguísticas. Por outro lado, a interculturalidade local abre as vias da interação em presença e a formação de novas territorialidades e sociabilidades que agem como reforço da identidade. No ambiente de violência social e de

carência de serviços prestados pelo Estado, as possibilidades de circulação, encontro e conversação são valores colocados em evidência pela população jovem. Uma das questões centrais que se apresentam à reflexão sobre a interculturalidade seria a possibilidade de criação de novas formas de participação para mobilizar as identidades e as expressões culturais.

Considerando a problemática abordada, quais seriam as chaves conceituais, metodológicas e práticas para interrogar, do ponto de vista da informação e do saber, os universos culturais locais dos sujeitos que vivem um cotidiano pobre e violento? De que forma pensar a diversidade desses universos culturais conjuntamente com as barreiras sociais e educativas de acesso aos bens materiais e simbólicos das sociedades do conhecimento num contexto de exclusão social? Nesse sentido, é preciso reconsiderar que a ideia de diversidade cultural no contexto digital contemporâneo corresponderia a uma visão da cultura menos patrimonial e mais antropológica, orientada pela liberdade, diversidade e responsabilidades dos diferentes grupos, povos e comunidades. Uma das dimensões mais importantes desse processo seria a adoção de uma visão conjunta de respeito às diversidades culturais e de compartilhamento dos saberes, porque se trata de dois problemas associados, uma vez que “[...] a universalidade do acesso aos saberes exige correlativamente a diversidade de formas sociais de trocas, tanto culturais quanto linguísticas”(LAULAN, 2005, p. 54).

De fato, quando se pensa no mundo comunitário fora do centro geopolítico ocidental não se deve esquecer que a cultura não pode ser pensada sem o seu complemento, o *saber*. Grande parte da população jovem dos países de regiões periféricas do mundo, como a América Latina, entraram diretamente na cultura midiática sem ter passado pela escola e pela educação formal, o que traz consequências para o acesso e a apropriação de bens culturais e informacionais, assim como para a expressão de suas identidades nos circuitos da cultura digital, que é eminentemente escritural. No domínio da pesquisa e das práticas de informação-cultura no plano internacional, pesquisadores e profissionais parecem estar de acordo sobre a assertiva “transmitir não é comunicar”, o que quer dizer que um grande volume de informações, transmitidas de forma abundante e rápida, por um número extenso de sistemas técnicos, não assegura, forçosamente, maior comunicação entre as pessoas nem uma ampliação de seus universos sociais, cognitivos e semânticos. De acordo com Wolton (2005, p. 2): “O essencial não é a transmissão, mas a comunicação, isto é, o compartilhamento de um mínimo de valores para aceitar debater e compartilhar aquilo que é recebido.”

Nesse sentido, o campo de pesquisas e práticas da informação, no quadro cultural dos países onde existem escassos recursos públicos, como a educação e o acesso aos equipamentos culturais, deveria desenvolver programas e ações informacionais e culturais sobre a problemá-

tica dos saberes, de suas condições de produção e apropriação social em relação com as configurações locais e globais, como produtos do trabalho e da cidadania, fundados no valor da cultura informacional para obter destreza técnica e recursos simbólicos para a vivência no universo globalizado. Para tanto, parece que a América Latina precisa aprender e compartilhar com a América Latina e outras partes do mundo.

REFERÊNCIAS

- ARANGO VELÁSQUEZ, G. J. **Valor y función cultural de la información**. Medellín: Comfenalco Antioquia, 2005.
- BETANCUR BETANCUR, A.M. **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín: Comfenalco Antioquia, 2007.
- BOURDIEU, P. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1975.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPPER, D. **L'amour de l'art**: les musées européens et leur public. Paris: Les Ed. de Minuit, 1966.
- CERTEAU, M. de. **La culture au pluriel**. Paris: Christian Bourgeois Ed., 1983.
- COUZINET, V. **Médiations hybrides**: le documentaliste et le chercheur en Sciences de L'Information. Paris: ADBS Ed., 2000.
- GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.
- _____. **La sociedad sin relato**: antropología y estética de la inminencia. Madrid: Katz Ed., 2010.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: EDUFPB, 2002. p. 25-48.
- HABERMAS, J. Deuxième considération intermédiaire: système et monde vécu. In: _____. **Théorie de l'agir communicationnel**: pour une critique de la raison fonctionnaliste. Paris: Fayard, 1987. t. 2, p. 125-218.
- HALL, S. The question of cultural identity. In: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. M. **Modernity and its futures**. London: Polity Press / Open University, 1992.
- JEANNERET, Y. A relação entre mediação e uso no campo da pesquisa em Ciência da Informação na França. **RECIIS. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 3, n. 3, 2009.
- _____. **Y-a-t-il (vraiment) des technologies de l'information?** Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007.
- LAULAN, A. M. Diversité culturelle. In: _____. **La société de l'information**: glossaire critique. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 52-54.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris, 2005.
- _____. **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**. Paris, 2002.
- OROZCO, G. Mediaciones tecnológicas y des-ordenamientos

comunicacionais. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 41, n. XXI, p. 21-33, jul. / dic. 2002.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

SODRÉ, M. Cultura estética e mobilização popular. In: REBELO, J. **Novas formas de mobilização popular**. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 45-50.

WOLTON, D. Information et communication: dix chantiers scientifiques, culturels et politiques, **E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 2, p. 1-14, 2005.

PARTE III

POLÍTICAS CULTURAIS

CAPÍTULO 7

POLÍTICAS CULTURAIS A PARTIR DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Dyógenes Chaves Gomes¹

INICIANDO

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar todos os que aqui estão e dizer-lhes de nossa satisfação em participar deste evento, pelo significado que tem para todos nós ao tentarmos discutir políticas culturais no Brasil e seus impactos por meio dos olhares do Governo, do terceiro setor e de pesquisadores. Sou artista visual, mas também atuo em diversas frentes: *designer* de moda, *designer* gráfico, professor universitário (no curso de Moda do Centro Universitário de João Pessoa, Unipê), produtor e organizador de eventos de artes visuais, impressor de gravura, pesquisador, membro das associações brasileira e internacional de críticos de arte (Associação Brasileira de Críticos de Arte, ABCA) e Associação Internacional de Críticos de Arte, AICA), membro dos colegiados setoriais de Artes Visuais e de Moda (Ministério da Cultura, MinC) e curador independente. Já atuei, por quase 20 anos, no setor público coordenando setores de artes visuais na Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc, Governo do Estado), no antigo Departamento Cultural da Secre-

¹ Artista visual, *designer* de moda e gráfico, professor e curador independente

taria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa (SEDEC) e na Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope, Prefeitura de João Pessoa). Hoje milito como produtor independente e colaboro com diversas instituições culturais, a saber: Centro Cultural Banco do Nordeste, Aliança Francesa João Pessoa, Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

Aqui estamos representando a Usina Cultural Energisa e a Fundação Ormeo Junqueira Botelho, entidade por meio da qual venho colaborando na qualidade de produtor e curador de artes visuais desde a inauguração da Usina, em 2003. Desde essa época, foram firmadas diversas parcerias com instituições educacionais e culturais brasileiras e locais, oficiais e privadas, que culminaram com a realização de eventos artísticos que entendemos de suma importância para a cidade de João Pessoa e para o Estado da Paraíba.

À Fundação Ormeo cabe implantar e desenvolver a política de responsabilidade social das empresas do Grupo Energisa, principalmente por intermédio das nove usinas culturais mantidas pelo grupo em sua área de concessão, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba e Sergipe. Criada em 1987, a Fundação tem, desde então, atuado com sucesso na área cultural e esta amplamente reconhecida atuação tem angariado vários prêmios na área de responsabilidade social para o Grupo Energisa.

A Usina Cultural Energisa é, portanto, uma insti-

tuição privada, vinculada diretamente à Energisa Paraíba e, indiretamente, à Fundação Ormeo Junqueira Botelho, cuja filial paraibana sedia desde 2006. Mantida desde sua criação, com recursos da própria Energisa, a Usina começou a ser pensada pouco depois da privatização da antiga Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa) e atual Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A, em 2001, quando também passei a integrar, como colaborador, sua equipe técnica, assumindo, dentre outras atribuições, a coordenação de montagens, organização, produção e curadoria de artes visuais da instituição.

Localizada em área de preservação histórica da cidade, o complexo conta com amplos jardins e duas grandes edificações, erguidas em 1912 e 1932. A primeira etapa do complexo – integrada por galeria de arte, café e sala multiuso – foi inaugurada em maio de 2003 e a segunda – que abriga o Espaço Energia e instalações administrativas – em junho de 2005. Por muitos anos, a instituição também manteve oficinas de música, de canto coral e de dança destinadas a crianças e adolescentes oriundas da rede pública de ensino.

Inaugurado em junho de 2005 e ocupando área de 1.200 m², o Espaço Energia – um dos equipamentos da Usina – é um museu cenográfico didático-interativo sobre a história e a evolução da energia elétrica e a importância de seu uso racional e eficiente. Considerado pela Eletrobras o primeiro centro de referência sobre eficiência energética da América Latina, tem projetos museográfico

e arquitetônico da museóloga Amélia Couto Córdula e da arquiteta Germana Xavier Leal, respectivamente, e é composto de módulos conceituais, em que dialogam história, ciência e arte. O espaço – que conta com oito monitores universitários das áreas de física e história, para orientar o público visitante, principalmente o escolar – já recebeu aproximadamente 100 mil pessoas em quase 10 anos de existência. O museu também serve de ponte para incrementar a frequência de estudantes à galeria e, sempre que possível, a atividade de formação de público, uma de nossas preocupações desde que a Usina foi inaugurada. Sabemos, na verdade, que ninguém nasce gostando de artes visuais, de música erudita, de jazz, de teatro etc.: cabe, pois, à universidade e às instituições públicas que militam na área cultural realizar esse importante trabalho, para que as gerações futuras possam ter mais familiaridade com o universo das artes.

Ao longo desse tempo, a Usina tem dedicado especial atenção às artes visuais: realizamos, desde a inauguração de nossa galeria de arte, cerca de 70 exposições individuais e / ou coletivas, envolvendo artistas locais, brasileiros e estrangeiros, de diversas tendências, o que significa dizer que não privilegiamos apenas a arte contemporânea. Considerada o mais bem estruturado espaço expositivo de João Pessoa, a galeria dispõe de circuito interno de TV, iluminação adequada e segurança, o que a diferencia dos demais espaços expositivos existentes na cidade, notadamente no caráter curatorial, já que tem mantido

um nível de excelência nos aspectos de montagem, escolha dos artistas e material gráfico produzido. Para seu funcionamento e manutenção, a Usina Cultural Energisa conta, basicamente, com recursos da própria Energisa, e só recentemente, com a criação, na Paraíba, da filial da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, temos obtido, junto a instituições de fomento a atividades culturais, financiamento para a viabilização de alguns poucos projetos.

Após a realização de diferentes exposições – inclusive as dos Salões Cataguases- Leopoldina e Cataguases-Usiminas de Artes Visuais, promovidos pela Fundação Ormeo –, lançamos, em 2005, o primeiro Edital de Ocupação de nossa galeria: dos cerca de 50 projetos inscritos, encaminhados por artistas paraibanos, brasileiros e estrangeiros, oito foram selecionados por um conselho curador (integrado por Fernando Cocchiarale, Anna Bella Geiger e José Rufino), para ocupar o espaço entre 2006 e 2007. Em 2008, realizamos importantes mostras, com destaque para “Arte Brasileira na Coleção Lili Marinho” – parceria com o Governo do Estado – e “Memória das Artes Visuais na Paraíba”, projeto selecionado e financiado pela Funarte / Petrobras, envolvendo oficinas e exposição de obras provenientes dos três principais acervos de artes visuais na Paraíba: Pinacoteca da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Museu de Arte Assis Chateaubriand e Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc).

Destaco, no entanto, outros eventos aqui realizados e que considero essenciais para a memória da cul-

tura paraibana: o “Projeto José Simeão Leal – Gestão e Manutenção de Arquivos e Acervos em Artes Visuais”, em parceria com a UFPB / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Prefeitura de João Pessoa, com patrocínio da Funarte e da Petrobras. Cito, ainda, o “Projeto Nac 30 Anos – Sobrevivendo nas Trincheiras”, evento selecionado no Programa Rede Nacional de Artes Visuais, da Funarte / MinC, que promoveu oportuna discussão e reflexão sobre a atuação do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB, especialmente entre 1979 e 1984, época que desfrutou de ampla repercussão nacional. Acrescento que ambos os projetos citados foram selecionados em editais públicos e concorreram com centenas de projetos de todo o país.

A galeria de arte da Usina, neste ano de 2014, abriu exposições de dois programas: “Novos Talentos Paraibanos”, com exposições coletivas de jovens artistas locais que se destacaram em mostras individuais realizadas entre 2012 e 2013 no projeto Arte na Empresa da Energisa Paraíba; e o Prêmio Energisa de Artes Visuais, que apresentará no segundo semestre uma mostra do artista paraibano Sérgio Lucena (esta com apoio do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos do Governo do Estado da Paraíba) e uma coletiva com artistas brasileiros (Túlio Pinto, Rafael Pagatini e Carlos Melo) selecionados por meio de edital, em 2011. No entanto, não posso deixar de mencionar que, no ano passado, durante as comemorações dos 10 anos de atuação da Usina, realizamos 10

exposições individuais de renomados artistas paraibanos, dentre eles: Hermano José, Raul Córdula, Chico Pereira, Chico Ferreira, Alice Vinagre, Alberto Lacet, Fred Svendsen e Clóvis Júnior.

A Usina conta, hoje, com pequeno acervo de artes visuais, fruto de doações de artistas que já expuseram na galeria, e tem também feito parcerias com outras instituições, como a Funarte – notadamente para a realização, em 2004, 2005, 2006, 2008 e 2010, de cinco edições do Programa Rede Nacional de Artes Visuais Funarte / MinC – e o Itaú Cultural, para a realização, juntamente com o Nac da UFPB, de atividades do Programa Rumos, em 2007.

Além de exposições, oficinas de artes visuais, lançamentos de livros e CD, palestras e concertos musicais também ocorrem na Usina. Em 2007, por exemplo, tornamos sede oficial do Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa (Cineport), evento multicultural bienal, promovido pela Fundação Ormeo, cuja quarta edição, realizada em nossas dependências em abril desse ano, atraiu público recorde de, aproximadamente, 30 mil pessoas em apenas 10 dias. Dentre os programas que ocorrem, atualmente, na Usina, destaque: Violadas (música instrumental com apresentações mensais); Projeto Lumière (cinema francês com parceria com a Aliança Francesa João Pessoa); Usina da Música (vários concertos de artistas locais), Nova Feira (feira popular dedicada ao artesanato, às habilidades manuais, à filatelia, à numismática e às antiguidades), além de eventuais apresentações de teatro e lançamento de livros.

Como disse anteriormente, a Usina recebe recursos orçamentários da Energisa para a realização de seus eventos e para sua manutenção. Neste sentido, talvez sejamos mais afortunados do que outras instituições culturais, que enfrentam tantas dificuldades para sobreviver: a empresa nos dá condições para manter impecável o espaço e disponibiliza pessoal de apoio. Por outro lado, o fato de a Usina Cultural Energisa estar localizada em área de preservação histórica – sujeita, portanto, à legislação que regulamenta a ocupação de sítios históricos –, conservamos as características originais do espaço. Isto faz da instituição um dos equipamentos históricos mais bem preservados da cidade, graças, inclusive, à preocupação da Fundação Ormeo e do Grupo Energisa com a questão de preservação do patrimônio histórico e artístico existente em sua área de atuação.

Com este breve depoimento, espero ter dado uma ideia geral da Fundação Ormeo, da Usina Cultural Energisa e do *modus operandi* dessas instituições. Também, gostaria de reforçar a importância de parcerias com instituições afins para a viabilização de projetos culturais. Sei bem quão escassos são os recursos para a concretização de tais projetos, notadamente os de artes visuais, considerados por muitos menos atraentes do que espetáculos musicais, por exemplo. Diante disso, afirmo que a Energisa Paraíba continuará envidando esforços para contribuir com o fomento à cultura paraibana, quem sabe, servindo de exemplo para outras empresas também investirem nesse setor.

FALTA DE UMA POLÍTICA CULTURAL

No país inteiro, proliferam programações equivocadas de gestões oficiais de eventos espalhando atividades que apenas se preocupam em preencher gráficos e estatísticas. São “micarandes, micaroas e micaretas”, festivais e shows oportunistas que só servem para entupir jovens de cerveja e suor ou o bolso de empresários inescrupulosos sem nenhuma formação, principalmente, cultural. Outras drogas – como a péssima música, por exemplo – também estão nesse “saco de gatos”. O pior é atestar que muitos empresários, governos e dirigentes culturais emprestam total apoio a esta falsa ideia de ação cultural. E isso acontece pela falta de uma programação cultural calcada numa política que trate a cultura brasileira como direito e condição de cidadania, como dimensão simbólica e, principalmente, como política estratégica de Estado.

Onde está o cerne do problema? Primeiro, na falta de quadros capazes de enxergar a cultura de maneira ampla, em todos seus matizes, suas raízes, tendências e categorias. Poucos dirigentes culturais têm formação técnica ou conhecimento de causa para discernir uma “instalação” (categoria muito atual na área das artes plásticas) de um encontro de *Role Playing Game* (RPG), uma *assemblage* (outra categoria das artes plásticas) de uma escultura. No geral, são pessoas que têm conhecimento apenas superficial (ou nenhum) sobre alguma coisa: teatro, música, artes plásticas. Sua escolha para

dirigir os órgãos culturais oficiais sempre reflete o também pouco conhecimento dos governadores e prefeitos. Aliás, para eles, quando cultura será política estratégica de Estado, de fato e de direito?

Apenas para exemplificar programas de políticas públicas, no meu entender, vitoriosos, que aconteceram no país desde muitos anos, citarei dois deles, por sinal, muito semelhantes em seus objetivos finais: o Projeto Pixinguinha (na área da música), dos anos 80, e o Programa Rede Nacional de Artes Visuais, dos anos 2000. Estas são daquelas ações que deveriam ser imitadas por dirigentes culturais de Estados e municípios porque, basicamente, atendem às demandas de uma formação profissional “capenga” na área artística e cultural (no Brasil, há poucos cursos de nível superior ou médio). Depois, porque envolvem artistas, locais e visitantes, em ações de intercâmbio e troca de experiências acima das querelas provincianas e de ataques xenófobos. Em suas atividades, sempre há saudável preocupação com o processo criativo e, acompanhando as novas realidades e as sugestões apresentadas, vai se adequando e evoluindo ano a ano. Desenvolvidos pela Funarte / MinC, tais programas visavam, essencialmente, promover a articulação nacional dos diversos segmentos das artes em sua multiplicidade de linguagens e manifestações, por meio de variados recursos: apresentações, concertos, oficinas, palestras, ações e desenvolvimento de produtos didáticos específicos. Sua logística tinha o formato de caravanas culturais e mambembes,

ou seja, equipes compostas de artistas, palestrantes (no caso das artes visuais), fotógrafos e produtores circulando pelo país, debatendo ideias e conceitos, difundindo técnicas de criação, exibindo novos e velhos artistas, concertos gratuitos (ou com preços populares, no caso da música), documentando imagens, exposições e depoimentos. Para sua viabilidade, foram estabelecidas parcerias com instituições, como secretarias de cultura, museus, universidades e fundações culturais, que apoiavam o projeto com contrapartidas de infraestrutura (hospedagem, locais, material, equipamento, etc.), enfim, tudo para ampliar o conhecimento das artes e dos artistas em todo o país.

Além disso, nesses programas havia duas observações que merecem registro: a criação de verdadeira conexão nacional – que surgia naturalmente –, aproximando o fazer artístico e o pensamento de diversos olhares e tendências, das várias regiões do país (ao mesmo tempo); e o acesso às ações de forma democrática, propiciando, ao mesmo tempo, entretenimento e formação de plateia, troca de experiências e formação técnica, principalmente. Justificando o programa Rede Nacional: infelizmente, as universidades e as secretarias de cultura, com suas estruturas arcaicas e escassez de recursos, muitas vezes, não têm meios e parâmetros para atender ao poder cambiante e abrangente das artes visuais em nossa contemporaneidade, daí sua importância.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ARTES VISUAIS

Walmir Ayala, crítico de arte já falecido, disse que o Brasil precisava apresentar uma política de fomento às artes plásticas em formato bienal, ou seja, num ano se estabeleceriam um grande mapeamento e análise da produção nacional e suas consequências diretas como a formação, o mercado e as políticas públicas; no outro ano, se faria uma amostragem disso tudo, como grande avaliação, com resultados na produção editorial e em curadorias sobre a questão histórica e trabalhos de pesquisa científica na área. Isso tudo em função do caráter continental do país.

Tudo bem. Só que, para isso tudo acontecer, teríamos de ter, efetivamente, ações de alcance federal e em todas as instâncias da cadeia produtiva, ou seja, instituições públicas e privadas, artistas, mercado de arte, colecionadores, fabricantes e fornecedores de materiais, universidades, órgãos governamentais, etc. E, além do mais, com as ações centralizadas a partir de um órgão oficial com competência técnica para coordenar todas as ações. E essa instituição poderia, muito bem, ser a Fundação Nacional de Arte, a Funarte, com sede no Rio de Janeiro e em outras capitais como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília, e que, nos anos 80, já foi uma espécie de Ministério da Cultura. Diz a história que quando da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, não foi possível também transferir todas as instituições culturais, seus funcionários e monumentos arquitetônicos. A coor-

denação cultural permaneceu no Rio de Janeiro junto com o conglomerado de equipamentos, como Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Palácio Gustavo Capanema (sede da Funarte e marco da arquitetura brasileira, com a mão de Le Corbusier, Niemeyer e Lúcio Costa). Com isso, o poder da cultura ficou diametralmente afastado do poder financeiro e político da época. Definitivamente. Mesmo assim, a Funarte continuou ostentando o título simbólico de “Ministério da Cultura” e com poderes e direitos para adotar uma política cultural que abrangesse toda a federação. Mas, em função das dificuldades naturais (que sempre são as mesmas, em qualquer época), as principais ações públicas apenas atingiam as regiões economicamente mais abastadas. Ou seja, todo o investimento não passava de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Por exemplo, as fichas de inscrição para salões de arte promovidos pelo Governo Federal chegavam a cidades como João Pessoa, Macapá, Teresina ou Belém com atraso de semanas e quando as inscrições já estavam prestes a encerrar. Era uma política para atender, prioritariamente, os interesses dos mais importantes grupos políticos e econômicos do país, exceto em algumas poucas ações de âmbito nacional.

Com a criação e instalação do MinC em Brasília, após a Ditadura Militar, a Funarte perdeu seu charme e sua função. Aí, instalou-se uma crise onde até copo descartável faltava nas belas e espaçosas salas do antigo prédio do Ministério da Educação e Saúde (o Palácio Ca-

panema), lugar onde trabalharam personalidades, como Carlos Drummond de Andrade e o nosso José Simeão Leal, a partir dos anos 40.

Ainda de acordo com o pensamento de Walmir Ayalá, o modelo de ação bienal seria o ideal se pensado enquanto projeto macro, por cobrir toda a produção brasileira contemporânea com ênfase para o reconhecimento nacional, especificamente, dessa área artística. Com os resultados obtidos na ação bienal, seria possível para todas as instâncias citadas, atuar efetivamente e com a responsabilidade de se saber onde, quando e como investir, mudar, priorizar, fomentar e apoiar.

Cito este exemplo com suas informações históricas, mesmo tratando-se de uma política pública em âmbito federal, com o objetivo de alertar que isso também poderia ocorrer em nível estadual, com as adequações necessárias.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANTES

A cada nova eleição, a população brasileira sonha com as mudanças anunciadas nas campanhas dos candidatos aos cargos executivos, principalmente. Há a expectativa de que erros e problemas do passado sejam esquecidos, assim como as diferenças tenham suas correções. A conta mais sonhada por todos nós é: investimento em educação e em saúde igual a menos pobreza, ou, ainda, investimentos na produção com menos impostos e juros igual a mais empregos e melhor distribui-

ção de renda. Assim, otimistas, ficamos fazendo contas e aguardando o novo Governo.

Na classe artística, também há expectativas. Todos sonham que os novos governantes realizem um programa de fomento às artes por meio de investimentos na formação (de plateia, técnicos e artistas), na consolidação de mercado (financiamento em condições de competitividade) e políticas públicas (inclusão social, patrimônio cultural, material e imaterial, etc.). Ora, o Estado não tem como fugir de sua responsabilidade com a área cultural. Aliás, cultura é política estratégica de Estado, disse o ex Ministro da Cultura Gilberto Gil. E, a partir de iniciativa de seu Ministério, já na primeira gestão do Governo Lula, vem sendo conduzida no país verdadeira revolução, com participação da sociedade civil, que é a consolidação de um Plano Nacional de Cultura. Em função disso, variadas e inúmeras ações aconteceram. Debates públicos nos fóruns permanentes promovidos por várias categorias das artes, reuniões das câmaras e colegiados setoriais de cultura (música, teatro, circo, artes visuais, dança, livro e leitura, etc.), das conferências de cultura (municipais, estaduais e nacional). Vídeos conferências para promover o treinamento e a divulgação de instrumentos de fomento à cultura (leis de incentivo e editais públicos), etc. Nunca se falou, reuniu, descentralizou, discutiu, investiu financeiramente, se brigou tanto pela cultura como nos últimos 10 anos dos Governos de Lula e de Dilma Rousseff. O Plano Nacional de Cultura é uma realidade e suas diretrizes,

metas e linhas de ação servem de espelho e orientação aos Estados e municípios brasileiros.

Sem querer me apegar apenas aos avanços obtidos pelo setor cultural a partir dos últimos 10 anos e para aguçar a memória, seria conveniente registrar, aqui, um fato local, paraibano, que ocorreu em junho de 1994. A Fundação Pedroso Horta (órgão ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB paraibano), organizou o “Seminário Cultura, sim!”, na Associação Paraibana de Imprensa, com o objetivo de orientar, antes das eleições, uma política de Governo para a área cultural. A sociedade civil teve assento nesse seminário. Homens e mulheres de cultura desfilaram suas opiniões que deveriam ser seguidas pelo próximo Governo (em tempo: Antônio Mariz foi eleito, e, com sua morte, em 1995, o vice José Maranhão terminou o mandato). Algumas das ideias do seminário foram colocadas em prática. Outras não. Mas, relendo seus anais (foi publicado um livreto, em formato popular), parece que o tempo não passou. Vinte anos depois temos os mesmos problemas e as mesmas esperanças. E, talvez, as mesmas soluções.

Então, o que podemos dizer ao futuro governador sobre nossas expectativas para uma política cultural oficial? Repetir os “Subsídios para um programa” (página 6 do livreto “Em debate – Cultura, sim!”). Acho que já seria algum avanço. Afinal, pouco se fala de cultura no guia eleitoral e nos programas de Governo, em sua maioria, redigido com a ajuda de marqueteiros. Ou, então, em

nosso caso, dirigir uma carta ao futuro governador. Seja pública, coletiva ou pessoal, mas que venha do coração de cada artista, seja de qualquer categoria, seja de toda parte. Isso pode ser bem melhor que reclamar ou apontar o dedo aos que optaram por esta ou aquela facção política. Pelo menos, poderemos falar de outra forma daquilo que sonhamos. O sonho do artista?

Eu, que tenho (e agradeço) o privilégio de usar este espaço, já vou me adiantando: "Governador, ao indicar seus funcionários auxiliares da área de cultura, pense em pessoas capazes de enxergar este segmento de maneira ampla, em todos seus matizes, suas raízes, tendências e categorias. Invista maciçamente em editais públicos – formação, circulação, publicação, etc., como tem feito o Governo Federal. Eleve os valores destinados aos programas e editais de fomento (por exemplo, o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos). Mantenha as instituições e equipamentos culturais também com pessoal especializado. Resgate o patrimônio cultural material e imaterial do Estado. Disponibilize programas e linhas de crédito para financiamento da produção cultural. Promova um mapeamento de todo o conjunto arquitetônico, histórico e cultural do Estado. Instale, definitivamente, o Museu de Arte Contemporânea da Paraíba (criado pelo Decreto n. 20.696 de 5 de novembro de 1999), ainda hoje no papel. Invista em artes plásticas, como investe em artesanato (o programa de artesanato, reconhecemos, é vitorioso e exemplo em todo o país). Realize o Festival Nacional de Arte

(Fenart), desmembrando-o em quatro edições trimestrais de modo que as instalações do Espaço Cultural José Lins do Rego sejam utilizadas, permanentemente e coerentemente, ao longo de todo o ano. Formule parcerias tanto com o Governo Federal (MinC e Funarte) como com municípios e / ou outros ministérios. Democratize o acesso da sociedade civil às artes em caravanas pelo interior do Estado. Promova seminários semestrais para termos um diagnóstico natural (e atual) da nossa realidade artístico-cultural. Destine 2% do orçamento geral do Estado para a cultura (seguindo o exemplo do Governo Federal). Fuja de uma política cultural que atenda apenas a interesses de grupos econômicos e / ou partidários. Seja justo com os artistas. Obrigado!"

Nota: Esta carta foi escrita há um bom tempo, uns 15 anos pelo menos. É dirigida ao governador eleito, qualquer que seja o resultado das urnas, mas, com algumas poucas adequações e mudanças, poderia ser endereçada a qualquer governador eleito do país, nestas ou em todas as eleições, de qualquer partido ou facção política. Pretensamente, espero que seja atendida mesmo em parte. Aliás, espero, sinceramente, que não precise dela novamente daqui a quatro anos...

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS CULTURAIS & APROPRIAÇÕES SOCIAIS DA TECNOLOGIA E DO CONHECIMENTO¹

Marco Antônio de Almeida²

O termo cultura talvez seja um dos mais polissêmicos das Ciências Sociais. Os sentidos da expressão acompanharam as transformações sociais ao longo da história. Algumas dessas transformações são apontadas por Stuart Hall (2005), vinculadas aos processos de globalização, às transformações na vida cotidiana e às novas formas de construção da subjetividade. Hall cita David Harvey e seu conceito de compressão espaço-tempo para dar conta das aceleradas mudanças no mundo contemporâneo. Para além da ampliação dos fluxos migratórios, também é necessário destacar o papel das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) nessa compressão das coordenadas de espaço-tempo. Foram as TIC que estabeleceram uma rede global na qual se enredaram sociedades com distintos modos de vida e histórias. Esse novo ambiente causou profundo impacto nos modos de vida dos indivíduos, trazendo choque entre as culturas locais e uma cultura global ainda em configuração (ALMEIDA, 2014)

Stuart Hall chama atenção para uma série de deslocamentos das culturas do cotidiano, decorrentes de mu-

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² Doutor em Ciências Sociais

danças globais na reorganização socioeconômica das sociedades pós-modernas ou pós-industriais: crescimento do setor de serviços, novos estilos de vida relacionados ao empoderamento das mulheres, mudanças nas estruturas familiares e nas relações intergeracionais, etc., que possuem reflexo na cultura, mas, atenta, especialmente, para o papel dos meios de comunicação tradicionais e das TIC na disseminação de informação e conteúdos simbólicos. Em outro texto, Hall (1997) também menciona a centralidade da cultura na construção das subjetividades, e, em função de ênfase na linguagem e no significado da compreensão desse fenômeno, de uma dissolução gradual das fronteiras entre o social e o psíquico.

Por outro lado, se a cultura está em toda parte, onde começa e onde termina? Na realidade, a cultura se articula, em todas as instituições sociais, com as dimensões políticas e econômicas. Uma das consequências da mudança de paradigma nas Ciências Humanas e Sociais foi a expansão do termo cultura a um espectro mais amplo e abrangente de instituições e práticas, sugerindo que cada uma delas requer seu próprio universo distinto de significados, gerando, assim, sua própria cultura (da cultura da empresa à cultura do gueto, da cultura dos *hooligans* à cultura dos militares, etc.). Em outras palavras, essas dimensões se constituem mutuamente, o que significa dizer que toda prática social possui condições culturais de existência, na medida em que dependem de valores e significados para funcionar e produzir efeitos. Esse é o

gancho de Hall para tematizar a questão da regulação das culturas: “No cerne desta questão está a relação entre cultura e poder. Quanto mais importante - mais ‘central’ - se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam” (HALL, 1997, p. 29).

A utilização do termo cultura no mundo contemporâneo é revista por George Yúdice (2006), na medida em que ela passa a ser considerada como recurso. A configuração contemporânea do sistema cultural, em toda sua complexidade, terminou por tornar necessário sofisticado aparato de informação, que envolve recursos físicos e humanos, cada vez mais amplos. Cultura como recurso, neste caso, não se limitaria ao simples papel de mercadoria: administrar esses recursos visando atingir distintos objetivos tornou-se desafio para Estados, empresas e movimentos sociais. No atual contexto, os recursos culturais, assim como os naturais, não comportam uma exploração pura e simples. Mais do que isso, o que se deve buscar é o gerenciamento, a conservação, o acesso, a distribuição e o investimento em cultura.

POLÍTICAS CULTURAIS E AÇÃO CULTURAL

O atual cenário estimula a repensar as políticas culturais, considerando-se desde sua formulação mais geral até seus contextos locais, abrangendo toda a cadeia de mediações que vão do macronível do Estado ao micronível dos usuários-cidadãos. Talvez seja prematuro afirmar que

vivemos um processo de democratização do acesso à informação cultural e de novas práticas dos usuários, mas é claro que o processo tecnológico em curso descortina novas e promissoras possibilidades nesse sentido. O pensador alemão Niklas Luhmann, em sua concepção de sistemas sociais, assinalou o papel preponderante desempenhado pela comunicação e suas tecnologias. Os meios de comunicação e informação, no caso da cultura, além de permitirem a intercompreensão mútua entre os atores sociais, também são um elemento motivador dos mesmos, na medida em que sugerem visões de mundo, possibilidades de ação e potenciais resultados. Os meios de comunicação, como expressão do poder e poder em si, buscam delimitar o espaço de seleção dos atores sociais - sejam classes sociais, grupos de interesse, coletividades, instituições ou indivíduos. Assim, nas sociedades contemporâneas complexas, “os códigos comunicativos podem tornar-se diferentes e concorrentes, condicionando relações de poder e de verdades, de aceitação ou recusa de valores, de consenso ou conflito de objetivos” (CUNHA, 2011, p. 40). A partir dessa perspectiva, o autor define as relações estabelecidas entre ação cultural e política cultural:

[...] a ação cultural elaborou-se historicamente como forma de atividade simbólica e sociopolítica, a partir de projetos e no interior de organizações da **sociedade civil** (e assim permanece até hoje em vários lugares e situações diversas). Portanto, o que mais tarde veio a ser denominado **po-**

lítica cultural corresponde a uma ação cultural institucionalizada e assumida pela esfera pública, que pode variar segundo representações ideológicas e entendimentos do papel do Estado (CUNHA, 2011, p. 40-41, grifos do autor).

Entretanto, a delegação de poder e de recursos por parte do Estado às empresas e às entidades da sociedade civil acabou por nublar essa distinção. As políticas culturais envolvem, portanto, desde instituições – Governo, organizações não governamentais (ONGs), associações – a aparatos infraestruturais e agentes humanos (gestores, técnicos, usuários), em diversos níveis (ALMEIDA, 2014). Aspecto suplementar que torna essa discussão ainda mais complexa é o deslocamento do termo cultura para o campo da economia e sua reapropriação no âmbito da formulação de políticas públicas de cultura em todos os níveis, do nacional ao local. A compreensão e a prática da cultura na contemporaneidade são bastante complexas, uma vez que diversos fatores exercem transformações “naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome” (YÚDICE, 2006, p. 27). No atual contexto, o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas sociopolíticas e econômicas, ao mesmo tempo em que suas noções convencionais se esvaziam ou mudam de sentido. Muitas vezes, ela é usada diferentemente da ideia de transcendência espiritual que outrora se extraía através da arte. Atualmente, segundo o mesmo autor, a cultura é, muitas vezes, usada “enquanto recurso para se atingir um fim” (p. 52).

Yúdice enxerga na arte e na cultura um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de determinadas comunidades. Arte e cultura acabam por cobrir espaços não preenchidos pelo Estado, que, pressionado pelas políticas de inspiração neoliberal, transferiu progressivamente para a sociedade civil a responsabilidade pela assistência social da população. A cultura – assim como a educação, a religião, o esporte e o lazer – assume papel de poder público, com funções pedagógicas e disciplinares. Como Paul Tolila (2007) observa, é a economia cultural valendo-se da cultura como recurso para outros fins. Nesse contexto, a promoção da cultura como recurso requer a adoção de estratégia orientada pelos processos de gestão, entrando em choque, portanto, com a premissa gramsciana que define a cultura como um terreno de luta. Ambas as perspectivas disputam espaço no cenário atual e podem ser percebidas na dialética concreta das muitas experiências em andamento. O autor conclui que é possível apropriar-se dos avanços tecnológicos e cultivar uma comunidade interativa e de oposição. Yúdice sugere que instituições e ONGs devem financiar uma “alfabetização crítica”, pois o reconhecimento das diferenças culturais por si só não basta, o que, no atual cenário das TIC, ecoa as reflexões acerca da inclusão digital na perspectiva de Warschauer (2006).

Podemos pensar, portanto, nessas ações que visam regular a cultura buscando produzir determinados efeitos nos indivíduos e nos grupos como políticas culturais,

exercendo-se no âmbito do Estado ou fora dele. Torna-se necessário, portanto, um aparato de informação (envolvendo recursos físicos e humanos) cada vez mais amplo e sofisticado para gerenciar as políticas culturais (ALMEIDA, 2014). No âmbito de algumas iniciativas do Ministério da Cultura e de outros órgãos de fomento da cultura, isto é perceptível na elaboração de programas, na abertura de linhas de crédito e na formação e qualificação de pessoal técnico apto a lidar com esse aspecto de gestão das políticas culturais nos diferentes níveis de incidência das mesmas. Como adendo, esclarecemos que tal comentário vale para as ações do MinC nas duas gestões que tiveram à frente do órgão os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Na gestão da Ministra Ana de Hollanda (2011 a 2012), entretanto, o que se pôde observar foi descontinuidade em relação às políticas anteriores de integração e inclusão cultural por meio da internet e tecnologias digitais, compreendendo a discussão de direitos autorais, livre circulação de material cultural pelas redes e formação e capacitação de agentes culturais via telecentros e pontões culturais. A Ministra foi substituída, agosto de 2012, pela senadora Marta Suplicy.

Uma das formas convencionais de uso da cultura é seu direcionamento como recurso para a melhoria das condições sociais, como na criação de tolerâncias multiculturais e de participação cívica, e no crescimento econômico, através de projetos de desenvolvimento cultural urbano, como a proliferação de museus para o turismo cultural –

sendo “quase impossível encontrar declarações públicas que não arregimentem a instrumentalização da arte e da cultura” (YÚDICE, 2006, p. 27), em detrimento de suas definições mais tradicionais. De ponto de vista ideal, pode ser interessante para o Governo que a cultura se desenvolva nas localidades mais remotas: através do capital humano extraído da arte e das tradições, a autoestima da comunidade é mantida, capacitando-a para suportar traumas e perdas da vida cotidiana, além de revitalizar espaços sociais e gerar recursos via turismo e artesanato.

A compreensão da cultura como campo crucial de investimento, faz com que ela seja tratada como qualquer outro recurso (YÚDICE, 2006), sendo que em países tão diversificados culturalmente como os da América Latina, em particular o Brasil, os investimentos em cultura se fazem apenas em relação às manifestações culturais específicas, as quais apresentam mais possibilidade de retorno – mesmo que de forma indireta – como incentivos fiscais, valor publicitário ou a comercialização da atividade cultural, não importando muito se os valores culturais dos residentes serão compreendidos e honrados quando esses recursos forem destinados. Para esse mesmo autor, “o resultado final é que as instituições culturais e financiadores estão cada vez mais voltados para a medida da utilidade, pois não há outra legitimação aceita para o investimento social” (p. 34).

A ideia de que as necessidades decorrentes das diferenças culturais de um povo deveriam ser reconhecidas,

se transformou num poderoso argumento que encontrou receptividade em vários fóruns internacionais. À medida que a identidade social é desenvolvida num contexto cultural coletivo, discute-se a necessidade de se reconhecer as diferenças e os contextos pelos quais são estabelecidas as noções de responsabilidade e os direitos desenvolvidos na comunidade. Como Yúdice afirma, os direitos culturais são ambíguos e difíceis de ser aplicados a diferentes contextos, além de terem menor prioridade do que os direitos individuais no que diz respeito aos tratados internacionais. Os direitos econômicos também se sobrepõem aos direitos culturais, uma vez que são calcados em fortes leis internacionais, enquanto os outros nem mesmo são jurisdicionados. Assim, a cultura “se aproxima da comunidade, expressa a busca da justiça social e os direitos do cidadão, além de ser sobredeterminada pela penetração da lógica do capital nos recessos ainda recônditos da vida” (YÚDICE, 2006, p. 44).

As comunidades virtuais em rede têm se popularizando de forma a abarcarem variedade imensurável de possibilidades comunicacionais e formas de experimentação da realidade, resultando em diferentes graus de experiência e de tipos de apropriações que delas resultam. A questão da mediação da informação e da tecnologia torna-se, portanto, estratégica nesse processo (ALMEIDA, 2014). Assim, do ponto de vista das políticas culturais em relação à sociedade em rede, o desafio consiste em vencer a divisória digital, tal qual apontada por Castells (2003, p.

266). Para ele, o elemento de divisão social mais importante nesse momento é a capacidade educativa e cultural de utilizar a internet. Considerando-se que o conhecimento está na rede, mas que é um conhecimento codificado, “trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer.” Trata-se da capacidade de “aprender a aprender”, de localizar e utilizar efetivamente o conhecimento, e que está desigualmente distribuída, estando ligada à origem social, à origem familiar, ao nível cultural e / ou ao nível de educação. As TIC mudam de forma rápida e profunda a maneira como nos comunicamos com outras pessoas e nos relacionamos com os diversos fluxos informacionais locais e globais. A apropriação social dessas tecnologias é continuamente reinventada, conforme possibilidades são exploradas e outras caem em desuso. Assim, seus limites comunicacionais são modificados e expandidos de forma constante.

MEDIAÇÕES SOCIOTÉCNICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

O conceito de mediação cobre coisas bastante diferentes entre si vai das tradicionais concepções de atendimento ao usuário à atividade de um agente cultural em dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural –, à construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e

vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às TIC, à mediação tecnológica proporcionada por ferramentas informacionais em rede (portais, sites, weblogs), etc. Deste modo, uma definição consensual de mediação parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si (ALMEIDA, 2008; DAVALLON, 2007).

As redes sociotécnicas instalam uma forma comunicativa constituída de fluxos e trocas de informações “de todos para todos.” Entendemos redes sociotécnicas como redes sociais nas quais as plataformas disponibilizadas pelas TIC desempenham papel importante, mas cuja interação não se resume, necessariamente, a esse suporte. O que interessa destacar é que subjaz, na opção por esta terminologia, uma concepção de internet como *artefato cultural*, no qual ocorre uma interação entre as relações *on line / off line* que são determinantes para os usos e configurações dessa tecnologia. No Brasil contemporâneo, é possível fazer uma leitura nessa perspectiva das disputas que se desenrolam no campo das políticas públicas culturais.

Assim, a partir de quatro definições de cultura e suas respectivas características, podemos pensar numa tipologia ideal, no sentido de Weber (1992), que dê conta de balizar as iniciativas concretas de políticas públicas em seus contextos específicos. Podemos pensar, portan-

to, nessas ações que visam regular a cultura buscando produzir determinados efeitos nos indivíduos e nos grupos como políticas culturais, exercendo-se no âmbito do Estado ou fora dele. Essas oposições não existiriam em estado puro na realidade empírica concreta das experiências, servindo mais como parâmetros modelares para indicar a dinâmica complexa dos contextos locais. Elas oscilariam de um polo representado por ações emancipatórias (no sentido habermasiano do termo, relacionado ao desenvolvimento da autonomia dos sujeitos) a outro polo, de ações atreladas aos interesses do sistema capitalista hegemônico. O Quadro 1 sintetiza essas oposições.

Quadro 1 – Sentidos do termo cultura e âmbitos das políticas culturais

Sentido	Âmbito de ação emancipatório	Âmbito de ação capitalista
Antropológico: modos e estilos de vida.	“Resgate” e / ou valorização das culturas tradicionais.	“Folclorização” das mercadorias, turismo étnico, etc.

Sociológico: comportamento declarativo / diferenciação social.	Políticas de acesso aos bens culturais.	Gerenciamento / planejamento da produção de mercadorias culturais.
Patrimonial: <i>corpus</i> de obras reconhecidas e valorizadas.	Educação formal / informal, atividades de mediação cultural.	Ações semelhantes, pensadas, porém, na pura lógica de mercado (lucro).
Cultura como recurso socioeconômico.	Promoção da cidadania cultural, geração de renda, desenvolvimento social.	Legitimação de afirmações de grupos hegemônicos e seus interesses e <i>lobbies</i> .

Fonte: ALMEIDA (2014)

Nosso objetivo é apresentar algumas reflexões preliminares acerca das conexões entre políticas culturais, acesso às TIC e processos de produção, circulação e apropriação da informação cultural. A perspectiva é a de compreender como se estruturam as configurações das redes e seu uso como mecanismo de coordenação sociocultural. O que se busca é identificar a constituição, o uso e a apropriação das redes sociais e seus efeitos sobre as formas de organização das políticas culturais.

AÇÕES E POLÍTICAS CULTURAIS DE MEDIAÇÃO

O outro ponto relativo às questões que envolvem as políticas culturais e os processos de mediação é a presença, bastante marcante em alguns casos, de processos de acesso / divulgação / circulação da informação e de processos de acesso / apropriação / formação de competências técnico-culturais. Em outras palavras: a preocupação, de um lado, de fazer circular a informação e torná-la pública, especialmente a informação cultural; e, de outro, a preocupação em capacitar e formar os atores envolvidos (individuais e coletivos), traduzida numa ampla gama de oferta de cursos, oficinas, seminários, projetos abertos, etc. Para refletir acerca dessas questões, mencionaremos algumas experiências a partir de nossa vivência de pesquisa com as políticas culturais brasileiras e em dois centros culturais espanhóis.

No caso da gestão 2003-2010 do MinC, percebemos a busca de incorporação da tecnologia digital às políticas públicas culturais, mas procurando entender o computador e a internet como pontos de partida, e não como objetivos finais em si, congregando a inclusão digital à inclusão social, numa perspectiva similar a de Warschauer (2006). Desta forma, o MinC priorizou não tanto a infraestrutura tecnológica, mas o potencial de transformação suscitado pelos novos paradigmas de produção, circulação e consumo cultural. Ao incentivar práticas de compartilhamento, debate, articulação e trabalho colaborativo, procurou am-

pliar as possibilidades de ressonância de expressões culturais, historicamente limitada aos meios de comunicação de massa tradicionais, criando perspectivas inéditas para o acesso à informação e ao conhecimento. Dentro desse espírito, o MinC formulou sua primeira iniciativa voltada para a cultura digital: a proposta de implantação de estúdios digitais de produção audiovisual, conectados à internet e utilizando *softwares* livres nos pontos de cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva. Denominada Ação Cultura Digital, a iniciativa procurava potencializar a rede formada pelos pontos (ALMEIDA, 2014).

O MinC estabeleceu como diretriz para suas ações três pilares conceituais: autonomia, protagonismo e empoderamento, que se relacionariam também a três dimensões da cultura – simbólica, cidadã e econômica. A proposta dos pontos de cultura seguia essa filosofia e invertia a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, são estas que definem as práticas que desejam fortalecer, com reconhecimento e apoio do Governo. Esta ação se concretiza no apoio a projetos de espaços culturais, denominados pontos de cultura, selecionados por editais públicos ou em parceria com Estados, municípios e redes dos pontos. Sem a exigência de um modelo único de atividades, programação ou instalações físicas, os pontos de cultura têm em comum, desde seu lançamento, além da gestão compartilhada entre poder público e comunidade, a presença em diversos deles, de um estúdio digital multimídia.

A rede é também incentivada pelos pontões digitais, criados pelo MinC, a partir de 2007. Na verdade, há duas principais diferenças entre pontos e pontões. A primeira diz respeito à natureza dos projetos: enquanto os pontos de cultura realizam ações diretas nas comunidades, com interferência na dinâmica local própria dos grupos, espera-se que os pontões de cultura, por sua vez, tenham o perfil de articuladores, formadores de rede e atuação mais macro, num conjunto determinado de pontos de cultura que pode ser organizado por temática ou por região. A outra diferença refere-se à instituição proponente, seu perfil de atuação e capacidade de agenciamento: como os pontões de cultura têm característica de formadores e articuladores, é fundamental que possuam estrutura material e humana suficiente para transitar entre esses diferentes pontos de cultura.

O público contemplado pelos pontões inclui tanto quem participa diretamente das atividades desenvolvidas nos projetos culturais quanto integrantes da comunidade, que assistem às apresentações artísticas ou participam de cursos e oficinas. Vale atentar para o caráter de processo, e não de produto ou serviço, que marca a iniciativa: o MinC dá, portanto, centralidade não à infraestrutura tecnológica, mas ao caráter de transformação suscitado pelas novas possibilidades de expressão e de produção cultural, bem como de circulação dessa produção no ciberespaço, de construção de uma cultura de rede e de usufruto dessa conexão para um sem número de objetivos (ALMEIDA, 2014).

No caso espanhol, consideremos inicialmente a Casa do Leitor, uma unidade de informação e cultura que faz dos leitores e da leitura seus principais protagonistas. Organiza exposições, conferências, cursos formativos, oficinas de criação, ciclos de música, cinema e artes cênicas junto a pesquisas aplicadas. Assim proporciona o encontro do público em geral com o mundo dos profissionais, do público jovem e infantil com o público adulto, estende o conceito de leitura, partindo do pressuposto que não há manifestação cultural que, para seu conhecimento e desfrute, não requeira exercício pleno de leitura.

O aspecto que mais nos chamou atenção nas atividades da Casa do Leitor, durante as visitas realizadas, foi a perspectiva radical de atuação institucional focada na leitura, mas que subverteu a discussão ao privilegiar o suporte dos *e-readers* e das redes em relação ao tradicional suporte do livro. O suporte impresso continua ocupando espaço nas discussões, exposições e pesquisas levadas a cabo pela Casa do Leitor, mas na relação com seus usuários, o suporte de leitura utilizado é o outro. As implicações desse giro radical afetaram desde a cultura administrativa-institucional da fundação responsável pela gestão da unidade, que teve que requalificar seus funcionários e contratar outros com perfis bastante diferenciados, até as concepções de acervo, de curadoria e de ação cultural utilizadas até então, quando as atividades de mediação da leitura centravam-se no suporte livro impresso. Isto foi feito incorporando novos processos

de gestão e organização, novas atividades – envolvendo processos de qualificação e formação de mediadores e de usuários – como também, mantendo e adaptando atividades já existentes – como os círculos de leitura, agora desenvolvidos de forma híbrida, presencial-virtual, utilizando ferramentas de redes sociais.

Outra experiência de ação cultural bastante instigante é representada pelas ações do Medialab-Prado, concebido como laboratório cidadão de produção, investigação e difusão de projetos culturais que explora as formas de experimentação e aprendizagem colaborativa que surgiram com as redes digitais. O Medialab-Prado elencou entre seus objetivos habilitar uma plataforma aberta que acolha e permita aos usuários configurar, alterar e modificar os processos de investigação e produção. Desse modo, buscou dar sustentação a uma comunidade ativa de usuários por meio do desenvolvimento desses projetos colaborativos, além de oferecer diferentes formas de participação que permitissem a colaboração de pessoas com distintos perfis (artístico, científico, técnico), níveis de especialização (expertos e principiantes) e graus de implicação. Para viabilizar e alcançar os objetivos, o Medialab-Prado oferece espaço permanente de informação, escuta e encontro, atendido por mediadores culturais que explicam a natureza do espaço e colocam em contato pessoas com pessoas, pessoas com projetos, e projetos com projetos.

A programação estrutura-se em linhas estáveis de trabalho: Interativas (usos criativos da eletrônica e da pro-

gramação); Inclusiva.net (pesquisa e reflexão acerca da cultura das redes); Visualizar (estratégias e ferramentas de visualização da informação); Laboratório do Pró-Comum (discussão transdisciplinar sobre os bens comuns); AVLAB (criação sonora e audiovisual). As atividades, em sua maioria, são registradas e retransmitidas em vídeo, e, posteriormente, podem ser consultadas e descarregadas pela *web*. São realizadas convocatórias abertas para apresentação de propostas e participação ativa no desenvolvimento dos projetos. Há um programa de atividades composto por oficinas de produção e formação, seminários e debates, reuniões de diferentes grupos de trabalho, mostras de projetos, conferências e outros eventos, como concertos e *performances*.

Por outro lado, a implantação dessas políticas e ações culturais enfrenta uma série de obstáculos e problemas, envolvendo desde aspectos de sua formulação até questões conjunturais mais amplas (políticas, econômicas, sociais). Os aspectos educativos da mediação – a capacitação dos sujeitos envolvidos no uso das tecnologias – mostraram-se, em larga medida, o calcanhar de Aquiles das iniciativas brasileiras. Na avaliação realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (SILVA; ARAÚJO, 2010) com os atores dessa experiência, a política proposta pelo MinC foi encarada como muito importante, mas também foram apontados muitos problemas, entre eles, as dificuldades de acompanhamento, assistência técnica inadequada e outros fa-

tores de complicação relacionados ao uso de ferramentas / *softwares* livres, por exemplo, a inadequação de algumas delas para uso no campo artístico, em especial no campo audiovisual. A falta de intimidade com o sistema operacional LINUX, somada a falta de suporte efetivo por parte do MinC, levou alguns dos pontos optarem por usar o Windows. Enfatize-se que, em alguns Estados, os pontos ou outros pontos foram indicados como capazes de fazer uso e realizar capacitação adequada nos termos da proposta do Programa Cultura Digital. Mas esse processo foi seletivo e insuficiente, já que outros pontos desses mesmos Estados criticaram os processos e a abrangência dessa capacitação. Por outro lado, essa realização “envisada” dos objetivos da política, mesmo não cumprindo o *script* proposto (ao utilizar um *software* proprietário no lugar de um *software* livre) nos remete à dinâmica estabelecida por Michel de Certeau (1994) entre o emprego de estratégias e o emprego de táticas.

A realidade dos pontos de cultura é muito diversa justamente porque a lógica do Programa Cultura Viva opera com base no apoio a associações socioculturais que já desempenhavam um papel na sociedade mais ampla ou em comunidades locais e específicas. Assim, cada projeto de ponto de cultura apresentado pela sociedade civil é estruturado em cima de demandas próprias, necessidades diferentes e diretamente ligadas ao perfil e à capacidade de articulação da organização proponente. Ao atuar com base nessa lógica, a heterogeneidade é algo que necessa-

riamente se faz presente e tem reflexo imediato na análise do programa, tornando muito difícil tecer generalizações simplesmente a partir de seu arcabouço institucional oficial. Existe nos pontos de cultura uma diferença crucial em sua capacidade de operação e agenciamento que está ligada a um conjunto de fatores, normalmente, vinculados ao desenvolvimento institucional da organização que o abriga e da capacidade de articulação dos atores envolvidos (ALMEIDA, 2014).

No caso das iniciativas espanholas relatadas, embora os processos de mediação educativa pareçam ter atingido maior grau de maturidade, foi possível perceber dificuldades relacionadas ao contexto econômico, que apontavam para a dificuldade de obtenção de recursos necessários à preservação e à continuidade das iniciativas. Idem para o caso brasileiro, que sofreu desgaste semelhante na transição de Governo, como no exemplo anteriormente citado, referente à gestão da Ministra Ana de Hollanda. Mesmo com sua substituição por Marta Suplicy, a retomada do programa, especialmente no que tange aos repasses de verba que viabilizam as iniciativas, não foi plenamente cumprida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conexões entre cultura e tecnologia tornam-se cada vez mais estreitas, e não podem mais ser assumidas de maneira ingênua. Ao refletirmos sobre as políticas cul-

turais e as atividades de mediação no contexto contemporâneo, não procuramos fazer uma apologia ao mundo digital e às TIC, mas considerar que sua presença, ainda que problemática, enriquece e disponibiliza novos meios e recursos para a apropriação de informações e conhecimentos. Abrem-se, assim, novos caminhos para a expressão e a criação cultural, dinamizando as relações sociais. Essas considerações, ainda embrionárias, indicam que o grau de autonomia e as condições socioculturais dadas para a apropriação da informação e dos usos culturais das tecnologias variam contextualmente. A apropriação social da informação, dos conhecimentos e da tecnologia não é um processo simples e linear.

As práticas e políticas culturais de mediação brevemente discutidas apontam essa complexidade, ilustrando como a construção de processos de mediação cultural voltados para o empoderamento dos atores enfrenta dificuldades de distintas naturezas para tentar se enraizar socialmente. A existência da cultura popular demanda uma sensibilidade diferente: seus modos de produção do sentido e de articulação no simbólico, a partir de uma pluralidade de experiências estéticas e dos modos de fazer e usar socialmente a cultura e a arte, são contradições presentes no cotidiano. Políticas culturais fundadas numa perspectiva esquemática e instrumental de acesso, transmissão ou disseminação de conhecimentos e valores institucionalmente legitimados não são a melhor opção para se pensar essas situações.

A questão das mediações sociais nos contextos formativos das políticas e ações culturais mereceria maior reflexão. Trata-se do desafio de incorporar uma cultura pedagógica apoiada em formas de experiência que não se restrinjam à mediação escrita, ligadas a modos de negociação entre conteúdos e significados historicamente muitas vezes estigmatizados, discriminados e deslegitimados. A construção do conhecimento é, aqui, um fenômeno ao mesmo tempo individual e social, e o saber, um produto da construção ativa dos sujeitos, mediada tecnicamente, artisticamente e culturalmente.

A efetividade dessas ações, todavia, depende de algo mais do que seriedade no trabalho, afetividade entre pessoas ou instituições, ou os potenciais democráticos das políticas. Assim, a atuação em rede, e não a estritamente tecnológica, mas especialmente a semântica e humana, é um desafio colocado em pauta. Manifestações culturais específicas, como o teatro popular ou as expressões musicais, por exemplo – cuja visibilidade costuma recair muitas vezes sobre artistas individuais ou pequenos grupos, contando com expressivo número nas cidades – parecem apresentar maior facilidade neste tipo de atuação em subunidades institucionais com diferentes níveis de mediações. A mobilização dessas relações para o empreendimento de ações sociopolíticas pode reforçar as capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem e captação de recursos, o que revela a centralidade do conhecimento e dos processos

de apropriação de informações para a elaboração e implantação de ações e políticas públicas.

Diante dos atuais conflitos públicos nos modos de representar a vida social, numa das vias promissoras nesse sentido, Yúdice (2006) chamará atenção para a função política dos mediadores na elaboração e na implantação de políticas socioculturais que criem espaços onde as distintas narrativas culturais possam ser “concebidas e tornadas compatíveis.” O encontro de indivíduos e de grupos com as instituições merece ser compreendido como processo complexo povoado por práticas heterogêneas e não excludentes. Nesse sentido, vale lembrar a lição de Michel de Certeau (1994), ao apontar não as restrições impostas pelos aparatos aos indivíduos, mas a criatividade das práticas sociais, para voltarmos nosso olhar para a apropriação das tecnologias e das informações nos processos vivos de produção e circulação da cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008.

_____. Políticas culturais e redes sociotécnicas: reconfigurando o espaço público. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 54-64, jan. / abr. 2014.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. de (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

CUNHA, N. **Cultura e ação cultural**. São Paulo: SESC, 2011.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? Revista **Prisma.Com**, n. 4, p. 3-36, 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul. / dez.1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, F. A. B.; ARAÚJO, H. E. **Cultura Viva**: avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania. Brasília: IPEA, 2010.

TOLILA, P. **Cultura e economia**. São Paulo: Itaú Cultural, Iluminuras, 2007.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. São Paulo: SENAC, 2006.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**: parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1992.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

CAPÍTULO 9

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

EM SANTA RITA – PARAÍBA:

RESISTIR E CRIAR UMA MESMA PERSPECTIVA

Valdir Lima¹

REVISITANDO A HISTÓRIA

É ainda incipiente a discussão na comunidade acadêmica sobre as gestões públicas de cultura e mesmo na sociedade civil. Neste sentido, debruçamos nosso esforço de construir um conhecimento sistematizado bastante novo, sujeito a análises futuras. Estamos num processo de construção em pleno desenvolvimento, onde os termos e as experiências são vivenciados dentro do lócus de produção cultural. A academia, por sua vez, faz sua parte, trazendo um conhecimento sistematizado e convidando, na forma de mediadora entre o poder público e a sociedade civil para este debate, que, em nosso entendimento, só pode ter avanços se permitir um diálogo permanente e em construção.

Compreendemos que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi construído graças à forte intervenção da sociedade civil junto ao poder público. Assim, podemos pensar, aqui, que discutir cultura criativa é, pois, não necessariamente, uma etapa do processo. Nosso objetivo é, então,

¹ Mestre em Ciências das Religiões

fomentar olhares sobre o diálogo que chamaremos de necessidade, requisito para o desenvolvimento cultural da nação. Neste sentido, trouxemos alguns autores e autoras para contribuírem nesta comunicação.

Dias abre seu artigo, dizendo-nos que os debates sobre cultura nas últimas décadas deixaram de ser de exclusividade da antropologia e que olhares multidisciplinares têm se voltado para a temática. É importante lembrar que revistar os clássicos de Clifford Geertz, Marshall David Sahlins e Fredrik Barth é tarefa obrigatória para compreendermos o processo histórico de como o tema foi ganhando *corpus* e se expandindo ao longo dos anos. Para Dias (2011, p. 31), “Toda gestão que se diz cultural [...] pressupõe um posicionamento político, seja ele de que teor for [...] A gestão cultural nessa perspectiva é a prática socialmente reconhecida que cria as condições de possibilidade – materiais e simbólicas; deliberadamente criadas com tal fim.”

O entendimento de Dias reforça nosso entendimento sobre o processo de construção do SNC no Brasil com participação política do poder público e do movimento sociocultural, posicionando-se politicamente na busca por espaços paritários dentro das instâncias de poder como conselhos e no fomento à discussão de adoção de políticas públicas para uma cultura criativa sustentável. Em seu trabalho, Teixeira Coelho (2005) diz que o processo de criação ou organização requer condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura.

Corroborando a ideia, Ramos (2007), versando sobre centro cultural, concorda que instituições que nasceram e se expandiram no contexto da sociedade da informação, as chamadas casas de cultura, também devem estar atentas às necessidades coletivas e formulações culturais características do mundo contemporâneo.

Não se pode negar a história! Os processos são construídos, diariamente, através de fóruns permanentes, oficiais e não. Muito do que chega às discussões ditas oficiais veio caminhando na informalidade do movimento cultural ainda não organizado. Nas lapinhas lá do sítio, nos cocos de roda das comunidades quilombolas, nas bandas de *rock* das garagens ou nos pavilhões das quadrilhas juninas.

Os primeiros olhares sobre o Sistema Nacional de Cultura no país devem-se à sensibilidade do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003- 2008), no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com Hanson (2012, p. 234):

O levantamento encontrado pelo ex Ministro Gil [...] foi uma iniciativa louvável. Nos moldes do Governo britânico, procedeu-se a um levantamento sistematizado e completo da indústria brasileira, dando conta de seu tamanho e do tamanho de suas diversas partes constituintes e de seu peso no total da economia do país.

Temos, aqui, como corte temático e espacial, a Cidade de Santa Rita. Localizada na região metropolitana paraibana, é um município de médio porte, tendo 702 km²

e cerca de quase 200 mil habitantes, sendo o terceiro colégio eleitoral dentre outros aspectos de relevância geográfica, demográfica, econômica e histórica. Santa Rita surge, em 1586, após a fundação da Parahyba (1585), atual Estado da Paraíba, de acordo com Santana (1990). Visto que foi pensado sob a égide do ciclo econômico canavieiro, de acordo com Lopes (2008) e Santana (1990), teve forte presença escrava. Há indícios de um quilombo de nome Cumbe, o qual, por sua vez, nunca foi comprovado pela historiografia e há fonte documental sugerida para tal estudo. Mas, sendo Santa Rita, berço de André Vidal de Negreiros, a participação em movimentos de natureza diversa vem desde o Brasil Colônia. De acordo com Meneses (2009), é Vidal de Negreiros, nas obras de Machado e Pinto, e também nas de Carmem Coelho e Vilma Monteiro, o herói dentre os vários heróis da guerra contra os holandeses. Para Machado (*apud* Meneses, 2009, p.176), Vidal de Negreiros se impõe como “[...] ilustre parahybano [paraibano], a quem os louros da victoria [vitória] deram-lhe fama imorredoura e fizeram mais tarde pelo seu valor e civismo o vulto mais notável em toda essa luta titânica.”

Historicamente, Santa Rita contribuiu na participação política nacional. Santana (1990) afirma que a participação da primeira mulher a votar na Paraíba e a terceira do país, era de Santa Rita, a feminista Maria Iracema Feijó, ainda no início da década de 30. Considerada a “Rainha dos canaviais”, o município pressupõe a presença escrava de negros bantos, oriundos principalmente de Angola, e

de índios potiguaras, conhecidos como os “negros da terra” substituídos por mão de obra mestiça, pardos e negros empobrecidos do pós-escravidão.

Os engenhos deram lugar às usinas e à escravidão remunerada de trabalhadores e trabalhadoras pela oligarquia álcool-açucareira. A partir dos anos 60, com o advento e propagação da Teologia da Libertação na América Latina, vieram para Santa Rita, o Padre Paulo Koellen e as Irmãs da Caridade da Mãe de Misericórdia, da Holanda, que se instalaram no Bairro Popular Alto das Populares, dando início à formação pastoral, com apoio do então Arcebispo do Estado, Dom José Maria Pires. Este é o prenúncio da história do movimento social organizado em Santa Rita.

Ouvimos muitas histórias sobre o tratamento violento que os canavieiros recebiam dos capatazes [...] Quando entraram em greve exigindo seus direitos, Irmã Maria Anna participava de tudo com muita animação, para que os canavieiros conseguissem seus objetivos. Não era fácil garantir que a maioria aderisse à greve e muito difícil era impedir o transporte dos trabalhadores para o canavial. O jeito era colocar pregos na estrada, na tentativa de furar os pneus dos caminhões (VEN; CARVALHO, 2013, p. 71).

A luta dos trabalhadores de Santa Rita inspirou e foi fomento para uma explosão de organizações sociais, a princípio, de setores da Igreja Católica e, adiante, de uma sociedade civil plural, de todos os credos e segmen-

tos. Eis que as transformações políticas e culturais que o país atravessa durante a Ditadura Militar com reflexos nos municípios tinham resposta em Santa Rita, com a organização do povo com greves históricas de professores e canavieiros. Ainda na década de 80, se instalou na cidade um dos primeiros Centros de Defesa dos Direitos Humanos (Margarida Maria Alves) do Estado da Paraíba.

O INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DE SANTA RITA

Nesse cenário, surge um militante social com comportamento e estilo genial. Trata-se de Antonio Heliton de Santana, que dá nome ao Fundo Municipal de Cultura de Santa Rita e, recentemente, está sendo construído no bairro Marcus Moura, uma escola estadual de ensino médio que vai receber, também, seu nome, em 2014. Podemos traçar uma cronologia sumariada de sua atuação nesses espaços de formação e reivindicação. É importante contextualizar que Heliton Santana, nascido em 4 de agosto de 1950, em Santa Rita (PB), no período pós-guerra, teve formação católica engajada. Por exemplo, era defensor da Teologia da Libertação. A princípio, seguidor do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, para quem Heliton era seu filho espiritual. Depois, companheiro de lutas. Juntamente com o Arcebispo, cria o Centro de Documentação Popular, em 1979. Mais adiante, em 1992, o CEDOP se emancipou da Arquidiocese da

Paraíba. Heliton ocupou o cargo de diretor até seu afastamento por problemas de saúde e, também, participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

Com Heliton de Santana, inaugura-se a primeira grande fase de conversas, reuniões, encontros, seminários, congressos, porquanto o negro brasileiro busca, à época, um caminho “afro-brasileiro.” Somente em 1978, nasce o Movimento Negro Unificado (MNU), no Brasil. Nos primeiros anos de vida, na escola, ele conhece artes, faz teatro, participa de blocos carnavalescos, como “Sempre viva” e “Sapato de pobre é tamanco.” Em 1971, conclui o ensino médio, sendo logo aprovado no curso de enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, especializando-se em penitencialismo.

No período de estudante, se associa / milita junto à Associação Universitária Santa-Ritense (AUS). Em 1972, atua como professor de artes no Ginásio Augusto dos Anjos em Santa Rita. Na ocasião, aniversário do primeiro ano da instituição das freiras holandesas, monta o espetáculo “Brasil Caboclo” de Zé da Luz. Tal espetáculo culmina com o nascimento do grupo Teatro, Luta e Libertação (TELL), extinto em 1989. Ao todo, foram 18 espetáculos. Dentre eles, “Axé, resistência negra” foi filmado em Recife (1985) pela BBC [*British Broadcasting Corporation*] de Londres.

Em 1992, graças à contribuição de Dom José Maria Pires, é instituído o Departamento de Teatro Popular, organização para servir ao Nordeste, além do movimento de teatro popular e o citado CEDOP. Em 1989, com a ex-

tição do TELL, cria-se o grupo de teatro popular Anima Ação e o Movimento de Artistas da Caminhada (MARCA). Ainda em 1992, monta-se o espetáculo “*Nuestra América*” com uma turnê de 57 apresentações, 40 das quais na Itália. Em 1995, o “De grão em grão a galinha enche o papo” percorre a Itália e, em 1997, “Damas da vida”, a Bélgica.

No início da década de 80, se dá, em Santa Rita, a fundação do grupo Kumbi, dentre outros, de consciência negra que engendra os Agentes Pastorais Negros (APN) e o Movimento Negro da Paraíba cria o projeto cultural Baú Aberto, com o objetivo de promover os artistas locais: poetas, cantores, escritores, etc. Na realidade, em resumo, Heliton de Santana participa como formador de pastoral e atua na pastoral do índio, do menor, da juventude do meio popular, da terra, além do Movimento dos Adolescentes e Crianças (MAC).

Adiante, anos 2000, funda a Associação de Renais Crônicos Transplantados e Doadores da Paraíba, por ter sido acometido por sérios problemas renais e também trabalha como colaborador junto ao Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, tendo sido premiado em 2009, como ativista dos direitos humanos.

Responsável pela inclusão dos sacerdotes das religiões afro-brasileiras no Movimento Negro, promove o I Encontro da Religião dos Orixás (ERO), ano 2000, com a parceria da Federação Independente dos Cultos Afro-Brasileiros da Paraíba (FICAB). Por fim, Heliton falece em 6 de setembro de 2011.

CULTURA DE RESISTÊNCIA: NOVOS ATORES EM CENA

Após breve percurso histórico, tendo como recorte a atuação do movimento social de Santa Rita, chegamos aos dias atuais, com o entendimento único de que nunca foi fácil promover cultura na cidade. Contudo, o solo fértil de organização social, em muito, corroborou para a criação de forte sentimento de resistência, atitude planejada e estudo sistematizado. A década de 2000 chega com uma série de transformações no modo de gestão do Governo Federal em relação a diversos segmentos e com a cultura não foi diferente.

Em vista da lacuna de políticas públicas específicas para cultura, em Santa Rita, um grupo de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Enéas Carvalho, do qual fizemos parte, implanta um projeto para a realização de um festival de quadrilhas juninas para movimentar a cena cultural da escola. Trata-se do Festival Ressaca de Quadrilhas Juninas, cujo nome se explica por acontecer depois dos festejos juninos. O evento ocorreu entre 2000 e 2010, tendo sempre grande sucesso de público e da crítica local, de tal forma que impulsiona a instalação da organização não governamental (ONG) Engenho Cumbe. A Encumbe, criada em 2003 e extinta em 2013, consta como a primeira, em Santa Rita, a trabalhar com cultura e educação.

Fizeram parte desta construção, além do autor deste texto, Josinaldo Pereira da Silva, Danielly Tavares da Silva, Ricardo França da Silva e Cleyton Araújo Ferreira, dentre tantas outras pessoas que em muito contribuíram para seu funcionamento. Criada, de início, com a função de promover os artistas locais, a Encumbe realiza saraus poéticos, cursos de cinema, exposição de cartões postais históricos de Santa Rita e outras ações.

Devido à mudança de gestão administrativa na cidade, em 2005, com a eleição do Prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, exímio representante das oligarquias açucareiras, a Encumbe sofre transformações bruscas em sua atuação, inclusive, com redução significativa de componentes. O grupo se reduz, praticamente, a três / quatro pessoas até sua extinção. Assim, após processo de maturação, resultado de longas discussões políticas, compreendemos que a conjuntura exigia de nós postura aguerrida. Não havia coesão nem avanço nos diálogos e nas negociações com o representante do poder local, com o agravante de que o poder legislativo se coloca, a princípio e por unanimidade como “situação”.

Registramos, então, anos bastante conturbados. Não existiam muitas pessoas dispostas a pagarem o preço de confrontar os poderes locais, visto os poucos avanços obtidos junto ao Ministério Público de Santa Rita. Enquanto isso, o país atravessa reestruturação expressiva no que diz respeito à participação popular nos espaços governativos. É a década de conselhos e planos que caminham

rumo à instalação de sistemas. Foi assim com a criação do primeiro Plano Decenal da Educação, em 2003, o que se dá com outras áreas da administração.

Na Paraíba, temos como expoente no processo, o primeiro Secretário de Cultura do Governo do Estado, Chico César, visto que até 2010, a cultura aparece como subsecretaria da Educação, estando muitas cidades paraibanas na vanguarda do próprio Estado. Chico César vinha de experiência de gestão à frente da Secretaria de Cultura de João Pessoa, e, portanto, teve papel fundamental na inserção da Paraíba no SNC.

Em Santa Rita, nos anos em que Marcus Odilon a administrou (2005-2012), há registro de dura oposição aos movimentos sociais, decorrência da ausência de forças políticas oposicionistas. Pouco a pouco, o movimento social adquiriu *corpus* de Partido. Com frequência, a Encumbe junto com outras instituições do terceiro setor, a saber, as ONG Espaço Múltiplo, Pro Dia Nascer Feliz e Ecoar, bem como parte de outros grupos e artistas sem grupo, em muitos momentos, abraçaram tal confronto nada fácil.

Aderimos ao Coletivo do Grito dos Excluídos, com participação suprarreligiosa, e participamos de diversas audiências públicas sobre temas diversos de interesse coletivo. Contribuímos para a construção e realização de diversas conferências. Apoiamos diversos protestos e greves municipais. Culminamos com a criação, implantação e participação (assento) nos Conselhos.

SANTA RITA NO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Com um movimento cultural organizado e disposto a reivindicar espaço nas instâncias de poder, as pessoas que contribuíram para a produção da cena cultural de Santa Rita passaram a estudar a legislação vigente sobre cultura no país. Formamos um fórum permanente de discussão, promovemos encontros e muitas reuniões de estudo.

De acordo com o conceito do Sistema Nacional de Cultura, sistema é um conjunto de partes interligadas que interagem entre si. O sistema é sempre maior – ou menor – do que a soma de suas partes, pois tem certas qualidades que não se encontram nos elementos concebidos de forma isolada. O objetivo do SNC é uma política de gestão compartilhada paritariamente entre poder público e sociedade civil. Criado por emenda constitucional, através do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição n. 416 / 2005, é um Projeto de Lei ordinária. São instâncias de articulação, pactuação e deliberação do SNC as conferências nacional, estadual, distrital e municipais de cultura, além de Conselhos e Comissões nessas instâncias.

Os Conselhos são paritários e têm funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora. Os principais instrumentos de gestão do SNC (nos três níveis governamentais) são: planos de cultura; orçamento; sistema de informação e indicadores culturais; e relatório anual de gestão. Segundo o relatório da III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em Brasília, de 27 de novembro a

1 de dezembro de 2013, 100% dos Estados já aderiram ao SNC, modelo de administração participativa proposto pelo Ministério da Cultura (MinC).

Em Santa Rita, o processo de criação / implantação do processo se deu ainda em 2001. João Pessoa há pouco havia sancionado o Fundo Municipal de Cultura, Projeto de Lei do então vereador Ricardo Coutinho, Partido dos Trabalhadores. O vereador Sebastião Bastos Freire (“Sebastião do Sindicato”), também do PT, redigiu o Projeto de Lei para Santa Rita em parceria com o vereador Eduardo Lins de Albuquerque. Tivemos algumas reuniões com esses vereadores, com o também vereador Ricardo Coutinho, além do mencionado Heliton Santana, representando o Movimento Cultural da Cidade. Por motivos de falta de organização nossa, o referido Projeto terminou por ser engavetado na Casa Legislativa.

No ano de 2005, já com a Encumbe atuando no cenário cultural e nos anos que se seguiram, com novas ONG e outros grupos do segmento, formamos um *corpus* bastante articulado e coeso, o que nos permitiu retomar as discussões sobre o Projeto de Lei. Mesmo sendo tudo muito novo, buscamos suporte de pessoas com experiência e, assim, seguimos com muitas dificuldades e pouca adesão dos artistas e grupos locais. O clima era propício à desistência, mas, de novo, resistimos e, com criatividade, conseguimos burlar os entraves políticos e, por vezes, até fizemos parcerias com o poder público.

Em 2006, apresentamos o Projeto de Lei que cria o Conselho Municipal de Cultura. É a primeira vez na história de Santa Rita que a sociedade civil protagoniza uma ação própria do poder legislativo. Devido à Lei Orgânica da cidade ser antiga (nem a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo existia), a Lei em pauta deveria alterar a própria Lei Orgânica. Após apresentada à Câmara e aprovada por unanimidade, o então Prefeito rasgou a mesma e não a sancionou. A luta do movimento cultural se torna ainda mais acirrada com o poder local. Então, o movimento convoca audiência pública com participação do Ministério Público para discutir, dentre outras pautas, uma sede para a Secretaria e a destruição do único teatro público para construção de um banco privado.

A luta alcança as mídias sociais, rádios locais e carros de som pelas ruas da cidade. Ganha dimensão política, atraindo olhares diversos e adesões também diversas em alguns momentos. Em 2009, a criação do Conselho foi retomado e a ONG Encumbe é convidada pela Prefeitura para organizar o primeiro Fórum de Cultura do município, numa vã tentativa de amenizar o confronto. O encontro aconteceu na Escola Estadual João Úrsulo, quando é eleita a primeira composição do Conselho Municipal de Cultura, tendo como membros do poder público, o Secretário da pasta, Severino Leôncio do Nascimento Sobrinho (Biló), a Diretora de Cultura, Marta Virgínia de Mendonça Gomes. Como respectivos suplentes: Odair Monteiro Cardoso e Josenildo Juvenal da Silva. Os demais membros constam como no-

mes figurativos que nunca compareceram às reuniões.

Da sociedade civil, são eleitos para compor o Conselho: Cleyton Araújo Ferrer e Valdir Lima pela ONG Encumbe (suplente); Luíza Maria de Araújo Pereira e José Adriano de Araújo Pereira pela ONG Pro Dia Nascer Feliz (suplente); Genilson Félix da Silva e Sadraque Barreto da Silva pela Liga de Quadrilhas Juninas (suplente); Sandra Alves de Oliveira e José Robson Ferreira de Oliveira pela ONG Espaço Múltiplo (suplente) e Francisco de Assis Lopes Silva e Leniane Silva Macedo de Araújo pela Capoeira de Angola (suplente). Pela primeira vez, também, um presidente de conselho foi da sociedade civil, visto que os secretários(as) são presidentes naturais dos Conselhos.

Cleyton Araújo Ferrer (Cleyton Ferrer), Encumbe, vivenciou sua gestão de 2009 a 2012 de forma atípica. Nunca fez conchavos com o poder, chegando a preparar dossiê, denunciando improbidades administrativas e pedindo a cassação do então Prefeito junto ao Ministério Público Municipal. As etapas seguintes à criação do Conselho foram os fóruns de cultura realizados para construírem a Primeira Conferência Municipal de Cultura, em 2009, e o Plano Municipal, em 29 de março de 2011.

Em 2009, a Conferência Municipal de Santa Rita elegeu oito delegados para a etapa estadual e um para a etapa nacional. Valdir Lima foi eleito para a etapa nacional, mas, por motivos pessoais, cedeu sua vaga para o suplente Adriano Araújo. Na Segunda Conferência, em 2013, Santa Rita enviou cinco representantes para a eta-

pa estadual e um para a nacional, Genilson Félix da Silva. Recentemente, ano 2013, foi sancionado o Fundo Municipal de Cultura Heliton Santana, deixando Santa Rita devidamente habilitada no Sistema Nacional de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmar que este artigo se propõe a lançar os primeiros olhares sobre a organização do movimento social e cultural de Santa Rita, bem como iniciar apontamentos sobre o processo de discussão, implantação e execução de políticas públicas para a cultura. Visualizamos os movimentos sociais numa perspectiva de responsáveis propulsores pela efetivação do aparato de legislação necessária à instituição de instâncias representativas que compõem o Sistema Nacional de Cultura: Conselho, Lei, Plano, Fundo Municipal e Fórum permanente, pré-requisitos para inclusão dos municípios no SNC.

No caso de Santa Rita, percorremos processo histórico que se inicia ainda na década de 60 e culmina em 2014, com a promulgação da Lei do Fundo Municipal de Cultura. É importante lembrar que as iniciativas por parte do poder legislativo têm início desde 2001 e do movimento cultural, em 2005. São 13 longos anos de avanços e recuos até chegar à sua efetivação. Julgamos importante registrar que, após a campanha eleitoral para Prefeito em 2012, o então eleito, Reginaldo Pereira da Costa (Partido Republicano Progressista), tendo como

vice-prefeito, Severino Alves Barbosa Filho, o “Netinho de Várzea” (Nova PR), atual Prefeito, com 33.990 votos e forte apoio do movimento cultural, nos convidou para ser secretário de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer e Cleyton Ferrer como secretário-adjunto. Contudo, essa gestão durou apenas 11 meses (janeiro a novembro), mas, tendo deixado ainda mais forte a organização e a força do movimento cultural.

Há muito ainda a fazer, a conquistar, mas é impossível negar os avanços. Santa Rita teve um processo de ocupação de espaços e concretização no âmbito da legislação cultural de forma muito atípica, vindo do seio da sociedade para o poder público e não o inverso, fato que credencia e referenda este movimento como muito forte.

REFERÊNCIAS

- DIAS, C. G. A cultura como conceito operativo: antropologia, gestão cultural e algumas implicações políticas desta última. **PragMATIZES: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, ano 1, n. 1, jan. / jul. 2011.
- HANSON, D. **Indústrias criativas. Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v. 7, n. 2, p. 222-238, 2012.
- LOPES, S. D. **Presença escrava na freguesia de Santa Rita**. João Pessoa: Sal da Terra, 2009.
- MENESES, H. D. M. de. **As contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção do período holandês na Paraíba (1634-1654)**. 2009. f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

RAMOS, L. B. Centro cultural: território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

SANTA RITA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura, Desporto, Turismo e Lazer. Conselho Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura de Santa Rita: 2012-2022.** Abr. 2011.

SANTANA, M. F. de C. e M. Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba, 1920-1962. In: _____. **Santa Rita, açúcar e poder.** João Pessoa, CNPq / UFPB, 1990.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2005.

VEN, U. Van de; CARVALHO, E. L. T. de. **Vida e missão: 50 anos de presença evangelizadora das Irmãs da Caridade da Mãe de Misericórdia no Nordeste do Brasil.** João Pessoa: Ideia, 2013.

PARTE IV

PRÁTICAS CULTURAIS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA

CAPÍTULO 10
RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E SEUS DESAFIOS NO
SESQUICENTENÁRIO A PARTIR DAS VISITAS
A INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE
JOÃO PESSOA – PARAÍBA

Eronaldo de Almeida Marques¹

PALAVRAS INICIAIS

O propósito desta exposição é relatar algumas experiências pedagógicas que envolvem visitas técnicas e atividades extraclasse em geral a instituições culturais na cidade de João Pessoa, no contexto das atividades didáticas desenvolvidas no Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário (CEE-EAS). Ressalta-se que a escola desenvolve atividades extraclasse não apenas na capital, mas, em razão do foco do Seminário ser as instituições aqui localizadas, o relato de experiências em outros contextos geográficos não virá à tona. Neste sentido, sem a preocupação de sustentar uma discussão teórica, propõe-se, nesta mesa redonda, contribuir para a reflexão em torno do tema “Práticas culturais na cidade de João Pessoa”, relacionado com a pesquisa coordenada pelos professores Joana Coeli Ribeiro Garcia e Edison Ferreira de Macedo,

¹ Licenciado em Geografia e Coordenador Pedagógico Geral do Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário (CEE-EAS)

aos quais se reitera o agradecimento pelo convite em participar do debate.

É importante destacar que o relato não constitui experiência individual (do expositor ou de algum(a) professor(a) isoladamente), pois contou sempre com a colaboração de professores(as) que gentilmente socializaram com este expositor suas práticas pedagógicas, sempre tomando por base a relação que têm com o currículo escolar nas disciplinas que ministram. Não é demais ressaltar que os docentes são os principais sujeitos do planejamento e execução das práticas pedagógicas, ainda que o façam a partir da orientação e apoio da instituição escolar como um todo.

IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE
INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ESCOLAS

Parte-se da ideia de que a operacionalização das atividades extraclasse exige planejamento detalhado de suas várias etapas, sendo isto tanto uma necessidade do ponto de vista prático, quanto para a obtenção de bom resultado dos objetivos pedagógicos. Dessa forma, primeiramente, ressalta-se a importância do planejamento das atividades, seja partindo da escola ou das instituições. O agendamento representa o ponto de partida para a viabilização das atividades e isto deve ser feito com a maior antecedência possível, de modo a possibilitar sua plena operacionalização.

A este respeito, defende-se que as escolas e, sobretudo, as instituições culturais tenham uma política de disseminação da informação acerca de suas atividades. Isto envolve o uso eficiente de ferramentas ligadas às tecnologias de informação e de comunicação (TIC), permitindo uma gestão da informação que possibilite uma clara e rápida interlocução com a sociedade. Constatou-se que muitas instituições culturais em João Pessoa ainda não usam as TIC de forma eficaz para fomentar a ampla divulgação de suas atividades, bem como muitas escolas (para não dizer a grande maioria) não dispõem ou não sabem utilizar eficientemente tais tecnologias. Só para citar um exemplo, uma página no *facebook* bem construída e, sobretudo, bem administrada pode ser um eficiente canal de comunicação com a própria comunidade escolar e com a sociedade. No entanto, há casos que precisam ser avaliados. A distribuição de *tablets* por parte das secretarias de educação e do Ministério de Educação (MEC) não tem sido acompanhada de uma preocupação de como usar essa ferramenta no contexto escolar e, da forma como tem ocorrido, acaba sendo, muitas vezes, um desperdício de dinheiro público. Assim, um recurso tecnológico que poderia ser grande aliado no ensino-aprendizagem é subutilizado pelos estudantes e professores(as).

EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS VIVENCIADOS NO CENTRO ESTADUAL EXPERIMENTAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM SESQUICENTENÁRIO (CEEEAS)

A visita a instituições culturais constitui oportunidade ímpar para que os estudantes vivenciem conteúdos do currículo escolar a partir de experiências e tenham contato direto com a realidade em que estão inseridos. Desta forma, a valorização da herança cultural é de suma importância para as atividades didáticas da escola. No contexto do CEEEAS, desde as séries iniciais, os estudantes são motivados por meio de atividades escolares extraclasse como estudo do meio e visitas técnicas, as quais são importantes não apenas do ponto de vista da apreensão dos conteúdos como no desenvolvimento de atitudes e valores ético-políticos diante do mundo.

Neste sentido, vale frisar a reflexão de uma professora de artes dessa escola, para quem o ensino da arte não pode estar alienado do que é produzido culturalmente. O papel do professor, neste contexto, é de dialogar com a cultura, trazendo para a sala de aula, os valores históricos e culturais relacionados aos conteúdos trabalhados. A vivência desperta e promove nos estudantes o sentido de valorização e de pertença em relação ao patrimônio artístico e cultural, seja ele material ou imaterial.

Por meio da mediação com as instituições culturais, é possível também proporcionar aos estudantes a visão

de outros sujeitos, como monitores e agentes culturais, sobre temas que têm rebatimento direto em relação aos conteúdos didáticos e à formação sociopolítica dos estudantes enquanto cidadãos. Desta forma, eles passam a conhecer melhor o lugar onde vivem e a respeitar os autênticos valores que marcam a identidade cultural local.

Dentre as instituições culturais da cidade de João Pessoa identificadas no questionário da pesquisa, com as quais o CEEEAS mantém mediação e que foram identificadas pelos estudantes, citam-se: Usina Cultural Energisa; Centro Cultural São Francisco; Estação Ciência e Artes Cabo Branco; Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego e Jardim Botânico Benjamim Maranhão. Por sua vez, as instituições citadas no questionário que até o momento não foram visitadas pelos estudantes do CEEEAS são: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); Núcleo de Pesquisa e Documentação Popular (NUPPO) / Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) / UFPB; Fundação Casa de José Américo e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Paraibano (IPHAEP). Contudo, há alguns espaços que não constavam no referido formulário, mas que são visitados pelos estudantes, como teatros, cinemas, museus, engenhos de açúcar, igrejas e outros.

Tanto pela própria experiência como pelo relato de alguns(mas) professores(as), verifica-se que há grande dificuldade de comunicação entre escola e instituições que oferecem as práticas culturais, o que, muitas vezes, cria

obstáculos que inviabilizam as visitas. Ou seja, quando a escola é comunicada sobre algumas atividades oferecidas pelas instituições em data muito próxima da realização do evento, fica difícil e, às vezes, até impossível de operacionalizar a participação dos estudantes, quer pela questão do transporte, quer pelos ajustes internos do calendário e das atividades escolares.

Atividades extraclasse não devem ser confundidas como simples passeio e por isso exigem ir além do simples agendamento, pois exigem o planejamento metuculoso do que vai ser explorado em termo de conteúdo e a orientação dos estudantes e das pessoas que irão acompanhá-los antecipadamente quanto aos procedimentos e às atitudes para o trabalho de campo. Logo, a antecedência da comunicação do evento por parte das instituições culturais é também necessária para o planejamento pedagógico da vivência pela escola, o que, por sua vez, implica ainda em ajuste do calendário escolar concernente às disciplinas participantes e não participantes da atividade, além da viabilização do traslado e seu respectivo custeio, bem como a autorização prévia dos pais, mães ou responsáveis pelos estudantes menores de idade. Há casos em que, por limitação da capacidade da instituição a ser visitada ou do número de vagas no(s) veículo(s) de transporte, precisa-se selecionar apenas pequeno percentual dos estudantes, sendo até arbitraria a adoção de critérios para tal seleção.

Quando a comunicação entre escola e instituições ocorre com bastante antecedência, muitos dos obstáculos podem ser diligentemente superados, pois a exemplo do sistema de transporte, conta-se com ajuda de custo da Cooperativa de Ensino de João Pessoa Ltda., instituição parceira direta do CEEEAS, à qual se solicita a complementação dos custos, bem como às famílias dos estudantes. É possível ainda requerer ajuda da Secretaria de Estado da Educação ou de outras instituições parceiras, como a Polícia Militar.

Outro aspecto importante é que há instrumentos de custeio dessas atividades que podem ser requeridos pela escola, como é o caso do "Programa Dinheiro Direto na Escola" (PDDE), tanto na esfera estadual quanto na federal, diretamente voltado para fomentar o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Porém, o PDDE só libera recursos mediante a aprovação por parte da comunidade escolar através do orçamento democrático. Mais uma vez, fica claro que é fundamental eficaz política de comunicação entre escolas e instituições culturais, possibilitando um planejamento anual. Isto porque só é possível requerer recursos desse instrumento se contemplado no plano de ação vigente para o ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto acima, destaca-se a inquestionável importância da mediação e da interlocução das instituições

culturais com as escolas e vice-versa. Para isso foi ressaltada a necessidade de aprimorar o uso das TIC enquanto ferramentas da política de gestão de disseminação da informação. Em segundo lugar, diante dos obstáculos para promover a comunicação efetiva entre escolas e instituições, ficam evidentes os enormes desafios a serem enfrentados. O ideal seria que as unidades de ensino fizessem planejamento semestral ou quiçá anual de suas atividades didáticas extraclasse em plena sintonia com as instituições culturais, o que lhes permitiria, por exemplo, viabilizar recursos de instrumentos como o PDDE.

É plausível também refletir que a questão do transporte é, sem dúvida, um dos maiores entraves para a atividade extraclasse, envolvendo instituições culturais ou, ainda, referentes à visita a espaços de qualquer outra natureza. Por mais simples que aparentemente pareça, a experiência tem mostrado que embora a falta de uma boa comunicação seja um dos pontos nevrálgicos, a questão do transporte é o principal entrave.

Por fim, uma proposta de superação dessas dificuldades seria o envolvimento de estudantes e pesquisadores do curso de Ciência da Informação / UFPB, que passariam a usar as escolas como campo de estágio, auxiliando-as na implantação de uma política de disseminação da informação por meio das TIC, voltada tanto para a comunidade escolar, quanto para as instituições culturais e a sociedade.

CAPÍTULO 11**ACERVO CULTURAL E DISSEMINAÇÃO DA
INFORMAÇÃO: MEDIANDO PRÁTICAS EDUCATIVAS
NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA**Edison Ferreira de Macedo¹**A EDUCAÇÃO NA DINÂMICA CULTURAL**

As crescentes transformações nas sociedades mundiais impostas pelo modelo econômico de produção, lucros e mercados, nas últimas décadas, trazem como consequência a redução dos custos salariais, notavelmente, no fenômeno da exploração pelo trabalho. Essas mudanças não são, certamente, fenômeno novo no mundo. O que há de novo nesse processo, é a gestão econômica, fortemente inspirada pelos danos do neoliberalismo em todos os países (BORON, 2000).

O Estado neoliberal modernizado e livre de suas funções sociais compromete o equilíbrio e o funcionamento da sociedade em todos seus segmentos. Essa nova fase do capitalismo minimiza o papel do Estado e acelera a supressão dos direitos sociais conquistados historicamente pelas classes trabalhadoras em mais de um século de luta. Observamos acelerada perda dos direitos fundamentais, de acesso à saúde de qualidade, da falta de oferta de trabalho e das condições dignas de

¹ Programa Nacional de Pós-Doutoramento / Universidade Federal da Paraíba

vida. É nesse contexto que tecemos considerações acerca da educação pública formal e informal e sua função no sentido de proporcionar o acesso à cultura a todas as crianças em processo de escolarização.

A crise da educação ao longo de sua história atingiu todo o mundo moderno e se estendeu em todas as atividades humanas. Nas Américas, assumiu dimensões significativas caracterizadas pela problemática de ordem política responsável pela baixa qualidade do nível educativo (ARENDR, 1972).

A escola não pode ser percebida mais como espaço único e exclusivo de transmissão do conhecimento. Além dos saberes disciplinares escolares, é preciso considerar a dinâmica da produção cultural em sua pluralidade como objeto de conhecimento (FONSECA, 2003). Saberes esses, produzidos pela e na mídia, nas ruas, em expressões artísticas diversas, instituições e práticas culturais do cotidiano. Nessa perspectiva, percebemos a importância da articulação patrimônio cultural e comunidades escolares para a elaboração de propostas pedagógicas voltadas à preservação do acervo.

Nos últimos 20 anos, as análises metodológicas das práticas pedagógicas nas diversas áreas do conhecimento apontam para as discussões do uso de diferentes linguagens e fontes disciplinares mediadas pelo avanço tecnológico da indústria cultural. Esse debate faz parte do processo de crítica ao uso exclusivo de livros didáticos e métodos tradicionais de ensino ainda característico no espaço edu-

cacional brasileiro (ALMEIDA *et al.*, 1996; NÓVOA, 1988).

Estudos e pesquisa no campo das práticas pedagógicas em nossa atualidade apontam as dificuldades vivenciadas pela escola em consequência do paradigma midiático e gerações de alunos formados por uma gama de informações obtidas por intermédio de sistemas de comunicação multimídia, diferenciadas ainda dos métodos tradicionais pedagógicos. Bittencourt (2006), tratando de questões relacionadas à temporalidade no ensino de história, mostra que a dinâmica tecnológica é responsável por ritmos acelerados de mudanças, fazendo com que tudo rapidamente se transforme em passado com vagas perspectivas em relação ao futuro. As necessidades impostas pela acelerada dinâmica da sociedade de consumo transforma tudo, incluindo o saber escolar, em mercadoria (BAUDRILLARD, 1970).

Assim, diante de tais perspectivas postas pelo acelerado ritmo de gerações que vivem um presente histórico efêmero, que caminhos a educação deve trilhar no sentido de preservar nossa memória e os bens culturais herdados? Silva e Fonseca (2007) mostram que o processo de transição a novos paradigmas pedagógicos não produz, automaticamente, alterações dos saberes no espaço escolar. É necessária a inferência do tempo / currículo no sentido de adaptarmos novas abordagens e novos objetos para que façamos balanços sobre diferentes áreas, pensando em seu estado atual e nas tendências que se configuram para a produção de conhecimento.

Nesse sentido, analisamos a importância da ação educativa mediada pelo acervo cultural em sua pluralidade, compreendendo a importância dada à práxis educativa patrimonial no sentido da preservação e conservação de nossas identidades culturais, assim como das reflexões teóricas e metodológicas disciplinares nas relações acervo cultural e comunidades escolares como necessárias à reconstrução do conhecimento histórico (BRASIL, 1997).

O convívio e o acesso de crianças e adolescentes em processo de escolarização ao acervo cultural local, interagindo e participando das atividades educativas, possibilitam o desenvolvimento cognitivo, a fruição do conhecimento e a descoberta de novos saberes proporcionados pela historicidade cultural individual e coletiva (FREIRE, 1980). Fomentar ações educativas em instituições culturais é importante tanto no sentido de dinamizá-las, divulgá-las e preservá-las, como de incentivar a produção cultural e o desenvolvimento educacional (ANDRADE, 2001).

Para Le Goff (1982), a memória resultante da ação humana, preservada e recuperada pela diversidade cultural, constitui elemento essencial à disseminação do conhecimento, contribuindo para a ampliação deste na constante dinâmica entre o tempo sincrônico e o diacrônico, de forma a salvaguardar o patrimônio histórico e cultural para gerações futuras. Museus, arquivos, bibliotecas, edificações e o meio ambiente são espaços privilegiados de conhecimento que ensinam a pensar e refletir as experiências históricas humanas. Assim, o currículo escolar deve priorizar o pla-

nejamento de visitas ao acervo local e regional como proposta educativa, tendo em vista a discussão da transversalidade temática dos parâmetros curriculares no processo ensino-aprendizagem (MORIN, 2002).

A partir de ideias e concepções acerca da função socioeducativa, as instituições passam a ser percebidas como espaços de práticas info-culturais diversas e em constantes alternâncias, objetivando o conhecimento em sua temporalidade. A criação e o desenvolvimento de políticas públicas nas instâncias governamentais representam essencial papel para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural (GARCIA; MACEDO; OLIVEIRA, 2013).

A política cultural assegura tanto a instância pública quanto privada, a promoção e socialização dos bens culturais, tais como: literatura, cinema, teatro, artes plásticas, dança, enfim, os produtos pensados, refletidos e criados pela humanidade em suas concepções de mundo e de realidade. São esses espaços culturais que proporcionam a conversão da informação em conhecimento por meio das trocas de experiência (FERREIRA, 2010).

EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E INFORMAÇÃO

A escolarização nas diversas áreas do conhecimento tem como objetivo levar aluno(a)s a utilizarem suas capacidades cognitivas para aquisição e uso de conceitos e habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio pro-

cesso educacional. Currículos e programas constituem o instrumento de investigação no processo ensino-aprendizagem (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Por meio dos programas curriculares, divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina, o estado de desenvolvimento em que as ciências de referência se encontram e, ainda, qual direção a disciplina deve tomar ao se transformar em saber escolar.

Chauí (1982) mostra que, na elaboração dos currículos escolares, o discurso do poder se pronuncia sobre a educação e define seu sentido, sua forma, sua finalidade e seu conteúdo, estabelecendo sobre cada disciplina, o controle da informação a ser transmitida e da formação pretendida. Assim, a burocracia estatal legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico.

A construção social do currículo é permeada por níveis de elaboração que se complementam, conflitam e se relacionam com áreas afins do conhecimento, possibilitando modificações e transformações. O currículo é entendido como campo de relações e intenções sociais, políticas, econômicas e culturais. Para Abud (2006), é parte constitutiva do contexto produzido e produtor de relações, de saberes e práticas escolares. Nesse aspecto, a Ciência da Informação (CI) se traduz como conhecimento interdisciplinar do currículo escolar formal no processo ensino aprendizagem. Na educação informal, a CI atua através de práticas de disseminação e informação das atividades educativas oferecidas nas diversas instituições culturais e do patrimônio artístico, histórico e cultural.

Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade atua como forma de desenvolver trabalho de integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inovaram ao trazer maneiras de trabalharmos a interdisciplinaridade nos currículos escolares, ressaltando a temática da educação patrimonial. Dessa forma, é fundamental a ampliação de discussões, viabilizações e execução de propostas objetivando o avanço da educação patrimonial como prática pedagógica, ressaltando a importância deste trabalho em escolas e instituições culturais, no sentido de proporcionar às equipes pedagógicas valorização e preservação do patrimônio cultural em sua diversidade (BRASIL, 1997).

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A dinâmica e multiplicidade das tecnologias de informação e de comunicação (TIC) no mundo globalizado divulgam, em escala mundial, informações fragmentadas e tomadas como conhecimento, construindo, desse modo, o mundo fragmentado que conhecemos. É como se o mundo em toda sua dimensão fosse construído apenas por fatos e notícias que chegam até nós. Nesse aspecto, análises teóricas de Baccega acerca das TIC e da educação demonstram:

Informações fragmentadas não são suficientes para a produção do conhecimento visto que o conhecimento processa-se

pela condição de reelaboramos o que recebemos como um *dado*, possibilitando que não sejamos meros reprodutores; inclui a capacidade de elaborações novas, permitindo reconhecer, trazer à superfície o que ainda é virtual, o que, na sociedade, está ainda mal desenhado, com contornos borrados (BACCEGA, 2000 / 2001, p. 24).

A teoria da economia das trocas simbólicas de Bourdieu (2007) apresenta em suas análises o mercado face à relação das condições de produção e de reprodução dos agentes e das instituições econômicas, sociais e culturais. Essa relação se dá a partir da mediação simbólica no sentido em que determina as bases e as estruturas sociais em suas práticas. A este respeito, Baccega (2000 / 2001) acredita que a sociedade que forma nossos alunos e nos forma produz as representações, as formas simbólicas pelas quais se rege e que transformam em bens simbólicos o processo de circulação da informação, caracterizando-a como produto condicionado às condições socioeconômicas. A autora afirma ser o conhecimento condição indispensável para a crítica, haja vista confusões entre conhecimento e informação, entre totalidade e fragmentação, levando à concepção de que a informação veiculada pelas TIC é suficiente para a formação cidadã. Entretanto, em sua visão, o conhecimento é condição indispensável à crítica.

A gestão da informação (GI) atua nos processos de busca, identificação, classificação, processamento, ar-

mazenamento e disseminação da informação, de modo a permitir que o fluxo informacional presente nas organizações seja potencializado e atinja seus objetivos nos diversos campos de atuação (DAVENPORT, 1998).

Para Choo (2003), as formas de gestão dessas informações necessitam de estudos, tendo em vista que o potencial reservado ao acervo cultural permite concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção de áreas diversificadas. Por outro lado, a ação educativa, ao contrário do que podemos pensar, não se resume a exposições, bibliotecas e arquivos, mas, sobretudo, aos recursos e às estratégias que aproximem instituições e público. Almeida e Vasconcellos (2006) apontam o potencial reservado ao acervo cultural, permitindo concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção das diversificadas áreas. Consideram, por outro lado, que a ação se centre, dentre outras, em exposições, e que as instituições sejam suportes essenciais que permitam aproximar a relação com o público em geral por meio de uma gama diversificada de atividades. Em outras palavras, a criação e a adoção de políticas públicas nas instâncias governamentais representam papel essencial para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural (GARCIA; MACEDO; OLIVEIRA, 2013).

Para Avelar (2010), políticas públicas são linhas de orientação que o Governo estabelece em prol de interesses da sociedade. A escolha de alguns segmentos em de-

trimento de outros espelha os princípios ideológicos da base política que sustenta os governantes. As prioridades dependem dos valores e da visão de mundo de quem ocupa os cargos no Governo e, também, da capacidade de articulação dos setores organizados. Assim, no Brasil, dar continuidade aos programas culturais dos governos precedentes se traduz como obstáculos hierarquizados pelo poder do “novo” ou reeleitos.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN): AÇÕES EDUCATIVAS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

CONCEITUANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL

Entre outras definições, o patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais transmitido de geração à geração, recriados pelas comunidades e pelos grupos sociais em função de seu ambiente e de sua dinâmica histórica. Assim, saberes, práticas, fazeres e expressões artísticas em suas pluralidades constituem bens imateriais. Os materiais são representados por bens imóveis, tais como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais, acervos de museus, arquivos e bibliotecas (IPHAN, 2013). Instaurado como secretaria durante o Governo de Getúlio Dornelles Vargas, anos 30, o IPHAN é uma autarquia

federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Sua missão é *"promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país"* (paginação irregular).

Segundo Torres (2013), na cidade de João Pessoa – Paraíba (PB), o núcleo do IPHAN vem desenvolvendo em seu programa de educação patrimonial ações educativas de preservação e conservação do patrimônio cultural local graças a materiais didáticos pedagógicos. Assim, fotografias de pontos turísticos, igrejas, casarões do centro histórico e também de manifestações culturais locais passam a compor instrumentos da ação educativa dos programas educativos das comunidades escolares e da sociedade em geral.

Para Ricoeu (2000), a memória utilizada através de suportes iconográficos e registros locais possibilita vivenciarmos a historicidade diacrônica de gerações com vistas à reconstrução sincrônica da história cultural. O autor insiste na importância dada ao universo da memória como instrumento de preservação da cultura. Ecléa Bosi, na obra intitulada *"Memória e sociedade. Lembranças de velhos"*, 1979, apresenta, em seu universo de investigação, pessoas com mais de 60 anos de idade residentes na cidade de São Paulo, como análise detalhada de fragmentos da memória objetivando a

reconstrução social de uma época. As lembranças dos residentes em sua pesquisa foram organizadas por meio de recortes simples das entrevistas: na hora de saborear um café, no acompanhamento às atividades de jardinagem ou em momentos de pronunciar um adeus.

Ao longo de sua trajetória, o IPHAN adota políticas públicas objetivando a conscientização da sociedade no processo de preservação e de conservação do patrimônio cultural, acreditando ser o processo educacional o caminho de viabilização e concretização de seus programas. Para tanto, preparou o *"Guia básico de educação patrimonial"* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), contendo propostas, conceitos, critérios, objetivos, metodologias, sugestões de atividades e bibliografia para a implantação de ações que auxiliem e contribuam para o (re)conhecimento da sociedade no que diz respeito às questões relacionadas ao patrimônio cultural em sua diversidade.

No plano legislativo, decretos e leis específicas são promulgados objetivando a proteção dos monumentos através de tombamento e restaurações que visam assegurar a permanência de parte do conjunto arquitetônico e urbanístico em todo o território brasileiro, tratando, ainda, do acervo documental, etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis. Em sua luta pela proteção do patrimônio cultural, estendeu sua ação à proteção dos acidentes geográficos notáveis e das paisagens agenciadas pelo homem (IPHAN, 2013).

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA

A interação educação e patrimônio cultural pode ser aplicada em vários âmbitos. Porém, neste trabalho, o destaque vai para as práticas de disseminação de atividades educativas culturais em instituições, visto que o tema tem como característica o enfoque interdisciplinar, além de destacar a importância de sua inserção nos currículos escolares do ensino fundamental em sua transversalidade temática. Os temas transversais constituem proposta didática aberta à discussão de tópicos afins propostos pelo conjunto temático curricular, contemplando a complexidade do conhecimento em sua dinâmica. Assim, o currículo ganha em flexibilidade e em abertura, uma vez que novos itens podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais. Portanto, os temas transversais dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando, assim, o aprender apenas pela necessidade escolar (BRASIL, 1997).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 / 1996 prevê no Artigo 1º que “a educação abranje os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, identifica os contextos culturais das

pessoas como importante espaço de formação dos sujeitos. A partir da função reservada ao patrimônio cultural e às comunidades escolares, analisamos as práticas de disseminação de atividades educativas culturais e ações pedagógicas voltadas ao atendimento de educando do ensino público fundamental em João Pessoa, assim como apreendemos mecanismos e procedimentos de gestão das atividades a fim de atender metas de disponibilidade das informações visando à viabilização e à execução de políticas públicas educativas.

Para tanto, selecionamos 10 instituições, com base no Guia elaborado por Oliveira e Lima (2012), objetivando o contato direto com as equipes gestoras para apreender mecanismos e procedimentos de gestão e de disseminação da informação das atividades educativas direcionadas aos aluno(a)s do ensino público fundamental e à comunidade local.

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) – instaurado em março de 1971, pretende resgatar e preservar a memória da Paraíba através do cadastramento e do tombamento de bens móveis e imóveis com valor histórico, artístico, cultural, arqueológico, ecológico e paisagístico para o Estado.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) – fundado em 7 de setembro de 1905, constitui entidade cultural sem fins lucrativos, atuando na promoção e na divulgação de estudos e de pesquisas sobre os aspectos histórico, geográfico, político, social e econômico do Estado.

Estação Ciência Cultura e Artes de João Pessoa – instaurada em 2008, a Estação é agregada à instância do Governo municipal. Divulga a cultura local e regional através de exposições permanentes e temporárias, além de desenvolver atividades culturais e de apoio à pesquisa voltadas para a comunidade local e escolar.

Espaço Cultural José Lins do Rego – inaugurado em 1982, consiste em complexo cultural e centro de convenções vinculado ao Governo do Estado. Abriga teatros, museu, cinema, galeria de arte, planetário, biblioteca e auditórios destinados à promoção e à divulgação das artes em nível local, nacional e internacional.

Fundação Casa de José Américo – organização não governamental que promove pesquisas, conferências e exposições centradas na obra de José Américo de Almeida, além de atividades voltadas à cultura paraibana e nordestina.

Usina Espaço Energisa – organização privada com a pretensão de proporcionar à comunidade e ao público estudantil contato direto com a produção artística local, regional, nacional e internacional.

Núcleo de Arte Contemporânea – organização vinculada à instância federal, atua no apoio e no financiamento das artes visuais e na disseminação e na difusão de programas culturais por intermédio de cursos, confecção de catálogos, divulgação de projetos de pesquisa, conferências, seminários e edição de publicações científicas.

Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO) – instaurado nos anos 80 no prédio da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa. Sua missão é promover a integração sistemática de estudos e pesquisas da cultura popular, visando à divulgação da cultura popular relevante para a preservação do patrimônio material e imaterial do Estado.

Centro Cultural São Francisco – vinculado à Arquidiocese da Paraíba, é uma instituição cultural reservada à pesquisa através do sítio arquitetônico originário do século XVI, legando, portanto, um bem inestimável à cultura e à história da Paraíba. Mantém acervo permanente de arte sacra e popular.

Jardim Botânico Benjamim Maranhão – inaugurado em 2000, representa uma das maiores reservas de Mata Atlântica do Brasil, com 515 ha, desenvolvendo estudos e pesquisas de espécies da fauna e da flora brasileira, promovendo atividades de educação ambiental e lazer contemplativo através de trilhas.

COMUNIDADES ESCOLARES

Mantivemos contato com equipes pedagógicas dos estabelecimentos escolares do ensino público fundamental em João Pessoa, objetivando analisar a interdisciplinaridade nas relações instituição cultural / escolas com vistas à reconstrução dos saberes no processo ensino-aprendizagem.

Colégio Estadual Ensino Fundamental Sesquicentário – bairro Tambauzinho.

Colégio Estadual Ensino Médio Presidente Médici – bairro Castelo Branco.

Colégio Estadual Lyceu Paraibano – Avenida Getúlio Vargas, Centro.

Escola Estadual de Ensino Médio Compositor Luz Ramalho – bairro Mangabeira I.

Escola Municipal Ensino Fundamental Olívio Ribeiro Campos – bairro Bancários.

Escola Estadual Ensino Médio José Lins do Rego – bairro Cristo Redentor.

Escola Municipal Lyons de Tambaú – bairro Bancários.

Escola Estadual Ensino Fundamental Argentina Pereira Gomes – Avenida Camilo de Holanda, Centro.

Escola Estadual Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha – Avenida Camilo de Holanda, Centro.

Escola Estadual Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira – bairro Mangabeira I.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E PRÁTICA DE DISSEMINAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

Os procedimentos de organização dos resultados obedeceram aos critérios de interpretação dos dados categorizados por grupos de informações segundo critérios específicos aos dois objetivos da pesquisa (BARDIN, 2009). Para a gestão de práticas culturais, utilizamos cinco categorias de análises: obtenção da informação; classificação da informação; armazenamento da informação; recuperação da informação; acesso à informação. Para as

práticas de disseminação das atividades culturais, empregamos duas categorias de análise: os suportes de comunicação tecnológica subdivididos em mídias tecnológicas internet e as redes sociais e os suportes de comunicação subdivididos em mídias tradicionais e suporte eletrônico. As mídias tradicionais foram subdivididas em suporte impresso, jornais e revistas e suportes eletrônicos, a televisão (TV) e o rádio.

A observação do acervo e o contato direto com os gestores das diversas instituições possibilitaram a percepção dos mecanismos de gestão, organização e disseminação das atividades culturais voltadas ao público escolar. Para as entrevistas, adotamos a combinação sistemática de perguntas abertas e fechadas, como forma de orientação às questões abordadas (MINAYO, 2007).

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Analisando os resultados da categoria obtenção da informação, verificamos que a maioria das instituições pesquisadas oferece como atividade cultural aos estudantes do ensino fundamental visitas previamente agendadas. São atividades que suscitam ao público escolar a descoberta e a experimentação do acervo visitado. Entretanto, algumas escolas chegam às instituições sem informações prévias do acervo visitado, descaracterizando, assim, o processo de fruição do conhecimento.

É imprescindível o conhecimento prévio e informativo de educadores e educandos com vistas à busca do

conhecimento, evitando os riscos de cair no *laisser-faire* das atividades educativas extraclasse. Almeida e Vasconcelos (2006, p. 105) “nos mostra que para que ocorra o processo educativo é preciso compreender as mensagens propostas pelo acervo visitado e o compromisso de construirmos novos significados a partir dele.”

No sentido da palavra, o termo – visita – em se tratando de fruição do conhecimento no espaço escolar informal ainda conduz à espontaneidade do ato. Visitar uma exposição proposta pela escola é um momento de lazer vivenciado entre professores e alunos, ou seja, um momento de distração em meio ao acúmulo de conteúdos a serem executados durante o ano letivo pelo planejamento escolar. A visita *in loco* ao acervo ainda se traduz como descompromisso da transmissão de conhecimentos. Azevedo (2010) discorre sobre a importância do planejamento escolar quando trabalhamos com o acervo local, haja vista que o professor precisa preparar seus alunos para a descoberta e para a observação empírica do patrimônio cultural, dos conteúdos e das formas de linguagens na construção de novas significações.

Escolas e instituições culturais devem dialogar juntas na tomada de decisões com vistas à execução e à elaboração de programas e de atividades que atendam à realidade dos alunos, ou seja, que possa complementar o que está sendo discutido em sala de aula. Para tanto, ambas precisam buscar informações no sentido de organizá-las e disponibilizá-las. Nesse processo, a informação se

traduz como relevante no sentido de identificar as demandas dos usuários planejando ações culturais voltadas ao público escolar (BEAL, 2004).

As análises da categoria classificação da informação apontam a inexistência de estudos prévios da informação voltados aos interesses específicos do público educativo para favorecerem o planejamento e a organização de atividades. A maioria dos coordenadores das instituições declara que define suas ações de acordo com o evento que pretende realizar ou com temas ou, ainda, por conta de datas comemorativas. O autor ora citado demonstra que a classificação deve se basear em categorias de informação e de conhecimento que atendam e apresentem múltiplas dimensões, de modo a permitirem várias possibilidades de acesso à informação pelo público.

Para Miranda (2010), a classificação da informação nas organizações tem como função facilitar a localização do documento no momento de sua busca e recuperação, processando e gerando informações para a elaboração de produtos e serviços informacionais. A categoria armazenamento da informação, por sua vez, revela a inexistência, nas instituições, de arquivos reservados à estocagem de informações. As instituições culturais não mantêm, através de seus gestores, o controle arquivista de informações, enviando-as ao departamento de comunicação da Secretaria da Educação. Temos, pois, a descentralização da informação de seus espaços de origem. McGee e Prusak (1994) tratam da importância dada a um sistema

integrado de armazenagem e de conservação da informação a fim possibilitar acesso e uso nas organizações culturais. Gerenciar informação é tão importante quanto gerenciar outros bens, isto é, a informação precisa ser administrada da mesma forma que os bens materiais.

Para a categoria – recuperação da informação nas instituições objetivando o atendimento do público escolar – a maioria dos gestores afirma estabelecerem programação de atividades fixas, desligadas das necessidades e demandas de busca e recuperação das informações que a eles interessa. Espaços formais e informais do ensino se traduzem como ambientes dinâmicos da produção dos saberes. Assim, manter uma programação educativa fixa é não acompanhar as mudanças operacionalizadas no processo de transmissão e de reconstrução do conhecimento.

O acesso à informação das atividades culturais realizadas nas instituições culturais pelos coordenadores escolares ainda é precário, mediante a problemática relacionada com as condições de infraestrutura e de indisponibilidade em rede. Algumas instituições não trabalham com sistema de informação *on line*, o que dificulta o acesso das equipes pedagógicas de ensino à agenda cultural da cidade. A conexão informacional integrada acervos / escolas possibilitaria o acesso às atividades culturais dos alunos com vistas à organização e ao planejamento das visitas. Neste sentido, Castro (2006) sustenta que, quanto mais informações estiverem ao alcance dos gestores pedagógicos, maiores as possibilidades de criação e de

busca de recursos para investir nas ações educativas. Conforme explicitado, há instituições que desconhecem o sistema integrado de informação, dificultando o acesso. Dispor dessa ferramenta é essencial, uma vez que a entidade integra vários setores e cada um deles cria e produz informações que deveriam interligar-se numa dinâmica coletiva de produção e de conhecimento.

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As análises centradas na disseminação da informação via tecnologia midiática integrada às instituições indicaram que, com exceção de uma organização, todas as demais mantêm atualizadas e disponibilizadas em seus *sites* informações relacionadas com as atividades culturais oferecidas ao público educativo e à comunidade local.

Bittencourt *et al.* (2010) acreditam que as tecnologias, em especial, a internet, têm possibilitado a disseminação da informação de maneira ágil e precisa, graças ao crescente número de *sites* e *blogs* em meio eletrônico acompanhados pelo surgimento de redes sociais, como *twitter* e *facebook*. Assim, as redes sociais disponibilizadas pela internet apresentam-se como suporte tecnológico de disseminação da informação utilizado em instituições culturais. Estas empregam, com frequência, a mala direta como forma de disseminação da informação das atividades culturais para as comunidades escolares. Este suporte eletrônico de comunicação consiste em contato direto

através de listas de *electronic mail* (*e-mail*) ou cartas enviadas à Secretaria de Comunicação para que a mesma realize o trabalho de divulgação das atividades culturais.

A TV se destaca como um dos suportes eletrônicos bastante adotados na disseminação de informações sobre atividades culturais. Rosa e Toniazzo (2010) afirmam ser esta a mídia de maior alcance no Brasil, porquanto a televisão ocupa lugar privilegiado na hierarquia dos meios de comunicação. No caso do Brasil, a TV não é apenas um veículo do sistema nacional de comunicação. Ela desfruta de prestígio tão considerável que assume a condição de única via de acesso às notícias e ao entretenimento para grande parte da população (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2014).

O rádio, por seu turno, impõe-se como um dos meios de comunicação mais democrático e utilizado no Brasil. Dentre as instituições integrantes do universo da pesquisa, apenas duas o adotam como forma de divulgação de informações, afirmando ser ele significativo instrumento de difusão e meio de comunicação democrático. Todas as instituições afirmaram utilizar alguma mídia de suporte físico. Dentre os citados, destacamos o jornal como meio utilizado em grande escala.

ALGUNS ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

As fronteiras entre disseminação da informação e atividades educativas culturais são bastante tênues. No

campo empírico, percebemos diversas situações atribuídas à gestão dessas atividades. Sem dúvida, as problemáticas relacionadas com as condições de trabalho desses profissionais interferem decisivamente no produto final, seja a produção cultural em sua pluralidade como transmissão do conhecimento. Assim, parece relevante à pesquisa, a divisão do campo de trabalho dos profissionais da cultura como algo que suscita questionamentos. Qual o papel das organizações face às diferenciações reais nos perfis e nas funções desses profissionais?

Um gestor cultural sem vivência do cotidiano escolar acaba realizando um trabalho teórico e desconexo da realidade educativa. A atuação e a consciência de cada profissional nas diversas funções das organizações tornam evidente a vinculação da produção e da gestão cultural. Afinal, os resultados demonstram que, na maioria das instituições, a elaboração das atividades culturais é preparada sem revisão nem análise de informações ou dados armazenados. Tais atividades são, muitas vezes, produzidas por demanda espontânea e não para atender à missão da entidade no sentido de justificar sua existência perante a sociedade. O foco em recuperar as informações armazenadas se traduz, em geral, na prestação de contas aos órgãos superiores ou financiadores, atitudes desvinculadas do alcance de objetivos e de metas no cumprimento da missão da instituição e das demandas sociais.

Reiteramos que os gestores das comunidades escolares não têm acesso em tempo real à agenda cultural

das instituições, ou seja, desconhecem as atividades que estão sendo elaboradas pelos coordenadores das instituições. As informações chegam ao conhecimento das equipes pedagógicas na última hora, dificultando, pois, o planejamento e o acesso às visitas dos alunos.

A observação participativa mediada pelo roteiro de entrevistas organizado a cada uma das 10 instituições, muitas vezes, nos conduziu à reflexão de algumas terminologias técnicas específicas da CI e que se mostravam, por vezes, incompreensivas aos profissionais diretamente implicados em nossa investigação. Constatamos nas falas dos coordenadores das instituições e da equipe pedagógica das comunidades escolares certo constrangimento motivado pela descontinuidade de programas e projetos culturais quando de novas gestões governamentais. A descontinuidade das políticas públicas, no país, não chega a ser novidade, quando determinados grupos chegam ao poder e, por vezes, é vista como determinante de nossa cultura.

Um item a ser levado em consideração diz respeito às barreiras de acesso à informação dos programas culturais que não correspondem ao processo de disseminação. Alguns coordenadores pedagógicos relataram suas dificuldades de acesso às atividades educativas das escolas públicas situadas em áreas periféricas. A falta de transporte público impossibilita a visita de educadores e de educandos. Assim, alunos e educadores ficam excluídos do acesso e da participação às atividades educativas por falta da

gestão de transportes públicos disponibilizados pelas secretarias de Educação (ou similares) do Estado ou do município. Por fim, a dinâmica das TIC vem possibilitando o acesso à disseminação das informações transmitidas. Entretanto, é importante levar em conta a dimensão significativa das desigualdades sociais em nossa sociedade, a qual impossibilita o acesso de todos ao uso dos meios de comunicação digitais e eletrônicos.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história no Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALBUQUERQUE, C. V. N. de; OLIVEIRA, E. C. R. de. **TV digital interativa**: padrões para uma nova era. 2014. Disponível em: <http://www2.ic.uff.br/~eoliveira/Publicacoes/V_ERI_TVDI.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2014.
- ALMEIDA, A. M. *et al.* Grupo de trabalho. Relação museu / escola: realidades e perspectivas. In: ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2., 1996, [S. l.]. Anais... {S. l.}: [s. n.], 1996.
- ALMEIDA, M. A.; VASCONCELLOS, C. M. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 104-116.
- ANDRADE, C. T. de S. **Para entender relações públicas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- ARENDT, H. **La crise de la culture**: huit exercices de pensée politique. Paris: Gallimard, 1972. 380 p.
- AVELAR, R. **O avesso da cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 2. ed. Belo Horizonte: Dou Ed., 2010.
- AZEVEDO, C. B. de. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. **Akrópolis**, Umua-rama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out. / dez. 2010.
- BACCEGA, M. A. A construção do campo. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 18-31, dez. 2000 / fev. 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2009.
- BAUDRILLARD, J. **La société de consommation, ses mythes, ses structures**. Paris: Denoël, 1970.
- BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
- BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BITTENCOURT, C. A. *et al.* Participação do Estado na democratização das tecnologias da informação e da comunicação: promoção no uso da informação na sociedade do conhecimento. In: TOMAÉL, M. I.; JESUS, J. A. G. de. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens**: acesso, compartilhamento e gestão. Londrina: UEL, 2010. p. 17-37.
- BORON, A. Os “novos leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: BORON, A. *et al.* **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOSI, E. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**

[da] **República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

CASTRO, A. C. **Produção e disseminação da informação tecnológica**: a atuação da INOVA – Agência de Inovação da Unicamp. 2006. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2006.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, M. Direitos culturais, bibliotecas e políticas públicas: caminhos para construção de uma sociedade democrática. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARCHIVISTAS Y MUSEÓLOGO, 2010, Lima. **Anais...** Lima: [s.n.], 2010.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. São Paulo: Papyrus, 2003.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCIA, J. C. R.; MACEDO, E. F.; OLIVEIRA, B. M. J. F. **Práticas info-culturais em bibliotecas**. 2014. (Em fase de tramitação editorial).

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN na Paraíba (IPHAN / PB). **Educação patrimonial**: educação, memória e identidades. João Pessoa, 2013.

LE GOFF, J. **Memória**. Lisboa: Ed. 70, 1982.

McGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, V. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 1, p. 97-112, jan. / mar. 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, A. **Inovação para o sucesso educativo escolar**. Lisboa: Aprender, 1988.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, M. V. **Guia de unidades custodiadoras de acervos da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: [s.n.], 2012.

RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

ROSA, C. P. B.; TONIAZZO, G. L. TV digital: a atuação das emissoras nos Estados brasileiros. In: GOBBI, M. C.; KERBAUY, M. T. M. (Org.). **Televisão digital**: informação e conhecimento. São Paulo: UNESP, 2010. p.255-271.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. **Ensinar história no século XXI**:

em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.

TORRES, E. C. **Patrimônio cultural e ludicidade**: uma proposta educativa para os anos iniciais do ensino fundamenta. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN na Paraíba (IPHAN / PB). **Educação patrimonial**: educação, memória e identidades. João Pessoa, 2013.

CAPÍTULO 12

DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS EM INSTITUIÇÕES DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA

Maria Suzana Diniz¹

Joana Coeli Ribeiro Garcia²

INTRODUÇÃO

Este texto baseia-se em resultados da pesquisa do projeto “Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa”, especificamente do subprojeto “Práticas de disseminação de atividades culturais em instituições de João Pessoa.” Estão relacionados a cinco instituições que promovem atividades culturais e que se vinculam, administrativamente, ao Governo federal, estadual e / ou municipal, bem assim a instituições privadas, selecionadas a partir do cadastro realizado por Oliveira e Lima (2012), que contabiliza 34 instituições. Acrescem-se entrevistas realizadas em 10 escolas que utilizam os serviços oferecidos por essas organizações.

O objetivo é analisar as práticas educativas culturais e suas ações pedagógicas voltadas para o atendimento do educando do ensino público fundamental visando à compreensão dos mecanismos de viabilização e execução de programas e projetos educativos. Analisam-se as tecnologias

¹ Graduada em Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba

² Doutora em Ciência da Informação

de informação e de comunicação (TIC) como meios facilitadores do fluxo de informação, seguindo-se discussão sobre o caráter disseminador e abrangente de cada uma delas, estudando o uso das TIC no âmbito das instituições estudadas e sua função na disseminação da informação cultural.

Almeida e Vasconcellos (2006) discutem o potencial reservado ao acervo cultural, permitindo concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção das diversificadas áreas. Desconsideram, por outro lado, que a ação educativa se centralize unicamente em arquivos, bibliotecas e exposições, mas que sejam suportes essenciais que permitam aproximar a relação com o público em geral, e o escolar em particular. É o que se pretende mostrar tendo em vista a função educativa que os acervos culturais podem realizar quando percebidos como elementos de práticas culturais, estando em constante modificação e, ao mesmo tempo, sendo parte do conhecimento histórico de sua localidade ou, em sentido mais amplo, da própria história universal.

A Ciência da Informação (CI) objetiva o estudo dos processos de pesquisa, de identificação, classificação, tratamento, estocagem e disseminação da informação.

O fluxo da informação presente nas instituições estudadas deve ser um potencial de comunicação, tendo como função responder às demandas da sociedade e racionalizar os procedimentos de decisão e funcionamento das instituições contribuindo para a preservação do patrimônio cultural (ARAÚJO 2010, p. 184).

O patrimônio cultural conquista, nas últimas décadas, espaço educacional atribuindo novo papel face aos conceitos mais tradicionais de edificações de catálogos, de arquivos e da guarda de objetos antigos (FONSECA, 2007). Por patrimônio cultural, entende-se, segundo Santos (2001), um patrimônio comum e coletivo, definidor de sua identidade e merecedor de proteção. O patrimônio cultural aqui em questão refere-se à própria cultura que, quando disseminada, está sendo preservada e, ao mesmo tempo, está gerando conhecimento para os que ainda não participavam de sua contribuição. Cananéa (2011) demonstra que a cultura é produto da atividade humana e, mais do que isso, do processo e do modo como esse produto é elaborado.

As instituições culturais passam a ser percebidas como espaços permanentes de práticas culturais, diversas e em alternâncias, visando ao conhecimento histórico de suas temporalidades. As políticas públicas e os meios de divulgação da cultura nordestina representam elementos essenciais na viabilização de projetos educativos intercambiando patrimônio cultural / sociedade / educação / comunidade. Para Garcia e Macedo e Oliveira (2014), a criação e o desenvolvimento de políticas públicas nas instâncias governamentais representam essencial papel para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio da cultura. Assim, as instituições desempenham papel na preservação da cultura, uma vez que desenvolvem atividades que visam à

disseminação cultural, buscando principalmente, os que ainda não dispõem de meios para acessá-la.

No processo de disseminação da cultura, segundo Bittencourt *et al.* (2010), as TIC, representadas pelo jornal, rádio, televisão, celular, fax, computador, parabólica, fibra ótica, satélite, entre outros dispositivos, participam na construção dos saberes e do conhecimento através da disseminação da informação aproximando culturas em sua pluralidade. No início dos anos 2000, o acesso à internet possibilita a difusão informacional de forma global eliminando barreiras geográficas entre culturas. A conexão da internet permite aos usuários o acesso ao conhecimento e à construção de novo espaço público, democrático, aberto, plural e heterogêneo (AFFANA, 2013).

Para Azevedo (2011, p. 59), “a contextualização da cultura depende significativamente da sua interligação com a educação, ambas não vivem sozinhas”, e, portanto, é possível enxergar as escolas como pontes mediadoras entre as atividades que as instituições oferecem e os alunos. O autor vai adiante e completa que “a cultura é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade e esta se não tiver educação não saberá valorizá-la.” Assim, entende-se a importância de estimular os jovens a conhecerem e apreciarem sua cultura, pois só assim é possível construir uma sociedade com cidadãos participantes.

PRÁTICAS INFO-CULTURAIS

Freire (1999), após reflexão de definições dicionarizadas sobre práticas info-culturais, decide-se pelo conceito de Holliday (1995, p. 65), para quem a prática é uma “maneira de viver nossa cotidianidade, com toda a subjetividade de nosso ser pessoas, que é muito mais que só o que fazemos, e que inclui, portanto o que pensamos, intuímos, sentimos, cremos, sonhamos, esperamos e queremos.” Recorrendo ao verbo *colere*, que significa cultivar, criar, e ainda, cuidado com a alma, com o corpo das crianças, com sua educação e sua formação para se tornarem membros da sociedade pelo refinamento das qualidades naturais, Chauí (2008) define cultura. Conceitualmente, configura-se como ação produtiva e eficaz do homem em harmonia com a natureza, e, ao mesmo tempo, com povos, nações, sociedades e grupos humanos. É como afirma Cananéa (2011), o produto da atividade humana e, mais do que isto, do processo e do modo como esse produto é elaborado.

Compreendendo a cultura sob tal perspectiva, infere-se que as práticas culturais constituem manifestações simbólicas concebidas por um indivíduo ou por uma sociedade para atribuir olhares interpretativos sobre o mundo que os cerca. Por sua vez, a informação participa desse universo, enriquece as experiências de vida humana e propicia a participação consciente e crítica dos sujeitos em seus respectivos universos culturais. A necessidade de

uso cotidiano da informação e a busca pela construção, pelo aprimoramento ou pelo desenvolvimento de culturas perfazem sua interseção fim. Essa interseção, ou seja, a prática info-cultural vincula-se à estrutura social e se mantém na medida em que a cultura é aceita, reproduzida e reelaborada para atender às características de permanência, e se modifica ao se modificarem as condições histórico-sociais no âmbito em que é produzida. Logo, as instituições que investem em atividades culturais, mesmo que não tenham sido criadas com esse objetivo, necessitam atentar ao preconizado por Silveira e Reis (2011), quando afirmam que as práticas culturais e educativas são essenciais para que se mantenham atuantes e reconhecidas pela sociedade.

De acordo com Santos (2006), cultura é construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Sua ação e dinâmica não decorrem de leis físicas ou biológicas, portanto, ela é produto coletivo da vida humana. Ainda que existam desigualdades num mesmo espaço, ao se considerar o poder social dos indivíduos ou de grupos, segundo sua participação em meio à escala social, as diferenças revelam-se quanto às possibilidades de acesso ao poder social monopolizado pelos segmentos superiores da sociedade,

[...] os talentos excepcionais, as personalidades fortemente marcadas entre os representantes de grupos mais fracos não podem se desenvolver, ou se podem eles farão em meio a uma direção que será

considerada apenas como “associal” do ponto de vista da estrutura social existente (ELIAS, 1991, p. 94).

Almeida e Vasconcellos (2006) mostram o potencial reservado ao acervo cultural, permitindo concretizar mensagens e ideias, comunicar e informar os resultados da produção das diversificadas áreas. Consideram, por outro lado, que a ação se centre, dentre outras, em exposições, e que as instituições sejam os suportes essenciais que permitam aproximar o público em geral por meio de uma gama diversificada de atividades. Quer dizer, a criação e o desenvolvimento de políticas públicas nas instâncias governamentais representam essencial papel para a viabilização de projetos tendo como metas o intercâmbio do patrimônio cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisa-se do ponto de vista da disseminação e das tecnologias de informação e de comunicação se o processo de comunicação das atividades desenvolvidas pelas instituições pesquisadas é eficiente para chegar ao receptor, atendendo às necessidades do público específico, ou seja, alunos do ensino fundamental. Inserem-se, aqui, as respostas dos gestores das escolas. Diante disto, analisa-se, também, se a informação chega de fato ao público e por quais meios.

Os Quadros 1 e 2 apresentam as respostas dos entrevistados das instituições sobre a mídia que utilizam

no processo de disseminação, categorizando-as em mídias tecnológicas e mídias tradicionais, subdivisão que atende exclusivamente aos aspectos de suporte eletrônico e de suporte impresso, respectivamente. Assim, as mídias tradicionais / suporte impresso referem-se a jornais e revistas e de suporte eletrônico, à televisão e ao rádio. Como mídia tecnológica, entende-se a internet e as redes sociais. Devido à precariedade dos processos de disseminação utilizados por algumas instituições, criou-se a categoria denominada "outra", uma vez que algumas respostas não se encaixam em nenhuma das categorias existentes.

Das instituições que compõem o universo da pesquisa, observa-se que todas realizam de alguma forma atividades que contemplem os alunos de ensino fundamental e médio. Se não com atividades diretamente relacionadas a esse público, mas por meio de museus abertos à visitação. É o caso das instituições E1 e E2. As demais promovem ações programadas visando atender ao público.

Quadro 1 – Suportes de comunicação tecnológica utilizados pelas instituições

Instituição	Suportes de comunicação tecnológica
E1	Mídias tecnológicas: informações estão no <i>site</i> em que a instituição está vinculada. Mídias sociais. Outra: contato com as escolas por telefone.
E2	Mídias tecnológicas: <i>site</i> do instituto e redes sociais. Outra: contato com as escolas por telefone.
E3	Mídias tecnológicas: redes sociais. Processo de disseminação realizado por empresa contratada. Outro: não citado.
E4	Mídias tecnológicas: enviam <i>electronic mail (e-mail)</i> para as escolas. Outro: visita às escolas localizadas no entorno da instituição.
E5	Mídias tecnológicas: disseminação em ocasião extraordinária, redes sociais do órgão de que faz parte, o mesmo funciona para o <i>site</i> . Outro: contato com as escolas por telefone.

Fonte: Crédito das autoras (2014).

Quadro 2 – Suportes de comunicação tradicional utilizados pelas instituições

Instituição	Suportes de comunicação tradicional
E1	Mídias tradicionais – Suporte eletrônico: não mencionado na entrevista. Mídias tradicionais – Suporte físico: não mencionado na entrevista.
E2	Mídias tradicionais – Suporte eletrônico: não mencionado na entrevista. Mídias tradicionais – suporte físico: boletins informativos, <i>folders</i> . Envio de ofícios para as escolas.
E3	Mídias tradicionais – Suporte eletrônico: televisão. Mídias tradicionais – suporte físico: panfletagem.
E4	Mídias tradicionais – Suporte eletrônico: não mencionado na entrevista. Mídias tradicionais – suporte físico: jornais, mas as notícias saem no mesmo dia da atividade.
E5	Mídias tradicionais – Suporte eletrônico: não mencionado na entrevista. Mídias tradicionais – suporte físico: envio de ofício avisando sobre a disposição da instituição para atendê-los; boletim informativo.

Fonte: Crédito das autoras (2014).

Nota-se precariedade por parte das instituições com relação à disseminação das atividades especialmente com relação aos meios que os órgãos mantenedores oferecem para possibilitar a existência de práticas culturais e de sua disseminação e uso. Segundo dados dos Quadros 1 e 2, percebe-se a não utilização de grandes mídias como a televisão e o rádio, mas exacerbado uso das redes sociais pela totalidade das instituições, não só como complementação do alcance que as informações podem obter, mas como forma exclusiva de divulgar as atividades.

De fato, diversos segmentos sociais recorrem a essas ferramentas de comunicação como meios de otimizar o alcance e a velocidade das informações transmitidas, como Bittencourt *et al.* (2010, p. 19) exemplificam: as “[...] tecnologias em especial a internet, têm possibilitado a disseminação da informação de maneira ágil e precisa.” No entanto, cabe também analisar se tais mídias são acessíveis e utilizadas pela comunidade que as instituições pretendem atingir e se apenas o uso delas garante disseminação satisfatória.

Nos casos das instituições E4 e E5, o fluxo informacional ocorre de maneira ainda mais precária. A instituição E4 possui processos de disseminação restritos ao contato face a face com os diretores das escolas que se localizam apenas no entorno da instituição e, por vezes, ao envio de *e-mails*. Por um lado, a atitude demonstra boa vontade por parte da instituição em proporcionar que as atividades culturais sejam prestigiadas pelos alunos; por outro lado,

demonstra as dificuldades que os gestores enfrentam para o desempenho de suas funções. A situação pôde ser facilmente constatada pela resposta de uma das entrevistadas, quando questionada sobre o uso dos meios de comunicação oferecidos pelo Estado “nós tentamos, mas as coisas do Estado são muito difíceis, tentamos divulgar no jornal a “União” que, em tese, obrigatoriamente, deveria ajudar a gente” (E4). A instituição utiliza, em menor escala, a mídia tradicional, como o jornal. Mas, ainda segundo a entrevistada, as matérias saem apenas no dia em que ocorrem as atividades, inexistindo divulgação mais ampla e por mais tempo.

Já a instituição E5 não desenvolve quaisquer trabalhos de disseminação das atividades que a instituição oferece ao público, exceto para atividades eventuais não inseridas no cronograma da instituição. A gestora afirma que “chegamos ao ponto em que não há necessidade de trabalho para as escolas agendarem, fechamos a programação com dois meses de antecedência. E as atividades estão disponíveis no *site* do órgão a que a instituição se vincula” (E5). No entanto, após visita ao referido *site*, constata-se que não há informações sobre as atividades culturais desenvolvidas pela instituição.

A precariedade da instituição E2 diz respeito às condições financeiras. Durante a entrevista, a gestora resalta a dificuldade de renovar convênio com a instituição mantenedora, responsável pela execução de uma série de atividades culturais da instituição. Verifica-se, aqui, uma

contradição: a instituição existe para desenvolver atividades e ofertá-las ao público, mas não dispõe de condições para realizá-las de forma efetiva. Assim o processo de criação e disseminação das atividades fica prejudicado.

Durante as entrevistas, as instituições E1 e E3 afirmam que seus processos de disseminação são realizados por terceiros. No caso da E2, a difusão é realizada por um setor do órgão a que a instituição se subordina. Quanto à instituição E3, a disseminação está a cargo de uma empresa terceirizada. Com vistas ao processo de disseminação e comunicação, evidencia-se a falta de preocupação interna com a chegada da informação ao público desejado, deixando a reponsabilidade a critério de terceiros.

Quando ouvidos os diretores das 10 escolas escolhidas aleatoriamente em João Pessoa – Paraíba, se questionou se eles conhecem e visitam as instituições constitutivas da pesquisa; como obtêm informações sobre as atividades em desenvolvimento nas instituições; se as atividades satisfazem no sentido de que condizem (ou não) com o ensino das escolas. Mas, principalmente, eles foram solicitados a listar as principais dificuldades enfrentadas ao conduzir os alunos das escolas ao encontro dessas instituições.

É perceptível realidade bastante homogênea no universo escolar da pesquisa, ou seja, as escolas apresentam os mesmos problemas quando da visita às instituições; conhecem as atividades da mesma forma; e possuem opiniões semelhantes. Os Quadros 3, 4 e 5

exemplificam as falas de cada gestor sobre os questionamentos ora descritos.

Quadro 3 – Conhecimento dos gestores sobre as atividades culturais

Gestores	Meios de conhecimento das atividades
G1	Através dos professores não especificando os meios.
G2	Conhece, mas não visita. A escola optou por contratar um serviço de turismo educacional que conduz ao Lajedo do Pai Matheus – Campina Grande – PB; e Praça Presidente Epitácio Pessoa, Parque Solon de Lucena, Paço Episcopal, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Estação Ciência, Centro Cultural São Francisco, em João Pessoa – PB.
G3	Sabem dos eventos culturais que acontecem. Porém, quando o convite chega é em cima da hora. Parece ser a realidade comum para as escolas.
G4	Através dos professores, não especificando os meios.
G5	Sempre pelos professores. Estamos sempre ligados à internet, para olhar o que está acontecendo.

G6	Interesse dos professores: eles têm o conhecimento das atividades e trazem a ideia da visita.
G7	O professor faz o projeto e insere os lugares para visitar.
G8	Um professor passou lá e trouxe o panfleto: os professores é quem vão atrás!
G9	A iniciativa de visitar as instituições é dos professores que já conhecem e sabem que existem.
G10	Os professores conhecem e planejam visitas para complementar a aula.

Fonte: Crédito das autoras (2014).

De acordo com as entrevistas, as escolas conhecem e visitam as instituições, devido também ao tempo que essas organizações realizam trabalho educativo na cidade. Apesar de todas as escolas afirmarem possuir *e-mail*, nenhuma afirmou receber materiais informativos dessas instituições. A obtenção de informações sobre as práticas culturais, na totalidade dos casos, ocorre por meio dos professores que vão ao encontro das instituições, em geral, buscando sua programação no *e-mail* das mesmas. Quando alguma atividade se encaixa na disciplina lecionada por eles, fazem o planejamento para

levar os alunos. As atividades são, assim, utilizadas pelas escolas como complemento do que é visto em sala de aula. Diretores e professores sentem dificuldades para planejar as visitas com antecedência, uma vez que não recebem o cronograma de atividades institucionais. Segundo eles, tal prática facilitaria o planejamento das atividades do ano letivo, Quadro 4.

Quadro 4 – Dificuldades para frequentar as atividades culturais

Gestores	Dificuldades enfrentadas pelas escolas
G1	Não há ônibus pra levar todos os grupos. Pode acontecer de uma turma [...] passar o ano todo sem ir para lugar nenhum, porque não pode levar todo mundo. Pela manhã, são mais de 400 alunos. Aqui é lotado.
G2	Se não for por fora não se sai, porque o Estado não oferece.
G3	A dificuldade é em relação ao transporte, porque nem toda hora temos. Por exemplo, a Secretaria de Educação não dispõe de recursos para atender à demanda em número suficiente.
G4	Não há transporte para levar os alunos, e quando há é restrito.

G5	A atenção maior é conciliar a data disponível e encontrar ônibus disponível na mesma data.
G6	Não é fácil conseguir o transporte. É preciso agendar com antecedência e, às vezes, não dá para agendar. De repente, é uma exposição que achamos interessante, mas não se conta com a Secretaria, porque não pode ser em cima da hora.
G7	Não há relato de dificuldades, pois ao planejar, resolvem até o ônibus.
G8	Falta de recursos, que envolve também o transporte suficiente para levar todos os alunos.
G9	A maior dificuldade relaciona-se com o transporte.
G10	Há dificuldade em conseguir o transporte.

Fonte: Crédito das autoras (2014).

A grande e única dificuldade levantada pela maioria dos diretores diz respeito ao transporte ou meios de se chegar às instituições. Conforme os diretores, para se conseguir o transporte que o Estado oferece é essencial solicitar com bastante tempo de antecedência. Mas, em muitos casos, eles são informados das atividades com tempo insuficiente para solicitar o transporte, porque não recebem o

cronograma das instituições no início do ano letivo. Esta é uma situação recorrente nas escolas e os alunos deixam de frequentar as atividades. Quando se consegue o transporte, a quantidade de ônibus ofertado é insuficiente para levar parcela significativa dos alunos. Segundo os diretores, cada ônibus comporta apenas duas turmas, e, portanto, a maioria dos alunos deixa de prestigiar as atividades.

Há uma escola que informa não vivenciar qualquer problema para conseguir o transporte. Sempre que solicitaram, obtiveram. Um diretor admite que nunca requisiu transporte, por conta da burocracia e da certeza de que não obteria êxito. A saída encontrada foi levar seus alunos a instituições localizadas no entorno do educandário. Outras escolas optam por utilizar transporte coletivo ou organizam viagem a centros culturais fora do Estado que é custeado pelos pais dos alunos.

Quadro 5 – Avaliação das práticas culturais

Gestores	Avaliação das atividades pelos gestores das escolas
G1	Não opinou.
G2	Os alunos gostam e as atividades estão relacionadas com o que é ensinado em sala de aula.

G3	Os professores não têm dúvidas quanto à importância das atividades para os alunos.
G4	É importante, mas algumas instituições deixam a desejar na forma de transmitir a mensagem, visando à absorção do conteúdo por cada faixa etária.
G5	Muito importante, porque é uma forma dos alunos se envolverem com essa parte cultural, inclusive, de aprenderem a se comportar em certos ambientes. E mais, o acesso deles só é possível por meio da escola, porque para a família ainda é mais complicado.
G6	É interessante, porque se encaixa nos temas abordados em sala.
G7	É relevante o trabalho extraclasse. Enriquece muito os conteúdos que os professores trabalham em sala.
G8	Tanto os alunos quanto os professores gostam. Os professores veem as atividades como forma de todos aprenderem além da escola.
G9	Sim, porque é uma atividade diferente para eles. É uma festa. É uma oportunidade de aprender e a escola tem mesmo que mediar.

G10	É interessante, porque se pode complementar o que não pode ser visto em sala de aula. É a prática mesmo.
-----	--

Fonte: Crédito das autoras (2014).

De acordo com o Quadro 5, há unanimidade sobre a importância das atividades culturais, seja como complemento do que é visto em sala, seja como forma de interação dos jovens com o patrimônio cultural e com sua história. Cientes da importância, diretores e professores se esforçam para superar as dificuldades existentes e levar os alunos ao encontro dessas instituições, inclusive caminhando até as que se encontram na proximidade das escolas. Agora, compete às autoridades competentes reconhecerem a relevância das práticas culturais para os jovens, disponibilizando meios para todos as prestigiem.

CONCLUSÕES

Apesar de as instituições apresentarem processos de disseminação deficientes, as escolas as conhecem e as visitam devido ao tempo que as instituições realizam atividades na cidade. A precariedade na disseminação é motivada, em grande parte, por conta das instituições, que possuem limitações por sua subordinação a um órgão maior e, na minoria, há falta de funcionários para desen-

volver projetos e planos de trabalho das entidades e uma sobrecarga nas poucas que possuem infraestrutura.

Todas as instituições afirmaram que elaboram a programação no início do ano, mas segundo os diretores das escolas, eles não recebem a programação. As escolas envolvidas na pesquisa asseguram manter *e-mail* e, mesmo assim, afirmam que não recebem material informativo. No *site* das secretarias de educação, estão disponíveis informações de todas as escolas, instâncias estadual e / ou municipal. Quer dizer, teoricamente, elas não são de difícil localização, porque bastaria elaborar listagem com os correios eletrônicos das escolas. Em outras palavras, o que se percebe também é um problema visto há muito tempo: as pessoas utilizam as tecnologias, as percebem como elementos facilitadores, mas, na prática, não são capacitados para sua utilização. Se as instituições, após o término de sua programação, tivessem a preocupação de enviar mensagem eletrônica para as escolas, é certo que eles teriam tempo para se programar e tentar levar seus alunos às atividades, de forma mais efetiva. A utilização de ferramenta tão simples / uma ideia tão simples otimizaria e muito o conhecimento que as escolas mantêm das instituições.

Por outro lado, há problema generalizado com relação ao transporte para conduzir o alunado às atividades. É perceptível que o número de ônibus não atende à demanda, o que tem prejudicado a frequência dos alunos. Há gasto e trabalho para o Governo manter seus órgãos

públicos, em geral, de difícil gestão, mas as atividades precisam ser prestigiadas para que possam obter retorno em benefícios para a sociedade. Da mesma forma, se os órgãos competentes não disponibilizam os meios para as escolas disponibilizarem suas iniciativas para o público, as instituições não cumprem os objetivos preestabelecidos.

O que se percebe, em larga escala, é a preocupação única e exclusiva com a elaboração e a realização das atividades, sem a preocupação em ampliar o público a que elas se destinam. Será que as instituições não percebem que todo o trabalho desenvolvido de nada vale se as pessoas não as prestigiarem, ou seja, se as atividades não provocarem nas pessoas mudanças nos moldes de pensar, de agir e de sentir? Será que os gestores não entendem a importância do trabalho que desempenham? Será que os governantes não entendem ou não se importam se o gasto despendido de nada vale se as atividades não forem efetivamente e devidamente utilizadas? Será que o Governo não está preocupado com o retorno que as ações podem trazer?

São questionamentos vivenciados durante a pesquisa e, acima de tudo, advindos de quem percebe a relevância das atividades culturais para os cidadãos, principalmente, para quem almeja viver novas experiências e nutre expectativas de um futuro melhor para a população. Por tudo isso, espera-se que os resultados da pesquisa ora relatados tragam mudanças e melhorias para a população do Estado da Paraíba, em particular.

REFERÊNCIAS

- AFFANA, S. B. Facebook et la révolution tunisienne. Entre la spontanéité et la compréhension. In: LIÉNARD, F.; ZLITNI, S. **La communication électronique en questions**. Bruxelles: Perter Lang, 2013. p. 283-298.
- ALMEIDA, M. A.; VASCONCELLOS, C. M. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, C. A. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 104-116.
- ARAÚJO C. A. Á. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de bibliotecologia, arquivologia y museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n.1, p.173-189, jan. / jun. 2010.
- AZEVEDO, H. **Políticas públicas: preservação de manifestações culturais – o papel social da FUNDARPE**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2011.
- BITTENCOURT, C. A. *et al.* Participação do Estado na democratização das tecnologias da informação e da comunicação: promoção no uso da informação na sociedade do conhecimento. In: TOMAÉL, M. I.; JESUS, J. A. G. de. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão**. Londrina: UEL, 2010. p. 17-37.
- CANANÉA, F. A. A. **O mar e a jangada: política cultural e extensão universitária**. João Pessoa: EDUFPB, 2011.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- ELIAS, N. **La société des individus**. Paris: Fayard, 1991.
- FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.
- FREIRE, B. M. J. F. **Paixão de (in)formar: práticas alfabeti-**

zadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo – Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras. 1999. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1999.

GARCIA, J. C. R. (Coord.). **Práticas de disseminação de atividades culturais em instituições de João Pessoa.** João Pessoa: UFPB / PPGCI, 2013. 12 f. (Mecanismos de gestão e disseminação de atividades culturais em instituições da cidade de João Pessoa).

GARCIA, J. C. R.; MACEDO, E. F.; OLIVEIRA, B. M. J. F. **Práticas info-culturais em bibliotecas.** 2014. (Em fase de tramitação editorial).

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiência.** João Pessoa: EDUFPB, 1995.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, M. V. **Guia de unidades custodiadoras de acervos da cidade de João Pessoa.** João Pessoa, 2012.

SANTOS, C. R. dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.2, p.43-48, 2001.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVEIRA, F. J. N.; REIS, A. S. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan. / abr. 2011.

CAPÍTULO 13

PLANEJANDO PRÁTICAS CULTURAIS EM ORGANIZAÇÕES DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA

Cristiana da Silva Dantas¹
Joana Coeli Ribeiro Garcia²

INTRODUÇÃO

O acesso cada vez maior à informação faz crescer na sociedade a demanda por conhecimento, por discussões e por ações que provoquem e / ou objetivem, inclusive, assegurar a criação de ambientes interativos em que práticas informacionais e culturais contribuam para ampliar e tornar mais visível essa face da realidade social.

No Brasil, a criação de centros culturais ou espaços que desenvolvem cultura e informação se expande a partir da década de 80, provavelmente, vinculados a possibilidades de investimento e uso de benefícios fiscais concedidos pelas leis de incentivo à cultura. Assim, para Botelho (2001), a participação do poder público na política cultural brasileira destaca-se por incentivos fiscais que fornecem recursos para a área de cultura. A este respeito, Ferreira (2009) destaca que a captação ocorre e sobrevive de parcela de investimentos do setor privado, gerando dependência, refletindo-se no planejamento das atividades culturais as quais são desenvolvidas em cen-

¹ Graduada em Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba

² Doutora em Ciência da Informação

tros de cultura ou em organizações, cuja missão é diversa da cultura, mas que também a promove. Esses centros de cultura e / ou organizações vinculam-se tanto à iniciativa privada quanto ao setor público ou ao religioso.

É por essa forma que as organizações comprometidas com a cultura oferecem atividades à sociedade contemporânea. Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar, sob o ponto de vista do planejamento organizacional, práticas culturais e / ou práticas informacionais desenvolvidas em organizações da cidade de João Pessoa – Paraíba (PB). Por meio do Guia de Unidades Custodiadoras de Acervo Patrimonial da Cidade de João Pessoa, realizado por Oliveira e Lima (2012), foram identificadas 34 instituições em condições de desenvolver práticas culturais.

Metodologicamente, selecionou-se amostragem de 10 organizações representando as esferas municipal, estadual, federal, particular e religiosa, criadas por decisão própria ou requeridas pelas comunidades. Para coleta de dados, realizaram-se visitas, observação e entrevistas com os gestores das organizações a fim de adquirir os elementos que atenderiam à coleta de dados da pesquisa.

As entrevistas consistiram de roteiro com perguntas semiestruturadas, o que possibilitou orientar as questões e ampliar o conhecimento. Como meio de complementação das informações, realizaram-se, entre os meses de maio a dezembro de 2013, visitas, observação e entrevistas com os gestores das organizações. A ordem das

falas dos gestores está apresentada por uma letra acompanhada de número para cumprir o que prescreve a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa sobre preservação da identidade das pessoas entrevistadas ao se trabalhar com seres humanos.

COMPREENDENDO A CULTURA E A INFORMAÇÃO

Desde os primórdios, a interação do homem em sociedade gera informações, tecnologias, e, conseqüentemente, novas experiências e descobertas, ou seja, novos modelos e formas de cultura. Hoje, vivemos na era da informação, o que exige das organizações mudança constante principalmente nos meios de comunicação. As organizações necessitam acompanhar as transformações para cumprirem com seu papel perante a sociedade. Produtos e serviços disponibilizados precisam ser dinamizados, tornando-se conhecidos e preservados para estimularem a produção e o desenvolvimento cultural.

O termo cultura é complexo por ser polissêmico, ou seja, carrega vários sentidos e significados, além de muito amplo. Boal (2009) o conceitua como resultado das ações de todas as coisas produzidas por qualquer grupo humano num mesmo tempo e lugar em sua relação com a natureza e com outros grupos sociais. Não só as coisas, mas também a junção das condições sociais nas quais essas coisas se produzem e são usadas nos objetivos e formas de produzi-las.

Nessa relação entre as pessoas, a informação é concebida e produzida, como necessidade referente a qualquer atividade humana. Entretanto, é fundamental que sua procura seja espontânea, sentida e não determinada *a priori*. O acesso à informação é o diferencial para fazer escolhas, tomar decisões em qualquer aspecto da vida cotidiana. A informação ajuda a compreender a existência e as relações com os outros, para a vida em sociedade, atuar como cidadãos, cumprindo deveres e obrigações conscientes e responsáveis pelas atitudes relativas aos direitos e aos deveres.

PRÁTICAS CULTURAIS OU INFO-CULTURAIS

As práticas culturais são formas de fazer com que a informação chegue aos indivíduos por meio de ação que objetiva produzir conhecimento e entretenimento. Cananéa (2011, p. 56) acrescenta que as práticas refletem a capacidade criativa e inovadora das pessoas “[...] capaz de fazer com que elas transcendam o conhecimento e a tradição recebidos.” Entendendo que essa capacidade criativa pode ser também usada para produzir mudanças no ser humano, adota-se o sinônimo ação cultural, tendo em vista que Coelho (1989) a define como a vontade de transformar a arte e a cultura em instrumentos de mudança do homem e do mundo.

A ação cultural proposta por Paulo Freire (2006) conscientiza e liberta o público de suas barreiras através

da educação, e faz o indivíduo manter visão mais ampla do mundo. Em consonância com Freire, Boal (2009, p. 16) destaca:

O pensamento estético, que produz arte e cultura, é essencial para a libertação dos oprimidos, amplia e aprofunda sua capacidade de conhecer. Só com cidadãos que, por todos os meios simbólicos (palavras) e sensíveis (som e imagem), se tornam conscientes da realidade em que vivem e das formas possíveis de transformá-la.

As práticas culturais são o meio apropriado para o cidadão ter acesso às variadas formas de bens culturais e suas manifestações. Para tanto, essas ações precisam ser elaboradas conforme o perfil do público, voltadas para as crianças, jovens, adultos e idosos, minorias desassistidas, bem como considerando ou não a escolaridade formal.

Marteleto (1992) aborda a temática, denominando-a de práticas informacionais, definidas como mecanismos de apoderação, repulsão, criação de significados e valores. Tais mecanismos ocorrem de forma diferenciada. Em algumas sociedades, se dão de forma simultânea em que os sujeitos elaboram suas representações e executam suas práticas através de dispositivos informacionais reinterpretados a partir de suas experiências; noutras sociedades, os fatos não se sucedem ao mesmo tempo. A autora retrata as práticas informacionais como ação produtiva, em que o sujeito interpreta-a de acordo com suas experiências.

Reforça-se a ideia de ação cultural como sinônimo de práticas culturais, perspectiva em que a ação cultural estimula o indivíduo a ampliar seu conhecimento, uma vez que ele interpreta as informações recebidas por meio das experiências vividas resultando em novo conhecimento (FREIRE, 1999). Com acesso a maior quantidade de informações promovidas pelos projetos de ação cultural, a população tem condições para questionar a realidade em que vive, inovando sua forma de ver o mundo, tornando-se sujeito / agente de mudança.

No contexto da ação cultural, destacam-se as atividades educativas como ferramentas que levam cultura até a comunidade, uma vez que são as práticas culturais, como exibição de filmes, exposições, oficinas, cursos de artes, os procedimentos metodológicos mais indicados nesse processo. Expressões, tais como, teatro, música, exposições, danças, artes plásticas, xadrez, saraus, entre outras, são modalidades que, para Villança e Dantas e Wasserman (2013), têm, cada uma, características específicas. A exibição de filmes para estudantes proporciona o diálogo entre conteúdos curriculares e conhecimentos mais gerais. O trabalho com esse estilo, entre outros aspectos, coopera para o desenvolvimento da percepção crítica de mundo e das tecnologias, tendo em vista os benefícios que proporciona na formação de quem assiste. Cada vez que o indivíduo vê um filme, novos olhares, sensações e experiências se renovam e se fortalecem.

Importa notar que para a conjuntura realizar-se é primordial que as organizações culturais planejem as ações fundamentadas em suas políticas. Conforme Carvalho e Kaniski (2000, p. 38), estabelecer parcerias, buscar ações e ferramentas que permitem localizar, filtrar, organizar e resumir informações úteis aos usuários, independentemente do lugar onde estejam localizados e em que momento, resulta em economia de tempo para usuários e profissionais. Além disso, é fundamental para as organizações culturais concentrar e direcionar esforços na política de acesso à informação, pois não adianta gerenciá-las e não “investir na filosofia de acesso [...] (porquanto esta) envolve o compartilhamento de recursos informacionais, o trabalho em rede, minimizando pontos deficitários e eliminando barreiras.”

Para as organizações custodiadoras de acervos patrimoniais concretizarem o processo de ação cultural e disponibilizar os serviços à população é indispensável que a equipe de gestores possua ferramentas básicas tanto para a pesquisa bibliográfica, visando adequação do projeto à realidade pretendida, quanto de qualificação da equipe permanentemente especializada e experiente na realização de eventos, bem assim, apoderar-se de métodos e técnicas nas áreas temáticas e de indicadores metodológicos (COELHO; TÁVORA, 2011). A equipe também deve estar atenta para preparar uma agenda anual que seja ao mesmo tempo fixa e itinerante, que componha programação de ações como seminários, palestras, feiras

e outros elementos de ação cultural.

Importa notar que a proposta de concepção do plano da ação cultural para ser eficaz e eficiente em sua fase de execução relaciona-se diretamente com o processo de retificação da mesma, pois, conforme Cabral (1998), a avaliação da prática deve ser um processo continuado, que garanta a participação dos envolvidos no trabalho, de modo que tenham total liberdade de expressar ideias e opiniões. Dá-se por meio de processo político-educativo, em que os indivíduos aprendem a dialogar e a refletir criticamente sobre a produção cultural e a questioná-la num clima de receptividade e abertura a sugestões.

Outro aspecto relevante para o planejamento das práticas informacionais é conhecer o público e a sociedade para sair da zona de conforto – atender à demanda, ou seja, atender a quem os procura, ir ao encontro da comunidade que anseia por informações. Não se trata de ficar à espera do cliente / usuário, mas de ir ao seu encontro, com novidades em termos de serviços ou de produtos para surpreendê-lo. Para que isso ocorra, antes de iniciar um serviço ou de propor novo produto, é necessário conhecer primeiro as expectativas do usuário e planejar seu atendimento (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, 2012). Isto é, ressalta-se a ênfase que os autores concedem ao fato de não se permanecer à espera do usuário, mas, sim, de sair para atendê-lo, inovando e o surpreendendo.

PLANEJANDO A PRÁTICA

As organizações, instituições e empresas são sistemas abertos. Mantêm vínculo com o meio em que atuam, por isso devem organizar seus processos e informações produzidas assim como as informações captadas de seu ambiente de atuação, tendo em vista ser indispensável ao planejamento, uma vez que este prepara, organiza, estrutura e determina objetivos, sendo essencial na tomada de decisões e na execução de tarefas.

Romero (2013), autor espanhol, fala sobre as competências para interpretar adequadamente informações que circulam nas organizações a fim de que possam ser usadas adequadamente, citando especialistas como tradutores de informação e analistas de dados. São possibilidades de atividades práticas a serem desenvolvidas nas empresas para melhorar o uso e a utilidade das informações.

Mediante as exigências do mercado, o planejamento estratégico consiste em ferramenta primordial que os gestores possuem para obter vantagens sobre seus competidores e conseguir identificar oportunidades no seu macro ambiente operacional, ou seja, é o processo que serve para integrar a vasta gama de decisões e de ações que a gestão requer. Quando bem feito, o planejamento fornece à organização um “mapa de estradas” que facilita a iniciativa individual (GRACIOSO; LOURENÇO; FRANCELIN, 2002).

Referindo-se a fases ou etapas, Oliveira (2007) afirma que o planejamento é composto basicamente por: diagnóstico estratégico; missão da empresa; estabelecimento dos objetivos, das metas e das estratégias; controle e avaliação. Para Fayol (1994, p. 25) o planejamento pode ser definido como “um dos processos da função administrativa, que consiste em prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.” São funções da teoria da administração e determinam a responsabilidade do gestor em desenvolvê-las:

- a) Prever / planejar qual a situação da organização futuramente, pois é a decisão tomada no presente que refletirá no contexto futuro da organização;
- b) Organizar – o gestor é responsável pelo organismo material e social da empresa;
- c) Comandar – ele deve estar pronto para dirigir e orientar sua organização;
- d) Coordenar – deve estar pronto para harmonizar os conflitos de gestão;
- e) Controlar – deve estar atento às normas para que sejam seguidas pela organização.

Com o mesmo propósito, Almeida (2005) inicia o planejamento pelo entendimento da missão, seguida da obtenção de informações que darão subsídios ao processo de avaliação do ambiente – o diagnóstico. A partir da análise dos dados e informações obtidas, será possível proceder à elaboração do plano, que pressupõe definição de metas e prioridades, previsão dos acontecimentos futuros, e tomada de decisão sobre fins, meios e recursos. O processo inclui, ainda, a avaliação que pode ocorrer em qualquer das etapas. Serve para identificar desvios e colocar as organizações, planos e projetos no rumo, corrigindo-os para atender aos objetivos programados e, em última instância, à missão. Portanto, o planejamento requer verificação periódica, dinamismo e interação mútua em todas as etapas para eliminar as falhas.

Vale ressaltar que, no planejamento das atividades informacionais e culturais, são utilizadas várias técnicas e instrumentos combinados, de acordo com os interesses dos grupos comunitários e a disponibilidade de recursos. Cabral (1998) destaca as múltiplas possibilidades para tornar o processo cultural, educativo, dinâmico e criativo. Em sua visão, podem ser usados códigos visuais – lâminas e fotografias; códigos auditivos – canções e programas de rádio; códigos audiovisuais – cinema e televisão; e códigos vivenciais – dinâmica de grupos, jogos, exercícios de comunicação, entre outros.

APRESENTANDO RESULTADOS

A análise dos resultados baseia-se em Bardin (2009), ao assegurar que a categorização é um procedimento de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o gênero em analogia com os critérios previamente definidos. As categorias são classes que reúnem um grupo de elementos (unidade de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos, isto é, conjunto de técnica para análise de comunicações ditas, utilizando de sistematização e objetividade para descrever o conteúdo do discurso.

A categorização das comunicações dos gestores sob a ótica do planejamento corresponde ao seguinte: diagnóstico, definição de objetivos, aquisição de competências, estratégias de ação, desenvolvimento da prática e avaliação, compondo o Quadro 1.

O diagnóstico é uma fase em que se determinam, analisam e se verificam todos os aspectos inerentes à realidade externa e interna da empresa (OLIVEIRA, 2007). Quando se trata de planejamento de atividades culturais / ação cultural, é primordial conhecer a comunidade ou o público as quais as atividades são direcionadas, pois é para a comunidade que o projeto está sendo elaborado.

Quadro 1 – Categorizações das entrevistas dos gestores das organizações

CATEGORIAS	FALA DOS GESTORES
Diagnóstico	São os servidores junto com a Coordenação do Núcleo que fazem o planejamento. E6
	Temos parceria com a Associação dos Artistas Plásticos da Paraíba (ASSOCIART) que cuida da elaboração das atividades, e quando há data comemorativa da instituição, elabora-se, junto com a Associação, de acordo com a data temática. E9
	Pensamos nos esquecidos, marginalizados que nunca aparecem [na história]. Escolhemos tendo em vista a necessidade de conhecimento porque, às vezes, os alunos não têm essas informações. E8

Definição de objetivos	Desenvolver atividades culturais através de exposições temporárias de artes e projetos artísticos diversos voltados a um público específico, objetivando atender à política de extensão e assuntos comunitários. E3
	Promover estudos, conferências, reuniões ou prêmios que visem à difusão da cultura e da pesquisa. E1
	Promover a integração sistemática do estudo e da pesquisa da cultura popular. E6
Aquisição de competências	Manter um funcionário que faz o acompanhamento das escolas durante a visitação. E6
	Manter um quadro de guias para acompanhar os visitantes: é uma equipe de bacharelados de turismo. E9
	Manter uma equipe de professores [sócios]. E7

Estratégias de ação	Ceder o espaço para que sejam feitas manifestação desde que tudo esteja dentro dos critérios de ocupação. Nós temos estatuto e ele norteia essas ocupações. E5
	A direção identifica o perfil dos visitantes, nossas características. Depois, são distribuídas de acordo com a equipe técnica. E10
Desenvolvimento da prática	Nas visitas monitoradas os visitantes saem do planetário, passam pelo arquivo e seguem para o museu. E2
	Levar às comunidades oficina, contação de história, teatro, musicalização e exposição lúdica. E4
Avaliação	Quando as instituições telefonam para agendar, enviamos termo de compromisso e quando chegam, recebem um questionário – dizer o que gostou, o que foi satisfatório, o que pode melhorar. Há questionário para professores e alunos. E4
	O planejamento, obviamente, é revisto. Não anualmente, mas, diariamente, adaptamos a metodologia que é um processo contínuo. E10

Fonte: Créditos das autoras (2014).

Pelas falas dos gestores **E6**, **E9** e **E8**, identifica-se que a maioria das instituições que tem como missão o desenvolvimento da cultura desconhecem o contexto de seus usuários ao programarem as ações culturais. Diante disso, subentende-se que a comunidade participante da programação se molda ao que lhe é oferecido, haja vista que não é consultada. Em virtude disso, pode se registrar insatisfação e / ou indiferença do público por não se identificar com as ações planejadas e realizadas.

O diagnóstico das demandas é essencial para o planejamento, tendo em vista a determinação de cada atividade, pois conforme o público, nível de escolaridade, sexo, idade, o objetivo varia para atender às especificidades de cada grupo. Através dele, é que se promove integração e interação com o público, uma vez que a ação cultural só faz sentido se a população participar, uma vez que é por meio desse envolvimento com a comunidade que ela pode se expressar e explicitar quais são seus reais interesses, como Coelho Neto (1986) afirma. Além do mais, a determinação do objetivo da empresa pode ser definida pelo que se pretende alcançar, o alvo, a missão da organização que serve como diretriz mestra. Daí decorrem todas as demais ações evidenciadas pela tomada de decisão que perpassa todo o processo. Neste estudo, a exceção refere-se a organizações que não têm como missão produzir ou disseminar cultura e o fazem como possibilidade para melhoria de sua imagem perante a sociedade, como ação de *marke-*

ting. Para Maximiano (2009), é a fase na qual se define o estado de algo que se pretende atingir com a ação.

No entendimento do gestor **E3**, identifica-se que a organização conhece seu público. Porém, esse público é identificado por parcela da população que conhece o trabalho da organização que frequenta e por ser conhecida a ela são direcionadas ações em atendimento às expectativas de tal parcela. Em contrapartida, existe outra parte: os que desconhecem a existência da organização, bem como os que ouviram falar, mas não sabem o que é por lá desenvolvido. Para estes, não há, ainda, a preocupação em conhecer suas necessidades e como se poderia acolhê-las.

A partir das falas dos gestores **E1** e **E6**, é evidente que as equipes não estão envolvidas com o objetivo / a missão das instituições, em se empenharem e ir ao encontro da comunidade. Fica claro que elas se satisfazem com as demandas, atendendo às condições descritas por Boal (2009) de como são produzidas e usadas a cultura, e as formas de atender aos objetivos previstos.

Para Leitão (2010), os procedimentos de desenvolvimento de competências estão relacionados a lógicas de ação, que servem mais para a dinâmica do processo em si do que para a contemplação dos resultados. Reconhecer as competências refere-se ao processo que estabelece as habilidades necessárias para o desempenho de uma atividade, para adequar as aptidões, expressá-las por escrito e, posteriormente, formalizar os conhecimentos, as habilidades,

as destrezas e a compreensão que devem ser estimulados para que desempenhem as atividades de trabalho de maneira agradável. Não é o que ocorre nas organizações pesquisadas. Segundo as falas dos gestores **E6**, **E7** e **E9**, além dos quadros de pessoal serem reduzidos, os funcionários têm, também, habilidades insuficientes. Por mais que haja interesse da equipe em querer fazer um trabalho diferencial que atenda à comunidade, é primordial dispor de pessoal competente e materiais. Seria primordial que houvesse investimento na gestão de competências, uma vez que a equipe de trabalho deve estar atenta a atualizações, a qualificações, à renovação dos conhecimentos para melhor desempenharem o trabalho com eficácia e eficiência. São ações que proporcionam aos funcionários adquirir novas maneiras de realizar tarefas e funções com estímulo, contribuindo para o avanço da criatividade, tornando-os mais produtivos, dedicados e proativos, inclusive, revertendo em tornar as organizações conhecidas pelas ações que desempenham, melhorando sua imagem perante os públicos e os atraindo para participar de suas promoções e ações culturais.

As estratégias são descritas como maneiras, meios e formas de atingir determinado fim e delas decorrem as diretrizes para decisão que orientem o desenvolvimento de uma organização. Elas têm como finalidade estabelecer os caminhos que devem ser seguidos para que os objetivos sejam alcançados. Para a elaboração das estratégias, após a análise dos ambientes externo e interno e a definição dos objetivos, são identificadas as relações das

forças e fraquezas internas da organização e as oportunidades e ameaças existentes no ambiente externo (ZAGO, 2002). Sobre esse aspecto, Maximiano (2009) enfatiza a missão, os objetivos estratégicos e as estratégias de ação, escolhendo diferentes cursos de ação.

Conforme as falas dos gestores **E5** e **E10**, percebe-se que as estratégias para elaborar práticas culturais foram lançadas quando as atividades que hoje são oferecidas foram planejadas. O que se prepara, na atualidade, são cronogramas de agendamento para as visitas. A instituição **E10** utiliza as mesmas estratégias para todos os públicos, desde o público escolar até os turistas. Essa metodologia desconsidera o perfil dos visitantes e dos turistas, desagradando a clientela. Não parece haver renovação das ações, o que pode conduzir ao esgotamento das ações. As causas para que isso ocorra podem estar relacionadas às competências dos atores organizacionais, bem assim à sua quantidade.

Após determinar as estratégias, é a vez de colocá-las em prática e em ação. Seguir o percurso traçado, distribuir as tarefas de acordo com as habilidades e as funções de cada coordenador. Programar a distribuição das atividades no tempo, definindo sequência e momentos de início e término, registro da programação em cronograma para controle e conhecimento das ações definidas e implantadas, citadas por Maximiano (2009).

Conforme o entrevistado **E4**, a organização consegue suprir as demandas com as atividades que desenvol-

ve. Além disso, planeja outras e busca novos usuários. Enquanto isto, a **E2** apenas descreve como as visitas dirigidas acontecem. Há nas duas situações pouca ou nenhuma disposição para divulgar as práticas culturais que planejam, preparam, desenvolvem e praticam. Os públicos podem ser contaminados por essa falta de ânimo e não corresponder de forma ativa às promoções culturais que possam ser inovadas. Ou se assim fosse, também poderia ser o contrário: haver mais disposição para os eventos novidadeiros.

A avaliação no processo de planejamento corresponde à fase em que desempenho e resultados da ação são examinados a partir de critérios predeterminados (MAXIMIANO, 2009). As atividades, estando planejadas e praticadas, resta avaliá-las, verificar se o que foi determinado ocorreu em conformidade, pois é nessa fase que erros e falhas aparecem, mas é também nessa fase que emergem novas ideias para corrigi-los e aprimorar as ações.

Conforme o gestor **E4**, são feitas periodicamente avaliações das atividades vigentes, pois aos participantes são entregues formulários avaliativos. Já na instituição **E10**, a avaliação é feita diariamente. É solicitado dos guias das atividades, relatórios, após o que se discute com a equipe gestora. Percebe-se que são duas formas de avaliação – uma formal e outra informal. Ambas deveriam ocorrer simultaneamente em todas as organizações: os resultados dos formulários distribuídos aos visitantes e uma discussão posterior constituiriam

uma forma de estímulo ao corpo de funcionários a desempenharem melhor suas atividades, buscando novas informações para inová-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das instituições analisadas tem a missão de desenvolver e disseminar cultura à sociedade. Além disso, estão vinculadas ao setor público, tanto em nível federal, estadual quanto municipal. Ademais, uma das organizações não tem a cultura como sua missão central e outra é religiosa.

Conforme as designações teóricas, a menor quantidade das organizações pesquisadas realiza projetos culturais fazendo uso do planejamento conforme os padrões definidos na área de gestão. O número de funcionários para desenvolver as ações é reduzido. Em algumas, existe apenas um funcionário para dar conta de todas as etapas do planejamento, além de recepcionar as pessoas que chegam ao local.

Porém mesmo as instituições com condições para desenvolver práticas culturais sofre deficiências de preparação da equipe de trabalho, tendo em vista que desconhecem habilidades fundamentais para desenvolvê-las, e isso ocorre nas organizações das esferas particular e pública. Essa realidade está diretamente relacionada com o tipo de atividades culturais preparadas por profissionais desabilitados e desatualizados com as demandas da comunidade,

atraindo pouco a população, uma vez que se criam os projetos culturais acreditando serem de interesse da clientela.

Com embasamento teórico e diante do exposto, infere-se ser o planejamento fundamental para as organizações cumprirem seus objetivos junto à sociedade, principalmente diante da imensa escassez de recursos de algumas delas. Necessário sugerir o conhecimento das comunidades e habilitar os funcionários constantemente para estarem aptos a desempenhar um trabalho abordando e visando suprir as demandas da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2009.

BOAL, A. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. / jun. 2001.

CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998. p. 39-45.

CANANÉA, F. A. A. **O mar e a jangada**: política cultural e extensão universitária. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

CARVALHO, I. C. L.; KANISK, A. L. A sociedade do conheci-

mento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set. / dez. 2000.

COELHO, M. E. R.; TÁVORA, V. de A. Unidades de informação como instrumentos de ação cultural e educativa: relato de experiência do Instituto de Geociências da UFPB. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO SOCIAL, 24., 2011. **Anais...** Maceió: UFAL, 2011.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO NETO, J. T. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FERREIRA, L. A. **Análise institucional de organizações culturais**. 2009. 367 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. 2009.

FREIRE, B. M. J. F. **Paixão de (in)formar**: práticas alfabetizadoras no Programa Tijolo Sobre Tijolo – Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras. 1999. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 1999.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ-VILLAVICENCIO, N. Servicios de referencia en bibliotecas universitarias y plan de *marketing*. **El Profesional de la Información**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 567-576, nov. / dic. 2012.

GRACIOSO, L. S.; LOURENÇO, A.; FRANCELIN, M. M. **Reflexões sobre a aplicação do planejamento estratégico em**

sistemas de informação. 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu2002/oralpdf/76.a.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

LEITÃO, M. da C. da C. Q. **Processos de aquisição de competências em contextos informais.** 2010. 100 f. Dissertação (Mestre em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa. 2010.

MARTELETO, R. M. **Cultura, educação e campo social:** discursos e práticas de informação. 1992. f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro. 1992.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009

OLIVEIRA, B. M. J. F.; LIMA, M. V. **Guia de unidades custodiadoras de acervos da cidade de João Pessoa.** João Pessoa, 2012.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Planejamento estratégico:** conceito, metodologia e prática. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROMERO, A. Z. Incidencia de las buenas prácticas de gestión de información en los resultados empresariales. **Cuadernos de Gestión de Información**, [S. l.], n. 3, p. 105-120, 2013.

VILLANÇA, M.; DANTAS, E.; WASSERMAN, M. C. **O cinema vai à escola.** Disponível em: <<http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/cinema/cinema.aspx>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

ZAGO, M. B. M. **Implantação de planejamento estratégico e consequente sistema de medição em empresa têxtil:** estudo de caso. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

PARTE V

INTERVENIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DA TECNOLOGIA PARA A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE BENS CULTURAIS

CAPÍTULO 14

PRÁTICAS PROFISSIONAIS INFORMACIONAIS COMO INTERFERÊNCIAS NO CAMPO DA CULTURA

Carlos Alberto Ávila Araújo¹

INTRODUÇÃO

No Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação, Ciência e Gestão da Informação (XVII EREBD) que aconteceu em Fortaleza, em fevereiro de 2014, o debate realizado após uma série de apresentações foi bastante incomum. Falava-se sobre o profissional bibliotecário, suas funções, suas atribuições, quando um bibliotecário pediu a palavra e começou a elencar uma série de questões sociais relevantes, como: transporte público, corrupção na política, segurança e atuação policial, entre outras. Ao final, perguntou: “e o bibliotecário, o que tem a ver com tudo isso?”. E emendou: “por que não há rolezinho na biblioteca?”

Os rolezinhos constituem um tipo de prática que se tornou comum no início de 2014, provocando manifestações, reações policiais e discussões políticas. A palavra vem de “rolê”, usada por jovens para descrever uma ação de grupos de jovens que se encontravam e circulavam, de maneira despreziosa, pela cidade. O fato novo está no local escolhido por grupos de jovens

¹ Professor da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais

para fazer isso: *shopping centers*. Daí nascem os rolezinhos, que se revestem de significado político e cultural específico (ALMEIDA, 2014).

Os *shopping centers* nasceram como lugar, ao mesmo tempo público, porque aberto a todos, mas fechado, na medida em que é limitado, cercado e apartado da rua, com vigias e câmeras de segurança. Caracterizam-se como templos do mercado, sendo especialmente estruturados para o consumo. Sempre se colocaram, contudo, como espaços democráticos, onde todos são, aparentemente, bem-vindos. Por trás dessa aparente liberdade de presença e circulação de pessoas, contudo, os *shoppings* sempre esconderam um caráter autoritário: todos são bem-vindos, desde que adaptados a determinado padrão de comportamento, de vestimenta, de formas de ocupação e circulação do espaço. Foi esse caráter autoritário que foi “desmascarado” pelos rolezinhos: ao se apresentarem em sua própria identidade, com suas ações típicas, como negros e pobres, os jovens de periferia provocaram medo, indignação e oposição – vários foram expulsos de *shoppings* por todo o país; outros presos; lojas fechavam as portas diante da “ameaça” dos rolezinhos; outros *shoppings* chamavam a polícia para impedir os rolezinhos pré-agendados de acontecerem.

Não cabe nos objetivos deste texto avançar na problematização de fenômeno tão importante como esse – que possui ligação com as manifestações de protesto acontecidas por todo o país em junho de 2013, e que

vêm sendo estudadas por diversos pesquisadores. Mas apenas destacar uma questão: por que os *shoppings*? E por que foram utilizadas as redes sociais (principalmente o *facebook*) para agendar os rolezinhos, para discutir seu significado, enquanto a grande mídia apenas se escandalizava e tentava incriminar o movimento? Que vozes podiam se pronunciar e ser ouvidas? Onde estavam as bibliotecas, os arquivos, os museus e demais instituições de informação nesse momento?

É a partir desse conjunto de questionamentos que se constrói a reflexão deste texto, articulando diferentes conceitos de cultura com algumas teorizações e práticas presentes na Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia.

CONCEITO DE CULTURA E PRÁTICAS PROFISSIONAIS INFORMACIONAIS

Thompson (1995, p. 170) faz interessante sistematização da história do conceito de cultura. De acordo com ele, o primeiro conceito de cultura, chamado de “tradicional”, a entendia como sendo “o processo de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas, um processo facilitado pela assimilação de trabalhos acadêmicos e artísticos e ligado ao caráter progressista da era moderna.” Segue-se, conforme o autor, um segundo conceito, denominado “descritivo”, em que, a partir da atuação dos primeiros antropólogos, cultura

passa a ser entendida como “conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade” (p. 173). Um terceiro conceito, formulado a partir dos trabalhos de Clifford Geertz e denominado “simbólico”, é apresentado por ele: “o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos se comunicam entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (p. 176).

Por fim, o autor apresenta sua própria definição, que ele chama de “estrutural”, baseada na de Geertz, acrescentando um aspecto. Cultura, então, seria “ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 181). Se formos utilizar o conceito de cultura como quadro de referência, é possível notar como, historicamente, as práticas profissionais informacionais vincularam-se a uma ou outra dessas definições.

CONCEITOS “TRADICIONAL” E “DESCRITIVO” DE CULTURA

Inicialmente, merecem destaque os estudos sobre arquivos, bibliotecas, museus e informação desde uma perspectiva funcionalista. Já no final do século XIX, ensaios, manifestos e iniciativas reivindicam mudanças nos arquivos, bibliotecas e museus, por meio de expressões como “arquivo efetivamente útil”, “biblioteca viva”, “museu dinâmico”, entre outras. Critica-se o fato de as instituições estarem voltadas apenas para seus acervos e suas técnicas, sugerindo que elas se “mexessem”, buscassem atuar ativamente nos contextos sociais em que se inseriam. E, ao propor isso, provocam, também, mudanças consideráveis nas formulações teóricas.

Em comum, essas várias manifestações têm como fundamento o funcionalismo. Trata-se de perspectiva que se sustenta numa visão da realidade humana a partir da inspiração biológica do organismo vivo. A sociedade humana é entendida como um todo orgânico, composto de partes que desempenham funções específicas necessárias para a manutenção do equilíbrio do todo. Estudos funcionalistas se voltam, pois, para a determinação das funções (no caso, dos arquivos, das bibliotecas e dos museus), para verificar se as funções estão ou não sendo cumpridas (e para a identificação e eliminação dos obstáculos que impedem seu cumprimento), para a identificação de disfunções que possam estar ocorrendo

e para a formulação de estratégias para superá-las. No campo da Arquivologia, as primeiras manifestações desse pensamento se encontram nos manuais pioneiros de Jenkinson, de 1922, e de Casanova, de 1928, que apontam a necessidade de os arquivos terem impacto efetivo no aumento da eficácia organizacional. Depois, a área de avaliação de documentos, expressa nos trabalhos de Warren, Brooks e Schellenberg, entre outros, assume, para o campo, a tarefa de eliminação dos documentos (DELSALLE, 2000). Outra vertente é a da dinamização dos arquivos, priorizando a ação cultural dos arquivos e o efetivo desempenho de suas funções culturais e pedagógicas (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001).

No campo da Biblioteconomia, atos, manifestos e iniciativas práticas no campo das bibliotecas públicas (*Public Library Movements*), liderados por bibliotecários como Mann e Barnard, buscam romper com o isolamento e atrair, cada vez mais, pessoas para seu espaço. Já em 1876, Green defende inovações práticas nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual, sendo o precursor dos posteriormente chamados serviços de referência (FONSECA, 1992). A consolidação científica dessa vertente se dá em *The University of Chicago*, com autores como Butler, Shera, Danton e Williamson defendendo uma Biblioteconomia voltada para o cumprimento de suas funções sociais. Teóricos de diferentes países, tais como Lasso de la Vega, Litton, Buonocore, Mukhwejee e Usherwood, seguem essas orientações ao defender o con-

ceito de biblioteca como instituição ativa, e não como depósito de livros (LÓPEZ CÓZAR, 2002). Na Índia, Ranganathan, numa clara perspectiva funcionalista, desenvolve as cinco “leis da Biblioteconomia”, defendendo o efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do acolhimento a cada um de seus componentes. Desenvolvimentos posteriores de leis ou princípios da Biblioteconomia, como os de Thompson e os de Urquhart, também priorizam as funções sociais e a necessidade de a biblioteca ser dinâmica e ativa.

No campo da Museologia, destaca-se a área de *Museum Education*, que se desenvolve, sobretudo, no ambiente anglo-saxão. Zeller (1989) aponta tratar-se de uma Museologia voltada para a eficácia dos museus, para efetiva difusão de certos valores junto à população e para oferecer à sociedade um retorno dos investimentos feitos. Autores, como Flower, Goode, Dana, Rea e Coleman, marcam a especificidade dos novos museus como instituições que teriam como valor não a contemplação, mas o uso, e que não esperariam pelos visitantes, mas iriam buscá-los, atraindo-os para os museus por meio da eliminação de barreiras e da busca por acessibilidade. Diversas parcerias se realizam com o setor privado para o incremento de atividades industriais e comerciais, resultando em inovações museográficas. Essa perspectiva manifesta-se em diversos outros contextos. Na França, destaca-se o pioneirismo do “museu

imaginário” de Malraux e, no Canadá, a aproximação entre museus e conceito de comunicação, a partir dos trabalhos de Cameron.

Também na Ciência da Informação, verifica-se, em seu início, uma perspectiva funcionalista, com a ideia de que ela deveria ser uma ciência da informação em ciência e tecnologia dedicada à promoção de sua circulação e de seu fluxo, e ao atendimento das necessidades dos cientistas em sua frente de trabalho. Em 1962, é publicado o estudo de Machlup sobre a produção e a distribuição de conhecimentos na sociedade. No ano seguinte, relatório produzido por Weinberg conclui que as agências de Governo fomentadoras de pesquisas científicas deveriam também assumir a responsabilidade pela transferência do conhecimento gerado nas pesquisas. A partir daí, vários pesquisadores passam a estudar o processo da chamada comunicação da informação científica: o estudo dos vários registros produzidos pelo cientista desde a ideia em sua mente (relatórios, seminários, apresentações em eventos, artigos em periódicos, livros, citações ao trabalho, menções em livros-textos e enciclopédia), as características de cada um deles, vantagens e desvantagens, tempo médio para a produção de cada um, entre outros aspectos. Também estudam os processos por meio dos quais os cientistas buscam os dados necessários para suas pesquisas: busca em bibliotecas, em arquivos, em museus, em bases de dados, em artigos de periódicos, e também com outros cientistas – a chamada comunicação informal.

Todas essas abordagens e perspectivas aliam-se claramente ao conceito de cultura denominado por Thompson de “tradicional”. Percebe-se que arquivos, bibliotecas, museus e sistemas de informação são convocados e se inserem numa lógica transmissiva, de ajudar a que determinados valores e ideias predefinidos sejam apresentados e estimulados junto a uma determinada população. A ação informacional assemelha-se, aqui, a um instrumento de socialização, isto é, o ato de inculcação nos indivíduos de determinadas ideias e de determinados padrões de comportamento de uma dada sociedade.

Um segundo conjunto de estudos, presente nas várias áreas da informação, diz respeito ao campo da representação. Desde sua origem, arquivos, bibliotecas e museus se deparam com o desafio de representar suas coleções – inventariá-las para fins de controle e guarda, catalogá-las e classificá-las para fins de recuperação, descrevê-las para facilitar o acesso e o uso. Tal desafio foi historicamente concebido como uma questão técnica – encontrar as formas mais adequadas para atingir os objetivos.

A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos ganha impulso a partir de 1898, com a publicação do manual dos holandeses Muller, Feith e Fruin. Desde então, diversas aplicações práticas de instrumentos de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, são testados nos anos seguintes, embora sem significativa reflexão teórica – o que só acontece em manuais posteriores, como os de Tas-

cón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e em obras teóricas de pesquisadores, como Schellenberg. Na década de 70, autores como Laroche e Duchein problematizam os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos Estados Unidos da América (EUA) com o princípio da proveniência europeu. No final dessa década, autores como Dollar e Lytle inserem a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação (SILVA *et al.*, 1998). Aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscam confirmar o valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critérios fundamentais da Arquivologia.

As questões relacionadas com a descrição e a organização na Biblioteconomia se deram com a catalogação, relacionada com a descrição dos aspectos formais dos documentos, que teve suas primeiras regras e princípios formulados ainda no século XIX. A partir da década de 60, padrões internacionais de descrição bibliográfica são, então, formulados e envolvem diversos grupos de estudo. Também nessa época, surgem os primeiros modelos de descrição pensando-se na leitura por computador, gerando padrões que, anos depois, conformariam o campo conhecido como metadados. Paralelamente, a área de classificação tem início com a criação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica gerais e enumerativos, como os de Dewey, Otlet, Bliss e Brown. Na primeira

metade do século XX, os trabalhos de Ranganathan sobre classificação facetada propõem formas flexíveis e não hierarquizadas de classificação. Suas teorias têm grande impacto na ação do *Classification Research Group*, fundado em Londres, em 1948, que congrega pesquisadores, como Foskett, Vickery e Pendleton, empenhados na construção de sistemas facetados para domínios específicos de conhecimento e problematização dos princípios de classificação (SOUZA, 2007).

Já na Museologia, o espírito nacionalista e historiográfico dos primeiros museus modernos é decisivo para a configuração de critérios de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos, tendo surgido no início do século XX uma área chamada Documentação Museológica, a partir do trabalho de autores, como Wittlin, Taylor e Schnapper (MARÍN TORRES, 2002). Nos anos 20 e 30, registram-se grandes debates sobre os critérios de classificação adotados nos museus, mas a temática só se converte em campo de investigação décadas depois. Entre as várias abordagens desenvolvidas, encontram-se aquelas que buscam problematizar aspectos classificatórios dos museus, como a questão da representação dos gêneros, dos diferentes povos do mundo, das diferentes culturas humanas, numa linha marcada pelos *cultural studies* (PEARCE, 1994).

No campo da Ciência da Informação, as primeiras preocupações relativas à representação se dão nos campos da recuperação da informação e dos sistemas de

informação. Em ambos os casos, o desafio é o mesmo: a busca pela melhor forma de representar a informação (tanto em termos formais quanto de conteúdo) pensando na otimização de sua recuperação. Nesse momento, os estudos conduzem ao surgimento de diversos instrumentos de linguagem controlada e de sistemas de classificação, todos com objetivos de imprimir ao máximo a economia de custos, a diminuição dos ruídos, a supressão da redundância e a aplicação de princípios lógicos. Sistemas e linguagens criados competiam, nesse momento, para ver qual era o melhor, sendo exatamente essa questão – a busca da melhor linguagem, da melhor representação – o objetivo inicial da Ciência da Informação.

É possível perceber, nesse segundo grande grupo de abordagens e teorias, uma aproximação àquilo que Thompson chama de concepção “descritiva” da cultura, isto é, a cultura como grande estoque, grande acúmulo de coisas e ideias – que poderiam ser inventariadas, catalogadas, classificadas, descritas, e depois recuperadas e disponibilizadas. Aqui, mais uma vez, prevalece certo ideal positivista de neutralidade dos profissionais e das instituições, como se o conjunto de documentos e demais registros do conhecimento humano tivessem que ser “encaixados” numa estrutura conceitual ou temática, estrutura essa também predefinida, colocada de fora, e a partir da qual se poderia conferir a maior ou menor adequação das linguagens e dos sistemas utilizados para descrevê-los e classificá-los – enfim, para representá-los.

CONCEITOS “SIMBÓLICO” E “ESTRUTURAL” DE CULTURA

Nos campos da informação, surge, em diferentes momentos, preocupação com os sujeitos – públicos, usuários, visitantes. Inicialmente, essas preocupações voltavam-se apenas para sua caracterização sociodemográfica (estudos de perfil) e de avaliação de satisfação para melhorias em serviços e produtos oferecidos. Ao longo das décadas, contudo, tal preocupação converte-se em campo sistemático de estudos.

No campo da Arquivologia, o tema da relação entre usuários e arquivos começa a ser discutido na década de 60 (SILVA *et al.*, 1998), dentro das reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Mais recentemente, estudos pioneiros como os de Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson, voltados para o entendimento das necessidades informacionais de diferentes tipos de usuários, abrem nova perspectiva de estudos (JARDIM; FONSECA, 2004).

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações são os “estudos de comunidade” realizados por pesquisadores de *The University of Chicago*, que tinham como foco os grupos sociais tomados em seu conjunto. São, então, realizadas diversas pesquisas empíricas, nas décadas seguintes, sobre hábitos de leitura e fontes de informação mais usadas. Na década de 70, pesquisadores como Line, Paisley, Brittain e Totterdall deslocam o foco

de interesse para as necessidades de informação, que se convertem, na década seguinte, na principal linha de pesquisa sobre os usuários.

Na Museologia, como parte da grande mudança nos museus, de depósitos de objetos para lugares de aprendizagem, opera-se uma alteração do foco, das coleções para os públicos. No começo do século XX são realizados os primeiros estudos empíricos, com Galton e Gilman. Na década de 40, proliferam estudos sobre os impactos nas exposições junto aos visitantes, realizados por autores como Cummings, Derryberry e Melton. Outros estudos, conduzidos por autores, como Rea e Powell, na mesma época, objetivam traçar perfis sociodemográficos dos visitantes e mapear seus hábitos culturais (PÉREZ SANTOS, 2000). Em comum, essas várias abordagens pretendem ver como os usuários interpretam as exposições museográficas, construindo significados diversos, imprevisíveis, relacionados com suas distintas vivências, experiências e contextos socioculturais (DAVALLON, 2005).

Na Ciência da Informação, usuários são estudados na perspectiva da comunicação científica e da avaliação de sistemas de informação, mas foi apenas no final dos anos 70 que começam a surgir estudos com abordagens efetivamente voltadas para os usuários (INGWERSEN, 1992). Tais estudos se desenvolvem embasados em teorias, tais como a do estado do conhecimento anômalo (Belkin), construção de sentido (Dervin), valor agregado (Taylor) e construtivista (Kuhlthau). Em comum, todas apresentam

uma perspectiva cognitivista: busca-se entender o que é a informação do ponto de vista das estruturas mentais dos usuários que se relacionam (que necessitam, que buscam e que usam) a informação. Os usuários são estudados na condição de seres dotados de determinado universo de informações em suas mentes, utilizando essas informações para pautar e dirigir suas atividades cotidianas. Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação – aí entra a informação, como aquilo capaz de preencher uma lacuna e / ou satisfazer uma ausência.

Em todas essas abordagens, percebe-se uma aproximação com o que Thompson chama de “abordagem simbólica”, na medida em que se enfatizam os significados construídos pelos sujeitos, atribuídos por eles às suas práticas e às suas experiências a partir de determinados significados estabilizados e disponíveis na “teia” que é a própria cultura.

Por fim, o conceito “estrutural” de cultura, tal como definido por Thompson, em que se ligam significados e interpretações a contextos sócio-históricos específicos, verifica-se no conjunto de teorias e abordagens críticas dos campos da informação.

Abordagens críticas sobre os fenômenos humanos e sociais se desenvolvem intensamente desde o século XIX como reação ao pensamento positivista. Onde as recentes Ciências Humanas e Sociais buscavam estabelecer padrões e regularidades, as manifestações críticas

denunciavam o caráter histórico da realidade, reivindicando o estudo dos contextos históricos para a compreensão dos fenômenos. Em oposição ao funcionalismo, que almejava o bom funcionamento do social, as teorias críticas argumentavam que o conflito, e não a integração, constitui o principal fundamento explicativo da realidade humana. A partir de uma postura epistemológica de suspeição, desenvolvem-se abordagens críticas em praticamente todas as Ciências Humanas e Sociais – e, também, nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e, posteriormente, Ciência da Informação. Arquivos, bibliotecas, museus e informação passam a ser estudados não mais com o intuito de identificar as funções que deveriam desempenhar para o bom funcionamento do todo social, mas, sim, a partir de seu papel nas dinâmicas de poder e de dominação, principalmente, a partir da denúncia de suas ações ideológicas.

No âmbito da Arquivologia, os primeiros traços de pensamento crítico estão em análises de pesquisadores, como Bautier, sobre os interesses ideológicos que motivaram critérios usados pelos arquivos ainda no início da era moderna. Outros estudos relacionam-se com a questão do poder de posse dos documentos em várias ocasiões, como no caso dos processos de descolonização da África e da Ásia (SILVA *et al.*, 1998). Nas décadas de 60 e 70, debates sobre as políticas nacionais de informação promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tematizam o

papel dos arquivos, a questão do direito à informação e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). Na Arquivologia canadense, desenvolvem-se as principais perspectivas críticas, com Terry Cook refletindo sobre os pressupostos de neutralidade e passividade das práticas arquivísticas, analisando em que medida os arquivos constituem espaços em que relações de poder são negociadas, contestadas e confirmadas – numa virada de ênfase das coleções para os contextos.

Na Biblioteconomia, manifestações de um pensamento crítico surgem com o objetivo de aumentar o acesso ao conhecimento por parte de populações socialmente excluídas. Formulam-se reflexões sobre ação cultural e animação cultural, nas quais se busca distinguir os diferentes tipos de ideologias culturais e propor que o bibliotecário deveria identificá-las e atuar perante elas, não numa perspectiva de “domesticação” mas, sim, de “emancipação” (FLUSSER, 1983). Estudos críticos muito diferentes também se desenvolvem em outros países, como na França, em que autores como Estivals, Meyriat e Breton se unem em torno de uma abordagem marxista para estudar os diferentes circuitos do livro e do documento impresso (ESTIVALS, 1981).

Na Museologia, as manifestações pioneiras de pensamento crítico se encontram na obra de artistas e ensaístas como Zola, Valéry e Marinetti (BOLAÑOS, 2002), que percebem o museu como instituição que degrada a arte, instrumento de poder de alguns povos sobre outros. Ou-

tra perspectiva se dá com os trabalhos de Bourdieu que alia as dimensões material e simbólica, analisando como diferentes grupos sociais mantêm relações distintas com a cultura (inclusive com os museus). Outros estudos buscam correlacionar o papel que os museus tiveram (e ainda têm) na construção ideológica da ideia de nação, a partir do trabalho pioneiro de Anderson. Há ainda uma área recente, a “Museologia Crítica”, voltada para a crítica das estratégias museológicas intervenientes nos patrimônios naturais e humanos (SANTACANA MESTRE; HERNÁNDEZ CARDONA, 2006).

Já na Ciência da Informação, a crescente percepção da informação como recurso gerou, para além de estudos que buscassem compreender a dinâmica de sua produção e transferência, também um conjunto de preocupações sobre sua posse e sua desigual distribuição entre os diferentes países. Na esteira dessa preocupação, desenvolvem-se estudos voltados para a democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, e mesmo estudos sobre a contrainformação, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos (MATTELART, 2002).

Nos dois conjuntos de abordagens ora apresentados, verifica-se, pois, uma leitura mais plural da cultura: primeiro como construção dos sujeitos, a partir de suas interpretações e vivências; segundo como reflexo de condições sociais, políticas e econômicas específicas.

Modifica-se, também, aquilo que se “espera” de arquivos, bibliotecas, museus e sistemas de informação: não mais uma atuação “neutra”, de representação “correta” de determinados conteúdos mediante uma estrutura universal de significados e sua correta transmissão para a sociedade para se atingir um objetivo de “progresso” predefinido; mas, sim, contemplar os diferentes significados e as representações possíveis, contextualizadas em épocas, públicos e estruturas específicas.

PARA NOVO ENTENDIMENTO DE CULTURA, NOVAS POSTURAS PROFISSIONAIS?

Para além dos conceitos de cultura trazidos por Thompson, gostaríamos de agregar um novo: a concepção de cultura de Hall (2003). Hall segue a linha de Geertz, percebendo uma dimensão semiótica na cultura, e de Thompson, vinculando a cultura a contextos específicos. Mas dá um passo além, ao perceber a cultura como campo de embate de significados, isto é, de negociação, entre diferentes atores e instituições sociais, sobre os possíveis sentidos de objetos e ideias.

Nesse entendimento de cultura, não existem e não podem existir ações “neutras”: toda ação e toda prática necessariamente intervêm nos significados existentes, ajudando a estabilizar e consolidar certos sentidos, ou os questionando e propondo novos. Nesse sentido, ainda é possível perceber a ligação das ideias de Hall aos con-

ceitos de dois outros autores. O primeiro é o conceito de “esfera pública” de Habermas: trata-se do campo, físico ou não, em que diferentes atores sociais colocam e debatem temas e aspectos que dizem respeito ao ordenamento e à condução da vida de toda a coletividade, utilizando, para tanto, de distintas competências. A leitura habermasiana tem uma linha mais política e jurídica, e é somando a ela uma perspectiva mais hermenêutica que Hall apresenta sua proposta.

O segundo conceito é de “banalidade do mal” desenvolvido por Hannah Arendt. Com esse conceito, a autora pretende entender o fenômeno a partir do qual seres humanos cometem crimes monstruosos (a tortura, o genocídio) mesmo quando se mostram aparentemente desprovidos de intenção ou de vontade de cometer tais atos. Isso acontece quando seres humanos abrem mão de sua própria condição humana enquanto seres pensantes, implicados em consequências morais de seus atos, e aceitam se tornar apenas “peças de engrenagem”, automatizando suas ações, aceitando apenas “obedecer a ordens”. Arquivos, bibliotecas, museus e sistemas de informações, ao se inserirem numa lógica absolutamente positivista, negando problematizar os aspectos sociais, políticos e éticos de sua atuação, acabam por participar desse fenômeno e, na visão de Hall, estariam, portanto, apenas servindo como instrumento para a manutenção da hegemonia dos grupos mais fortes e favorecidos – contribuindo apenas para estabilizar determinados significados já fortemente

estruturados. Aliam-se, aqui, os dois aspectos levantados pelos dois conceitos anteriores: o caráter ativo, de construtores, dos sujeitos; e o caráter coletivo, social e histórico, portanto singular, dos contextos em que os fenômenos culturais se inserem.

Numa perspectiva semelhante, os avanços mais recentes nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia têm buscado agregar as várias contribuições das últimas décadas justamente na tentativa de superar a visão positivista, transmissiva e postuladora de neutralidade até então predominante.

Na Arquivologia, nos anos 60, há maior teorização sobre o objeto do campo (destacando-se o pioneirismo do citado Tanodi que, em 1961, define o objeto como sendo a "arquivalia"); uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas); e, ainda, o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme). Contudo, a maior inovação teórica, a arquivística Integrada, surge no começo dos anos 80, no Canadá, com Ducharme, Rousseau e Couture, apresentando visão sistêmica do fluxo documental, numa síntese dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Pouco depois, surge a expressão pós-custodial para designar nova fase

da Arquivologia (COOK, 1997). Nessa mesma linha, desenvolve-se a perspectiva sistêmica em torno da ideia de arquivo total, em Portugal, congregando pesquisadores como Silva e Ribeiro (SILVA *et al.*, 1998).

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências. A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob a designação de mediação, expressando alteração estrutural do conceito de biblioteca, sendo esta considerada "menos como 'coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados' do que como assembleia de usuários da informação" (FONSECA, 1992, p. 60). A segunda vertente é o campo desenvolvido a partir do conceito de *information literacy*, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informacionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais (CAMPELLO, 2003). Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002).

Na Museologia, merece destaque a "Nova Museologia", a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, que propõem repensar o significado da própria instituição museal - os museus devem envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Do ponto de vista teórico, tal noção propõe que a Museologia passe a estudar a relação das pessoas

com o patrimônio cultural e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além de suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação em direção à inserção de sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações (ALONSO FERNÁNDEZ, 1999). Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a musealização do patrimônio imaterial. Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos. Para Deloche (2002), a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de instituição museal.

Também na Ciência da Informação movimentos teóricos contemporâneos têm buscado compreensões mais complexas relativas aos fenômenos informacionais. Entre essas propostas, merecem destaque as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, para quem o entendimento do que a informação é passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela (CORNELIUS, 1996).

Capurro (2003) defende a existência de três paradigmas de estudo da informação: um que destaca sua dimensão física; outro que aponta seus elementos cognitivos; e um terceiro voltado para sua dimensão social. Criticando os dois primeiros, o autor subverte a ideia comum que se tem de que a informação é algo prévio que cria o conhecimento, propondo que, na verdade, o que

ocorre é o contrário, pois a informação é o conhecimento em ação – informação é contextualizar o conhecimento. Capurro faz sérias críticas ao que chama de modelo representacionista (presente nos dois paradigmas que critica), ao recusar a ideia de representação como duplicação na mente de um sujeito de uma realidade externa a ele, proveniente da mente de outro sujeito. Para ele, a informação não seria, então, o produto final de um processo de representação, ou algo que estivesse sendo transportado de uma mente para outra, ou, finalmente, algo separado de uma subjetividade encapsulada, mas sim, uma dimensão existencial do nosso estar-no-mundo-com-os-outros (CAPURRO, 1992).

Já Rendón Rojas (2005) busca ir além da tradicional distinção entre dado, informação e conhecimento, a partir de outra tríade de conceitos: informação, conhecimento e valor. O autor entende a informação como qualidade secundária de objetos particulares. Sua perspectiva é essencialmente dialética: o autor entende a informação como a união de dois extremos, os elementos objetivos (dados) e subjetivos (as estruturas interpretativas dos sujeitos). Esse autor reconhece a existência de uma dimensão objetiva, mas, também, contempla a subjetividade dos sujeitos que vão construindo os valores (valores, tais como beleza, verdade, bondade e – poderíamos acrescentar – informação). Para tal empreitada teórica, Rendón Rojas mobiliza conceitos tão distintos, quanto inferência, assimilação, adaptação, imaginação e criatividade.

Também devem ser relacionadas as pesquisas contemporâneas relativas ao conceito de regime de informação, que buscam analisar os fluxos informacionais a partir de sua inserção nas dimensões político-econômicas concretas de um contexto específico, isto é, incorporando no estudo da informação os contextos institucionais, condições materiais, sistemas regulatórios e posições ocupadas pelos diferentes sujeitos que se relacionam com e para além da informação (BRAMAN, 2004; FROHMANN, 2008).

Os estudos na perspectiva da análise de domínio (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995) constituem importante exemplo do movimento de ampliação do conceito de informação, principalmente ao identificarem a existência de diferentes entendimentos do que seja informação para grupos específicos de atores que se relacionam com a informação. Ao resgatar a ideia de intersubjetividade, tais estudos apontam para o caráter construído da informação e para o papel ativo dos sujeitos que atuam no âmbito dos sistemas de informação e para além destes.

Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais e representam um ressurgimento, com grande ênfase, das dimensões semântica e pragmática, inicialmente descartadas pela Ciência da Informação, quando esta, ainda na década de 60, construiu-se sob inspiração da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi produzido para ser apresentado e debatido no “Seminário Políticas e Práticas Culturais” promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba, e numa mesa com o título “Interveniências da informação e da tecnologia para a produção e consumo de bens culturais.” Este foi o motivo que conduziu à proposta de reflexão sobre informação, cultura e a ideia de interferência intencional.

Buscamos mostrar, ao longo da argumentação, como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia nasceram e se desenvolveram dentro de uma perspectiva positivista (em duas vertentes: funcionalista e representacionista) que tendia a ver a interferência dos sujeitos como erro, desvio, ruído, algo negativo que afetava a neutralidade dos processos. Ao longo das décadas, contudo, se percebeu o caráter construído e contextual dos processos, a existência de pluralidades (diferentes visões e interpretações possíveis) e singularidades (casos específicos ligados a contextos específicos) que marcam os fenômenos informacionais, tanto numa perspectiva mais fenomenológica (ligada aos estudos de usuários e públicos) como em linha sócio-histórica (ligada aos estudos em perspectiva crítica). A confluência de todos esses aspectos conduz a perspectivas contemporâneas que, entre outras características, assumem e defen-

dem as práticas arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas e informacionais como interferências intencionais, atuação consciente de alterações no campo da cultura, da estabilização dos significados, da promoção de legitimidade a determinadas vozes.

Talvez, então, quando as práticas profissionais e institucionais estiverem efetivamente afetadas por essas novas concepções, arquivos, bibliotecas e museus possam ser espaço de "rolezinhos", no sentido de atores comprometidos com a promoção e a circulação de conhecimentos na sociedade contemporânea, promovendo a diversidade e o questionamento das estruturas hegemônicas tidas, muitas vezes, como "naturais", "evidentes" e "inquestionáveis". E, então, os problemas sociais, políticos, econômicos e éticos façam de fato parte das reflexões arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas e informacionais.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al.* **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: TREA, 2001.

ALMEIDA, R. S. O "rolezinho" da juventude nas ruas do consumo e do protesto. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, v. 7, n. 79, p. 4., fev. 2014,

ALONSO FERNÁNDEZ, L. **Introducción a la nueva museología**. Madrid: Alianza, 1999.

BOLAÑOS, M. **La memoria del mundo**: cien años de museología: 1900-2000. Gijón: TREA, 2002.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime.

In: BRAMAN, S. (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set. / dez. 2003.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

_____. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Montreal, v. 43, p. 17-63, 1997.

CORNELIUS, I. **Meaning and method in information studies**. New Jersey: Ablex, 1996.

DAVALLON, J. Penser la muséologie. In: DAVALLON, J.; SCHIELE, B. **Doctorat en Museologie, mediation, patrimoine**. Sainte-Foy: Multimondes, 2005. p. 69-98.

DELOCHE, B. **El museo virtual**. Gijón: TREA, 2002.

DELSALLE, P. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Université du Québec, 2000.

ESTIVALS, R. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, E. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EDUFMG; Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004.

LÓPEZ CÓZAR, E. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

MARÍN TORRES, M. T. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Gijón: TREA,

2002.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

PEARCE, S. (Ed.). **Museums and the appropriation of culture**. London: Athlone, 1994.

PÉREZ SANTOS, E. **Estudio de visitantes en museos**: metodología y aplicaciones. Gijón: Trea, 2000.

RENDÓN ROJAS, M. Á. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio / ago. 2005.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SANTACANA MESTRE, J.; HERNÁNDEZ CARDONA, F. **Museologia crítica**. Gijón: Trea, 2006.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SOUZA, R. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 103-123.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZELLER, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in América. In: BERRY, N.; MAYER, S. (Ed.). **Museum education**: history, theory and practice. Reston: National Art Education Association, 1989. p. 10-89.

CAPÍTULO 15
SISTEMA ATENDE MULHER:
SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO CENTRO
DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

Gisele Rocha Côrtes¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta do projeto de extensão “Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: automação das informações e criação de ambiente virtual”, que apresenta como objetivos a automação do atendimento e a criação de um ambiente virtual no Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra (CRMEB), órgão de atendimento às mulheres em situação de violência, no município de João Pessoa – Paraíba. Acrescenta-se o adendo de que se trata de texto elaborado a partir do artigo “Sistema de informação atende à mulher”, em parceria com o professor Wagner Junqueira de Araújo. Configura-se como Projeto de Bolsas de Extensão (Probex) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pela autora juntamente com o mencionado professor e com a participação das alunas Maria Cristiana Félix Luciano e Laizlla Cristie da Silva Ferreira.

A violência constitui problema social que afeta milhares de mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais, de diferentes regiões, grupos étnico-raciais,

graus de escolaridade e religiões, em todo o mundo. Dados do mapa da violência de 2012 indicam que o Brasil ocupa a sétima posição na incidência de homicídios de mulheres, num *ranking* de 84 países. De 1980 a 2010, triplicou o número de mortes, e foram assassinadas acima de 92 mil mulheres no Brasil, 43,5 mil só na última década, ressaltando-se que a pesquisa abrangeu o contexto de 84 países do mundo, com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 1996 e 2010. No que se refere às taxas de homicídio feminino, o Estado da Paraíba encontra-se em sétimo lugar, e João Pessoa, em segundo (WAISELFIZ, 2012).

Um dos maiores desafios nas ações de prevenção e de dimensionamento do fenômeno no Brasil e na América Latina incide na insuficiência de informações estatísticas oficiais, na ambiguidade e na falta de consistência de informação, nas organizações, a exemplo do CRMEB. O diagnóstico sobre o perfil das mulheres atendidas em centros de referência da mulher, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS), casas abrigo, entre outros estabelecimentos, é fundamental para a elaboração de pesquisas visando à compreensão do fenômeno e para a implantação de políticas públicas consonantes com as necessidades informacionais das mulheres.

Sendo assim, a criação de sistemas de informação é essencial para a tomada de decisões mais precisas e para o acesso, a disseminação e o compartilhamento de informações. A gestão informacional, a partir da automação e da

¹ Doutora em Sociologia

criação de ambiente virtual para o atendimento às mulheres em situação de violência, no projeto, visa ao desenvolvimento de ações que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica, de modo a promover pesquisas, reflexões e competências em tecnologias intelectuais de produção, comunicação e uso dessa informação.

As mulheres têm sido confrontadas pelos desafios das tecnologias intelectuais que se tornaram responsáveis pela formação de novas linguagens, imagens, representações, subjetividades e identidades (ABATH; IRELAND, 2002; AQUINO, 2002). Neste contexto, situam-se as tecnologias de organização da informação (processamento, busca e recuperação), relevantes para grupos de usuárias e organizações, a exemplo do CRMEB.

A Ciência da Informação (CI), campo de conhecimento interdisciplinar surgido em meio à revolução científica e tecnológica após a Segunda Guerra Mundial, ao longo de sua história, tem proporcionado aos agentes sociais acesso ao conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade (SARACEVIC, 1996). Muitos são os estudos delineando a informação como ação transformadora das relações e problemas sociais (FREIRE, 2012; GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012; MARTELETO; RIBEIRO, 2001; OLINTO, 2006;). Nos últimos anos cresceu a quantidade de trabalhos publicados sobre a temática gênero na CI (BUFREM; NASCIMENTO, 2012), mas são poucas ainda as produções vinculadas à violência contra mulheres.

A proposta desta pesquisa utiliza conceitos da Ciência da Informação com os estudos de gênero, visando ao desenvolvimento de ações que facilitem o acesso livre à informação científica, de modo a promover pesquisas e reflexões em tecnologias intelectuais de produção, comunicação e uso dessa informação para a promoção da autonomia das mulheres. A este respeito, para assegurar sua abrangência, além de vinculado ao Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi), do Departamento de Ciência da Informação / UFPB, é desenvolvido em parceria com a equipe do Sistema de Informação Municipal (SIM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Existem diversos estudos em CI, dinamizando a informação como ação transformadora dos problemas sociais (BUFREM; NASCIMENTO, 2012; ESPÍRITO SANTO, 2008; FREIRE, 2012; GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012; MARTELETO; RIBEIRO, 2001; OLINTO, 2006), mas poucas são as produções a respeito da temática violência contra mulheres. Em levantamento da literatura indexada pela Base de Dados e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com o termo de busca “Violência *and* Mulheres”, foram recuperados apenas quatro artigos, no período de 1972 a 2013, no total de 8.292 publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI.²

² A cobertura da violência contra mulheres nos jornais de Cabo Verde (2012); Para uma eliminação total dos feminicídios: propostas audiovisuais contra este tipo de violência no Brasil e no México (2012); Sexismo na linguagem: chaves para erradicá-lo nos meios e nas instituições (2012); A informação no enfrentamento à violência contra

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No Brasil, a tematização pública da violência contra mulheres iniciou, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80. Os movimentos feministas e o movimento de mulheres configuraram-se como protagonistas da politização da violência contra mulheres, na década de 70, porquanto transgrediram dicotomias e fronteiras e inseriram, no espaço público, o debate e a denúncia referentes a crimes considerados de cunho privado, alheios à responsabilidade do Estado (MORAES, 2003; TELES; MELO, 2003). Através de campanhas, os movimentos feministas e de mulheres, mobilizaram os grupos, de um lado, em torno de denúncias a diversas expressões de violência dirigidas às mulheres; e por outro, voltaram-se para a criação de estruturas de apoio destinadas ao atendimento às mulheres em situação de violência.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará – conceitua a expressão violência contra a mulher como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004).

O uso do conceito relações de gênero surgiu, no Brasil, em meados dos anos 80, por meio de frutífero diálogo

mulheres: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: relato de experiência (2012).

logo entre academia e movimento social, e foi introduzido nas Ciências Sociais através do movimento feminista, em seus questionamentos e em suas reivindicações sobre a situação social das mulheres (SCAVONE, 2010). Seguindo a conceituação metodológica, analítica e histórica de Scott (1990, p. 14), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” Aqui, é importante ressaltar as considerações de Brah (2006, p. 341):

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões [...]

Ao longo dos anos, as pesquisas evidenciam que, na maioria dos casos, a violência é cometida na residência pelo próprio “companheiro” / marido. Outros agressores citados são o ex-marido, o ex-“companheiro” e o ex-namorado, que, adicionados ao marido ou parceiro, compõem significativa maioria em todos os casos (AMARAL *et*

al., 2001; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010; VENTURI; RECAMÁM; OLIVEIRA; 2004, WAISELFISZ, 2012).

A informação ocupa posição de centralidade para o dimensionamento da situação social das mulheres, o controle social e a elaboração de pesquisas sobre a violência de gênero. O conceito de informação tem seu alicerce na perspectiva histórica e hermenêutica, em cuja proposta é imprescindível conceber o sujeito cognitivo, os processos interpretativos, os diferentes contextos, as mídias e a função social dos sistemas de informação:

A geração, coleta, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões / teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, esses objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade [...] nos estudos femininos, à compreensão e emancipação das mulheres [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 188).

No Brasil e na América Latina, os órgãos de atendimento produzem uma gama variada de dados sobre a violência contra mulheres, mas, em geral, os mesmos encontram-se dispersos, incompletos, sem padronização e sistematização (CABO VERDE, 2006; LISBOA, 2010; PRÁ, 2010). Devido à carência de dados oficiais sistematizados sobre a situação dos femicídios, Pasinato (2012, p. 233) aponta:

[...] Em muitos casos a estratégia adotada pelos estudos acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes – como registros policiais, registros médico-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público e, uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita.

A falta de uniformização no registro dos casos, a deficiência no estabelecimento de um consenso sobre a melhor definição e delimitação do fenômeno, a neutralidade de gênero, raça/etnia nas práticas estatísticas, a inexistência de um sistema integrado de registro de ocorrência entre os órgãos, dificultam o monitoramento e as investigações sobre a temática (FERREIRA, 2007; OLIVEIRA *et al.*, 2005; PASINATO, 2011; PRÁ, 2010).

Podemos inferir que as conquistas obtidas com os avanços das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), com a proliferação de sistemas de informação, não se refletem na produção, na organização e na disseminação de dados sobre violência contra mulheres no Brasil (NJAINÉ *et al.*, 1997). Assim sendo, a implantação de sistemas de informação no CRMEB com a automação dos dados é fundamental para aperfeiçoamento e planejamento de ações e para a tomada de decisões condizentes com as necessidades informacionais das mulheres. O objetivo principal da gestão da informação, segundo Tarapanoff (2001, p. 44), “[...] é de identificar e potencializar os recursos informacionais de uma organização e sua capacidade de informação [...]; é ensiná-la a adaptar-se às mudanças ambientais”.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço das TIC tem promovido profundas transformações subjetivas, culturais, educacionais, sociais e econômicas, promovendo mudanças nas formas como nos relacionamos em diversas esferas. Nas palavras de Castells (2005, p. 17),

O nosso mundo está em processo de transformação estrutural desde há duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e de informação, que começaram a tomar forma nos anos 60 e que se difundiram de forma desigual por todo o mundo.

A propagação e o compartilhamento da informação cresceram exponencialmente, e, no âmbito das instituições, uma quantidade considerável de informação é produzida o tempo todo. Desta forma, a gestão da informação assume papel fundamental para minimizar a imprecisão e a ambiguidade da informação, garantir e potencializar a eficiência dos recursos informacionais necessários ao cumprimento dos objetivos organizacionais. Compreendemos a GI como “[...] processo mediante o qual se obtêm, se desenvolvem ou se utilizam recursos básicos (econômicos, físicos, humanos, materiais) para o manejo da informação no âmbito e para a sociedade à qual serve. Tem como elemento básico a gestão do ciclo

de vida deste recurso e ocorre em qualquer organização [...]” (PONJUÁN DANTE, 2004, p. 17-18). No que tange à violência contra as mulheres, entretanto, as inovações obtidas com os avanços nas TIC, com a proliferação de sistemas de informação, necessitam ser incorporadas no aperfeiçoamento do registro, do acesso, da recuperação e da disseminação de informações

Quando se discorre sobre sistemas de informação (SI), é necessário entender que estes são um conjunto de elementos ou componentes que se relacionam para atingir um objetivo comum. Um sistema de informação é normalmente composto de elementos tecnológicos, *hardware*, *software* e conexão a uma rede de computadores. Também possui elementos processuais, regras, orientações e procedimentos que devem ser seguidos para que o sistema cumpra suas funções. As pessoas que interagem e operam com o sistema constituem sua parte principal. Sem elas, o SI não tem qualquer serventia.

Cada sistema deve ser adequado às necessidades da organização. No caso deste estudo, o sistema de informação foi utilizado para registrar, organizar, processar e recuperar os dados sobre as atividades, os dados de atendimento do CRMEB e sobre a violência contra as mulheres. Isto porque, no mundo atual, onde cada vez mais organizações dependem do acesso à informação que produzem, de forma rápida e eficiente, é premente a implantação de técnicas e de políticas concentradas que convirjam no sentido de garantir a perenidade e a

acessibilidade à informação. Sendo assim, o sistema de informação, em desenvolvimento no CRMEB, surge para aperfeiçoar o fluxo de informação relevante, no âmbito da instituição, e potencializar o processo de geração e compartilhamento de conhecimentos e saberes relevantes para o desempenho das ações de atendimento às mulheres em situação de violência.

APRESENTANDO O CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EDNALVA BEZERRA

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, balizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Governo Federal, dividida nos setores de saúde, justiça, segurança pública e assistência social (BRASIL, 2011). São equipamentos públicos específicos para acolhimento / atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico para as mulheres em situação de violência, com o objetivo de fortalecer e resgatar sua cidadania (BRASIL, 2006).

Sob esta ótica, os centros de referência da mulher configuram-se como unidades de informação que, cotidianamente, produzem conteúdos informacionais de subversão e de ressignificação de relações de poder e contribuem para a elevação da autoestima, a autonomia e a emancipação dessas mulheres.

No que se refere aos centros de referência, às casas abrigo, às DEAMS e às Defensorias Públicas, dentre outros, Ferreira (2007) afirma que não existem ferramentas e instrumentos padronizados que garantam o registro uniforme das informações referentes ao fenômeno da violência e o perfil dos casos que são denunciados pelas vítimas. Com base na discussão, é que a criação de um sistema de informação, através do mapeamento do perfil das mulheres atendidas, a automação dos dados de atendimento, possibilitou, na pesquisa em pauta, publicização da violência contra mulheres, produção de informações estatísticas para o monitoramento dos casos e execução de pesquisas sobre a violência em pauta.

Em João Pessoa – Paraíba, o órgão que oferece atendimento às mulheres é o Centro de Referência da Mulher Ednalda Bezerra, homenagem à mulher, referência do movimento feminista e sindicalista lutadora dos direitos trabalhistas das mulheres. Implantado no dia 14 de setembro de 2007, o CRMEB está vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM), instituída, por sua vez, em 29 de março de 2010, modificando a Lei n. 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que criara a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa. A equipe multiprofissional realiza acolhimento, atendimento social, psicológico, jurídico e de arte-educação junto às mulheres atendidas.

O CRMEB realiza, ainda, ações de intervenção na comunidade, por meio de palestras, oficinas, produção de

cartilhas e panfletos para formação em relações de gênero e os direitos das mulheres, serviço de orientação e informação via telefone, para direcionar as mulheres aos serviços existentes no Estado e no município.

Os mecanismos informacionais, disseminados pelo CRMEB, interpretam e transmitem significados, orientam ações e provocam transformações na sociedade em que estão inseridos, nos atos de conhecimento e de percepção dos agentes sociais. Conforme Nascimento e Marteleto (2004), a informação deve ser dimensionada no âmbito da história dos sujeitos, na dinâmica das estruturas e das relações sociais e dos sujeitos que realizam as ações. Considerando que vivemos na sociedade da informação, e que esta constitui fonte de saber e poder, segundo Turazi *et al.* (1994), as organizações, privadas e públicas precisam reexaminar e remodelar as TIC para potencialização do ambiente organizacional e do uso social da informação.

Assim, com o objetivo de auxiliar o órgão a lidar com os insumos informacionais, entendemos que a implantação de um sistema de informação no CRMBE vai agregar valor à informação gerada em seu âmbito, pois é a partir do compartilhamento dos dados que iniciará o processo de criação do conhecimento, empregando para tanto os mecanismos de seleção, organização, análise, armazenamento e disseminação, com o intuito de desenvolver produtos e serviços que potencializem o delineamento de ações para coibir a violência de gênero.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica pauta-se no caráter iterativo presente tanto nas TIC quanto na participação da comunidade pesquisada na construção de interfaces de organização e comunicação da informação. Neste sentido, adotamos a pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1997, p. 36), a pesquisa-ação implica uma percepção de ação, que “requer, no mínimo, a definição de vários elementos: um agente (ou ator), um objeto sobre o qual se aplica a ação, um evento ou ato, um objetivo, um ou vários meios, um campo ou domínio delimitado”. Consiste no entendimento da pesquisa inserida na ação, pois os atores envolvidos participam em conjunto com os pesquisadores, a fim de elucidar a realidade em que estão inseridos.

Sendo assim, buscamos traçar um caminho metodológico a partir do entendimento de que a implantação de um modelo integrado de TIC (automação dos dados de atendimento e a concepção de um sistema de informação) para busca, produção e comunicação de estoques digitais de informação, serve como apoio ao compartilhamento de conhecimentos e saberes relevantes para o desempenho das ações de atendimento às mulheres em situação de violência. Importante salientar a imensa colaboração e disponibilidade da equipe do CRMEB durante toda a dinâmica da pesquisa. Para a criação do sistema de informação foram realizadas várias reuniões com a equipe, objetivando automatizar o atendimento, conhecer a

realidade do equipamento, as demandas informacionais para potencializar a captação, o armazenamento, o registro e a recuperação dos dados de atendimento. Oficinas foram e estão sendo realizadas visando ao treinamento para a utilização do sistema.

Utilizamos o caminho apontado por Choo (2003), para o processamento informacional na organização: a identificação de necessidades de informação, aquisição, organização e armazenamento, desenvolvimento de produtos e serviços e distribuição e utilização da informação, com o objetivo de gerar conhecimento e fortalecer os recursos informacionais da organização, sua capacidade de informação e a tomada de decisões. A análise dos dados foi dinamizada através da estatística descritiva.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO ATENDE MULHER

O modelo proposto como base para a construção do sistema de automação Atende Mulher do CRMEB está sendo desenvolvido por professores(as) integrantes do Probex e pelo grupo que desenvolve o SIM, <http://108.163.178.50:8080/sim> da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). O grupo é composto pelo Diretor de Desenvolvimento da Unidade de Tecnologia da Informação da Prefeitura, Ricardo Roberto; pelos analistas de Sistema de Implantação do citado Projeto SIM da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Jorge Veras e Douglas Lima; e pelo gerente de Implantação, Rodrigo Pita. Com

a ajuda do professor Rodrigo Rebouças de Almeida, a UMTI começou o trabalho de coleta de dados no Centro de Referência da Mulher com o objetivo de descobrir o fluxo de trabalho do local e as necessidades para o desenvolvimento do sistema. Este está composto por módulos integrados entre si, sendo eles: acolhimento, atendimento social, psicológico, jurídico e de arte-educação às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, cujo principal objetivo é promover a informatização dos processos internos do órgão. A integração entre os módulos elimina a necessidade de adequar ou adaptar cada um deles, possibilitando melhor comunicação, consolidação de informações e eliminação de retrabalho. A cada módulo criado, é possível a gestão documental, responsável pelo controle da tramitação documental interna do CRMEB, facilitando a criação, o recebimento, a consulta, o apensamento / o desmembramento e a anexação internamente, bem como a disponibilização de relatórios.

DISCUSSÕES PRELIMINARES

No período de 2007 a 2012, 1.566 mulheres procuraram o CRMEB: 2007 (152 mulheres); 2008 (297), 2009 (285); 2010 (268); 2011 (246); e 2012 (318 mulheres).

Anteriormente às ações do projeto, os dados das mulheres atendidas na unidade de informação, eram registrados de forma manual em fichas organizadas e armazenadas em caixas-arquivo, separadas por ano, com numeração

crescente. Algumas fichas possuem documentos anexos como, por exemplo, Boletim de Ocorrência e Laudo de Saúde. Organizamos, em parceria com integrantes da equipe técnica, as fichas que continham nome, numeração repetida e informações ambíguas. Alguns registros, não preenchidos nas fichas de atendimento, puderam ser resgatados a partir de informações obtidas com os profissionais da equipe e em documentos anexados às fichas. Criamos categorias classificatórias para a transferência / sistematização dos dados para o programa *Excel*, e estes migraram para o sistema denominado Sistema Mulher. Utilizamos o padrão de projeto *Model View Controler (MVC)*, que permite melhor organização e desacoplamento dos blocos do sistema. Assim, caso haja necessidade de alteração ou construção de novos requisitos, o projeto não será parado ou inviabilizado, já que as modificações serão feitas apenas num bloco específico. Quanto à linguagem de programação, no primeiro momento, foi decidido utilizar o Java juntamente com o *framework WEB Rich Faces* para a construção do sistema, mas devido às necessidades da equipe, mudamos a linguagem para Python com o *framework Django*.

Atualmente, os dados das mulheres que acessam o CRMEB são registrados diretamente no Sistema Atende Mulher. A partir da implantação deste primeiro módulo do sistema de informação, o registro, a coleta e a recuperação da informação das mulheres que acessam o CRMEB estão sendo realizadas com maior rapidez. Estamos desenvolvendo o segundo módulo, que gerará um relatório

preciso sobre a situação das mulheres que acessam o órgão, tornando o trabalho mais efetivo e direcionado, gerando informações para a realização de pesquisas sobre a dinâmica e a compreensão das relações de violência.

Os relatórios com informações estatísticas, produzidos pelo sistema, subsidiarão áreas estratégicas, identificando em termos percentuais e / ou numéricos questões fundamentais da organização (VALENTIM, 2006). No caso dos CRAM, a informação estatística é “[...] de suma importância para redirecionar estratégias, qualificar procedimentos, definir metas e assegurar linhas de financiamento” (BRASIL, 2006, p. 25). Tais informações subsidiarão programas de ação, administração mais eficaz dos dados, tomada de decisões e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão para compreensão, dimensionamento e atuação perante a violência contra mulheres. Conforme González de Gómez (1984, p.107), “os sistemas formais de recuperação da informação são, de fato, o resultado de equacionar demandas particulares de recursos informativos com critérios sociais [...]”

Partindo da concepção de Rezende e Abreu (2003); e Silva (2007) de que dados constituem um conjunto de letras, números, registros qualitativos ou quantitativos que, lapidados, organizados, com atribuição de significados, transformam-se em informação, a implantação da gestão da informação no CRMEB, através da sistematização dos dados estatísticos, pode apoiar e potencializar o processo de geração e compartilhamento de conhecimen-

tos e saberes relevantes para o desempenho das ações de atendimento às mulheres em situação de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constitui fator impulsionador no processo de tomada de decisões e planejamento de políticas públicas eficientes no combate, publicização e prevenção da problemática. Constitui ferramenta imprescindível para o fortalecimento do planejamento, do monitoramento e do aprimoramento de ações que visam alterar a perversa situação de desigualdade que afeta a vida de milhares de mulheres cotidianamente.

Este trabalho caracteriza-se como estudo piloto, a partir da criação de um sistema de informação, buscando auxiliar para criar interfaces, sistematizar / uniformizar os registros e potencializar o trabalho da equipe do CRMEB. Desta forma, coloca-se, por um lado, como contribuição ao estudo dos processos sociais de produção e comunicação da informação; e, por outro, como proposição de ações de informação em rede para coibir a violência de gênero.

A automação dos dados de atendimento poderá constituir modelo para as demais organizações da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, caminhando no sentido de minimizar a rota crítica e delinear as prerrogativas da Lei Maria da Penha n. 11.340 / 06, promulgada em 7 de agosto de 2006, graças às reivindicações históricas

dos movimentos feministas e de mulheres para que a União, Estados e municípios promovam pesquisas, estatísticas concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência, prevendo a criação de um sistema nacional de informações unificadas para maior monitoramento, avaliação e elaboração das políticas públicas adotadas.

Conclui-se que, no mundo atual, onde cada vez mais organizações dependem da informação que produzem de forma rápida e eficiente, torna-se premente a implantação de técnicas e de políticas concentradas, que convergem no sentido de garantir a perenidade e a acessibilidade a este tipo de informação. Sendo assim, o sistema de informação, no CRMEB, surge para aperfeiçoar o fluxo de informação relevante no âmbito da instituição, objetivando fortalecer as políticas públicas e a realização de pesquisas no que diz respeito à prevenção, à publicização e à garantia dos direitos humanos das mulheres.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos especiais à equipe do Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” e da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, pela imensa disponibilidade em colaborar com a realização desta pesquisa e pelo acolhimento carinhoso. Agradecemos também à equipe do Sistema de Informação Municipal (SIM) da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi).

REFERÊNCIAS

ABATH, R. J.; IRELAND, T. A tecnologia e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: EDUFPB, 2002. p.227-244.

AMARAL, C. C. G. *et al.* **Dores visíveis**: violência em delegacias da mulher no Nordeste. Fortaleza: REDOR / NEGIF / UFC, 2001.

AQUINO, M. A. A responsabilidade ético-social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: EDUFPB, 2002. p. 43-57.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Centro de Referência de Atendimento à Mulher. **Norma Técnica de Padronização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, 2006.

_____. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S.A questão de gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão: Comunicação e Informação**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012.

CABO VERDE. Ministério da Justiça. Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero. **Plano Nacional**

de Combate à Violência Baseada no Gênero (PNA-CVBG). Cabo Verde, Praia, 2006. Disponível em: <<http://webapps01.un.org/vawdatabaseuploads/Cape%20Verde%20-%20Plano%20Nacional%20de%20Combate%20a%20violencia%20baseada%20no%20genero.pdf>><http://webapps01.un.org/vawdatabase/uploads/Cape%20Verde%20-%20Plano%20Nacional%20de%20Combate%20a%20violencia%20baseada%20no%20genero.pdf>>. Acesso em: 31 jun. 2013

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Org.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2005.

CHOO, C. W. **Gestão da informação para a organização inteligente**: a arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Caminho, 2003.

10 ANOS da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

ESPÍRITO SANTO, P. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão: Comunicação e Informação**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul. / dez. 2008.

FERREIRA, H. R. S. Discutindo as bases de dados nacionais sobre a violência. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2007. p. 213-230.

FREIRE, I. M. Categorização das ações de Informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais no LTI. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n.1,

2012. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/62/124>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2010. [S. l.]: SESC, 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>>. Acesso em: 17 set. 2013.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, p. 1-25, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação e conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.2, p.107-114, jul. / dez.1984.

LISBOA, T. K. Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M; FAVERO, S. M. (Org.). **Diversidades**. Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 61-79.

MARTELETO, R. M; RIBEIRO, L. B. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n.1, p. 57-85, 2011.

MORAES, M. L. Q. **Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina**. Campinas: IFCH, 2003.

NASCIMENTO, D. M; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

NJAINE, K. *et al.* A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 405-414, set. 1997.

OLINTO, G. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2006. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, jun. 2005.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2011.

PONJÚAN DANTE, G. **Gestión de información**: dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Rosario: Nuevo Paradigma, 2004.

PRÁ, J. R. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M; FAVERO, S. M. (Org.). **Diversidades**. Santa Catarina: Mulheres, 2010. p. 81-102.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan. / jul. 1996.

SCAVONE, L. Feminismo contemporâneo y democracia em Brasil. In: FAURÉ, C. **Enciclopedia histórica y política de las mujeres**. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SILVA, P. M. Sistemas de informação em bibliotecas: o com-

portamento dos usuários frente às novas tecnologias de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 41-64, jul. / dez. 2007.

TARAPANOF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: EDUNB, 2001.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TURAZI, A. *et al.* **Gestão do recurso da Informação**. Brasília: EMBRAPA, 1994. p. 5-35.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência cognitiva organizacional. In: _____. **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: Fundepe, 2006. p. 9-24.

VENTURI, G.; RECAMÁM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WAISELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: atualização homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo: Flacso, 2012. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

CAPÍTULO 16

SOBRE A BAIXA INTERAÇÃO ENTRE CULTURA E INFORMÁTICA EVIDENCIADA PELA LEGISLAÇÃO

Laércio Alexandrino L. de Lima¹

Há quase duas décadas, as disciplinas comumente associadas à aplicação da Ciência da Computação, de forma isolada ou em conjunto com outros campos de conhecimento, perderam sua alcunha coletiva consagrada – informática – em favor de outra. O novo termo – tecnologias da Informação (TI), e, mais recentemente, tecnologias de Informação e de comunicação (TIC), trouxeram aproximação da nomenclatura dessas disciplinas para com suas congêneres estrangeiras. No entanto, tal aproximação acabou aumentando de forma discreta e singela a dificuldade que existe entre o uso das tecnologias para o auxílio de outras áreas de conhecimento humano.

Sendo o termo informática uma bem-sucedida junção das palavras informação e automática, possibilitava aceitação mais fácil e, por consequência, com maior êxito, da computação aplicada em outras atividades humanas (se isso não era possível, ao menos, a simpatia do termo afastava menos os profissionais não iniciados), principalmente nas áreas de atividade humana que não se veem como consumidoras e usuárias sistemáticas de recursos e facilidades da informática e da telemática. A inserção do

¹ Mestre em Administração de Negócios em *Marketing*

termo tecnologia para designá-la, fez crescer esse vazio / essa distância, pois, muitas vezes, a palavra tecnologia ganha caráter assustador, nocivo a ambos os lados – os geradores de recursos de informática sobre a forma de equipamentos, programas e métodos e seus usuários e futuros consumidores.

Antes de prosseguirmos, é salutar citar, de forma simples, que a informática em si, não se presta a grandes usos. Na maioria das vezes, a mesma serve para tornar mais produtiva, rápida, barata e de maior aceitação a realização de atividades já consagradas ou mais intimamente ligadas às necessidades, às demandas e aos desejos humanos ou da coletividade. Sendo ainda mais explícito: o papel da informática, das telecomunicações, da computação aplicada, da análise numérica e de outras ciências e disciplinas é sempre o de apoiar. Raramente, temos esses campos de conhecimento como atividade fim.

É nesses aspectos, o de apoiadora e o de difusora, que lamentamos a baixa utilização das modernas tecnologias de informática e de telecomunicações no uso da promoção e da valorização de práticas culturais que não são de ampla aceitação comercial. E isso ocorre, mesmo quando existe suporte jurídico e financeiro (comprovado pelo baixo custo do uso de recursos de informática) para essas associações: a promoção cultural por meio do uso de recursos computacionais e de telecomunicações.

O hiato entre as duas áreas de conhecimento traz prejuízos a ambas. Pelo lado da informática, podemos ci-

tar a não concretização de imenso mercado consumidor para essas tecnologias, inclusive, com a perda de oportunidades de incremento da própria tecnologia, ao abordar a área cultural, e de geração de novas possibilidades de uso para além do campo citado. Em relação à promoção cultural, as oportunidades não colhidas são ainda maiores e chegam até a ser de difícil avaliação. Numa reflexão rápida, podemos elucubrar e lamentar pela não abordagem de inúmeras formas de expressão cultural de diferentes regiões do país, diferentes eixos culturais e de diferentes grupos humanos: danças típicas, músicas populares, línguas indígenas, costumes e hábitos, culinária local e artefatos de artesanato confeccionados com os mais diversos materiais e para inúmeros usos. A listagem é infindável e as possibilidades infinitas. Cada uma delas poderia ser alvo de reflexão mais aprofundada, num ensaio ou num artigo mais completo.

Num segundo momento de reflexão, sendo a cultura influenciada pelas necessidades do meio humano, da coletividade e pelo próprio nível das tecnologias existentes e disponíveis; é quase impossível imaginar como as próprias expressões culturais podem ser modificadas pelo encontro das áreas e como novas expressões culturais podem até ser criadas pela iteração desse encontro.

Curiosamente, apesar de não ter esse fim explícito, parte significativa da legislação brasileira que versa sobre os temas de informática e telecomunicações fornece apoio discreto a iniciativas para diminuir o espaço existente en-

tre as manifestações culturais do Brasil, principalmente aquelas não associadas ao mercado de massa e que enfrentam maiores dificuldades de alcançar o público em geral. Neste texto, nos detivemos na legislação existente ou proposta dos últimos três anos, sendo que a inserção de considerações sobre a legislação proposta leva em conta os fatos de que quando existe uma discussão legal sobre determinado tema, quase sempre temos a existência de situações reais em vacância jurídica sobre o mesmo. E numa área com legislação tão precária e nova como a área de informática, a simples discussão do tópico em questão leva a interveniências no ambiente de negócios e de utilização das tecnologias.

Essa faixa de tempo foi considerada por dois motivos principais: é nesse intervalo temporal que se iniciam as discussões dentro do Congresso Nacional do Marco Civil da internet, cuja tramitação foi acelerada devido à ciência oficial sobre os eventos de espionagem internacional promovida pelo Governo norte-americano contra alvos brasileiros. O segundo motivo é de que o intervalo de três anos é costumeiramente considerado como significativo para mudanças tecnológicas. Ou seja, a tecnologia avaliada depois de três anos pode apresentar muitos incrementos positivos, na maioria dos casos, ou até sua extinção, devido à baixa adoção comercial e técnica ou sobrepujada por outra tecnologia mais nova e eficiente ou com maior relação de custo *versus* benefício.

Tomando essa limitação temporal para análise, podemos citar que a legislação relevante às duas áreas abordadas – cultura e informática – é formada pelas seguintes Leis e Projetos de Lei, de ambas as casas legislativas:

1. O Projeto de Lei do Senado n. 387 / 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg – neste projeto, a produção científica e tecnológica das universidades federais e entidades e instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na internet.
2. O Projeto de Lei do Senado n. 114 / 2014, do Senador Acir Gurgacz – neste projeto, a Lei n. 10.753 é modificada para equiparar os livros eletrônicos, nas mais diversas mídias magnéticas e óticas, aos seus equivalentes convencionais. Com esta equiparação, tais obras passam a se

beneficiar das mesmas benesses concedidas pela Política Nacional do Livro.

3. A Lei do Marco Civil da internet (Lei n.12.965) deste ano – estabelece os princípios, direitos e deveres de uso da internet pública no Brasil.

Além dos três tópicos legislativos elencados, são partes essenciais dessa discussão e, talvez com maior peso:

1. A Lei n. 12.343, de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), tendo metas culturais de âmbito nacional, definidas até o final desta década.
2. A Lei Rouanet (Lei n. 8.313), de 1991 – cria o mecanismo de renúncia fiscal e estabelece o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), como forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural.

No Artigo 2º da Lei do Marco Civil da internet, encontramos os princípios fundamentais que disciplinam o funcionamento da Grande Rede no Brasil. São importantes ao tema tratado, os do exercício da cidadania através da internet, o incentivo à pluralidade e à diversidade e, também, a finalidade social da rede. Ademais, no Artigo 4º, temos a

inserção explícita da preocupação com a mesma promoção cultural e a participação dos cidadãos na vida cultural.

Mais do que colocar em pauta essas necessidades, a Lei do Marco Civil da internet reforça as necessidades já colocadas e descritas em outras peças legais. E visa abordar demandas sociais, que se não fazem parte do conjunto de necessidades primárias da população, constituem elemento a ser saciado via diferentes manifestações culturais, sendo um dos elementos de aglutinação e de consolidação da identidade de um povo e / ou de uma nação.

Avaliando o texto da Lei que institui o Plano Nacional de Cultura, encontramos logo no Artigo 1º a citação ao direito à informação e no 2º, a meta de universalização do acesso à arte e à cultura. Se aprofundarmos no texto da Lei n. 12.343 é praticamente possível ler uma declaração ao uso de recursos de informática e de telecomunicações, pois várias das metas ali citadas e dos mecanismos de acompanhamento só podem ser alcançados através do uso maciço das disciplinas de computação aplicada e da eletrônica.

Assim, apesar dos diferentes momentos de criação, discussão e aprovação das duas Leis, os aspectos de uma são reforçados pela outra, na medida em que as ambições do Plano Nacional de Cultura só poderão ser alcançadas através da informática e, especificamente, da internet como vetor do acesso cultural.

Num país com dimensões continentais, com malha de transporte insuficiente (em qualquer modalidade ava-

liada), com uma dispersão geográfica tamanha de sua população que, muitas vezes, não possui condições financeiras de deslocamento até em pequenas distâncias ou impedimentos naturais, como nas localidades mais distantes e ermas da região Norte, a internet constitui a forma mais barata, rápida e eficaz de difusão cultural.

Apesar da análise da realidade por intermédio das lentes fornecidas e ditadas pela legislação citada, ou pelo mais puro bom senso, o fato é que as iniciativas que incentivem a promoção cultural através da internet ou de meios eletrônicos não interativos são poucas, e, em algumas situações, até espantosamente vazias. Isto se dá a começar pelo próprio Plano Nacional de Cultura que diz, em seu Capítulo IV, que o monitoramento e avaliação de suas metas devem ser feitas através de recursos informatizados. Numa impressionante desconexão do discurso com a prática constata-se que, no momento de elaboração deste artefato, o *site* do PNC (<http://pnc.culturadigital.br>) se encontra fora do ar, com tempo estimado de retorno de suas atividades em 150 dias.

Num mundo que pulveriza, cada vez mais, as formas de comunicação, onde as mídias de informação tradicionais – televisão, rádio, periódicos impressos, etc. – competem cada vez mais ferozmente com as eletrônicas; num momento da civilização em que alguns indivíduos já revelam que não mais usam algumas dessas formas de comunicação tradicional em favor de mídias sociais ou veículos expostos exclusivamente na internet, constata-

mos a mesma linha de ausência de conexão entre as duas áreas. Afinal, os assuntos de promoção cultural raramente são alvo de divulgação ativa ou passiva em redes sociais: *facebook*, *twitter*, *instagram* e outras mais. A ausência de recursos financeiros não pode servir de pretexto para tais lacunas, pois existe a previsibilidade de recursos através da renúncia fiscal, mecanismo da Lei Rouanet, do Fundo Nacional de Cultura e das dotações orçamentárias das próprias instituições públicas. E mais, o uso dos recursos citados não necessita de volume financeiro de qualquer montante; salvo o capital humano. E mesmo assim de elementar qualificação técnica, tal é a facilidade de uso das redes sociais e de outros mecanismos.

Como últimos argumentos ilustrativos da falta de combinação entre promoção cultural e informática e comunicações, podemos citar o baixo acesso à produção intelectual das universidades públicas e privadas brasileiras, tema abordado diretamente pelo Projeto de Lei do Senado n. 387 / 11 que até o presente momento não avança dentro da Casa Legislativa.

Finalizando, a quase total inexistência do acesso eletrônico aos museus brasileiros é outro indicador explícito do baixo uso de recursos de informática para a promoção cultural. A situação é exposta de forma clara através do Portal de Museus do Brasil, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, <http://www.museus.gov.br>). Nesse *site*, a citação de legislação da área é maior e bem mais fácil do que conseguir acesso à listagem de museus nacionais. A

impressão passada ao visitante virtual é que o *site* é desenhado para atender às necessidades internas da instituição e não em cumprir papel cultural relevante.

A exceção notória e de praxe das situações expostas nos trechos acima são as manifestações culturais de massa que constituem sucesso comercial, mais do que divulgadas. É o caso das grandes festas nacionais, regionais e algumas municipais, e as manifestações artísticas musicais associadas a estilos musicais voltadas ao público jovem, uma constante em praticamente qualquer parte do planeta.

A rápida apreciação das poucas Leis e propostas existentes leva a crer que existe um arcabouço legal pequeno, mas suficiente para fazer com que a informática (ou seu apelido moderno, TIC) possa ser vista como elemento eficaz para a valorização cultural, inclusive levando em consideração uma das diretrizes do Plano Nacional de Cultura: que a difusão cultural possa ser vista como fator de desenvolvimento econômico sustentável.

A internet atual com seus vários recursos de difusão gratuita ou a custos financeiros extremamente baixos pode e deve ser usada como promotor da divulgação cultural num primeiro momento e como “vendedor” dessas expressões culturais num segundo momento, dentro e fora do país.

São inúmeras as iniciativas que podem trazer mais dividendos culturais, econômicos e, por consequência, sociais no campo da cultura, desde que sejam fortemente ancoradas em informática, ou simplesmente na

internet; quando comparadas com as suas formas padrão de divulgação.

Citamos, a seguir, exemplos que podem promover pequena evolução do patamar cultural do país em curto espaço de tempo, desde que sejam feitas ações realmente efetivas para sua conclusão, indo além do mero planejamento inicial. Em todos os casos ora desenhados, os custos de disseminação cultural são muito inferiores às situações costumeiras encontradas, e estas podem ser aferidas de forma mais exata através de mecanismos de registro de visitação e não possuem as barreiras geográficas associadas a distância:

1. O acesso aos museus nacionais, estaduais e municipais pode ser feito de forma virtual, sendo que todos eles poderiam ser inicialmente acessados através de um único mecanismo de acesso pela internet, num verdadeiro portal de museus, hospedado pelo próprio IBRAM.
2. Pesquisas de línguas indígenas do Brasil pré-cabraliano poderiam estar expostas em obras virtuais, com a adição de recursos de pesquisa, tradução de vocábulos e até de simulação do som de pronúncias dessas línguas e / ou desses dialetos.
3. Artefatos de artesanato poderiam ser comercializados além dos limites de suas

comunidades e Estados, através de *sites* oficiais ou não; agregando recursos visuais além da mera exposição fotográfica, como visualização nos três eixos dimensionais, comparação de tamanho, composição de várias peças diferentes numa ornamentação virtual para ambiente real, etc.

4. Textos de literatura local, fora dos grandes e médios centros de divulgação, poderiam ser testados e lançados na internet; tendo sua promoção comercial ou simples exposição ancoradas em propaganda paga de baixo custo por meio de mecanismos de buscas e redes sociais.

Em todos os casos citados, as plataformas virtuais podem gerar demanda comercial e não comercial que seria impossível de ocorrer sem o uso da Rede e das modernas formas de interação. Ademais, todos os recursos poderiam estar presentes em diversos idiomas, permitindo divulgação muito além das fronteiras nacionais.

Porém tão ou mais relevante do que a mera exposição é a possibilidade de identificar de forma quase instantânea e dependendo da plataforma usada, por segmento populacional, quais itens culturais estão recebendo mais, ou menos atenção do público, visando identificar quais são os que têm real potencial comercial e quais devem ser tratados com o fim apenas de exposição e divulgação para preservação. Esse elemento adicional de acompanhamen-

to de audiência pode, efetivamente, promover o aumento ou até o surgimento de uma comercialização que poderia se julgar impossível, ou economicamente inviável.

Para isso é importante que o hiato entre as áreas de cultura e informática seja quebrado, sendo que as universidades federais podem estar na vanguarda desse processo por combinarem a formação de mão de obra de ambos os lados da questão e por estarem institucionalmente mais próximas ao Governo Federal, sendo este o poder que está mais atento às demandas de cultura no Brasil, ao menos muito mais do que Estados e municípios.

Por último, é importante que a criação de quaisquer mecanismos seja ancorada por Leis, mas não regulados por elas. Infelizmente, como é de amplo conhecimento, a tramitação legal é morosa, em qualquer instância da Federação. E tais experimentações devem se pautar pela agilidade da internet. Querer regular o uso desses experimentos poderá fazer com que várias boas ideias quem combinem as duas áreas se convertam em iniciativas natimortas.

Eu tenho dentro de mim um cangaceiro
manso, um palhaço frustrado, um
frade sem burel, um mentiroso, um
professor, um cantador sem repente e
um profeta.

Ariano Suassuna